

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Luana Marques Vieira

**O ESPAÇO PÚBLICO COMO LUGAR DE MULHER: A PERSPECTIVA DE
GÊNERO E O DIREITO À CIDADE COMO CAMINHOS PARA VISIBILIZAR AS
EXPERIÊNCIAS FEMININAS EM UMA PRAÇA DE MACAPÁ (AP)**

Belo Horizonte

2025

Luana Marques Vieira

O ESPAÇO PÚBLICO COMO LUGAR DE MULHER: A PERSPECTIVA DE GÊNERO E O DIREITO À CIDADE COMO CAMINHOS PARA VISIBILIZAR AS EXPERIÊNCIAS FEMININAS EM UMA PRAÇA DE MACAPÁ (AP)

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Area de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Linha de Pesquisa: Planejamento e dinâmicas sócio territoriais.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves.

Belo Horizonte

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

V657e

Vieira, Luana Marques .

O espaço público como lugar de mulher [recurso eletrônico] : a perspectiva de gênero e o direito à cidade como caminhos para visibilizar as experiências femininas em uma praça de Macapá (AP) / Luana Marques Vieira. - 2025.

1 recurso online (197 p. : il.).

Orientadora: Raquel Garcia Gonçalves.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Relações de gênero – Teses. 2. Espaços públicos – Teses. 3. Mulheres – Teses. 4. Macapá (AP) – Teses. I. Gonçalves, Raquel Garcia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.13



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

"O Espaço Público como lugar de Mulher: A perspectiva de gênero e o direito à Cidade como caminhos para visibilizar as experiências femininas em uma praça de Macapá (AP)"

LUANA MARQUES VIEIRA

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia **vinte e um de agosto de dois mil e vinte e cinco**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Daniela Abritta Cota

UFSJ

Profa. Dra. Paula Barros

UFMG

Profa. Dra. Raquel Garcia Goncalves - Orientadora

UFMG

Belo Horizonte, 21 de agosto de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Abritta Cota, Usuário Externo**, em 28/08/2025, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Barros, Professora do Magistério Superior**, em 28/08/2025, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Garcia Goncalves, Professora do Magistério Superior**, em 28/08/2025, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4479158** e o código CRC **6D088DC9**.

Referência: Processo nº 23072.250996/2025-11

SEI nº 4479158

Às mulheres que inspiraram e tornaram esse trabalho possível: minhas avós Cenira e Maria, minha mãe Júlia, irmãs Luiza e Marina e as tias da família Vieira.

AGRADECIMENTOS

Apesar da escrita acadêmica ser um tanto solitária, cheguei até aqui não sozinha, mas amparada por várias mãos, em sua maioria femininas. Agradeço à minha atenciosa orientadora, Raquel, pela paciência e sabedoria compartilhada ao longo de dois anos, que guiou de forma ímpar essa dissertação até a versão final. À minha mãe, Júlia e minha vó, Cenira, pelo cuidado e amor desde sempre. Agradeço aos meus tios e tias da família Vieira – Eulália, Jamilly, Jesus, Joana, Luzia, Naza, Júnior e Tata - e à minha vó Maria, sem os quais essa jornada de Macapá a Belo Horizonte não teria sido sequer possível, por ter acreditado no meu potencial e pelo auxílio imensurável, não só financeiro, mas afetuoso. Ao meu pai Fernando, pela ajuda na primeira etapa dessa caminhada. À CAPES, pelo apoio financeiro fundamental para seguir morando em Belo Horizonte durante todo o período do mestrado.

Às minhas irmãs Luiza e Marina, pelo carinho e apoio nas atividades de campo. Aos meus amigos Isnard, Filipe e Vitor, pela valiosa ajuda em campo. Ao meu querido amigo Lorenzo pela ajuda em vários momentos importantes dentro e fora da pesquisa. À família que a arquitetura me deu, Gabriela, Gatinho e Juliana, pelas trocas afetuosas, mesmo à distância. Ao João, pelo companheirismo diário na reta final da pesquisa. Aos meus amigos macapaenses em Belo Horizonte, que me fizeram sentir menos saudade de casa, e às amigadas mineiras, pelos novos horizontes e afetos compartilhados.

Às mulheres e homens do bairro Brasil Novo que colaboraram com seu tempo e consideração para essa pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa tem como direcionamento a importância da perspectiva de gênero como um caminho necessário a ser tomado pelo urbanismo para a democratização das cidades e indispensável para se alcançar o direito à cidade. Para isso, objetiva-se analisar e documentar as vivências e apropriações femininas na praça do Brasil Novo, periferia de Macapá-AP, além das práticas e opiniões que permeiam o espaço, a fim de entender se ele promove integração de gênero e o direito à cidade. Ademais, busca-se relacionar segregação socioespacial, recortes de raça e classe dentro da perspectiva de gênero, para diversificar e revelar narrativas historicamente ignoradas e apagadas, verificando se existem práticas nesse sentido no planejamento da cidade de Macapá. Como referencial teórico de análise, realizou-se revisão bibliográfica dos conceitos discutidos e pesquisa documental. Para a pesquisa empírica do estudo de caso, utilizou-se de metodologia qualitativa, contando com pesquisa de campo baseada em observação participante na praça do Brasil Novo em diferentes horários, produção de caderno de campo e croquis, e realização de entrevistas com mulheres e homens usuárias (os) do espaço e da vizinhança, bem como demais agentes relacionados à produção do espaço.

Palavras-chave: gênero; direito à cidade; espaços públicos; mulheres; Macapá-AP.

ABSTRACT

This research focuses on the importance of a gender perspective as a necessary path for urban planning toward the democratization of cities and indispensable for achieving the right to the city. To this end, the aim is to analyze and document women's experiences and appropriations in Brasil Novo square, on the outskirts of Macapá -AP, as well as the practices and opinions that permeate the space, in order to understand whether it promotes gender integration and the right to the city. Furthermore, the study seeks to relate socio-spatial segregation, race, and class within a gender perspective, to diversify and reveal historically ignored and erased narratives, verifying whether practices of this nature exist in Macapá's city planning. A theoretical framework for analysis was conducted using a literature review of the concepts discussed and documentary research. For the empirical research of the case study, a qualitative methodology was used, including field research based on participant observation in the Brasil Novo square at different times, production of a field notebook and sketches, and interviews with women and men who use the space and the neighborhood, as well as other agents related to the production of the space.

Keywords: gender; right to the city; public spaces; women; Macapá-AP.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
METODOLOGIA	17
1. DIÁLOGOS NECESSÁRIOS ENTRE O DIREITO À CIDADE, A PERSPECTIVA DE GÊNERO E O ESPAÇO PÚBLICO	22
1.1. O DIREITO À CIDADE: Germinações a partir de Lefebvre.....	22
1.1.1. Um conceito também feminino.....	29
1.2. A PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	35
1.2.1. O feminismo e o recorte racial.....	35
1.2.2. A esfera reprodutiva e o lugar de mulher.....	39
1.2.3. A mulher e a cidade.....	41
1.2.4. Urbanismo com perspectiva de gênero.....	48
1.3. SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO.....	54
1.3.1. Sobre o espaço.....	54
1.3.2. A cidade neoliberal.....	55
1.3.3. O espaço público: a praça como expressão social.....	59
i) A praça.....	59
ii) Para a vida pública.....	61
iii) Para as mulheres (e para todos)	64
2. MACAPÁ E A PRAÇA DO BRASIL NOVO SOB PERSPECTIVA DE GÊNERO	71
2.1. BREVE HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	71
2.2. O QUE O PLANEJAMENTO DE MACAPÁ (NÃO) NOS DIZ?.....	82
a) Sobre o planejamento.....	82
b) As Secretarias da Mulher.....	91
2.3. A Praça do Brasil Novo.....	99
3. ESSA PRAÇA É LUGAR DE MULHER?	112
3.1. Análise do projeto da praça.....	112
3.2. Análise da ocupação da praça.....	126
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
5. REFERÊNCIAS	190

INTRODUÇÃO

A inquietação inicial dessa pesquisa foi a percepção própria, como mulher, das dificuldades que o corpo feminino tem em ocupar e se apropriar dos espaços urbanos. Depois, como arquiteta, urbanista e pesquisadora, compreendi que não somos o público-alvo da cidade. Apesar de somarmos 51% da população mundial, nossa experiência e perspectiva não despertou muito interesse nos gestores urbanos do passado, e no presente ainda há muitos avanços a serem concretizados.

E, mesmo depois da contribuição inaugural de Jane Jacobs (2011), com sua crítica à lógica rodoviarista e modernista a partir de sua visão como mulher e mãe, de Dolores Hayden (1981), criticando especificamente a cidade sexista¹, e posteriormente com a popularização do “urbanismo com perspectiva de gênero²”, pouco mudou na prática. A cidade, desde sua gênese, foi feita para e por homens, e, parafraseando Leslie Kern (2021), foi “criada para apoiar e facilitar os papéis do gênero masculino”, mais especificamente, vale salientar, o homem branco, heterossexual, cisgênero, adulto e sem deficiências.

Este é o personagem principal, considerado como o usuário padrão para os projetos de arquitetura e de cidade, até hoje. Ao se pensar que a cidade foi e é construída, na maior parte das vezes, a partir de um ponto de vista tão específico, como o do padrão citado, pode-se concluir que muitas pessoas são deixadas de fora do processo e da vivência urbana.

Não pretendo trazer discussões sobre o significado de ser mulher, aqui trabalho a partir de uma visão antirracista e interseccional³ do feminismo em que são questionados os papéis e os estereótipos ligados ao gênero. A pesquisa parte da premissa de que não existe só uma forma de ser mulher e cada uma possui vivências

¹ Sexismo: segundo o dicionário Priberam, é a teoria que defende a superioridade de um sexo, geralmente o masculino, sobre outro e a discriminação baseada em critérios sexuais.

² Gênero: Considera-se aqui como sendo a construção social e cultural histórica a qual atribui capacidades, características e espaços específicos para cada sexo, além de dar prioridades (Muxi, 2014).

³ Interseccionalidade: no feminismo, significa levar em consideração todos os recortes femininos, ou sobreposição de fatores sociais, de classe, raça, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia, faixa etária, gênero (incluindo mulheres trans e pessoas não binárias) (Collins e Bilge, 2021).

e percalços diferentes na cidade, algumas possuindo mais dificuldades que outras, por, além do machismo, sofrerem racismo, classismo e transfobia.

O “lugar de mulher” foi socialmente construído como sendo equivalente à vida privada, realizando trabalhos domésticos (estes considerados inerentes ao ser mulher), sempre subordinados à figura patriarcal, em contraponto à vida urbana e aos espaços públicos, convencionados como espaços masculinos, não pertencentes à mulher. Esse contexto começou a mudar depois da entrada das mulheres na esfera produtiva, do trabalho assalariado, momento em que os deslocamentos delas na cidade se complexificaram. A partir da luta feminista, os direitos da mulher passaram a ser reivindicados e, dentro da teoria e prática do urbanismo, isso ganhou forma com o urbanismo com perspectiva de gênero, tema desta pesquisa (Gonzaga, 2011; Kern, 2021).

O urbanismo com perspectiva de gênero trabalha a partir da ideia de que a cidade precisa ser um espaço propulsor da equidade de gênero e da luta contra as demais opressões, as quais são relações estruturantes que ditam o não pertencimento da mulher à cidade, com os devidos agravantes de raça e classe. É um conceito que busca construir metodologias inclusivas e participativas para estudar e intervir na cidade, de forma democrática, trazendo à luz as narrativas historicamente ignoradas das múltiplas mulheres urbanas (Muxi et al, 2011; Collectiu Punt 6, 2014). O que nos leva a afirmação: “no dia a dia, dizer ‘a cidade não é para as mulheres’ e ‘o lugar da mulher é na cidade’ são ambas verdadeiras” (Kern, 2021, p. 26).

É um conceito indispensável ao se tratar da discussão de gênero no urbanismo é o direito à cidade. Apesar do termo ter sido cunhado na França em 1968 e de seu criador, Henri Lefebvre, não ter discutido especificamente sobre a questão feminina – assim como o restante dos pensadores de esquerda, incluindo Marx, que ignorou o trabalho doméstico como essencial para o capitalismo (Federici, 2019) – essa expressão ganhou interpretações à brasileira e, posteriormente, incorporou-se o gênero como um fator essencial na luta pelo direito à cidade (Koetz, Marques e Cerqueira, 2017).

Para o filósofo, o direito à cidade é o direito à vida urbana, que idealmente seria a variedade de encontros, onde se pode exercer a alteridade, reconhecimentos

recíprocos dos modos de viver dos diversos tipos de indivíduos habitantes da cidade, nos seus espaços públicos. É também o direito à obra, à atividade participante orientada pelo seu valor de uso, e pela festa, expressão lúdica e coletiva da vida urbana nos espaços públicos, contrária à cidade transformada em produto (Lefebvre, 2011).

O direito à cidade elaborado pelo autor não é apenas no nível do acesso à cidade, mas do direito de produzi-la, transformá-la para as necessidades dos habitantes, recuperando seu valor de uso. Nesse sentido, a cidade precisa ser uma obra feita por todas e todos, recuperando seu sentido de lugar da Festa e do uso do espaço público para lazer, jogo e convívio social.

Dessa forma, o direito à cidade, por dizer respeito principalmente à coletividade, não pode ser pensado sem incluir a perspectiva feminina, principalmente se considerarmos que nós, como mulheres, não temos direito à cidade. Não apenas por não participarmos do processo urbano, mas porque andar sozinha nos espaços públicos remete ao constante medo de violências diversas (Rolnik, 2016).

Fato é que as mulheres estão sujeitas a sofrerem violências seja na rua, na praça, no lugar de trabalho, transporte público e até mesmo no ambiente doméstico, considerado seu por direito, dado seu “lugar de mulher”, e por isso, “seguro”. Porém, ao invés de tornar o espaço público da cidade menos opressor, o senso comum de que a mulher deveria permanecer dentro de casa ou se ater a espaços privados predomina, fortalecendo o machismo e o sexismo presentes na cidade.

Diversos estudos no campo do feminismo (Gonzalez, 2020; Federici, 2019), do urbanismo feminista brasileiro (Gonzaga, 2011; Koetz, Marques e Cerqueira, 2017; Rolnik, 2016); e do urbanismo feminista internacional (Hayden, 1981; Darke, 1996; Col.lectiu Punt 6, 2014; Falú, 2017; Kern, 2021) corroboram com a percepção de que as cidades foram (e ainda são) lugares masculinos (e brancos), demonstrando que essa exclusão é histórica e precisa mudar. Mas não impediu a resistência das mulheres na vida pública, colocando seu corpo no espaço urbano e o reivindicando diariamente.

A curiosidade e o fascínio pela vida urbana acompanham a maioria das vivências femininas, pois é algo muitas vezes negado desde a infância, pela construção dos

papeis de gênero e até na vida adulta, pelo medo de sofrer violências ou pelo apego às convenções sociais sobre o “lugar de mulher”. O urbanismo foi um interesse imediato meu por conta dessa curiosidade, por muito tempo não decifrada/satisfeita, e, na formação como urbanista, o desejo de me apropriar da cidade, compreendê-la e poder pertencer a ela foi o que me moveu.

Com a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), percebi a dificuldade de acessos e a falta de segurança em se pesquisar certos lugares, predominantemente masculinos e excludentes. Mas, apesar disso, a vontade de ser cidadã ativa e de fazer parte da cidade persistiu, junto com o entendimento da importância de se ocupar estes espaços dentro da academia. Entendo que continuar como pesquisadora do espaço público é uma forma de contribuir para a luta contra a masculinização desses espaços, principalmente por colocar em pauta a perspectiva de gênero interseccional, vista aqui como forma de resistência.

Depois de trabalhar as diversas reflexões e inquietações sobre a cidade, elas se transformaram na pergunta que guiou minha formação em arquitetura e urbanismo: de que forma o urbanismo pode contribuir para as transformações da cidade a fim de torná-la mais democrática e viva? Depois de pesquisar sobre uma “praça” produzida espontaneamente em um terreno vazio no bairro Brasil Novo (na época não possuía uma praça formal feita pelo Estado) localizado na periferia norte de Macapá-AP, onde morei por 20 anos, essa pergunta foi direcionada para a perspectiva de gênero ao perceber o quão diferente era a apropriação desse espaço pelas mulheres. Os resultados da pesquisa do TCC constataram a precariedade acerca da qualidade e da quantidade de espaços públicos de lazer na periferia norte de Macapá-AP, entretanto, apesar disso, grupos podem se articular e produzir ocupações temporárias diversas em bairros sem praças.

A partir disso a inquietação tomou um rumo mais específico e evoluiu para: como a urbanista pode atuar para os espaços públicos serem acolhedores para as mulheres? Esse questionamento foi o primeiro passo para o desenvolvimento da presente pesquisa de mestrado. A resposta para essas indagações não é simples ou possui fórmula pronta, mas acredito que um caminho para a solução é ouvir as mulheres, entender como elas ocupam os espaços, seus desejos e as dificuldades no caminho. O número de mulheres arquitetas e urbanistas já é superior que o de homens,

segundo censo realizado pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil) em 2020, que aponta 58% de mulheres cisgênero e 30% de homens cisgênero. Quanto à raça, 73% dessas mulheres se identificam como brancas, 16% como pardas, 3% como negras e 3% como mestiças. Temos, então, um quadro de mulheres cis e brancas como a maioria na profissão.

Porém, esse número expressivo de profissionais arquitetas e urbanistas não é o suficiente para se realizar avanços com relação ao direito da mulher à cidade, se essas não ocupam cargos decisórios ou no executivo. Não é o suficiente também se elas não possuem em seu posicionamento político e profissional a defesa da perspectiva de gênero e da interseccionalidade no urbanismo, pois ao não considerar as demandas das mulheres racializadas e pobres a exclusão feminina permanece.

Compreende-se aqui que para se conquistar o direito à cidade, tão discutido na contemporaneidade, as relações de gênero na cidade precisam ser compreendidas, debatidas e suas diferenças tratadas com políticas compensatórias que possam, dentro do possível, as mitigar. Para isso, propõe-se aqui a investigação sobre as vivências e apropriações femininas no espaço público, como forma de jogar luz nessas caminhadas por tanto tempo ignoradas. Dessa forma, pretende-se iniciar um escopo de informações de gênero em Macapá que possa dar subsídio para planejamentos e ações nesses espaços públicos. Entendo que o conhecimento da realidade local é de extrema importância para se adaptar metodologias ou criar novas com base nas especificidades e demandas locais.

A justificativa desta pesquisa reside, incluindo o já exposto, na compreensão da importância dos espaços públicos para a qualidade de vida urbana, e da necessidade de apreensão das apropriações que nele acontecem para otimizá-los. Ademais, considerando o espaço público o lugar onde a luta pelo direito à cidade se desenvolve, a perspectiva de gênero é essencial nesse processo, além de fundamental para a compreensão desses espaços e para seu planejamento a fim de contribuir para a igualdade de gênero, raça e classe na cidade.

Ressalta-se também como justificativa a atual produção acadêmica nessa área no Amapá se resumir a apenas alguns TCCs em Arquitetura e Urbanismo, apresentados nos últimos 3 anos. Apesar dos estudos nessa área estarem mais avançados nos

eixos sul e sudeste brasileiros, em se tratando de norte do Brasil, a produção científica acerca da perspectiva de gênero no urbanismo ainda é recente, e sua aplicação pelo poder público é rara, e em Macapá ainda está na fase de amadurecimento na academia (o primeiro trabalho de conclusão de curso feito sob essa ótica é de 2020).

Isso significa dizer que a história e a visão das mulheres na cidade de Macapá ainda são invisíveis dentro do curso de arquitetura e urbanismo, das demais pesquisas acadêmicas no Estado e do planejamento urbano da cidade, além de suas necessidades serem ignoradas na construção urbana, fato este que justifica meu interesse pelo tema e a relevância da pesquisa.

Levando em consideração que a participação popular como um todo não é encorajada pelo Estado, a participação popular feminina na tomada de decisões de planejamento nessa região é quase inexistente; pois não há de forma geral espaços de participação popular no planejamento e em intervenções urbanas, segundo pesquisa nos portais de transparência do Estado. É reconhecida a importância do estudo desse tema para o desenvolvimento das cidades com base na justiça social e para se caminhar em direção à conquista do direito à cidade por todas e todos.

Tendo como pressuposto a importância dos espaços públicos de lazer para a articulação da vida pública e da coletividade, assim como para a democratização e vitalidade das cidades, aqui temos eles, sob a perspectiva de gênero, como objeto de pesquisa. Como recorte espacial, escolheu-se a periferia norte de Macapá-AP, cidade média da região norte amazônica que passou por períodos de alto crescimento populacional não acompanhado por um planejamento e gestão urbanos adequados às necessidades diversas da população.

Considerando a perspectiva de gênero, sabe-se que as mulheres são mais atingidas pelas negligências com os espaços urbanos, como ruas com terrenos baldios e falta de praças adequadas - com usos diversos para serem sempre vivas e acolhedoras das atividades de cuidados com crianças e idosos - por estarem expostas à violência de gênero e por terem cotidianos mais complexos pois exercem majoritariamente as atividades reprodutivas (de cuidado consigo e com outras pessoas). Também por serem excluídas historicamente da vida urbana, do planejamento urbano e consequentemente, da cidade - o caso se agrava se somados os recortes raciais e de

classe, em um país de maioria feminina (as mulheres compõem 51,5% da população brasileira, segundo o censo de 2022 do IBGE).

O Plano Diretor Participativo de 2004 da cidade de Macapá, apesar de ter essa nomenclatura, também não acrescenta a perspectiva de gênero em seu desenvolvimento nem buscou ouvir as mulheres ou saber como ocupam a cidade. Com isso, pode-se afirmar que pouco se avançou na qualidade de vida urbana feminina na capital do Estado, visto os parâmetros e padrões de planejamento serem historicamente masculinos (Kern, 2021).

Além de que, se o quadro dos espaços públicos na cidade é precário, pode-se inferir quais segmentos são mais afetados por isso: não apenas as mulheres, mas pessoas de baixa renda, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, idosos e crianças, pela exclusão histórica desses grupos e sua subjugação ao patriarcado (Kern, 2021; Gonzaga, 2011). Sabe-se que espaços de lazer e convivência são pontos vitais dentro da cidade, não “privilégios” ou “luxos”, e precisam ser bem distribuídos para que o acesso ao lazer público e vida urbana seja igualitário. Essa não é a realidade da cidade de Macapá, principalmente das periferias.

O objetivo da pesquisa é analisar e registrar as vivências e ocupações femininas em uma praça de Macapá-AP, sob a ótica do urbanismo com perspectiva de gênero. Dentro da categoria espaço público, o foco será a praça. Foi escolhida a praça do bairro Brasil Novo, localizado na periferia norte da cidade e recentemente criada: até o início de 2024 o bairro não tinha praça ou outro tipo de espaço público formal.

A justificativa da escolha se baseia na importância que o lugar teve no passado em que era ocupada informalmente pelos moradores do bairro, sendo palco de diversas atividades e grupos, em um contexto periférico de ausência estatal. Agora, com a praça nova, interessa saber como as dinâmicas sociais no espaço mudaram e se ele atende as necessidades da população, com enfoque na experiência das mulheres. O recorte temporal é de 2015, quando se inicia a lugarização⁴ da praça do Brasil Novo, até 2025, ano em que se realizou maior parte dos estudos de campo, pois o objetivo é analisar as experiências atuais dessas mulheres, e onde as perspectivas do

⁴ Criação de valor de uso e de apropriação de um espaço. Este conceito foi encontrado na obra de Tuan (2012), para o qual seria qualquer local que tenha significado para um grupo de pessoas e Massey (2001) acrescenta o valor de pertencimento e assimilação político-ideológica.

passado recente das narrativas e práticas femininas serão utilizadas para melhor compreender o presente.

Os objetivos específicos delineados são:

1. Estudar e relacionar os conceitos norteadores da pesquisa, através de revisão de literatura: Direito à cidade, gênero e espaço público;
2. Analisar o planejamento de Macapá a fim de descobrir se alguma medida de inclusão de gênero na cidade já foi tomada, através de pesquisa de campo e bibliográfica;
3. Analisar e descrever as vivências e apropriações de mulheres e homens na praça do Brasil Novo, com enfoque de gênero, baseado no direito à cidade. Investigar se há articulações criadas pelas mulheres e que práticas de resistência e narrativas permeiam esse espaço.

No primeiro capítulo, aprofundarei nos conceitos norteadores da pesquisa através de revisão bibliográfica: o direito à cidade, gênero e espaço público. Este capítulo busca relacionar esses três conceitos de forma a dar suporte para a discussão deles a partir da realidade de Macapá. No segundo capítulo, analisarei a cidade de Macapá, o que se tem feito para sanar as desigualdades de gênero, como o planejamento da cidade lida com a questão de gênero e de espaços públicos.

O terceiro capítulo será destinado ao relato descritivo e analítico da pesquisa de campo, detalhando resultados obtidos e explicitando como as mulheres se apropriam da praça, as vivências e narrativas analisadas, além dos percalços notados através das falas e observações. Será apresentado também excertos do caderno de campo, croquis esquemáticos da praça e a análise qualitativa da praça com perspectiva de gênero, de forma a avaliar se ela está cumprindo sua função de espaço público: o único do bairro e dos bairros do entorno.

METODOLOGIA

Nessa pesquisa foi utilizada a metodologia qualitativa, pois o objetivo é investigar os aspectos subjetivos de um fenômeno social e do comportamento humano, aqui sendo: a ocupação da praça do Brasil Novo com perspectiva de gênero (Cardano, 2017). Entende-se a pesquisa qualitativa como aquela que “trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões” e busca aprofundar “a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos (Paulilo, 1999, p. 135). Sendo assim, é uma abordagem que valoriza a subjetividade e a diversidade de perspectivas (Guerra et al, 2024).

A abordagem qualitativa adotada aqui foi a do “estudo de caso” em que o objetivo é desenvolver uma compreensão em profundidade de um tema usando um caso como ilustração específica (Creswell, 2014). **A intenção** desse estudo de caso foi entender a questão dos percalços da apropriação feminina em uma praça de Macapá. **O tema** trabalhado é “os percalços da apropriação do espaço público pelas mulheres com base no urbanismo com perspectiva de gênero e no direito à cidade”, e o **caso** é a ocupação da Praça Brasil Novo, na periferia de Macapá-AP, como ilustrado pela figura 1.

Figura 1 – Esquema ilustrativo do estudo de caso da presente pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A escolha desse caso se deu por conta de sua história marcante no bairro Brasil Novo, desde quando não era oficialmente uma praça e sim um lote vazio informalmente e

espontaneamente ocupado por moradores da vizinhança e grupos de jovens. A escolha do caso também se relacionou a duas lacunas: não foram encontrados registros de estudos de pós-graduação sobre o urbanismo com perspectiva de gênero em Macapá e poucos sobre os espaços públicos da periferia da cidade. A praça escolhida foi inaugurada em 2024 e, como eu estudei o espaço durante um longo período em 2019, a inquietação inicial foi se a praça nova seria um lugar de vitalidade e atrativo para as mulheres, quais seriam as novas dinâmicas do espaço e se os antigos grupos que lá ocupavam ainda permaneciam.

Para Creswell (2014), a pesquisa de estudo de caso é uma abordagem na qual o pesquisador explora um caso, um “sistema delimitado contemporâneo da vida real”, ou mais de um, através da coleta de dados detalhada e profunda envolvendo múltiplas fontes de informação, e se relata a descrição do caso e temas do caso. O tema do caso estudado é descrito e discutido através do método de revisão bibliográfica dos conceitos norteadores: o direito à cidade, o urbanismo com perspectiva de gênero e o espaço público, como relacionados no quadro 1.

Quadro 1 – Resumo dos conceitos norteadores do tema do estudo de caso e aplicação na pesquisa:

CONCEITO	O QUE É	APLICAÇÃO NA PESQUISA
Direito à cidade	Participação ativa de toda população na produção e no desfrute do espaço urbano, precisa ser reivindicado constantemente pelos cidadãos.	Análise da participação das mulheres do bairro Brasil Novo nas decisões sobre sua praça e se podem usufruir dela plenamente
Urbanismo com perspectiva de gênero	Conceito que defende e traz proposições para se ter cidades mais inclusivas, justas e democráticas, levando em conta as experiências e necessidades das diversas mulheres	Avaliação da praça do Brasil Novo sob ótica de gênero, Análise da apropriação da praça pelas mulheres em relação aos homens Consideração das diversas perspectivas e identidades femininas no estudo de caso, Identificação das necessidades, experiências e opiniões das mulheres e homens que frequentam a praça,

		Análise da capacidade da praça de estimular a sua ocupação durante o dia todo por mulheres e homens.
Espaço Público	<p>É onde a vida urbana acontece, o lugar da heterogeneidade e reflexo das cidades neoliberais.</p> <p><u>A praça</u>: um dos tipos de espaço público, e o trabalhado nessa pesquisa.</p> <p>Ela é um espaço livre urbano, lugar intencional do encontro, da permanência, das trocas sociais, do lazer, de manifestações da vida cotidiana e comunitária.</p>	A praça do Brasil Novo estimula a vitalidade no espaço, oferta lazer e boas condições para o desenrolar da vida cotidiana?

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A coleta de dados para a pesquisa empírica foi realizada através dos seguintes procedimentos metodológicos:

a) **observação participante**: na praça do Brasil Novo, entre os dias 23 de dezembro de 2024 e 9 de fevereiro de 2025, no período da manhã, tarde e noite, em horários alternados, com duração que variou entre 1h30min e 2h30min (dependendo do movimento).

b) **entrevistas**: foram de caráter exploratório, no início da imersão em campo; e, posteriormente, semiestruturadas, com os seguintes atores: 30 moradores do bairro Brasil Novo, entre eles os frequentadores da praça (mulheres e homens com idades a partir de 18 anos), comerciantes do entorno e moradores do bairro que não frequentam a praça. Foram feitas também entrevistas de caráter focado: com a arquiteta responsável pelo projeto da praça, 3 técnicas da Secretaria do Estado de Políticas para as Mulheres (SEPM) e uma integrante de movimento social negro com viés feminista da cidade de Macapá.

c) **registros em caderno de campo**: das observações feitas sobre as atividades e relações desenvolvidas em cada lugar da praça, número de mulheres, homens e crianças por sessão observada, das sensações no espaço, trânsito de automóveis e pedestres das ruas de acesso.

d) **produção de croquis esquemáticos da ocupação**: para representar a praça e seus mobiliários e áreas verdes, para especificar onde cada grupo se concentrava e desenvolvia as suas atividades, para indicar os espaços mais e menos movimentados.

e) **fotografias**: da praça, a fim de registrar o estado dos mobiliários e do espaço, além de fornecer material para análise posterior.

A análise das informações obtidas foi feita através da análise de conteúdo, por meio da transcrição das entrevistas, leitura das transcrições e caderno de campo, interpretação do material fotográfico e determinação de categorias temáticas para os dados. Posteriormente, foi realizado tratamento de dados através de descrição, interpretação e refinamento dos croquis, sob a perspectiva da teoria discutida.

Sobre as entrevistas na praça do Brasil Novo, elas aconteceram entre as observações participantes, quando se percebia um momento oportuno para diálogo com os usuários da praça. Foi escolhido entrevistar, além de mulheres, homens de diferentes idades, também se atentando para a questão racial, pois a perspectiva de gênero os inclui, visto ser importante o entendimento das experiências e opiniões de todos para se avaliar o espaço de forma democrática e inclusiva. Ademais, proporciona a comparação e interpretação das temáticas de acordo com o gênero, a fim de demonstrar pontos convergentes e divergentes.

Não foi pré-definido um número de entrevistas a se realizar, pois o que guiou a pesquisa foi a descoberta de pontos de vistas e histórias diversas, corroborando com a reflexão de Minayo (2017) sobre a metodologia qualitativa:

não há medida estabelecida a priori para o entendimento das homogeneidades, da diversidade e da intensidade das informações necessárias a um adequado trabalho de pesquisa. Igualmente, não existe um ponto de saturação a priori definido, e nunca a quantidade de abordagens em campo pode ser uma representação burocrática e formal estabelecida em números (Minayo, 2017, p.10).

Partiu-se da ideia de que a amostra qualitativa ideal é aquela que reflete as diversas dimensões do caso estudado e se acredita ter atingido esse objetivo, buscando a qualidade das interações durante o processo de pesquisa. Não foi trabalhado com o conceito de saturação em mente, e sim com o aprofundamento e abrangência do entendimento do caso em questão, das relações e atividades realizadas, assim como

as não realizadas: o que não era feito na praça e o que se queria fazer, segundo os entrevistados (Minayo, 2017).

Portanto se realizou o máximo de entrevistas possível dentro do período do mestrado que se pode investigar *in loco* (dois meses) a praça em questão, sempre atentando para a inclusão de perspectivas variadas. Assim, foram identificadas visões diferentes sobre o espaço através de uma grande aproximação com ele, demonstrando a complexidade do caso estudado. O término da pesquisa representou então um “ponto final provisório”, e não um “esgotamento das possibilidades” que o entendimento de saturação⁵ propõe, como refletido por Minayo (2017), pois foi deixado em aberto muitas questões advindas da análise do campo e da literatura.

No total, foram 30 entrevistas, realizadas no bairro Brasil Novo: na praça com seus usuários, na vizinhança, com pessoas que não costumam ir à praça e com os comerciantes do entorno imediato. Somado a isso, também foram feitas mais 3 entrevistas de caráter focado: com a arquiteta da praça; uma entrevista com 3 técnicas da SEPM ao mesmo tempo; e com uma integrante do movimento social negro com viés feminista, coletivo Utopia Negra, para entender os avanços da perspectiva de gênero na cidade de Macapá e se houve alguma medida participativa ou de inclusão feminina na praça do Brasil Novo ou em alguma intervenção urbana na cidade

⁵ “Saturação” é um termo criado por Glaser e Strauss (1967) para falar de um momento do trabalho de campo no qual a coleta de novos dados não esclareceria mais o objeto estudado (Minayo, 2017).

1. DIÁLOGOS NECESSÁRIOS ENTRE O DIREITO À CIDADE, A QUESTÃO DE GÊNERO E O ESPAÇO PÚBLICO

1.1. Direito à cidade: Germinações a partir de Lefebvre

Ao se tratar do direito à cidade, é válido começar pelo que ele não é: um direito individual. Faz-se necessário discutir algumas considerações sobre esse tema que, a partir de seu surgimento, ganhou significados e apropriações diversas pela comunidade acadêmica e pelos movimentos sociais, mas diz respeito, principalmente, à coletividade. Considera-se o direito à cidade uma amálgama, e busca-se refletir sobre algumas das suas interpretações, relacionando com o contexto brasileiro e posteriormente com a questão de gênero.

O direito à cidade é precursor em conceituar o direito de apropriação urbana, no sentido de uso para as tarefas cotidianas, assim como do direito de participar ativamente no processo de produção das cidades (Cota, 2021). Este conceito foi concebido pelo filósofo francês Henri Lefebvre em 1968 e lançado em seu livro homônimo, escrito no contexto dos movimentos reivindicatórios de maio de 68 na França. Tais movimentos foram marcados pela luta de estudantes e operários contra a disciplina fordista, as más condições de trabalho e da vida urbana. Lefebvre parte da vida cotidiana para compreender esse movimento de lutas, o processo de urbanização em crise, e seus impactos na vida urbana. Para o filósofo, o direito à cidade se desenvolve a partir do entendimento do processo histórico de formação da sociedade urbana, que naquela época, era marcada pela lógica fabril, que estratificava e disciplinava os corpos, homogeneizando a vida e a cidade (Lefebvre, 2011; Brandão, 2019).

Para Lefebvre (2011, p.22), a vida urbana, idealmente, presume variedade de encontros, confrontos dos diferentes, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos dos modos de viver, dos diversos tipos de habitantes da cidade. Porém, em um movimento contrário a essa vida urbana de qualidade, tem-se a segregação urbana impulsionada pelos grupos hegemônicos, crítica do autor ao urbanismo de Haussmann e ao planejamento racionalista como um todo. Apesar das mudanças sofridas no planejamento, a crítica permanece atual, visto que permanece a dominância do capital.

Hausmann, trabalhando para as classes hegemônicas que temiam revoltas e a “democracia urbana”, remodelou Paris, entre 1852 e 1870, e iniciou um processo de expulsão do proletariado do centro urbano e controle da população, abalando a vida (e a sociedade) urbana negativamente (Lefebvre, 2011). A partir desse exemplo, percebe-se a não neutralidade dessas intervenções urbanas e o fato de, até hoje, estarem a serviço do capital. Em contrapartida, logo depois da conclusão do plano, houve a Comuna de Paris em 1871, que tinha como uma das pautas de luta a reconquista da cidade pelos operários segregados.

Lefebvre (2011) introduz o entendimento da cidade como obra, a qual deveria estar orientada pelo seu valor de uso e pela Festa, expressão lúdica e coletiva da vida urbana nos espaços públicos, como sendo contrária à cidade transformada em produto pela primazia da acumulação capitalista:

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer [...]) (Lefebvre, 2011, p. 12).

A predominância do valor de troca significa a objetificação do espaço, precificado a partir dos valores da indústria, que posteriormente seriam substituídos pelos valores empresariais. O direito à cidade elaborado pelo autor não é apenas no nível do acesso à cidade, mas o direito de produzi-la, transformá-la para as necessidades dos habitantes, recuperando seu valor de uso (Lefebvre, 2011; Brandão, 2019). Nesse sentido, a cidade precisa ser uma obra feita por todos e recuperar seu sentido de lugar da Festa, do uso do espaço público para lazer, jogo e convívio social. Com o advento do capitalismo, a produção de obras e as relações sociais advindas delas (o valor de uso) perdeu lugar até a redução da cidade a produto.

A invenção lúdica, longe do circuito de consumo, é uma peça-chave em direção ao direito à cidade. E, para “restituir a festa transformando a vida cotidiana” (Lefebvre, 2011, p.128), reafirmando o valor de uso da cidade, é necessário mais que lugares qualificados, mas também o tempo no cotidiano, como explicitado na passagem, na qual o autor fala do que acredita ser uma necessidade humana:

Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. [...] As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados,

lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comércio e pelo lucro? Não seria também a necessidade de um tempo desses encontros, dessas trocas? (Lefebvre, 2011, p.105).

Outro ponto importante para se compreender o direito à cidade lefebvriano é o conceito de “habitar”, definido como participar de uma vida social, de uma comunidade, algo que deveria ser intrínseco à vida urbana. Este “habitar” foi substituído pelo “habitat” - apenas morar, o mínimo para a reprodução social - com o processo de suburbanização, no qual o proletariado perde o “sentido da obra” (Lefebvre, 2011, p. 25), sendo reduzido a força de trabalho. O direito à cidade seria a transformação desse quadro, segundo Lefebvre (2008), com a recuperação do “habitar” por quem foi despojado desse direito.

Em suas críticas ao urbanismo moderno, o autor ressalta a funcionalização da existência em nome do higienismo, com a extinção da vida urbana e a cidade reduzida a dormitório. O resultado disso foi a supressão das funções subjetivas dos espaços públicos, tais como a função simbólica e o lugar do jogo (Lefebvre, 2011).

Para Lefebvre (2011), o direito à cidade se manifesta como um direito superior que engloba o direito à liberdade, à Festa, ao habitat e ao habitar, o direito à obra - atividade criadora e participante - e o direito à apropriação, valor simbólico e subjetivo e não relacionado à propriedade. O direito à cidade, portanto, questiona a expropriação da experiência urbana, e pode ser resumido como o direito à vida urbana transformada, renovada; direito de se apropriar do espaço e de produzi-lo.

O próprio planejamento urbano era um instrumento tecnicista que contribuía para o declínio da vida cotidiana, esta “nova miséria urbana”, nas palavras do autor. Nesse sentido, o direito à cidade seria o horizonte de emancipação a ser perseguido, e a classe operária um ator indispensável para alcançá-lo. A partir disso, outros autores interpretaram e desenvolveram o conceito, adicionando mais camadas (Lefebvre, 2011; Tavorari, 2016).

Sob a ótica de Castells (1976), como a urbanização se dá a partir da reprodução da força de trabalho, o ponto chave e central quando se trata de direito à cidade é a luta de movimentos sociais por habitação, deixada de lado por Lefebvre. É nítida a influência do arcabouço deixado por Lefebvre no que diz respeito ao direito à cidade e à vida cotidiana como pautas de luta popular.

Porém, percebe-se que o amálgama entre a concepção do direito à cidade de Castells e Lefebvre tirou o foco da “nova miséria urbana” e jogou luz sobre os movimentos sociais e a redistribuição de equipamentos coletivos no espaço urbano. Toda essa germinação a partir de Lefebvre rendeu frutos e se propagou no imaginário dos pesquisadores do urbano que lidavam com movimentos sociais, difundindo as ideias nessas camadas políticas e as inculcando no imaginário da população (Castells, 1976; Tavorari, 2016).

Já para Harvey (2012), a “urbanização sempre foi um fenômeno de classe” (Harvey, 2012, p. 74), o que implica na relação direta entre capitalismo e urbanização. Segundo o autor, o funcionamento do capitalismo é fundamental para se entender a dinâmica urbana, e a cidade é vista como central nesse sistema por ser foco de investimentos. Isso reflete negativamente na qualidade de vida das pessoas, pois o foco não é a justiça social, segundo o autor:

A urbanização, podemos concluir, desempenhou um papel decisivo na absorção de capitais excedentes, em escala geográfica sempre crescente, mas ao preço do explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade (Harvey, 2012, p. 85).

O direito à cidade seria “um outro tipo de direito humano” (Harvey, 2012, p. 73), e assim como os demais direitos humanos, é ofuscado pelos direitos de propriedade privada, em virtude do domínio neoliberal. Harvey (2013), concorda com Lefebvre (2011), sobre o direito à cidade não ser apenas a “liberdade individual de acesso a recursos urbanos” (Harvey, 2012, p. 74) e sim o direito à vida urbana transformada. A partir disso, para Harvey (2013), o direito à cidade é algo superior ao acesso à cidade já existente, é mudá-la de acordo com as necessidades coletivas:

O direito à cidade[...] não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. *Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito* (Harvey, 2013, p. 58, grifo nosso).

Harvey (2013) acrescenta o direito à diferença como um dos direitos mais valiosos dos cidadãos, enfatizando a cidade como “um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa” (Harvey, 2013, p. 52). É preciso considerar também, segundo o autor, que essas diferenças podem gerar intolerâncias e segregações, porém evitar o conflito não é a solução, como foi também defendido por Lefebvre (2011). Evitá-lo

significa se afastar do processo de urbanização e da perspectiva de se exercitar o direito à cidade, e seria através da mobilização social e da luta política/social que se praticaria esse direito a fim de alavancar mudanças.

Harvey (2013), para enfatizar o poder das ações coletivas, traça paralelos entre Marx (2013), que afirma só ser possível nos transformar pela transformação do mundo e vice-versa, e as ideias de Robert Park (1967), de que ao refazermos a cidade refazemos a nós mesmos. A partir disso, o autor defende o potencial dos engajamentos políticos, intelectuais e econômicos, como atividades (trans) formadoras da cidade e do indivíduo:

Todos somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos. *O direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias*, quer estejamos cientes disso ou não (Harvey, 2013, p. 54, grifo nosso).

O direito à cidade requer um esforço coletivo (Harvey, 2013), porém, isso é dificultado pois no neoliberalismo o que dita as regras é a individualidade e a especulação, em detrimento da democracia. Na contramão da racionalidade neoliberal, a oposição buscou se adaptar a fim de encontrar maneiras de desafiar essa hegemonia. No Brasil, por exemplo, houve a conquista da participação popular em espaços institucionalizados (posteriormente enfraquecidas), fortalecimento de organizações de vizinhos e associações comunitárias que fazem ou se apropriam de espaços públicos e comunitários. Este último exemplo, destaca-se por sua importância frente ao domínio do ideal privatizante, podendo impulsionar a criação de novos espaços urbanos comuns, e de uma esfera pública de participação democrática (Harvey, 2013).

Somado a isso, se o direito à cidade é um grito, uma demanda, então ele precisa de um espaço onde o grito possa ser ouvido e a demanda vista, e este seria o espaço público. Nele, a população pode se manifestar e conseguir mais apoio e força, “ao reclamar o espaço em público, ao criar espaços públicos, os próprios grupos sociais tornam-se públicos” (Mitchell, 2003, p. 12; Harvey, 2013).

Para Harvey, o direito à cidade se baseia na capacidade de pensar e mudar coletivamente a vida urbana, assim como desenvolver novas concepções de direitos. E isso pressupõe que esse direito exige luta, precisa ser tomado pelo povo organizado e não será concedido facilmente pelo poder hegemônico, nas palavras do autor:

O direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político. A luta pelo direito à cidade merece ser realizada. Deve ser considerada inalienável. A liberdade da cidade ainda precisa ser alcançada. A tarefa é difícil e pode tomar muitos anos de luta (Harvey, 2013, p. 59).

Enfatiza-se o direito à cidade como um dos “mais preciosos e negligenciados direitos humanos” (Harvey, 2012, p. 74). Ele estaria, porém, restrito às classes hegemônicas, que têm cada vez mais o poder de determinar o rumo da urbanização conforme seus interesses. Assim como o exemplo da reforma segregadora de Haussmann, onde uma classe teve o poder de remodelar a cidade, tem-se hoje o mesmo sob a égide do empreendedorismo urbano. Este, que deixa um rastro de indivíduos desapropriados, segundo Harvey (2012). É defendido a unificação de lutas ao redor do direito à cidade (Harvey, 2012), sendo imperativo a organização dos movimentos para alcançá-lo:

A democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. *Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais* (Harvey, 2012, p. 88, grifo nosso).

No Brasil, a ideia de direito à cidade ganhou repercussão, primeiramente, entre as décadas de 1970 e 1980. Essa recepção se deu justamente no período brasileiro no qual os direitos estavam mais reduzidos e as noções de democracia e justiça tinham grande peso: a ditadura militar. A partir disso, o direito à cidade virou “bandeira” de luta - unificando as pautas urgentes clamadas pelo povo, tidas como de “esquerda”, por esse segmento ter característica popular (Tavolari, 2016).

É necessário esclarecer que as ideias formuladas por Lefebvre (2011) pertenciam a um contexto em que a luta por necessidades básicas, como a moradia, não era mais o problema central, como discutido por Tavolari (2016):

Houve, no Brasil, uma combinação de concepções aparentemente pouco conciliáveis: um amálgama entre o direito à cidade, de Lefebvre, e a noção de luta por acesso a equipamentos de consumo coletivo por parte de movimentos sociais urbanos, desenvolvida por Castells. Essa hipótese ajuda a entender como *um conceito pensado a partir do diagnóstico de uma nova miséria urbana*, em que a satisfação de necessidades básicas já não aparecia como problema central, pôde encontrar tanta aceitação no contexto brasileiro (Tavolari, 2016, p.98, grifo nosso).

Apesar da realidade brasileira nos anos 1970 e 1980, assim como atualmente, ser bem diferente da parisiense, as posteriores interpretações do direito à cidade fizeram bastante sentido pois acrescentaram outras questões pertinentes (Lefebvre, 2011;

Tavolari, 2016). O direito à cidade, no Brasil, ganhou interpretação diversa àquela escrita por Lefebvre em 1968, e a questão do “direito” assumiu um papel maior do que o dado pelo filósofo francês, como observa Tavolari (2016), assim como sua incorporação por movimentos sociais. Dessa forma, as ideias vinculadas ao direito à cidade brasileiro se tornam muito mais próximas da cidadania e da democracia.

O direito à cidade se tornou “um ponto de contato entre grupos organizados ao redor do mundo”, inclusive em Fóruns Sociais Mundiais e Urbanos e eventos da ONU (Tavolari, 2016, p. 94). Maricato (1985), incorporando o conceito, enfatiza a necessidade da luta por terra precisar trabalhar junto com outras bandeiras a consciência do direito à cidade. Isto se deve pelo caráter mais amplo do direito à cidade, ao discutir como a cidade é feita de forma desigual (Tavolari, 2016). Ou seja, na cidade o povo não precisa só de terra, mas precisa de cidadania plena e do direito à vida na cidade - conceito que Maricato (1987) associa ao de Festa, de Lefebvre.

Soma-se ao pensamento de Ermínia Maricato o de Jacobi (1986), o qual afirma que nem todos os nascidos na cidade são cidadãos, pois a urbanização é segregadora e os direitos de cidadão - como à vida urbana, habitação, dignidade - não são acessíveis a todos. Para Jacobi (1986), é isto que significa direito à cidade: pensar e fazer a cidade democraticamente, como um espaço onde o cotidiano será desenrolado e a cidadania usufruída, como um lugar de encontros. A partir da leitura brasileira, o conceito ganha palavras de ordem novas: democracia e cidadania.

Como um dos difusores do direito à cidade, Jacobi (1986) o relaciona com uma cidade democrática, as relações de poder são desafiadas e o cotidiano pode ser transformado - ramificação que mais se aproxima da especificidade do presente trabalho. Nesse ponto, percebe-se que, apesar do espaço público ser de extrema importância para o direito à cidade, em bairros das periferias brasileiras falta o básico. Porém, é necessário entender que ter um espaço público e uma vida pública de qualidade também deve ser uma prioridade, por ser o “algo a mais que a terra” dito por Jacobi (1986), essencial para a reconstrução da autoestima e da “vida cotidiana” dos moradores desses bairros (Maricato, 1985; Jacobi, 1986; Tavolari, 2016).

Tanto para Maricato (1987) quanto Jacobi (1986), a segregação urbana tira direitos da população, e é nessa questão de discussão de direitos urbanos que os autores se diferenciam de Lefebvre. Segundo Jacobi (1986), apesar de idealmente todos terem

direito à cidade, a realidade urbana representa sua negação, e como este direito é associado por estes autores com cidadania, quando este direito é negado, todos os demais também o são. Nas palavras do autor:

Todas as pessoas que vivem na cidade são cidadãos? Não é bem assim. [...] Mas na prática, da maneira como as modernas cidades crescem e se desenvolvem o que ocorre é uma urbanização desurbanizada. [...] Porque para *consumir* a cidade é preciso ter poder aquisitivo, o que exclui dos benefícios urbanos [...] a maioria da população. *Direito à cidade* quer dizer direito à *vida* urbana, à habitação, à dignidade. É pensar a cidade como um espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontro e não de desencontro (Jacobi, 1986, p. 22, grifo do autor).

Considera-se importante aqui a questão dos encontros, da vida urbana e sua transformação levantada por Lefebvre (2011), porém, vale ressaltar a consideração, na presente pesquisa, do direito à cidade também como a consciência que gerou demandas democráticas mais abrangentes, como a inclusão da perspectiva de gênero no urbanismo.

Um ponto comum entre todas as interpretações do direito à cidade, segundo Tavolari (2016), é o fato de este conceito não se restringir a uma pauta ou outra de reivindicação, mas ao conjunto das demandas exigidas pelos movimentos sociais. Dessa forma, encara-se a temática como plano de fundo para a luta por espaços públicos dignos e de qualidade para mulheres.

1.1.1. Um conceito também feminino

A discussão sobre o direito à cidade acaba levando ao questionamento: mas e as mulheres? Pergunta relevante pois o espaço público, por muito tempo, não foi considerado como pertencente a elas, pelos papéis de gênero (Kern, 2021). Como pergunta Ana Falú (2017): “quem são os sujeitos do direito a cidade?” Acrescentando:

¿quiénes son los sujetos del derecho a la ciudad y de sus políticas?; ¿quiénes y para quienes son éstas planificadas?; ¿cómo son construidas material y simbólicamente?; ¿de qué manera incide la división sexual del trabajo en la planificación y el uso de las ciudades? (Falú, 2017, p. 166).

A resposta para esses questionamentos é sobre o que trata a perspectiva de gênero no urbanismo. Por este conceito trazer em seu bojo a democratização do acesso e a produção da vida urbana, espaços e serviços públicos como horizonte a ser alcançado, levando em conta a perspectiva da mulher, pode-se considerá-lo como uma frente essencial para a luta pelo direito à cidade feminino. Ademais, considerando a cidade como a expressão da sociedade em um espaço (Lefebvre, 2011), é indispensável analisar as vivências femininas, visto as singularidades da prática social

da mulher tais como a dupla jornada de trabalho e a maior exposição à violência (Casimiro, 2017).

Ressalta-se que esse não foi um tema incluído no direito à cidade de Lefebvre, ou seja, este “ainda apresenta uma visão homogênea do espaço urbano, restrita a um padrão social baseado na imagem do homem branco heterossexual e de classe média alta” (Cota, 2021, p. 15, apud Fenster, 2005). A ausência no texto do autor dos demais recortes sociais⁶, e da questão das atividades de cuidado, limita a abrangência desse direito, precisando ser ampliado para vários sentidos, como as relações sociais de gênero (Cota, 2021).

A perspectiva de gênero como uma medida afirmativa para democratização das cidades se justifica pela exclusão histórica das mulheres da vida e dos espaços públicos, gerando um urbanismo (e cidades) baseado em padrões masculinos (mais especificamente cis, hétero e branco) e que desconsidera as necessidades de outros grupos (Kern, 2021). Considerando os recortes raciais e de classe dentro dessa perspectiva, além do fato de idosos, crianças e pessoas com deficiência majoritariamente serem cuidados por mulheres, corrobora-se com Gonzaga (2011) ao afirmar que quando se ouvem as mulheres, todos os segmentos historicamente excluídos também são ouvidos, pelo papel de estruturadora que a mulher exerce.

A reivindicação da participação feminina no processo urbano deve ser uma das frentes do direito à cidade, e como tal, as lutas possuem as mesmas dimensões – política, simbólica e material. A discrepância de gênero na atuação nos espaços políticos e decisórios se torna mais visível quando se sabe da maioria feminina tanto no quantitativo populacional (segundo Censo Demográfico de 2022, 51,5% são mulheres na população brasileira) quanto no número de eleitores (segundo Cadastro Eleitoral de 2022, do total de eleitores brasileiros, 52,65% são mulheres). O objetivo da adoção da perspectiva de gênero é mudar a cidade a fim de torná-la acolhedora para todas as mulheres, principalmente os recortes mais vulneráveis (Casimiro, 2017).

A luta pelo direito à cidade precisa reconhecer a diferença de gênero como um fator que caracteriza a vida urbana, e, apesar de estar muito distante do que se tem hoje em planejamento urbano, a redução das desigualdades e garantia do pleno

⁶ Tais como gênero, classe, raça e sexualidade.

desenvolvimento é algo que está previsto constitucionalmente como objetivo do Estado. Precisa-se ter políticas públicas que acolham as particularidades da vivência feminina, que integrem as atividades de cuidado de forma democrática e possibilitem a presença de mulheres no espaço urbano, o usufruto e a intervenção nele com qualidade (Casimiro, 2017).

O papel que as mulheres exercem no campo das lutas relativas ao direito à cidade, com destaque para a questão da moradia, é muito relevante - a se observar a potência das jornadas feministas e da mobilização feminina em diversas manifestações reivindicativas em apoio a outras pautas sociais. Sobre esse aspecto, considerando que a mulher ainda é associada à vida privada e a responsável principal pelas atividades domésticas e de cuidado (o trabalho reprodutivo), sendo muitas vezes chefes de família, faz sentido ela ser uma grande articuladora nesses espaços de cobrança por moradia digna. Porém no que diz respeito à ocupação do espaço público e da vida pública, a presença feminina se faz mais desafiadora, como uma desobediência à ideia errônea de que o “público” pertence somente aos homens.

Quando se fala em “mulheres” é necessário entender os recortes dentro do gênero, como a raça, a classe e a sexualidade, e as diferenças que cada uma enfrenta no acesso à cidade, portanto, o próprio conceito de direito à cidade é flexibilizado para que faça sentido e alcance a todas. Em se tratando da mulher negra, por exemplo, precisa-se discutir sobre as consequências geradas na sua vivência urbana a partir da influência do sistema patriarcal e escravocrata na urbanização (Cerqueira, 2017).

Seja relativo à mobilidade, habitação, lazer, ou acesso a outros serviços, o cenário é pior para a mulher negra de baixa renda, como demonstrou Cerqueira (2017), ao trazer dados alarmantes sobre a disparidade de assédio e outras violências sofridas por mulheres negras e brancas, ao realizar trajetos a pé e/ou em transportes públicos, nas cidades brasileiras. Com base na autora, tem-se 89% de mulheres negras que sofreram assédio e 35% de mulheres brancas, além de que o número de homicídios de brancas teve queda de 10% em 10 anos, segundo o Mapa da Violência de 2015, e no mesmo período o homicídio de mulheres negras aumentou 54,2%.

Com relação às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, não se tem sequer dados, sendo a história dessas ignorada, segundo Marcondes (2017): não há

informações suficientes⁷ sobre as condições de vida desse grupo e sem elas se torna difícil delinear políticas de inclusão, inclusive as relacionadas ao espaço e vida públicos.

O Atlas da Violência do ano 2023 contextualizou os dados relativos à violência contra a mulher com a constatação da redução alarmante do orçamento federal para políticas de enfrentamento a esse tipo de violência no governo Bolsonaro, desestruturando ações diversas como as de incentivo a políticas de autonomia das mulheres e de Centros de Atendimento à Mulher. Os valores conservadores incentivados pelo ex-presidente também podem ter contribuído para o aumento da violência contra mulheres (e os efeitos sociais da pandemia de covid-19), que entre 2020 e 2021 teve crescimento de 0,3%, enquanto a taxa geral de homicídios caiu 4,8%. O alarmante foi que esse dado cresceu muito mais no recorte de mulheres negras (pretas e pardas), que entre 2020 e 2021 cresceu 0,5%, enquanto o homicídio de mulheres brancas caiu 2,8%.

No artigo de Marques (2017), em que expõe os perigos de ser pedestre e mulher em Brasília, percebe-se o quanto os problemas de insegurança urbana podem ser maiores em cidades onde o pedestre não é prioridade. Nelas, as pessoas precisam escolher entre se arriscar a atravessar as várias faixas, onde se dirige em alta velocidade, ou descer pelas passagens subterrâneas⁸. Essas passagens são pouco vigiadas, pelo fato de não possuírem visibilidade com o lado exterior, além de escuras e precárias, tornando-se lugares de incontáveis perigos, sofridos principalmente pela mulher, que teme não só assaltos, mas violências sexuais.

A autora ressalta que muitas propostas foram feitas de revitalização dessas passarelas, mas a visibilidade das pessoas pelas pessoas - o principal - não é feito, por se tratar de um projeto fechado e fora do nível da rua, ou ao nível dos olhos, portanto fadado a ser um espaço inseguro e pouco movimentado, pois só o policiamento não resolve o problema todo. No caso de Brasília, fica claro quem foi prioridade do projeto e as mulheres foram possivelmente desconsideradas como

⁷ Em Macapá, a ausência de dados sobre a vivência urbana sofrida pelas mulheres no geral também torna difícil o avanço nas políticas públicas com perspectiva de gênero. Não foi encontrado sequer dados sobre o percentual de mulheres chefes de família na capital.

⁸ Decisão projetual tomada na construção da cidade, que coloca o automóvel como foco e as passagens de pedestre no subsolo, por motivos estéticos.

usuárias ativas dos espaços públicos, pois qual mulher pedestre concordaria com tal passarela subterrânea? Esse é um dos casos que se torna inquestionável que sim, gênero importa.

Segundo a autora, ser pedestre e ser mulher não eram preocupações dos urbanistas pois esse lugar de pensar a cidade pertenceu por muito tempo somente aos homens. O presente trabalho pretende avançar mais no sentido de mudar essa mentalidade, ainda vigente mesmo com a difusão do urbanismo com perspectiva de gênero e das lutas feministas. Aqui, defende-se que o urbanismo deve ser feminista, pois

[...] os problemas que nós mulheres enfrentamos nos espaços públicos se repetem em diversas cidades. A violência e o assédio contra as mulheres são problemas culturais e lutar contra essa cultura é um longo processo que significa respeitar as mulheres com a mesma dignidade e igualdade com que se respeitam os homens. [...] *E é por isso que o urbanismo deve ser feminista. Ser feminista não significa ser feito apenas para mulheres, mas remete à necessidade de combate aos padrões que oprimem, que não respeitam as diferenças.* São padrões que estabelecem que o homem heteronormativo é superior, e por isso permite que as regras sejam elaboradas a partir desse ponto de vista (Marques, 2017, p. 84, grifo nosso).

No grifo da citação acima, a autora enfatiza que o urbanismo feminista não quer dizer cidades feitas somente para mulheres e essa interpretação errônea ainda é assimilada por muitos. Porém, defender o direito à cidade, significa defender a perspectiva de gênero no planejamento, políticas públicas e gestão urbana; além de maior representação política para essas pautas. Significa compreender e trabalhar o direito à cidade incluindo a questão do cuidado consigo e com o outro. Isso porque ao institucionalizar a perspectiva de gênero, que é pautada em participação, inclusão e interseccionalidade, as transformações urbanas ficarão mais próximas da realidade. Mas isso não exclui a luta popular nessa direção, fora das instituições, pois sem a reivindicação constante os avanços não serão possíveis.

Notou-se a luta pelo direito à cidade para as mulheres ter tomado força a partir de 2013, no bojo de grandes protestos de resistência contra remoções e ocupação militar nas favelas, organizados por movimentos sociais compostos por um número expressivo de mulheres. Somado a esses eventos, a grande adesão à Marcha das Vadias em 2011, movimento feminista que questionava e combatia a culpabilização da vítima por violência de gênero, levantou a discussão sobre a segurança da mulher nos espaços públicos (ruas, praças, transportes coletivos) e as condições em que podem exercer seu direito de ocupar e se apropriar da cidade (Brandão, 2019).

Segundo Brandão (2019), a participação e a segurança das mulheres na cidade foram temas negligenciados por muito tempo como problema social, mas recentemente têm recebido atenção por governos mais progressistas, a exemplo do Brasil que, na lei que institui o “Minha Casa Minha Vida”, dedicou um artigo a priorizar a titulação da propriedade da residência em nome da mulher, pelo grande número de famílias chefiadas por mulheres. É considerado fundamental assegurar a moradia para elas no processo de luta pelo direito à cidade, pois a casa é um dos alicerces para a vida urbana (Tavolari, 2016).

Desde meados da década de 90, onde se teve grande mobilização em torno da Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim de 1995 e se incorporou o termo *gender mainstreaming*⁹; e da Conferência Habitat de 1996, da qual participaram organizações feministas, nota-se a inclusão das mulheres na agenda urbana internacional. Entender as motivações e orientações dos organismos internacionais para a promoção da igualdade de gênero nas políticas públicas é importante pois exercem forte influência nas legislações nacionais dos países, assim como interferem nas disputas acerca dos sentidos do direito à cidade.

Brandão (2019) enfatiza como os movimentos urbanos promovidos em grande parte pelas mulheres, das décadas de 80/90, mudaram a direção das estratégias dos organismos internacionais e se inseriram na agenda global. Um ponto importante foi o foco dado às mulheres nas políticas de redução da pobreza, especialmente após a Conferência das Mulheres em Pequim de 1995.

Como discutido largamente por Federici (2019), os ajustes estruturais no sul global, incentivados pelo Banco Mundial, desencadearam lutas sociais nas quais as mulheres se mostraram organizadas coletivamente a partir de suas redes domésticas para articular estratégias e contornar a retirada estatal do campo social, inclusive na reprodução social¹⁰. Tais movimentos passaram da esfera local para a internacional através de denúncias sobre a feminização da pobreza, causada pela política de desenvolvimento hegemônico¹¹. No entanto, como afirma Brandão (2019), a forma

⁹ “Integração de gênero” (tradução livre).

¹⁰ Reprodução social: Envolve as tarefas da esfera reprodutiva, que são as de cuidado consigo e com os outros, conhecidas também como “serviços domésticos”, normalmente realizados por mulheres.

¹¹ Políticas de retirada estatal do campo social, como o sucateamento de serviços de públicos que apoiam as atividades de reprodução social (escolas, creches, auxílios para doentes, serviços de saúde, entre outros) (Federici, 2019).

como os organismos internacionais assimilaram isso não reorientou suas estratégias e sim as reforçou, pois apesar de se apropriar do discurso da inclusão e participação feminina, utiliza-se dele para reforçar o projeto urbano neoliberal, que é a gênese das diversas exclusões - de gênero, raça e classe.

Apesar da legitimidade alcançada para demandas importantes, essa cooptação deixou de lado os aspectos de base do direito à cidade como a contínua renovação, construção coletiva da cidade e distribuição dos seus recursos (Brandão, 2019; Lefebvre, 2011; Harvey, 2011). Já o que se tem incorporado nos documentos internacionais diz respeito à “inclusão”, ao acesso à cidade a todos, mas sem mudar a produção dela em seu cerne (Mayer, 2012).

Nesse sentido, os governos neoliberais adotaram o engajamento nessas pautas progressistas, com uma ideia de participação deturpada onde a “autossuficiência” é incentivada, em um cenário onde nem o básico é ofertado pelo poder público. A isso, Mayer (2012), chama de “sequestro da linguagem”: a assimilação de pautas sociais, mas de forma a inseri-las no funcionamento neoliberal.

Tal fenômeno pode ser observado com as pautas feministas ao serem incorporadas no discurso da ONU, como lembra Federici (2019). Há uma mudança na forma de governo, incluindo certas palavras-chave progressistas sem, no entanto, mudar a distribuição de poder. Dessa forma, pode-se inferir que o direito à cidade, assim como a perspectiva de gênero, passou por um processo de esvaziamento de sua perspectiva mais reivindicatória para que se adequasse a agenda neoliberal.

Nesse sentido, é necessário haver uma mobilização social contínua sobre essas pautas para a sociedade se manter ativa nas cobranças dos governos. Não basta se oferecer espaços de participação e campanhas contra o feminicídio, se não houver uma gestão que pense de fato na democratização da cidade e trabalhe com as diferenças dos participantes (gênero, raça, idade, deficiência). Isso significa dar voz aos segmentos ignorados através da participação em todas as etapas no planejamento e intervenções urbanas, dando subsídios suficientes para isso.

1.2. A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO URBANISMO

1.2.1. O feminismo e o recorte racial

Todo conhecimento é produto de uma situação histórica, quer saiba disso ou não. O fato de saber ou não disso faz uma diferença enorme; se não sabe, [o

conhecimento] pretende afirmar-se como “neutro”, ele nega a história que pretende explicar [...]. Todo conhecimento que não reconhece e não toma como premissa a opressão social nega-a e, como consequência, serve a ela objetivamente (Delphy, 1998, p.272).

Para iniciar a discussão da perspectiva de gênero no urbanismo vale introduzir uma definição de feminismo simples: é um movimento político protagonizado por mulheres que objetiva acabar com a dominação masculina, a qual atinge não apenas mulheres, mas pessoas LGBTQIAP+ e homens também. Segundo bell hooks, o feminismo é um movimento para acabar com o sexismo¹², a exploração sexista e a opressão patriarcal¹³. Parafraseando o título de uma de suas obras, “o feminismo é para todo mundo”, não apenas para as mulheres (hooks, 2019).

A autora busca desmistificar a ideia de que “[...] o feminismo é sempre e apenas uma questão de mulheres em busca de serem iguais aos homens” (hooks, 2019, p. 17) e defende que este conceito, na verdade, primordialmente defende “a reforma e reestruturação geral da sociedade” para que ela seja fundamentalmente antissexista (hooks, 2019, p. 21). Ou seja, para que a opressão de gênero deixe de atingir a todas, independente de raça, classe, deficiência e orientação sexual, como destaca Saffioti¹⁴ (2013, p.194) “o feminismo pequeno-burguês não é na verdade um feminismo”, pois ele ajudaria a encobrir contradições, como a questão da classe social e do racismo.

Quando se fala em perspectiva de gênero, é fundamental esclarecer a importância de se trabalhar a partir da interseccionalidade¹⁵, conceito que diz respeito ao reconhecimento de que a produção de desigualdades não parte apenas de um ponto (apenas do capitalismo, ou do patriarcado ou do racismo), mas da combinação de todos (Crenshaw, 1989). Uma análise mais assertiva deveria, então, considerar que gênero, raça e classe não agem separadamente.

¹² Sexismo: Segundo o dicionário Priberam, é a teoria que defende a superioridade de um sexo, geralmente o masculino, sobre outro e a discriminação baseada em critérios sexuais.

¹³ Patriarcado: Tipo de organização social em que a autoridade é exercida por homens (Dicionário Priberam)

¹⁴ A autora, cientista social, foi pioneira no Brasil ao trabalhar de forma integrada as opressões de gênero, raça e classe, com seu livro “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, de 1969 (Saffioti, 2013).

¹⁵ O termo foi cunhado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, no intuito de evitar o apagamento sofrido pelas mulheres negras em análises que só consideravam o gênero ou a raça como categorias de opressão e produção de desigualdades.

É necessário, então, pôr em foco os recortes de raça e classe, pois a mulher negra e pobre é o segmento mais vulnerável e por muitas vezes ignorado dentro do feminismo e das políticas de gênero. Vale ressaltar que a população de Macapá, onde será analisado as vivências femininas, é composta majoritariamente de mulheres pardas (IBGE, 2022).

Considerando que o Brasil ainda carrega uma forte herança escravocrata, permeado de racismo em todas as esferas, o mito da “democracia racial”¹⁶ (Domingues, 2005) só serve aos interesses dos grupos hegemônicos, interessados em perpetuar essa segregação, como visto em Gonzalez (2020). É preciso reafirmar que se vive em uma sociedade e cidades racistas (além de machistas¹⁷) a fim de gerar debates ao redor desse conflito, não o evitando, e caminhar para políticas de afirmação e de justiça social.

Para Santos (1996), o modelo cívico e político brasileiro, mesmo no final da década de 90, ainda era o herdado da escravidão, sendo essa uma marca profunda nas relações sociais, no território e nos espíritos, até hoje. Este modelo racista está intimamente ligado com o capitalismo e a subordinação do modelo cívico brasileiro à economia. O Brasil, para o autor, vivia (e ainda vive) uma “democracia de mercado”, onde o homem não é o centro, como deveria ser, mas sim o capital. Nesse sistema, o mercado impõe a competitividade como norma e os “mais fracos não hão de esperar nada e os negros muito menos” (Santos, 1996, p. 138).

Relacionando a questão das mulheres com a dos negros, Santos (1996) afirma que não são questões equiparáveis, pois, segundo ele, a luta feminina apesar de recente já conseguiu resultados que a dos negros não obtêm. Para o autor, “as mulheres lutam

¹⁶ Democracia racial seria “um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação” (Domingues, 2005, p.118). A teoria da democracia racial foi uma saída para isentar os ex-senhores de escravos de qualquer responsabilidade com eles depois da abolição, assim como o próprio Estado, que por muito tempo não tomou nenhuma medida compensatória em benefício aos ex-escravizados e descendentes, como forma de reparo pelos danos psicológicos, físicos e à expropriação causadas pelo regime escravista. O mito da democracia racial transformou casos isolados de sucesso entre a população negra em generalizações, usou o discurso de ausência de conflito entre senhor e que a escravidão não tinha gerado revolta nos escravizados, presente na obra “O Abolicionista” de Joaquim Nabuco. Nela, o autor ressaltou que “A escravidão, entre nós, manteve-se aberta e estendeu os privilégios a todos indistinctamente: brancos ou pretos, ingenuos ou libertos, escravos mesmo, estrangeiros ou nacionais, ricos ou pobres...” (Nabuco, 1938, p. 171). Contribuiu também para propagar essa falsa ideia de democracia racial, a “imprensa negra” paulista, divulgando uma ausência de preconceito racial e que se vivia em harmonia e comunhão (Domingues, 2005).

¹⁷ Segundo Kern (2021) e Gonzaga (2011).

dentro da sociedade, enquanto os negros não fazem parte da sociedade que manda”, sendo uma situação estrutural e cumulativa (Santos, 1996, p. 136). Ademais, ressalta-se a marginalização de corpos considerados inferiores, que tomou força no Brasil com a globalização, principalmente os de pessoas racializadas (Santos, 1996). Portanto, é possível compreender a posição de opressão a qual a mulher negra é submetida, por acumular preconceitos de raça e gênero.

A mulher negra carrega múltiplas jornadas de trabalho, bem antes da mulher branca enfrentar a dupla jornada. Em um momento onde a mulher branca não trabalhava fora, a mulher negra exercia seu papel de cuidadora, além de trabalhar em outros postos fora da esfera doméstica, ocupando a cidade à revelia, bem antes das brancas (Gonzalez, 2020).

Atualmente, essas mulheres são responsáveis pela renda familiar, pelo trabalho doméstico e de cuidado. No Brasil, as mulheres pretas e pardas são as predominantes entre as chefes de família e gastam mais tempo com tarefas domésticas (1,6 horas a mais que mulheres brancas), além de serem o maior percentual de pessoas em situação de pobreza e com menor representatividade política, segundo o IBGE (2022). Ademais, também possuem terceira jornada: a luta pelos seus direitos, sendo o motor de diversas lutas relacionadas ao direito à cidade (Gonzalez, 2020).

O racismo existente mesmo depois de certa ascensão social é corroborado por Santos (1996), quando afirma que mesmo sendo um pesquisador conhecido, em seu cotidiano não se sentia cidadão, pois para ele ser cidadão significa conseguir reivindicar e conquistar seus direitos. A essas vivências de constante exclusão social, o autor chama de cidadanias mutiladas, podendo ser percebidas na remuneração, nas oportunidades de emprego, na localização desses corpos, na moradia, na mobilidade, nas abordagens policiais e no tratamento da justiça brasileira. Para a mulher negra, segundo Gonzalez (2020), a opressão é muito maior.

Gonzalez (2020) também chama atenção para a exclusão sofrida por esse recorte no movimento feminista no Brasil na década de 70, momento no qual a opressão racial não era abordada nem mesmo nesses círculos mais progressistas. Porém, muitos avanços nesse sentido foram percebidos, pois o movimento vive em constante atualização, como demonstrou a autora.

Isso significa que a mulher racializada se vê constantemente em lugar de despojamento de direitos, que Federici (2019) chama de “o ponto zero”. Para muitas brasileiras pretas, pardas e indígenas, ele é uma experiência cotidiana, um lugar de perda completa. Assim, o ponto zero é também um momento a partir do qual não se tolerará pensamentos progressistas que não tenham em seu bojo a perspectiva do trabalho doméstico, a reprodução e a luta feminista (Federici, 2019), e a luta antirracista.

1.2.2. A esfera reprodutiva e o lugar de mulher

Um dos eixos estruturantes do feminismo, a questão do trabalho doméstico, relaciona-se intimamente com as relações de poder entre os gêneros. Este tipo de trabalho pertence à esfera reprodutiva¹⁸, esfera ignorada e desvalorizada, por ser muitas vezes considerada inferior à esfera produtiva (pois não é a responsável direta por gerar riquezas). Uma das faces desse descaso é o fato de o trabalho reprodutivo (doméstico) não ser considerado trabalho, pois não há remuneração para ele. Considerar essas tarefas como trabalho de fato é essencial para ele deixar de ser visto como um atributo natural feminino, ou um ato de amor (Federici, 2019).

A reprodução social é compreendida então como “o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente”. Dessa forma, o trabalho reprodutivo envolve as atividades relacionadas a cuidados consigo e com outro, tarefas historicamente delegadas às mulheres, com base na falácia que elas seriam mais aptas e sensíveis (Federici, 2019, p.20).

Federici (2019) aponta também para a marginalização desse tema dentro dos setores progressistas de esquerda como todo, destacando que Marx ignorou a imensa quantidade de trabalho doméstico necessária para o desenvolvimento do capitalismo. Pouco é discutido nesses círculos sobre a grande quantidade de trabalho não pago é realizado pelas mulheres dentro do lar:

¹⁸ A esfera reprodutiva é definida como o conjunto de atividades não remuneradas que realizam as pessoas de uma unidade de convivência para o cuidado delas mesmas, para com os integrantes de uma família ou para uma família de fora. Também chamadas de atividades domésticas, são as relacionadas com proporcionar moradia, nutrição, vestuário e cuidados (Ciocchetto, 2014, p. 14, tradução nossa).

A tradição inteira da Esquerda tem concordado com a marginalidade do trabalho doméstico na reprodução do capital e com a marginalidade da dona de casa na luta revolucionária. De acordo com a Esquerda, as mulheres, como donas de casa, não estão sofrendo com o capital: estão sofrendo com a sua ausência. O nosso problema, ao que parece, é que o capital falhou em alcançar nossa cozinha e nosso quarto, [...] e tudo que fazemos na cozinha e no quarto é irrelevante para as mudanças sociais. Obviamente, se a cozinha está fora do capital, a nossa luta para destruí-la nunca ocasionará a derrocada do capital (Federici, 2019, p. 64).

A partir da fala da autora, é percebido o quanto sobre a esfera reprodutiva ainda precisa ser compreendido. Sem ela, não há produção e não há capital: ela é a base das demais atividades econômicas. E as mulheres, desde meninas, são treinadas a cumprir o papel de cuidadoras e ocupar, quase unicamente, a esfera privada, tornando-as estranhas aos espaços públicos e à vida pública. Com isso, firmou-se os preconceitos acerca do “lugar de mulher”, fato que dificulta a apropriação e usufruto feminino dos espaços públicos até hoje (Gonzaga, 2011; Saffioti, 2001; Ciocoletto, 2014).

O não assalariamento do trabalho doméstico é definidor da relação de poder entre os gêneros, na qual o homem está acima. As mulheres trabalham mais que os homens e são o segmento mais pobre, e “enquanto o trabalho dos homens diminuiu na última década, as mulheres hoje trabalham ainda mais do que no passado” (Federici, 2019, p. 109). O Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1998, também afirma que a mulher é o segmento mais empobrecido devido ao seu trabalho reprodutivo não remunerado (Federici, 2019; Gonzaga, 2011).

A feminização da pobreza é um dos efeitos da globalização na reprodução social, pois se entende que o capitalismo foi fruto do sacrifício de grande parte da humanidade (escravidão, guerras, fome e miséria), e só se sustenta com isso. Os constantes cortes em assistência social e congelamento de salários levou a uma grande crise na reprodução na América Latina, gerando um nível de pobreza alarmante. Considera-se isso um reflexo da interdependência entre capitalismo, sexismo e racismo, fato amplamente discutido na literatura feminista (Federici, 2019; Saffioti, 2013).

É notável a potência feminina na organização das lutas urbanas e anticapitalistas como um todo, principalmente a partir da década de 90. Ademais, pode-se afirmar que nenhum avanço eliminou a exploração inerente ao trabalho reprodutivo, nem o crescimento do emprego feminino eliminou a hierarquia de gênero no trabalho (Federici, 2019).

Federici (2019), enfatiza a importância de ações na esfera cotidiana e a necessidade de que o poder feminino seja construído de baixo para cima. No caso de Macapá, é preocupante a baixa organização desses movimentos, pois as ações locais de grupos feministas são a base da luta pelos direitos da mulher, sem eles não há avanços.

1.2.3. A mulher e a cidade

Sabendo-se o quanto a vivência feminina está condicionada a uma série de conflitos, – como a responsabilidade pela esfera reprodutiva de forma não paga – é percebido que o machismo¹⁹, como algo estruturante, dita o não pertencimento da mulher à cidade, com os devidos agravantes de classe e raça. Gonzaga (2011), ao falar sobre gênero, ressalta que as práticas sociais, como a designação dos papéis de gênero, refletem não só no espaço privado como no público, por isso o machismo e o sexismo são escancarados na cidade e na insegurança que as mulheres sentem nelas.

Porém, tanto na esfera pública como na privada, a mulher está passível a violências diversas. O que não impediu sua resistência na vida pública, colocando seu corpo no espaço urbano e o reivindicando: “No dia a dia, dizer ‘a cidade não é para as mulheres’ e ‘o lugar da mulher é na cidade’ são ambas verdadeiras” (Kern, 2021, p. 26).

É ressaltado por Gonzaga (2011) que o acesso das mulheres à cidade e a cidadania, no Brasil, sempre foi inferior ao do homem. O direito ao voto só foi alcançado em 1932, as mulheres casadas só puderam trabalhar fora de casa sem permissão do marido em 1962, a lei que permitiu o divórcio data de 1977 e somente na Constituição de 1988 se passou a reconhecer a igualdade entre mulheres e homens. Conquistas importantes e tão recentes, só foram possíveis pela pressão do movimento feminista junto a demais movimentos populares.

E as desigualdades de gênero não foram superadas, ainda precisam ser enfrentadas. Segundo o “*Global Gender Gap Report 2011*”, relatório do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupava a posição 82 no ranking da desigualdade global entre homens e mulheres, e foi o último colocado da América do Sul. Segundo o documento, o principal problema seria disparidade salarial entre gêneros ocupando o mesmo cargo.

¹⁹ Machismo: Atitudes ou relações interindividuais que tomam como base o sexismo, o preconceito de gênero com base na dominação masculina (Hirata et al, 2009).

Na atualização do relatório feita em 2023, o país subiu para a posição 57, o que demonstra uma melhora expressiva na situação de equidade de gênero. Mas apesar disso, ainda está muito longe no ranking da América Latina, ocupando a posição 14, de 21 países, região que possui a Nicarágua e a Costa Rica como líderes. Os motivos para o aumento da igualdade de gênero brasileira se devem, principalmente, ao aumento da representatividade política feminina (em número de ministérios e parlamentares). Apesar do aumento, essa representatividade ainda é muito baixa (apenas 15% na governança local, enquanto a Bolívia possui 50,4%), sendo o principal fator negativo pela análise do relatório, seguido do também muito baixo, índice de igualdade de salários e do valor da renda mensal estimada.

Tal diferença de rendas e salários entre gêneros tem reflexo na questão da violência doméstica, pois muitas mulheres não conseguem se separar do abusador por não ter estabilidade financeira ou de moradia: “Os salários mais baixos para as mulheres para a mesma atividade também impactam na dependência financeira que elas têm de seus companheiros ou familiares e, portanto, limitam sua autonomia” (Rolnik, 2011).

A desigualdade de gênero foi corroborada em análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, feita pelo IBGE, a qual mostrou que 71,2% dos postos de trabalho perdidos eram de mulheres, cenário que pode ter contribuído para o aumento da violência de gênero em 2020 (Cerqueira e Bueno, 2023).

Em se tratando de violência contra a mulher, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou a edição do ano de 2022 da pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” que trouxe dados de que quase 30% das brasileiras sofreram algum tipo de violência ou agressão durante o ano em questão, número maior do que a pesquisa anterior, de 2021. Porém ainda há um grande desconhecimento sobre a violência de gênero no Brasil, segundo o Atlas da Violência:

[...] Como exemplo dessa limitação, Cerqueira et al. (2023), com base nos dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/IBGE) e em registros administrativos nacionais, estimaram que, a cada ano, haveria no mínimo 822 mil estupros no país, sendo que apenas 8,2% desses casos chega ao conhecimento das polícias (Cerqueira e Bueno, 2023, p. 41).

O documento também traz a informação de que a violência contra a mulher aumentou nos últimos anos (de 2019 até 2021), e apresenta três hipóteses para esse aumento: a redução em 94% do orçamento público federal no governo Bolsonaro para as

políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; o radicalismo político, com a escalada do conservadorismo junto com seus valores do patriarcado, e a pandemia de covid-19, por conta do isolamento e redução de acesso a serviços protetivos.

Entre o período de 2020 e 2021, a taxa geral de homicídios caiu 4,8%, mas no caso do homicídio de mulheres aumentou 0,3%: “Somente em 2021, [...] 3.858 mulheres foram assassinadas no Brasil”, desse total, 67,4% eram mulheres negras. Essa taxa vem subindo desde 2019. No Amapá, entre 2019 e 2021, houve 56 homicídios de mulheres negras e 2 de mulheres brancas, demonstrando a importância do fator raça nas estatísticas para entender quem está mais vulnerável (Cerqueira e Bueno, 2023).

Porém, quando se propaga o discurso contrário a mulher ocupar os espaços públicos, por conta da violência, se fortalece o machismo e o sexismo presentes na cidade. Segundo Kern (2021), o poder e os privilégios masculinos são conservados quando se restringe a mulher de ocupar diferentes espaços, pois o que deveria mudar não são as ações femininas, mas as políticas públicas, as quais deveriam estar voltadas para a promoção da equidade de gênero e raça. Dizer que as mulheres estão seguras em casa também é falso, pois entre 2019 e 2021 não houve queda na taxa de homicídios de mulheres dentro das residências e a taxa de feminicídio aumentou, no mesmo período.

Os dados apresentados corroboram com a premissa aqui trabalhada: as cidades são excludentes, calcadas no patriarcado e no racismo:

Qualquer assentamento é uma inscrição no espaço das relações sociais na sociedade que o construiu. Nossas cidades são patriarcados escritos na pedra, no tijolo, no vidro e no concreto (Darke, 1996, p. 88).

As diretrizes comuns para se construir as cidades levam em conta uma neutralidade que se traduz em um indivíduo padrão: homem, adulto, branco, heterossexual e sem deficiências. A localização dos diferentes corpos na cidade segue a lógica de mercado, onde quem pode pagar tem direito aos melhores espaços, deixando para o segmento mais empobrecido bairros afastados com pouca ou nenhuma infraestrutura. No Brasil, em 2022, a tipologia de família formada por mulheres pretas ou pardas, sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos foi a que concentrou o maior nível de pobreza, 72,2% dos componentes dessas famílias eram pobres.

Entre os pretos e pardos, 40% eram pobres, o dobro da taxa da população branca (21% eram pobres), e ao se considerar o fator gênero, a porcentagem aumenta: 41,3%

dos pobres eram mulheres pretas e pardas (IBGE, 2022). Portanto, pode-se inferir que este recorte é o que está mais longe de acessar a cidade por completo. Mesmo depois de construídas, “as cidades continuam a moldar e influenciar as relações sociais, o poder, a desigualdade (...)” (Kern, 2021, p.29). A baixa representação em cargos decisórios também leva a não consideração da experiência feminina nesses processos, porém apenas isso não resolveria o problema, já que o machismo pode ser também reproduzido por elas:

Simplemente adicionar mulheres à profissão ou considerar suas experiências é inadequado nas duas frentes. Uma vez que as experiências das mulheres são moldadas por uma sociedade patriarcal, suavizar as arestas dessa experiência por meio do design urbano não desafia o patriarcado em si. E, em segundo lugar, presumir a unidade entre as mulheres deixa de considerar outros marcadores importantes de diferença social (Kern, 2021, p. 31).

A abordagem interseccional é urgente para se alcançar a equidade de gênero nas cidades e não cair no erro de considerar dentro das políticas de gênero apenas a mulher branca. O termo interseccional foi importante para a visibilidade das mulheres à margem e que por muitos nem eram consideradas mulheres: “A interseccionalidade levou a uma mudança radical na forma como o feminismo entendia as relações entre vários sistemas de privilégio e opressão, incluindo sexismo, racismo, classismo, homofobia e capacidade social” (Kern, 2021, p.32).

Assume-se na presente pesquisa uma posição feminista interseccional perante as cidades, o que significa lutar para todas as mulheres serem reconhecidas como sujeitos urbanos válidos e distintos e “lutar contra um conjunto de relações de poder emaranhadas” (Kern, 2021, p. 33). Assim, o olhar de gênero é muito mais do que só o gênero:

Fazer perguntas de mulheres sobre a cidade significa perguntar sobre muito mais do que o gênero. Tenho que perguntar como meu desejo por segurança pode levar a um policiamento cada vez maior em comunidades negras. Tenho que perguntar como a minha necessidade de acesso ao carrinho [de bebê] pode funcionar em solidariedade às necessidades das pessoas com deficiência e idosos (Kern, 2021, p.33).

Mas independente de raça e classe social, a presença feminina dificilmente passa despercebida, o que permite afirmar ser quase impossível “um anonimato ou invisibilidade completos na cidade” (Kern, 2021, p.41). Ao se pensar em desfrutar da cidade a pé e sozinha, como mulher, é comum o constante medo de sofrer algum tipo

de assédio, o que torna o caminhar feminino nos espaços públicos, muitas vezes, uma atividade estressante para a mulher.

O caminhar despreocupado e a capacidade de “se misturar na multidão urbana, atravessar livremente as ruas [...] têm sido considerado como verdadeiros ideais urbanos” (Kern, 2021, p.41), são direitos que a mulher ainda luta para obter, e se relaciona muito com o ideal de direito à cidade, previamente discutido.

Falando sobre o ocupar a cidade, chega-se no *flâneur*²⁰, figura masculina e espectadora apaixonada pela cidade, que busca se unir à experiência urbana, “no centro da ação e ainda assim invisível” (Kern, 2021, p.41). O *flâneur* foi considerado um importante personagem urbano e a perspectiva era sempre sexista, ao deduzir que ele só poderia ser um homem. Este personagem parte de pressupostos privilégios masculinos, tais como o acesso sem dificuldades ao espaço público (sem medo violências), tempo livre ocioso, algum recurso e falta de responsabilidades imediatas, pois não realizava trabalhos domésticos (Nunes, 2018).

O feminino de *flâneur*, a *flâneuse*, seria então a observadora e caminhante urbana, mas esse é ainda um termo de nicho, uma “definição imaginária do termo” (Nunes, 2018, p. 871), utilizado por algumas pesquisadoras do urbano e da arte como forma de resistência, sem registro ainda na maioria dos dicionários. A maioria das fontes usadas para se falar de cidade são masculinas, a exemplo do *flâneur*:

O jornalista e escritor Louis Huart definia assim o seu grupo: “Boas pernas, bons ouvidos e bons olhos (...) estas são as principais vantagens físicas necessárias para *qualquer cavalheiro francês* ser digno do clube dos *flâneurs*, assim que somos iniciados nele”, criando um cânone masculino de estetas-caminhantes, como se para andar fosse requisito possuir uma *bengala* (Nunes, 2018, p. 871, grifo nosso).

Para esse “clube androcêntrico”, se a *flâneuse* existisse, ela seria uma prostituta ou estaria em situação de rua, pois as mulheres consideradas respeitáveis para eles pertenciam ao ambiente doméstico (Nunes, 2018, p. 871). O *flâneur* seria um “fantasma” nas ruas: anônimo e que passa despercebido. As mulheres, no entanto, historicamente, não possuem o mesmo direito de andar tranquilamente nas ruas, nem ao anonimato, além de serem objeto do constante olhar masculino e inquisidor.

²⁰ Destaque na literatura de Charles Baudelaire e outros escritores.

A ideia defendida é que as mulheres não apenas podem, como sempre foram *flâneuses*, porém geralmente são caminhantes muito visíveis, possuindo ao mesmo tempo características de invisíveis (pois não são levadas em conta na produção urbana) e hipervisíveis nas ruas. Não se pensar na mulher como alguém com capacidade de desfrutar da vida urbana como observadora e de realizar o caminhar sem destino na cidade, é uma face do pensamento sexista (Kern, 2021).

Para Cota (2021), as mulheres de classes mais baixas²¹ sempre estiveram presentes no espaço público, trabalhando e realizando atividades de cuidado, porém sabe-se que esse espaço foi pensando historicamente por e para homens. Somente com a mulher branca de classe média começando a trabalhar fora que a presença feminina no espaço público ganhou visibilidade.

Analisando a vivência urbana feminina brasileira, Soihet (1997) afirma que a repressão contra as mulheres nas ruas foi reflexo de uma tentativa de afrancesar as cidades e mostrar civilidade. Esses preconceitos, segundo a autora, eram piores nas classes mais baixas, mas essas mulheres resistiam, pois a responsabilidade pelas famílias tornava indispensável a circulação e permanência nas ruas e praças:

Ocorre que esse processo não se desenrolou sem uma efetiva resistência dos membros das camadas populares, inclusive da parcela feminina, que disputava, palmo a palmo, o seu direito ao espaço urbano. Deve-se ter em mente que para muitos a rua assumia ares de lar onde comiam, dormiam e extraíam o seu sustento. Também era nos largos e praças que as mulheres costumavam reunir-se para conversar, discutir ou se divertir (Soihet, 1997, p. 366).

Vale ressaltar também que, para a mulher negra, a presença nas ruas e praças era comum, mesmo antes da abolição da escravidão, onde vendiam produtos e circulavam em seus afazeres (Mello e Ribeiro, 2021). Depois da abolição, a ocupação desses espaços seguiu com comércios variados como estratégia de subsistência, momentos nos quais podiam desfrutar da vida pública de formas diversas às das mulheres brancas, mas sofrendo violências e exclusão (Schumacher e Brazil, 2007).

Considerando que o direito de poder usufruir da cidade e da vida urbana sem medo faz parte de se sentir cidadão, ele deveria se estender a todos (Solnit, 2016). Poder exercer esse direito sem medo, incluindo de violências policiais e racismo, é um dos ideais da perspectiva de gênero aqui defendida. Este direito de poder se apropriar de

²¹ E, predominantemente negras, no caso brasileiro (Cota, 2021).

fato dos espaços públicos pode ser relacionado ao direito à “festa”, à atividade lúdica, discutida por Lefebvre (2011) como essenciais para o direito à cidade.

Urge mudar o padrão do usuário típico da cidade que se convencionou e estudar os diferentes tipos de experiências para, assim, formular políticas para incluí-las devidamente. A cidade precisa ser um lugar acolhedor para os que têm necessidades especiais, como a mulher grávida, com filho pequeno ou uma pessoa com deficiência, e não mais uma barreira em sua rotina. Ademais, os espaços urbanos deveriam dar suporte para a conciliação das inúmeras tarefas desempenhadas pelas mulheres (que deveriam ser divididas com os homens) e não tornar o trajeto mais difícil, como é observado. E isso se mostra de várias formas, como a falta de um banheiro, fraldário ou lugar para descanso no trajeto (Kern, 2021).

Em alguns países da Europa, como Viena, a adoção da perspectiva de gênero em várias áreas da gestão pública, como educação e saúde, teve um reflexo positivo no planejamento urbano. A partir dessa experiência pode-se perceber que essa perspectiva precisa ser adotada de forma interdisciplinar e não pontualmente no planejamento urbano:

Essencialmente, essas estruturas significam que todo o planejamento, política e decisão orçamentária devem ser considerados com o objetivo de igualdade de gênero como ponto de partida. Essas abordagens levam as cidades a considerar como as decisões apoiam ou impedem o trabalho de cuidado que literalmente mantém a sociedade funcionando (Kern, 2021, p.71).

Viena promoveu pesquisas sobre o uso do transporte pelas mulheres para entender como funcionavam os seus deslocamentos e posteriormente redesenhou áreas para facilitar a mobilidade pedonal e otimizar o transporte público. Somado a isso, teve-se construção de conjuntos habitacionais diferenciados:

A cidade também criou conjuntos habitacionais do tipo imaginado por projetistas femininas incluindo creches locais, serviços de saúde e acesso ao transporte público. Com o objetivo de garantir que todos tenham igual acesso aos recursos urbanos, a abordagem de integração de gênero de Viena está “literalmente remodelando a cidade” (Kern, 2021, p. 72).

As políticas de gênero precisam, também, atender de forma mais urgente as mulheres em áreas segregadas, geralmente racializadas e pobres, que não são consideradas por muitos a “mulher padrão” dentro de planos urbanos e políticas com perspectiva de gênero. É preciso pôr no centro da questão o recorte feminino mais vulnerável.

Apesar de o cidadão urbano típico ter sido considerado o homem branco, cis, sem deficiência, de classe média e heterossexual, “a cidadã imaginada no planejamento de gênero também foi limitada” (Kern, 2021, p. 74), o que significa que dentro das políticas de gênero tomadas, o recorte é limitado à mulher branca de classe média.

A realidade da mulher de baixa renda e racializada com relação à dificuldade de se mover na cidade e de ocupá-la é muito perceptível no Brasil, principalmente pelo fato de as mulheres pretas e pardas serem o recorte social que mais é vítima de violências fatais fora de casa, como já mencionado, além de ser o mais empobrecido. Também corrobora com isso, o índice muito baixo de representação política feminina, demonstrado através da muito baixa posição²² no ranking do “*Global Gender Gap Report*” (relatório global sobre disparidade de gênero). Políticas sociais e de afirmação que estimulem a participação feminina na política, além de um planejamento sensível às realidades das mulheres e, principalmente, participativo, são urgentes.

1.2.4 Urbanismo com Perspectiva de Gênero

Como dismantelar o mundo que foi construído para acomodar apenas alguns corpos? O sexismo é um desses sistemas de acomodação. O feminismo demanda apoiar as mulheres em sua luta para existir nesse mundo. O que quero dizer com *mulheres* aqui? Faço referência a todas as pessoas que viajam sob o signo *mulheres* (Ahmed, 2022, p. 33).

O urbanismo feminista se baseia na compreensão que na história das cidades e da arquitetura e urbanismo as mulheres foram invisibilizadas como protagonistas (Cota, 2021). A cidade, substantivo feminino, foi contada e construída a partir de uma perspectiva masculina (Cota, 2021) e é urgente a ampliação dessa visão, a fim de validar as mulheres como cidadãs e usuárias plenas do espaço urbano. Esse conceito é, portanto, parte crucial da luta feminista contra o sexismo e outras formas de opressão.

A trajetória do urbanismo feminista é extensa, e a gênese desse movimento remonta duas autoras pioneiras: Jane Jacobs e Dolores Hayden. Jacobs (2011), que em sua obra trouxe diversos apontamentos para tornar a cidade mais viva e segura, apesar de não especificar a mulher como perspectiva para o urbano, usa de sua própria

²² Brasil ocupa a posição 71 no ranking (de 148 países), sendo uma das posições mais baixas entre os países da América Latina (Colômbia está em 41, Argentina em 37, Chile em 22, México em 23, Barbados em 15), de acordo com o *Global Gender Gap Report* de 2025, realizado pelo Fórum Econômico Mundial.

experiência para analisar a vida na cidade, e, como mulher, pôde fazer contribuições valiosas. Crítica do urbanismo modernista, com seu racionalismo, zoneamentos rígidos e distante da realidade dos pedestres, dentre as medidas defendidas pela autora está a diversidade de usos na malha urbana e quarteirões curtos, a fim de gerar entornos mais seguros pela maior circulação de pessoas. Dessa forma, é defendido o “controle social e não policial da vida urbana” (Vieira e Costa, 2014).

Já Hayden (1981), foi uma das primeiras arquitetas a criticar o urbanismo moderno com uma clara perspectiva de gênero em seu artigo “*What would a non-sexist city be like? speculations on housing, urban design, and human work*”²³. Nesse estudo a autora expõe como o urbano e as residências estadunidenses não leva em consideração as mulheres e a igualdade de gêneros, incluindo análises feministas e críticas ao capitalismo.

Para a autora, os arquitetos e urbanistas em seus projetos e planos deveriam levar em conta outros tipos de família que não apenas a formada pelo homem provedor, mulher “do lar” e filhos, a fim de dar subsídio para as mudanças nos papéis de gênero e apoiar os lares fora desse padrão. Nesse sentido, a cidade deveria ser feita de forma que lar, trabalho e serviços públicos essenciais, como lazer, áreas verdes, educação, saúde, alimentação, estejam próximos, para o percurso entre eles ser facilitado e não dependente do automóvel.

Zaida Muxi e as integrantes do *Col.lectiu Punt 6*, coletivo que coordena, são grandes referências da atualidade em pesquisas referentes ao tema. Para a autora, a escala da proximidade, do cotidiano, deveria basear os projetos e planejamentos da cidade e isso aconteceria através de participação popular, com metodologia que dê destaque para as experiências femininas e proporcione participação de forma adequada. E isso porque se entende as mulheres como as maiores cuidadoras ou responsáveis de uma parcela da população que também é esquecida: crianças, idosos, pessoas com deficiência (Muxi et al, 2011).

²³ Tradução livre: “Como seria uma cidade não-sexista? especulações sobre habitação, desenho urbano e trabalho humano”

Assim, pode-se afirmar que o urbanismo com perspectiva de gênero seria um motor para a difusão do direito à cidade para aqueles que por muito tempo ficaram de fora do “sujeito universal”, para quem as cidades foram feitas.

O caso da cidade de Viena, com o projeto “*Gender Mainstreaming*” (“integração de gênero”, tradução livre) no ano 2000, foi um dos pioneiros a incorporar o urbanismo feminista. Nele, foi constatado que as mulheres usam muito mais que os homens o transporte público e calçadas, com isso foram feitos projetos para iluminação noturna, melhoramento de calçadas e rampas, assim como das rotas de transporte público. Os projetos foram baseados em estudo aprofundado da utilização da cidade, e remodelaram também praças, para serem mais convidativas e inclusivas (Freitas, 2019).

Em se tratando do planejamento urbano brasileiro, segundo Maricato (2011), os planos diretores são um conjunto de representações ideológicas que não representam, em sua maioria, a cidade real com suas diversidades e conflitos. Para Villaça (1995), o apego dos reacionários à concepção tecnocrática dos planos tem impedido conquistas populares na cidade, como o avanço da equidade de gênero, e acrescenta-se aqui que mesmo se tendo um bom planejamento, para ele funcionar na prática é necessário transformações no cenário político das cidades, com a ocupação de cargos com poder decisório por pessoas sensíveis às causas populares.

Porém, alguns avanços aconteceram no cenário do planejamento brasileiro. Na mesma época do projeto citado em Viena, no Brasil, a geógrafa Sônia Calió impulsionava o urbanismo feminista em seu trabalho no planejamento de Santo André (SP). O resultado foi a incorporação do “Plano Municipal dos Direitos da Mulher” ao Plano Diretor da cidade, gerando diversos desdobramentos, como a criação de um plano de iluminação pública, banco de dados de estatísticas sobre as mulheres, a priorização delas em programas habitacionais, combate aos terrenos baldios pois percebeu-se seu potencial risco às mulheres, equipamentos sociais próximos aos bairros residenciais, como espaços livres de lazer, entre outros (Freitas, 2019).

Em 2002, a elaboração do Plano Diretor de São Paulo também contou com um viés de gênero, através de um grupo de trabalho que formulou diretrizes feministas para ele, com participação do órgão representativo e movimento de mulheres, segundo

relata Gonzaga (2011). A autora fala também sobre outras práticas com perspectiva de gênero em São Paulo, como o orçamento participativo na prefeitura em 2003.

Em todos os exemplos citados, a organização das mulheres em movimentos foi crucial para a ocupação desses espaços, além do engajamento das arquitetas e urbanistas nessa questão. Porém, apesar de haver muitos estudos sobre o planejamento e o urbanismo com perspectiva de gênero, ele ainda não faz parte do planejamento das cidades brasileiras, nem a participação popular de modo geral.

A adoção da perspectiva de gênero no planejamento urbano é uma alternativa às metodologias tecnocráticas e é um direcionamento sugerido por Santoro (2008), para que os instrumentos de planejamento tenham legitimidade social e sejam expressão de interesse público. A perspectiva de gênero nas políticas públicas como um todo significa isso: participação popular e cidadania plena, pois quando se ouvem as mulheres, se ouvem também os demais segmentos excluídos (Gonzaga, 2011).

Assim como o feminismo, o urbanismo com perspectiva de gênero ou urbanismo feminista, é para todos e deve ser construído por todos. Essa perspectiva parte do pressuposto que as vivências dos indivíduos são diferentes e, portanto, precisam de espaço para serem ouvidas e compreendidas. O urbanismo feminista não seria apenas a inclusão da perspectiva feminina, mas também dos demais grupos historicamente excluídos (Gonzaga, 2011; Kern, 2021; Col.lectiu Punt 6, 2014).

Segundo Santoro (2008), o olhar sobre gênero representaria maior sensibilidade urbana no que diz respeito a trabalhar com novas metodologias e escutar vozes antes ignoradas. Considera-se como alternativa ao raciocínio generalista e em grande escala, o estudo e planejamento da cidade em uma escala menor, a escala local, possibilitando maior diálogo com grupos sociais e compreensão das especificidades (Santoro, 2008). O exemplo dado pela autora de intervenções urbanas em grande escala é o mais recorrente no Brasil, nas quais não se prioriza a justiça social ou o diálogo com movimentos, e, com isso, geram mais exclusão social:

As Operações Urbanas Consorciadas em São Paulo procuram ser espaços que evocam ser símbolos de modernidade ou eficiência, sem qualquer vínculo ou preocupação com o envolvimento de outros atores que não os que tradicionalmente estão interessados no desenvolvimento urbano imobiliário. Aliás, ao contrário, são projetos que ao revalorizarem imóveis, segregam classes sociais e acabam por colaborar para a exclusão social (Santoro, 2008, p.16).

Como enfatizado por Ezquiaga (1997) apud Santoro (2008), para refundar a legitimidade teórica da disciplina de planejamento é essencial entender os interesses plurais da cidade, especialmente as vozes excluídas como a da mulher, negros, classes baixas, idosos, entre outros. A perspectiva de gênero, por sua vez, trabalha com o diálogo entre esfera pessoal e política, esfera pública e doméstica, e, no planejamento, isso é importante para o reconhecimento das diferenças e diversidades culturais. Metodologicamente, pensar a desigualdade de gênero na cidade não pode ser feito apenas em termos quantitativos ou através de diretrizes, mas inclui a compreensão da percepção diferenciada das mulheres sobre a cidade.

Ezquiaga (1997) apud Santoro (2008), ao pensar sobre a exclusão de gênero ao se pensar em conceitos urbanos, reflete sobre como o termo “cidade dormitório” faz referência somente aos adultos trabalhadores assalariados dessa cidade, mas não significa que ela é uma cidade dormitório também para as crianças, idosos e adultos trabalhadores domésticos, mostrando a invisibilidade desses indivíduos. Ademais, é importante saber também que o olhar sobre gênero não pode se restringir a termos quantitativos, como o número de escolas e creches, e precisa ter profundidade metodológica, pois “a mulher é um ator relevante para enxergar a propriedade como uma função social e não como mercadoria” (Santoro, 2008, p.16). A autora enfatiza:

Efetivamente, pensar a desigualdade de gênero no território em um plano vai além de escrever princípios e diretrizes, ou determinar onde estarão equipamentos, mas também, por exemplo, entender o olhar diferenciado das mulheres sobre o espaço. As mulheres são sensíveis aos lugares abandonados (...); à necessidade de lazer para seus filhos; ao transporte com qualidade e em quantidade suficiente para garantir seu espaço dentro do espaço coletivo. Se extrapolarmos para o conceito de função social da propriedade, poderia dizer que representam um grupo dos mais sensíveis à sua aplicação (Santoro, 2008, p. 3).

O tema “gênero” não é recente nos estudos sobre as cidades brasileiras, muitas autoras já se debruçaram sobre essa ótica em pesquisas, buscando discutir o sexismo nas cidades e/ou relatar experiências com viés de gênero (Calió, 1997; Santoro, 2008; Gonzaga, 2011; Cota, 2021; Burgos, 2021). Porém, até hoje é difícil se achar dados e pesquisas nesse sentido em cidades como Macapá, o que reforça a importância de se pesquisar sobre a ocupação feminina na cidade.

Em se tratando de representatividade feminina, Santoro (2008), destaca que apesar da mulher estar mais presente no mercado de trabalho do que em anos anteriores

(apesar dos menores salários e cargos se comparado aos homens), a participação de mulheres como representantes políticas não aumentou na mesma proporção:

São poucas conselheiras, vereadoras, deputadas, senadoras, líderes dos movimentos sociais, entre outros. Há diversos fatores estruturais e culturais que explicam o reduzido acesso da mulher ao poder, reforçando a tendência das funções políticas permanecerem no domínio masculino (Santoro, 2008, p. 5).

Mas, falando em cidadania, a presença feminina é marcante. Segundo Blay (1994), existem movimentos sociais quase inteiramente composto por mulheres, além de que “quase todos os movimentos de bairro, de vizinhança e comunitário têm base feminina” (Blay, 1994, p.46). Interessa aqui mostrar que as mulheres pensam e trabalham seu território. Quando existem possibilidades de participação, elas se fazem presentes. Segundo Santoro (2008), no Orçamento Participativo de Recife, 58% da participação foi feminina:

[...] as conclusões do trabalho apontam para a necessidade de fortalecer a identidade de gênero na política de luta pelo direito à participação e democratização pois apesar da forte presença das mulheres nas plenárias, 64,3% delas afirmam nunca expressar seu pensamento durante os trabalhos (Santoro, 2008, p. 5).

Para Santoro (2008), a desigualdade que se desenrola na vida pública é vista também na esfera territorial, “expressão física da vida pública” (Santoro, 2008, p. 6). É válido afirmar que as mulheres também são mais afetadas pelas desigualdades socioterritoriais: “se, como nós urbanistas sempre afirmamos, nossas cidades são desiguais, talvez possamos afinar um pouco esse olhar e afirmar que, são diferentemente desiguais para homens e para mulheres” (Santoro, 2008, p.6).

Gonzaga (2011), ao discorrer sobre a luta das mulheres por creches em São Paulo, afirma que ela foi essencial para se pensar projetos para onde esses equipamentos eram carentes. A autora salienta também a significância que teve essa luta como um sinal de mudança social, pois as mulheres se viram progressivamente obrigadas a trabalhar fora de casa também. Percebe-se inclusive a luta por creches vinda majoritariamente de mulheres, pois essa responsabilidade pelo cuidado era (e ainda é) algo visto como inerente e exclusivo delas.

É destacado por Gonzaga (2011) que a dotação de serviços e infraestrutura pública é especialmente importante para a mulher, do ponto de vista da luta contra violência doméstica e sexual. Áreas subutilizadas ou vazias geram mais preocupação nas

mulheres e podem ser identificadas como pontos de insegurança urbana. Fazer o mapeamento desses pontos, assim como dos locais públicos onde acontecem violência contra a mulher é crucial para o poder público poder direcionar o provimento de infraestrutura, como iluminação pública, rotas de ônibus e outros mecanismos.

As mulheres são muito mais dependentes de serviços públicos, como creche e transporte de qualidade, portanto. Elas precisam disso para poderem trabalhar e participar da vida pública:

Parte dessa opção por lazer também está relacionada com as dificuldades de transporte, passam horas no traslado de casa para o trabalho, do trabalho para a casa e têm pouco tempo para o lazer. Os homens também são afetados pelos problemas de transporte e têm perdido muito de seu tempo para o lazer. *E se ambos são afetados pelas agruras urbanas, o que diferencia é o peso da responsabilidade cotidiana que a mulher tem a mais sobre a vida doméstica* (Santoro, 2008, p. 7, grifo nosso).

É importante atentar para o fato de que a garantia desses serviços e equipamentos faz parte do cumprimento do direito à cidade e do direito à moradia. Ademais, importa entender que falar das desigualdades não pode se restringir ao acesso desigual à cidade. Precisa-se compreender que essas desigualdades de gênero “não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes das mesmas” (Gouveia, s/d, apud Santoro, 2017).

1.3. SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO

1.3.1. Sobre o espaço

É adotado aqui, como ponto de partida para a discussão sobre espaços públicos, as contribuições de Doreen Massey sobre a conceituação de “espaço”. Para a autora, o espaço seria produto de interrelações, construído através de interações sociais, “desde a imensidão do global até o intimamente pequeno” (Massey, 2004, p. 8). Nesse sentido, se preza pela valorização do local como tão importante quanto o global, visto aqui se defender a perspectiva de gênero e o feminismo que, para a autora, está intimamente relacionada com a escala local. Esta escala foi por muito tempo tratada como irrelevante, assim como as questões feministas e antirracistas (por fazerem parte dela), em detrimento da escala global:

[...] A designação negativa das coisas como (meramente) locais saiu de seu significado geográfico para ser usado em relação a toda uma variedade de questões e lutas. Então, anti-racismo, feminismo e as preocupações ambientais, entre outras, foram criticadas como sendo 'apenas questões

locais' [...]. E a preocupação global e universal (e a confusão entre os dois termos era em si sintomática) contra a qual estas questões estavam a ser comparadas era a da questão de classe. (Massey, 2001, p. 119, tradução nossa).

Corroborando com a filosofia feminista, considera-se o espaço também como formador de identidades e subjetividades, a partir da premissa da dependência entre individualidade e sociabilidade:

Há também aquela linha de questionamento, principalmente de filósofos feministas, que propõe a argumentação política para a compreensão da identidade/subjetividade de um modo mais vigorosamente relacional. Trata-se, de fato, de nos referirmos novamente à construção relacional do espaço (Massey, 2015, p.93).

Ademais, para a geógrafa, ele é a esfera da possibilidade, da existência de multiplicidade, onde trajetórias coincidem: “Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço” (Massey, 2004, p. 8). E se ele é produto de inter-relações, pode-se dizer que a pluralidade também é uma característica intrínseca do espaço: “Multiplicidade e espaço são co-constitutivos” (Massey, 2004, p. 8). Com essa afirmação, posiciona-se aqui contra a ideia hegemônica do espaço pela ótica ocidentalizante e centrada no homem branco heterossexual, que por sua vez reduz a mobilidade das mulheres nos espaços:

Esta perspectiva insiste no reconhecimento de que estes entendimentos (através dos olhos do ocidente ou do homem [branco] heterossexual) são eles mesmos específicos, pontos de vista locais muito particulares e não os universais como por longo tempo eles próprios propuseram. [a ênfase à “diferença” e à multiplicidade] Trata-se de uma abordagem que tem sido elaborada e defendida, sobretudo, pelas feministas e por aqueles que trabalham dentro da fundamentação dos estudos pós-coloniais (Massey, 2004, p. 10).

Massey (2004) enfatiza a importância da coexistência das diferenças para se conceituar espaço, podendo-se inferir que a dimensão social é fundamental para a compreensão de espacialidades. A autora também pontua a questão do “lugar de mulher”, abordando o fato desse lugar ser associado muito mais com a esfera doméstica do que com o espaço público, por exemplo, como forma de controle espacial, e a partir disso, também como controle social e identitário (Massey, 2001). É com base nessa premissa que a perspectiva de gênero é trabalhada, relacionando-a com o espaço público, com objetivo de tornar visíveis as mulheres neles e considerá-las agentes importantes.

1.3.2. A cidade neoliberal

Segundo Rolnik (2009) a cidade, sendo lugar permanente de moradia e trabalho, é também uma forma de escrita através de sua arquitetura, ao mesmo tempo recipiente dessa vida social e registro dessa. A esses processos que fazem a cidade, a autora frisa que são relativos ao viver em coletividade e necessitam de uma gestão.

Para Rolnik (2009), apesar das especificidades de cada uma, cidade sempre significa organização do território e relações políticas, processos intrinsecamente relacionados à vida pública. Isso significa que ser morador de uma cidade significa participar da vida pública de alguma forma, mesmo sendo uma participação passiva no sentido de apenas consentir com a decisão de outros sobre os assuntos públicos e a cidade. O exemplo máximo dessa relação, segundo a autora, é a pólis grega, onde o conceito de cidade fazia referência a dimensão política da cidade, e não a espacial, e o cidadão não era o simples morador, mas quem podia participar da vida política; e a *civitas* romana, que atrelava o conceito de cidade à participação da vida pública pelos cidadãos.

Em ambos os exemplos a participação e a política são dimensões indissociáveis da cidade, e busca-se aqui ressaltar essas variantes como indispensáveis para se produzir justiça social urbana e alcançar níveis mais altos de democracia. Mas, para isso, diferente das civilizações citadas acima, onde o conceito de cidadão era limitado a um grupo específico, a participação e a política não poderiam, hoje, ter caráter excludente e deveriam abranger os indivíduos de maneira igualitária. Com a Constituição de 1988, no Brasil, essa questão ficou prevista em lei e todos os brasileiros²⁴, pelo menos em teoria, seriam considerados cidadãos.

Porém, no Brasil, a cidadania demorou para ser construída, conquistada e reconquistada. No período pós-colonial, ainda era um conceito abstrato e mesmo com a independência ela não se concretizou, o que levou a “grande maioria da população excluída dos direitos civis e políticos e sem a existência de um sentido de nacionalidade” (Carvalho, 2021, p.33).

Como norteadora da redemocratização brasileira, a cidadania foi um termo popularizado e no qual muitos depositaram otimismo e esperança. Tanto tempo depois, problemas centrais da cidade – que fazem de muitos indivíduos cidadãos

²⁴ Natos ou naturalizados.

incompletos ou não-cidadãos – como a violência urbana, a desigualdade social e econômica, a falta de acesso de muitos a serviços básicos e habitação, assim como o acesso à cidade, ainda perduram: “ou continuam sem solução, ou se agravam, ou quando melhoram é em ritmo muito lento” (Carvalho, 2021, p.16).

E isso se deve ao fato de que o exercício de alguns direitos (como os civis e políticos) não garantem outros (como os sociais), e que a “liberdade” e a participação apenas nas eleições, não resolvem por si só todos os problemas da sociedade:

O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros [...]. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. [...] a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente à resolução de problemas sociais (Carvalho, 2021, p.17).

A constituição de 1988 brasileira, teve em seu bojo a garantia dos direitos do cidadão como preocupação central, segundo Carvalho (2021), onde todos seriam cidadãos. A universalidade do voto, a ampliação dos direitos sociais e civis, e a definição de racismo como crime inafiançável e imprescritível foram alguns dos avanços, porém o cenário que se tem é de muitos à margem da cidadania:

As maiores dificuldades na área social têm a ver com a persistência das grandes desigualdades sociais que caracterizam o país desde a independência, para não mencionar o período colonial. [...] A desigualdade é sobretudo de natureza regional e racial. [...] A escandalosa desigualdade que concentra nas mãos de poucos a riqueza nacional tem como consequência níveis dolorosos de pobreza e miséria (Carvalho, 2021, p. 211-212).

É necessário ressaltar que a gênese dessa desigualdade foi e é o capitalismo. O modelo de cidade na qual se vive atualmente, dominada pelo mercado (cidade capitalista), tem poder de mercantilizar tudo (Rolnik, 2009; Santos,1996). Ademais, a cidadania seria um ideal a ser perseguido, no qual seu possuidor teria pleno exercício de sua autonomia, um gozo ativo e não passivo, onde o cidadão teria capacidade plena de intervir na cidade, segundo Oliveira (1999). Nessa concepção ativa de cidadania, o sujeito é consciente dos seus direitos e dos direitos coletivos, além de atuar ativamente no espaço público.

Para Jacobi (1986), nem todos os brasileiros são cidadãos, se considerada a urbanização segregadora pela qual o país passou e visto que os direitos do cidadão (como a vida urbana e habitação) não são acessíveis a todos. O autor acredita que o direito à cidade – relacionando este com a cidadania - inclui pensar e fazer a cidade

democraticamente de fato, como um espaço onde o cotidiano será usufruído. Aqui se considera esse ideal parte de uma utopia concreta – constelação de valores guias para a transformação social, como refletido por Limonad (2021) – a ser perseguida.

Essa luta pela cidadania se desenrola principalmente nos espaços públicos, e estes também se incluem no processo de mercantilização e segregação que são características das cidades, dificultando o acesso, apropriação e identificação por parte dos indivíduos. As consequências disso são vistas em processos como: o esvaziamento e precarização de alguns desses espaços em função do aumento do uso de espaços privados e segregados.

Atualmente, o que se percebe é essa disputa urbana sendo vencida pelo mercado, que dita quem participa e é ouvido pelos processos urbanos, gerando inúmeros conflitos e desigualdades cada vez maiores na cidade contemporânea. O trabalhador das classes mais baixas, aquém disso tudo – tendo seu máximo de participação com o voto nas eleições, se vê à margem da cidade. Segundo Rolnik (2009), é evidente a relação entre crescimento econômico e pobreza urbana dentro da acumulação de capital, caracterizando as cidades capitalistas como altamente desiguais.

Tendo como premissa que o capitalismo atualmente é expresso através do neoliberalismo, este é conceituado aqui como sendo uma lógica normativa capaz de reorientar políticas e comportamentos (Martins, 2016). O neoliberalismo trabalha a partir da ideia falaciosa de economia livre e Estado forte, que na realidade seria o desmonte do Estado Social, considerado uma despesa supérflua:

Andrew Gamble resumiu esse novo rumo na frase: “Economia livre, Estado forte”. A expressão tem o mérito de destacar o fato de que não estamos lidando com uma simples retirada de cena do Estado, mas com um reengajamento político do Estado sobre novas bases, novos métodos e novos objetivos. O que exatamente quer dizer essa frase? Naturalmente, podemos enxergar nela o que as correntes conservadoras querem que ela contenha: um papel maior da defesa nacional contra os inimigos externos, da polícia contra os inimigos internos e, de modo mais geral, dos controles sobre a população [...]. Contudo, há muito mais do que essa linha de defesa da ordem instituída, classicamente conservadora. [...] O que se destacou menos foi o caráter disciplinar dessa nova política, que dá ao governo um papel de guardião das regras jurídicas, monetárias, comportamentais, atribui-lhe a função oficial de vigia das regras de concorrência no contexto de um conluio officioso com grandes oligopólios e, talvez mais ainda, confere-lhe o objetivo de criar situações de mercado e formar indivíduos adaptados às lógicas de mercado (Dardot e Laval, 2016, p. 188).

Entende-se aqui que no neoliberalismo o capital é o condutor das transformações urbanas, do espaço público e das relações mantidas nele, pelo poder das forças de

mercado dentro do Estado e incutidas no indivíduo. Como afirmado por Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo como racionalidade contemporânea e conjunto de discursos, práticas e dispositivos, não destrói apenas (maneiras de viver, comunidades, espaços) mas constrói novas subjetividades e relações sociais e com o espaço, baseadas no modelo de mercado. Sobre as políticas neoliberais:

Elas têm como principal característica o fato de alterar radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as referências doutrinárias no contexto de uma mudança das regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo. *Em uma palavra, só há “grande virada” mediante a implantação geral de uma nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção* (Dardot e Laval, 2016, p.188, grifo nosso).

Dessa forma, entende-se a dinâmica urbana como historicamente marcada pela exclusão, ditada pelas relações de poder, pela centralização do capital e expansão da razão neoliberal, segundo Dardot e Laval (2016). Reflete-se então que a segregação socioespacial é histórica, sendo reforçada pelo Estado neoliberal e as relações de poder estabelecidas a partir dele.

Relaciona-se aqui essa exclusão promovida pela razão neoliberal, a cidade e os dispositivos de poder sobre os corpos com conceitos de Foucault (1979) a fim de estabelecer conexões com o processo de segregação socioespacial, considerando que o urbano é permeado pelo capitalismo e se fragmenta cada vez mais através dele, se tornando mercadoria. O poder dessa racionalidade na cidade, segundo Foucault (1979), não é centralizado em uma “coisa” ou em uma figura política, ele está disperso e é uma relação; ele se dispersa e penetra nas instituições e na sociedade, através de técnicas, instrumentos e planejamentos (ou a falta dele).

Entende-se que o capital é o condutor do planejamento urbano pelo poder das forças de mercado dentro do Estado. O cotidiano seria então permeado por dispositivos de controle que ditam os fluxos sociais, distribuindo-os no espaço e condicionando corpos de forma conveniente ao capital (Daniels, 2003). Portanto, a economia está no cerne do conjunto de dispositivos de controle social que orientam as condutas, segundo Dardot e Laval (2016).

Essa disciplina dos corpos, a partir da biopolítica foucaultiana²⁵ analisada por Daniels (2003), com base na lógica de “fazer viver e deixar morrer” com base no que for mais conveniente ao capital, seleciona os grupos que irão compor determinados espaços ou bairros, quem estará apto a exercer seu direito de morar nos melhores lugares, com acesso a espaços públicos de qualidade, e quem irá ser refém de grandes deslocamentos e exclusão.

Daniels (2003) afirma que a questão do poder em Foucault tem relação com o processo de urbanização, no sentido de que o poder ao se espacializar e condicionar os corpos, leva a mudanças na experiência do corpo com o espaço urbano, ou seja, o controle social se impregna nas identidades e relações com o outro, manifestadas no urbano, no espaço público. Como afirmado por Foucault (2009), a disciplina precisa condicionar através das relações de poder, dentro da trama social, de forma discreta, impregnando normas e divisões sociais na cidade e na mente das pessoas, e aí se inclui também as relações de poder entre os gêneros²⁶, que muito interessa à lógica da racionalidade capitalista (Saffioti, 1992).

A priorização do desenvolvimento do capital no processo de urbanização e planejamento urbano, em nome do “desenvolvimento econômico”, foi e é marcada por segregação socioespacial e diversas outras desigualdades. É visível que os maiores (se não únicos) beneficiados dessa mercantilização urbana são as classes mais altas, que não sentem a precarização das periferias.

1.3.3. O espaço público: a praça como expressão (ou reflexo) social

O espaço público, sendo o espaço onde os conflitos e lutas podem se expressar e serem vistos na cidade, possui a coletividade²⁷ como uma característica inerente a sua conceituação. Aqui nesse trabalho considera-se espaço público o espaço onde

²⁵ Para Foucault (1988), a biopolítica seria uma forma de propagação do poder na cidade através da qual a vida das pessoas é gerida e controlada de acordo com a lógica de “fazer viver e deixar morrer”, na qual certos corpos são relegados a serem “deixados para morrer”, ao serem negados condições de vida adequadas, de acordo com critérios de raça, etnia, gênero, etc. A biopolítica transforma o ser biológico em objeto de política, controlado pelo Estado: “Essa nova tecnologia de poder foi, sem dúvidas, elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, já que pôde garantir a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e, também, produzir mão-de-obra estável” (Duarte e Simioni, 2018, p. 277).

²⁶ Para Saffioti (1992), todas as sociedades revelam dominação masculina, umas mais do que outras, porém, nos dois polos dessa relação há poder, ainda que em doses desiguais. Esse poder também varia de acordo com raça e classe.

²⁷ Assim como o conceito de direito à cidade.

se desenrola a vida urbana, o espaço da festa, isto é, das atividades ligadas ao valor de uso, à invenção lúdica, lazer, jogo e convívio social (Lefebvre, 2011).

A vida urbana, ou vitalidade urbana, pode ser definida como a variedade de “encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos [...] dos modos de viver”, dos diversos habitantes da cidade (Lefebvre, 2011, p. 22). Faz parte das necessidades humanas “as necessidades [...] de isolamento e encontro, de trocas e de investimentos, de independência [...] e de comunicação” (Lefebvre, 2011, p. 105).

Para o filósofo, as necessidades urbanas específicas precisam de “lugares qualificados, lugares de simultaneidade e encontros” (Lefebvre, 2011, p. 105-106). Entende-se o espaço público como esse lugar, ou da possibilidade de isso acontecer. O espaço público é, também, o palco de transformações urbanas, onde ocorre a manifestação da vontade pública, segundo Harvey (2013), seria um espaço de disputa essencial para se galgar o direito à cidade em sua plenitude. A partir de Lefebvre (2011) e Harvey (2013) é compreendido a interdependência existente entre o espaço público e o direito à cidade: este espaço é ao mesmo tempo objeto de reivindicação e local da luta pelo direito à cidade. Entende-se o espaço público como dependente do direito à cidade para incrementação de sua vitalidade e o direito à cidade depende do espaço público como lugar de expressão de luta.

É importante também considerar o espaço público como sendo o espaço da ação política ou de sua possibilidade; o espaço da reprodução de diferentes ideias de cultura por parte dos grupos que o ocupam, onde haveria o relacionamento entre diferentes sujeitos. Também seria o espaço simbólico, palco da intersubjetividade que relaciona sujeitos na produção dos espaços cotidianos (Serpa, 2007).

a) A praça

Em se tratando da forma urbana, os espaços públicos são compreendidos como: a rua, a praça e o parque. O recorte do espaço público tratado aqui é a praça, elemento histórico das cidades ocidentais, possuindo uma intencionalidade espacial, diferente de espaços acidentais do traçado urbano, como os largos. Considera-se a praça como “o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária” (Lamas, s/d, p.102).

Ademais, para Robba e Macedo (2002), as praças são espaços livres urbanos feitos para o lazer e trocas sociais entre as pessoas, acessíveis e livres de veículos. Essa conceituação traz a perspectiva do lazer, algo considerado importante aqui para analisar a qualidade de praças. A praça perdeu algumas de suas funções com o tempo, como a religiosa e militar, mas a gregária e de lazer não (Gomes, 2007).

Para Casé (2000), a finalidade principal das praças é a sua capacidade de estimular as pessoas a se reunirem, estarem em coletividade e socializarem. Porém, para ela servir a esse propósito, precisa ser atrativa, pois ainda perdura a tendência observada por Ferrara (1993) de substituição da praça pela privacidade, tranquilidade e, sobretudo, segurança dos espaços privados.

Apesar disso, a praça continua sendo um espaço público importante para o lazer e como área verde pública, principalmente ao considerar a população de baixa renda, muitas vezes sem outro lugar para sociabilidade. Ressalto a seguinte passagem que muito tangencia minha pesquisa de campo:

O significado da praça para as comunidades de baixa renda, traduz-se, muitas vezes, em algo intrínseco à própria condição de existência das pessoas enquanto cidadãos, pois necessitam de refúgio do lar, de contato com a vizinhança, de lazer e de ar livre. E a praça é, senão isso, local da convivência e do lazer, enfim, do cotidiano urbano (Gomes, 2007, p.108).

A praça, ao ser associada como espaço verde, ganha mais um significado: o de lazer contemplativo. No Brasil, a praça-jardim exuberante desponta em um cenário higienista, concentrando-se nos bairros centrais ou de camadas nobres, como afirma Robba e Macedo (2002), acrescentando que os embelezamentos dos centros urbanos também serviram aos interesses de retirar os mais pobres da área central.

Os autores pontuam de forma crítica o fato de que nos bairros mais pobres as praças eram tratadas ainda como “largos e terreiros, sem projeto ou cuidado urbanístico” (Robba e Macedo, 2002, p.29). Até hoje essa disparidade é vista nas cidades, inclusive em Macapá, onde a maioria das praças das periferias não possui paisagismo e área verde atrativa.

Corroborando com uma reflexão de Loboda (2016), associa-se aqui que as praças poderiam ser também “uma evidência da cidade como um espaço produzido de forma diferenciada, marcado pela contradição e pelo conflito”. O autor, em sua pesquisa sobre praças de periferia, traz a constatação de que a opinião dos moradores dessas

áreas demonstra em si a segregação urbana, como se a área estivesse “à margem de certas benesses que só existem no ‘centro’” (Loboda, 2016, p.45).

É muito importante as praças disporem de suas áreas livres para trazer para o urbano um refúgio arborizado, proporcionando um lugar de qualidade ambiental. Decerto que uma praça bem planejada, com paisagismo atrativo e bons mobiliários de recreação em um bairro popular seria muito mais utilizada pela vizinhança como espaço de convivência e descanso do que em um bairro nobre, onde possivelmente sua maior função seria estética (Gomes, 2007).

Portanto, defende-se que as praças sejam dotadas de equipamentos adequados para a interação e recreação, tenham paisagismo e cobertura arbórea suficiente para proporcionar conforto térmico e lazer contemplativo. Ademais, precisam ser distribuídas de forma justa na malha urbana e contar com a participação da população em sua formulação, levando em conta os aspectos históricos do lugar Gomes (2007).

b) Para a vida pública

Idealmente, o espaço público deveria ser o lugar do encontro, da multiplicidade, da vida urbana e pública, porém, o que se observa é a tentativa de homogeneizar esses espaços por parte das políticas públicas. Para Serpa (2007), as políticas voltadas para o espaço público são direcionadas em sua maioria às classes médias e em bairros centrais, contribuindo para a segregação socioespacial dos moradores de periferias.

A falta de políticas públicas para esses espaços de forma igualitária é menos uma mera negligência e mais um projeto (Harvey, 2013), levando o acesso a lazer e espaços públicos de qualidade apenas a alguns. Sobre o processo de segregação, é perceptível a distribuição dos diferentes grupos sociais no território urbano, onde o acesso a determinados espaços é condicionado a um padrão que seria o “nível superior” da sociedade (Fonseca, 2005). Essa distinção é percebida ao observar uma praça da periferia e uma do centro e a grande diferença da quantidade de praças entre as regiões.

Esse padrão, base para o urbanismo modernista, foi criticado por Jacobs (2011), por não pensar a cidade para todos e acabar afastando por consequência a heterogeneidade dos espaços públicos – aspecto crucial para a autora em se tratando de qualidade de vida pública. Portanto, não só a superposição de usos e funções do

solo gera a complexidade da experiência vivida no espaço, como também a integração social de grupos vulneráveis.

Considerando que se trabalha aqui com a perspectiva de gênero interseccional, é analisado que a maior parte das trabalhadoras compartilha um espaço excluído e altamente fragmentado, fazendo parte de comunidades “socialmente discriminadas, territorialmente segregadas e culturalmente segmentadas” (Fonseca, 2005, p. 281). O aumento da diferença entre ricos e pobres gera uma nova diferenciação social na cidade, levando a uma separação física e simbólica cada vez maior entre os espaços públicos direcionados a quem pode ou não consumir.

Considera-se também sobre os espaços públicos na cidade neoliberal, a questão que envolve o grau de isolamento de um grupo social, discutida por Fonseca (2005). A autora, usando como base a teoria do “declínio do homem público” de Sennet (1988), afirma que os laços de coletividade enfraqueceram com o avanço do capitalismo, da vida privada e individualismo.

Com isso, a valorização da privacidade cresceu em detrimento da vida pública, principalmente entre as classes mais altas. Essa mudança refletiu nos espaços públicos através do enfraquecimento do sentido da praça como centro simbólico, lúdico e de intercâmbio (Fonseca, 2005). São postos pela autora, como agravantes desse comportamento a escolha de se encontrar em lugares que ficam na fronteira entre público e privado, como *shoppings centers* e outros espaços onde os usuários podem ser mais “selecionados”.

Dessa forma, o tipo de ocupação e uso do espaço público varia de acordo com a classe social e a localização do espaço e seu uso e ocupação não é regido por uma liberdade propriamente dita, e sim pela lógica de mercado e pela autosegregação das classes mais altas. Segundo Fonseca (2005), as classes populares estão mais propensas a utilizar com mais intensidade os espaços livres públicos do que as classes médias e altas – pelas preferências destas últimas a manter suas relações em espaços mais privados/privatizados, fato que diminui a qualidade da vida pública, uma vez que torna os espaços mais homogêneos.

A partir disso, afirma-se que o funcionamento e as relações no espaço público não se pretendem perfeitas, como em uma idealização, longe do conflito. Pelo contrário:

Espaços públicos não são produtos dados e acabados, uma instituição que, uma vez estabelecida, traria a paz da consensualidade e a perfeita igualdade nas sociedades democráticas. Espaços públicos são os lugares em que os problemas aparecem e se transformam em debates, em diálogo e em possibilidade de ajuste e compromissos. Por isso, não anulam os conflitos, ao contrário, são canais de comunicação e de visibilidade de oposições. Não existe um modelo definitivo a partir do qual só virtudes e harmonia seriam gestadas (Gomes, 2018, p. 117).

É enfatizado aqui o fato de o espaço público ser o lugar do conflito. Isso seria uma forma de oposição à ideia de fim desse espaço por ele se mostrar tão desigual e imperfeito. É preciso pensar sobre o espaço público “fora da referência fantasiosa dos modelos utópicos” (Gomes, 2018, p. 117) para perceber que a única ameaça a esse espaço são as ações que dificultam sua publicidade (seu caráter público), a capacidade de gerar comunicações e trocas.

O “público” do espaço público seria, para Gomes (2018), uma reunião de indivíduos com qualidades e interesses diversos e por isso são necessárias regulações e limites para que esses interesses sejam mediados e parcialmente atingidos. A pessoa pública é, portanto, o cidadão, ente que possui direitos e deveres para ordenar a vida em sociedade.

Por conta do espaço público ser esse local que presume heterogeneidade e diversidade, não é possível pensá-lo sem conflitos. Ademais, a heterogeneidade dá subsídio para o reconhecimento das diferenças e incentivam ações afirmativas. O espaço público seria o terreno da possibilidade de educar os cidadãos a conviver com a diversidade:

Do ponto de vista político, espaços públicos respondem à questão de saber como estabelecer um terreno de vida comum sem que para essa convivência precisemos renunciar às nossas diversidades em termos de opinião, vontades, valores, atitudes e formas de apresentação. [...] Não há por isso a promessa de que essa convivência seja sempre harmônica e sem conflitos, ao contrário, o resguardo da diversidade é a possibilidade de reconhecermos direitos em outras formas de pensar e de agir [...] (Gomes, 2018, p.118).

A publicidade do espaço público é, então, a capacidade de organizar a convivência entre diferentes, e, aumenta ou diminui de acordo com a heterogeneidade nele presente. Aqui se defende o aumento desse fator como forma de qualificar os espaços públicos, as vivências nele e a vida urbana, através da percepção de um conflito: a baixa qualidade da experiência feminina nas praças.

c) *Para as mulheres (e para todos)*

Defende-se nesse trabalho que as praças, assim como todo espaço público, são também (ou deveriam ser) espaços femininos: espaços em que a mulher possa ser protagonista e não mera coadjuvante. A falta de sensação de segurança das mulheres na maioria dos espaços públicos e o medo de sofrer algum tipo de violência são constantes nas cidades e fazem com que esses espaços sejam menos apropriados por mulheres ou que essa apropriação não seja tão diversa.

Whyte em 1980 já incluía em suas pesquisas sobre praças o comportamento masculino “*girl watchers*”, homens observadores de mulheres (jovens) que muitas vezes as assediam verbalmente. Contudo, o autor não chegou a problematizar isso como algo negativo para a apropriação das praças pelas mulheres, apesar de apontar o machismo:

Dos homens na linha de frente [nas praças], os que mais chamam a atenção são os observadores de garotas. Eles se esforçam, e de forma tão ostensiva que sugerem que seu principal interesse pode não ser tanto a garota, mas sim o espetáculo de observá-las. [...] Se forem operários da construção civil, serão muito demonstrativos, muito dados a assobiar, rir e fazer saudações diretas. [...] No centro da cidade, eles são mais inibidos, agindo com frieza, com um pouco de risadinhas e sorrisos irônicos [...] No entanto, é tudo machismo, seja na parte alta ou no centro (Whyte, 1980, p.18, tradução nossa).

Essa é uma forma muito comum de assédio nos espaços públicos, e foi por muito tempo banalizada, passando a ser combatida com os avanços do movimento feminista, a exemplo da campanha realizada pela ONG *Think Olga* “Chega de fiu fiu” de 2013, a qual demonstrou que 99,6% das brasileiras já sofreram alguma forma de assédio (Bueno et al, 2023). Pesquisadoras brasileiras têm se debruçado sobre a questão da insegurança feminina nos espaços públicos, demonstrando que essa sensação de insegurança feminina não é à toa (Abreu et al, 2022; Marques et al, 2024; Cardoso; Rennó, 2019; Costa, 2019), inclusive em Macapá (Oliveira, 2019).

Mulheres e meninas brasileiras sofrem rotineiramente com o machismo, assédio e violência sexual nos espaços públicos e privados, mostram dados. Segundo pesquisa feita pelo Instituto YouGov, divulgada pelo Actionaid (2016), o Brasil é um dos países líderes em números de assédio em espaços públicos, com 86% das entrevistadas relatarem já terem sofrido assédio nas ruas e cerca de 70% terem medo disso.

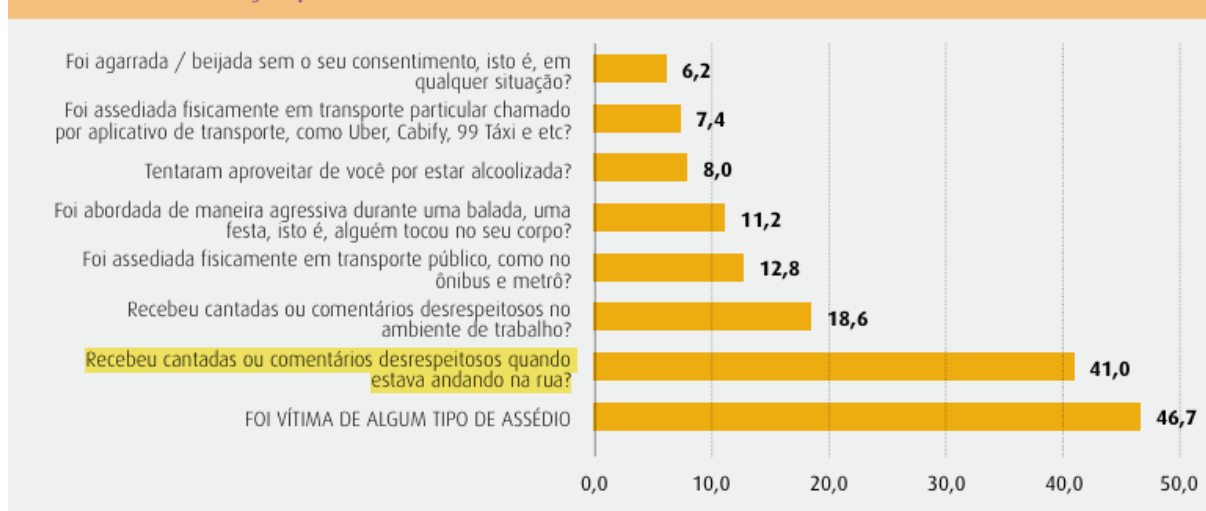
Pesquisas recentes demonstram que os assédios, assim como a violência contra a mulher de forma geral, aumentaram nos últimos anos e entre os espaços de maior incidência de violência contra a mulher no Brasil, a rua está em segundo lugar,

perdendo apenas para a residência da mulher (Bueno et al, 2023). As violências sofridas na rua variam entre as mais graves ou “mais brandas”, como o assédio por meio de falas ofensivas sexuais, que apesar de não ferir a vítima fisicamente causa danos psicológicos e medo dos espaços públicos (Bueno et al, 2023; Marques, 2024).

Segundo dados do relatório “Visível e Invisível”, 46,7% das mulheres brasileiras de 16 anos ou mais sofreram alguma forma de assédio sexual²⁸, sendo a conduta mais frequente as cantadas e comentários desrespeitosos na rua, como visto na figura 2. As projeções da pesquisa apontam para uma estimativa de 30 milhões de mulheres assediadas em 2022.

Figura 2 – Gráfico da vitimização de mulheres por assédio sexual nos últimos 12 meses no Brasil:

Gráfico 13: Vitimização por assédio sexual nos últimos 12 meses.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha (Bueno et al, 2023), com grifo da autora (2025).

Quando se trata da faixa etária de 16 a 24 anos, essa porcentagem aumenta consideravelmente: nesse grupo de mulheres, 76,1% foram vítimas de algum assédio e dessas, 71,9% recebeu cantadas ou comentários desrespeitosos quando estava andando na rua. Tais dados corroboram com a sensação de insegurança por parte das mulheres na cidade, tornando difícil o seu desfrute pleno dos espaços públicos e de seu direito de ir e vir, pois, até o transporte é um lugar de medo e violência (Bueno et al, 2023). A figura 3 mostra que os dados obtidos em 2023 sobre assédio sexual foram os maiores desde 2017, incluindo as cantadas e comentários desrespeitosos.

²⁸ Aqui, a expressão “assédio sexual” é uma face da violência sexual, definida como uma manifestação sensual ou sexual, sem consentimento da pessoa a quem se dirige, a exemplo de abordagens grosseiras e comentários obscenos, ofensas e propostas inadequadas, constrangedoras e que geram humilhação da vítima (Bueno et al, 2023).

Figura 3 – Gráfico da vitimização de mulheres por assédio sexual de 2017 a 2023 no Brasil, série histórica.

Tabela 19: Vitimização por assédio sexual nos últimos 12 meses. Série histórica, 2017 - 2023.

	PESQUISA 2017	PESQUISA 2019	PESQUISA 2021	PESQUISA 2023
SOFREU ALGUM TIPO DE ASSÉDIO	40,2	37,1	37,9	46,7
Recebeu cantadas, comentários desrespeitosos quando estava andando na rua	35,6	32,1	31,9	41,0
Recebeu cantadas ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho	13,3	11,5	12,8	18,6
Foi assediada fisicamente em transporte público como no ônibus, metrô	10,4	7,8	7,9	12,8
Foi abordada de maneira agressiva durante uma balada, uma festa, isto é, alguém tocou o seu corpo	6,2	6,2	5,6	11,2
Foi agarrada / beijada sem o seu consentimento, isto é, à força, em qualquer situação	5	5	5,4	8
Foi assediada fisicamente em transporte particular chamado por aplicativo de transporte, como Uber, 99 Táxi, Cabify e etc?	-	4	5,2	7,4
Tentaram aproveitar de você por estar alcoolizada	3,7	3,3	4,6	6,2
NÃO FOI VÍTIMA DE ASSÉDIO	59,4	61,6	61,4	52,3

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha (Bueno et al, 2023), com grifo da autora (2025).

Considerando o espaço público como ponto vital para a expressão e conquista do direito à cidade, ser capaz de ocupá-lo sem medo e criar vínculos de identidade com ele é imprescindível para a cidadania feminina. Para isso, esses espaços precisam estar qualificados, e isso não diz respeito apenas à questão da forma, mas também à maneira como ele é planejado e às apropriações que ele permite.

Em se tratando da qualidade desse espaço, considera-se aqui a vitalidade urbana como um indicativo positivo para as praças, assim como heterogeneidade. Nesse sentido, em se tratando da ocupação de praças, elas cumprem seu propósito quando são espaços que estimulam a sociabilidade, com uma maior proporção de grupos, mulheres e encontros do que em lugares menos utilizados (Whyte, 1980).

Outra observação feita por Whyte (1980), foi a constatação de que pessoas atraem pessoas – afirmação corroborada pelos estudos de Gehl (2013). A presença de pessoas passa a sensação de segurança, são os “olhos da rua” (Jacobs, 2011), reforçado pelo relatório de Barker et al (2022), onde se concluiu que praças mais ocupadas passam maior sensação de segurança para as mulheres. Já a alta presença de mulheres, nos estudos de Whyte (1980), é considerada como um marcador de qualidade espacial, pois as praças mais usadas possuem proporção maior de mulheres: *“Where there is a higher than average proportion of women, the plaza is probably a good one [...]”* (Whyte, 1980, p. 18).

Logo, a praça ser mais frequentada por mulheres demonstra qualidade espacial. Já se possuir frequência feminina baixa, há algo de errado: o lugar escolhido pode não ter sido apropriado, seus mobiliários podem não contemplar a demanda do entorno ou falta manutenção. Vale pontuar que as praças de bairros periféricos, como o do estudo de caso da presente pesquisa, costumam atender mais aos moradores do bairro e a ocupação pode ser mais homogênea.

Estudos mais recentes abordam inclusive a “presença de outras mulheres” como um fator de aumento da sensação de segurança em espaços públicos por parte do público feminino. Para as mulheres envolvidas na pesquisa citada²⁹, foi um consenso a presença de outras mulheres ser um sinal de segurança, inclusive estimulando outras a utilizarem o espaço também:

2. Women in parks signal a safer place:

There was a consensus that the presence of other women in parks is a sign of safety (...), because women ‘wouldn’t use them if they are not safe’ (...). Seeing other women in parks also empowered more women to use parks, creating potential for positive feedback loops: ‘you get a lot of Asian women walking around this particular park... possibly because there are other women doing the same.’ (...) ‘Having other women and girls there, especially...on their own, it makes you feel a lot better.’ (...) (Barker et al, 2022, p. 15).

Segundo Gehl (2013), é necessário existir outros indivíduos para se ter atividades sociais, principalmente o “ver e ouvir” entre a comunidade no espaço público. A condicionante para isso é a vitalidade do espaço, que proporciona diversas trocas sociais a partir da imprevisibilidade e espontaneidade.

Muitos estudos em diversas cidades esclarecem a importância da vitalidade como atrativo urbano, segundo Gehl (2013), pois o que atrai mais pessoas são lugares onde há coisas acontecendo e mais pessoas. O autor faz uso de um claro exemplo, como a preferência (especialmente de mulheres) em se andar por uma rua movimentada em vez de uma deserta, por questões tanto de segurança quanto de entretenimento.

Para Jacobs (2011), o urbanismo modernista trabalhou com os espaços públicos como um artifício que só pelo fato de existir já atrairia uso e vida para os arredores, fato que resultou em muitas praças feitas sem participação local adequada e acabaram subutilizadas e perigosas. A autora contesta o pensamento modernista e

²⁹ A pesquisa foi realizada em West Yorkshire, na Inglaterra, e contou com amostragem de 117 meninas e mulheres com faixa etária entre 13 e 84 anos (Baker et al, 2022).

defende a implantação cuidadosa desses espaços, assim como o zoneamento com usos múltiplos, a fim de gerar movimentação em grande parte do dia.

A vitalidade urbana é considerada pelos autores como algo que deve orientar as ações da população e as políticas do poder público. Para isso, uma série de fatores precisam estar concatenados, desde aspectos maiores, como a otimização do transporte público, das vias pedonais e a diversificação do zoneamento (Jacobs, 2011), até a escala do quarteirão, que diz respeito às praças.

Ao se tratar de lazer público feminino, a mulher tende a priorizar o lazer do outro antes do seu. Conforme pesquisa de Gonzaga (2011), quando reivindicam alguma infraestrutura de lazer, o fazem pensando nos seus filhos, crianças e jovens. Ir à praça, para a mulher com filhos, se torna parte das suas tarefas reprodutivas, e ao pensar onde e como deve ser uma praça, ela geralmente vai ter proposições mais qualificantes e humanizantes.

Percebe-se ainda o uso do espaço público ser muito diferente entre homens e mulheres de forma geral. Enquanto os homens e as crianças utilizam para lazer e brincadeiras, as mulheres costumam usá-lo mais comumente para trabalhos de cuidado ou para realização de trabalhos domésticos (Klintowitz, 2016; Gonzaga, 2011). A essa propagação das atividades domésticas para fora do espaço privado, se espalhando pelo tecido urbano e ditando a vida urbana feminina, Calió (1997) chamou de “lar expandido”. Pode-se afirmar que a dupla jornada da mulher reduz outras formas de lazer, pois falta tempo e disposição, sendo algo refletido na pesquisa de Gonzaga (2011), que revelou baixa diversidade de lazer público das entrevistadas.

Portanto, é necessário que as políticas de planejamento e gestão trabalhem a partir da perspectiva de gênero. Ela importa, pois, põe a participação popular como norteadora – assim, englobando todos de forma geral - e põe como foco a presença feminina nesses espaços. Isso inclui organizar espaços onde as mulheres se sintam à vontade para se expressar, opinar (espaços só de mulheres, se for o caso) e que conte com suporte necessário (acessibilidade, creches, lugares adequados para crianças e apoio com transporte no decorrer das atividades) para a participação efetiva delas (Col.lectiu Punt 6, 2014). O coletivo Punt 6 acrescenta:

Entendemos que qualquer transformação em nossa rua, bairro, vila ou cidade deve ser realizada com a participação das pessoas que ali vivem porque, além disso, seremos nós os usuários do espaço resultante. A participação

implica corresponsabilidade pelo futuro do ambiente que habitamos e aumenta o nosso sentimento de pertencimento ao lugar. *A experiência das mulheres na cidade tem sido subvalorizada como conhecimento no planejamento e projetos urbanos. O papel do gênero feminino atribuiu, historicamente e ainda hoje, a uma maioria de mulheres o desempenho quase exclusivo de tarefas derivadas do cuidado e atenção dos lares e das pessoas* (Col.lectiu Punt 6, 2014, p.99).

O *Col·lectiu Punt 6* tem como tema central de ação e discussão o urbanismo feminista³⁰. É defendida a ideia de que os espaços públicos são muito importantes para a perspectiva de gênero, tanto pela questão da cidadania já mencionada, como para o cotidiano feminino. Segundo o *Col·lectiu Punt 6*, esses espaços seriam destinados à relação e socialização, onde as pessoas podem interagir, criar redes de apoio em seu entorno e são fundamentais na vida cotidiana das mulheres, precisando ser pensados para promover a equidade de gênero (Col.lectiu Punt 6, 2014).

O conceito de vida cotidiana utilizado aqui é “o conjunto de atividades que as pessoas realizam para satisfazer suas necessidades nas diferentes esferas da vida que incluem as tarefas produtivas, reprodutivas, políticas e comunitárias” e se realizam em um determinado espaço e período. Sobre a vida cotidiana e gênero, corroborando com o já mencionado conceito do “lar expandido”, adiciono:

Segundo o papel de gênero designado a cada pessoa, a vida cotidiana poderá se desenvolver de forma mais ou menos complexa. Uma pessoa encarregada do cuidado de outras pessoas realizará um maior número de atividades cotidianas comparada a outra pessoa que só se ocupe de si mesma. Esta diferença é refletida diretamente no uso do espaço. [...] Uma pessoa que se encarrega do cuidado de outras efetuará movimentos mais complexos e poligonais ao vincular, por exemplo, o ir e voltar do trabalho com outras atividades, como acompanhar pessoas dependentes. (Ciocoletto, 2014, p. 15, tradução nossa).

O coletivo desenvolveu uma ferramenta para descrever e analisar qualitativamente o ambiente cotidiano, o Diagnóstico Urbano com Perspectiva de Gênero (DUG), (Col.lectiu Punt 6, 2014). São fundamentais os estudos qualitativos e a participação para ações com base nessa perspectiva (Cota, 2021). A partir do DUG, extraiu-se algumas perguntas relativas ao espaço público que poderiam ajudar a caracterizar uma boa praça sob o ponto de vista de gênero, a ser aprofundado no Capítulo 3³¹.

³⁰ Ou urbanismo com perspectiva de gênero.

³¹ No Capítulo 3 se retornará a esse instrumento com mais detalhes, pois ele fez parte da análise qualitativa do estudo de caso da Praça do Brasil Novo.

As perguntas são divididas nas categorias: espaço de relação, que diz respeito às características ligadas às atividades e coletividade; mobiliário urbano e serviços, sobre o aspecto físico (iluminação, materiais, vegetação); representação simbólica e sinalização, que analisam a validação da figura feminina no espaço, por exemplo, pois geralmente a maioria das esculturas presentes são de homens brancos notáveis, e as femininas se resumem a figuras de ninfas ou sereias. As respostas indicariam uma possível qualidade ou não do espaço, útil para análises qualitativas. O questionário inclui mais categorias, mas pode ser usado em partes para análises focadas, segundo o Col.lectiu Punt 6 (2014), como é o caso da presente pesquisa.

É necessário que as praças possam ser acessadas a pé com facilidade a partir das residências e escolas. Precisam também favorecer, além de conforto ambiental e mobiliários agradáveis, a autonomia, a socialização e a inclusão, levando em consideração as necessidades de diferentes tipos de pessoas, implicando em uma diversidade de usos na praça, para o seu maior compartilhamento. Sua vegetação e mobiliário não pode estar disposta de forma a criar espaços com baixa visibilidade, por risco de formar áreas inseguras. É importante também tornar visíveis no espaço público as contribuições das mulheres para a sociedade, nomeando ruas, praças e parques com nomes de mulheres, por exemplo (Ciocoletto, 2014, p.15).

As mulheres³², pelo papel de gênero a elas atribuído, são as maiores responsáveis pelas tarefas do trabalho reprodutivo e por isso são consideradas “usuárias e conhecedoras máximas dos espaços cotidianos, portanto, sua participação é essencial” (Col.lectiu Punt 6, 2014, p.99). E dentro desses espaços cotidianos se insere a praça, que, com essa efetiva participação, pode ter ganhos potentes em sua vida pública e ser mais atrativa e acessível à comunidade. Conhecer, através dessa ótica, as especificidades, vivências e demandas locais é indispensável para a construção de praças que sejam espaços femininos e acolham a vida urbana em toda sua potência e heterogeneidade.

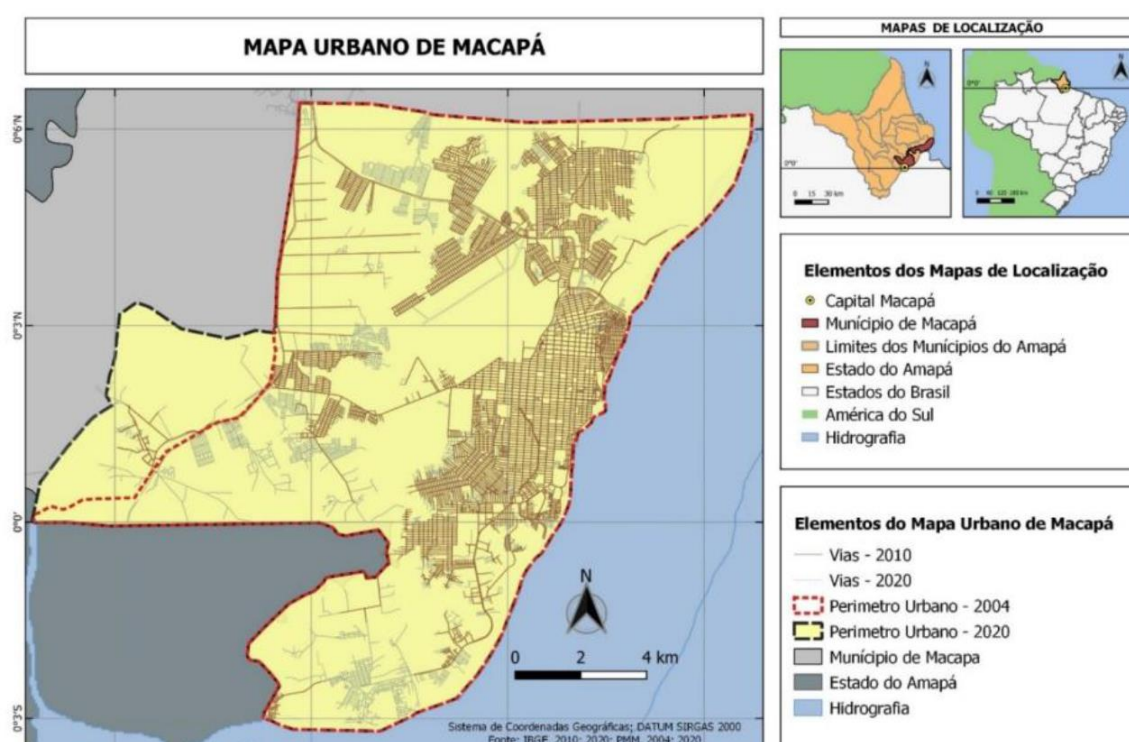
2. MACAPÁ E A PRAÇA DO BRASIL NOVO SOB PERSPECTIVA DE GÊNERO

2.1. BREVE HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

³² Mais especificamente, as mulheres a partir dos 18 anos, recorte etário usado na presente pesquisa.

A cidade de Macapá é a capital do Estado do Amapá, localizado na região norte brasileira, integrando a região amazônica. Macapá integrou a dinâmica de urbanização da Amazônia, principalmente a partir da década de 1950, onde grandes projetos agro-mineralógicos foram incentivados, com destaque para a exploração de manganês no interior do Estado. Pelos investimentos recebidos e por ter concentrado grande parte da infraestrutura, recebeu um alto fluxo migratório e se consolidou como cidade média, por ser centralidade regional e a cidade mais populosa do Estado (Amorim e Santana, 2019). A figura 4 demonstra a localização, o perímetro urbano da cidade e seu crescimento entre os anos de 2010 e 2020 (Bastos et al, 2024).

Figura 4 – Mapa urbano de Macapá (1950-2004).



Fonte: Bastos et al (2024).

Entre Macapá e Santana, município próximo e segundo mais populoso do Estado, ocorre o que autores como Amaral (2010) chamam de “macrocefalia urbana”, fenômeno caracterizado pelo grande crescimento e concentração de população e atividades econômicas em certa área urbana. Porém, apesar da centralidade exercida pelo município, não é aquela típica das cidades industrializadas.

Apesar de teoricamente ser considerada central em uma suposta região metropolitana desde 2003 (instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 21, de 26 de fevereiro de 2003), Macapá, na prática, não possui essa dinâmica até hoje, segundo Santos e

Amaral (2023). Para os autores, a Região Metropolitana de Macapá não existe de fato, visto que “Macapá não pode ser considerada metrópole, pois seu alcance se dá numa escala reduzida em relação às cidades como Belém e Manaus, por exemplo”, ou seja, não existe a lógica de produção metropolitana do espaço, mas o que há é um aglomerado urbano entre Macapá e Santana, pela histórica articulação socioespacial entre as cidades (Santos e Amaral, 2023, p. 264). Porém vale ressaltar que Macapá está passando por um processo de transformação e sua “face metropolitana [está] sendo revelada na ação dos diferentes agentes produtores do espaço urbano” (Santos e Amaral, 2023, p. 265).

Macapá tem população de 442.933 pessoas, segundo censo do IBGE de 2022, e possui apenas 26,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e apenas 8,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio fio). Em se tratando da população, de maioria feminina (51,11%), mais da metade se considera parda (280.577 pessoas), e a quantidade de autodeclarados brancos (104.145 pessoas) é quase o dobro dos autodeclarados pretos (56.592 pessoas).

A história da cidade é marcada pelo apagamento dos primeiros povos que habitaram a região e os registros existentes são, em sua maioria, focados na ocupação vinda de Portugal e na importância que o território teve na defesa da então colônia portuguesa, por fazer fronteira com uma colônia francesa. A fundação da Vila de São José de Macapá, em 1758, como a maioria das cidades em colônias portuguesas, iniciou-se com a inauguração de um pelourinho em uma praça, atualmente denominada Praça Veiga Cabral, e pouco tempo depois com a construção de uma igreja (Igreja Matriz de São José de Macapá), monumento mais antigo da cidade.

A característica física mais significativa e simbólica da cidade é se localizar às margens do rio Amazonas, rio de grandes proporções e o maior do mundo em extensão e em volume de água (Neves, 2019), do qual partem diversos corpos hídricos que adentram a cidade, canais naturais e igarapés. Situada na orla do rio Amazonas, em 1782, foi inaugurada a Fortaleza de São José de Macapá (figura 5), maior fortificação construída pelos portugueses no Brasil, e o segundo monumento histórico – a cidade não possui um centro histórico como outras capitais, mas algumas pequenas edificações modernistas e os dois exemplares coloniais citados.

Figura 5 – Fortaleza de São José de Macapá, às margens do Rio Amazonas.



Fonte: GEA (2019).

Em se tratando de espaço público, em Macapá, foi algo presente e importante desde o início da ocupação do território pelos portugueses (antes desse período é desconhecida a relação dos povos com esse espaço). A cidade foi a primeira e uma das poucas cidades brasileiras da época colonial que teve, desde sua gênese, a presença de duas praças em seu traçado urbano. Era cobrado nas cartas régias para a criação de cidades a presença de apenas uma praça, onde ficaria o pelourinho (Vilar e Almeida, 2023). A partir disso pode-se inferir que nas cidades brasileiras coloniais as praças já nascem com caráter excludente, pois eram os lugares dos castigos públicos da população escravizada.

Macapá, como uma cidade do período pombalino, foi baseada não em edifícios, mas em espaços públicos (“espaços-rua” e “espaços-praça”), espaços carregados de significado, sendo as praças a representação do poder do colonizador, geralmente onde se concentravam os edifícios principais e de maior prestígio. Em Macapá, a administração colonial optou por construir duas praças, uma próxima à igreja e outra destinada ao pelourinho (pois a igreja considerava indecoroso dividir espaço com os castigos no pelourinho), com dimensões acima dos padrões portugueses. Essa escolha por duas praças grandiosas pode significar o desejo por parte da administração pombalina em se firmar como um período de grandes obras e mudanças (Vilar e Almeida, 2023). Corroborando com isso, tem-se na cidade

a valorização do espaço "vazio" que a praça representa, que é "preenchido" pela noção de poder e ressaltado pela uniformidade do restante conjunto construído, será uma das mais interessantes características de todo o urbanismo pombalino (Araújo, 1998, p. 173).

A região hoje conhecida como Estado do Amapá fazia parte da Província do Grão-Pará e Maranhão e teve sua colonização iniciada em 1751, às margens do rio Amazonas, com a chegada dos primeiros colonos açorianos (Araújo, 2012). O Amapá, depois de ser elevado à categoria de Território Federal em 1943, com a justificativa de povoar um "vazio demográfico" e gerar desenvolvimento na região, passou por um período de grandes expectativas, onde se visava "deixar para trás o atraso, o abandono, o marasmo, o analfabetismo, as epidemias tropicais e a invisibilidade" (Silva, 2017).

Em 1982, a campanha do governo territorial "Mais praças, menos marginais", com objetivo de modernizar a cidade, deu origem a três praças novas em Macapá: a reforma da praça Barão do Rio Branco, no bairro central, que foi dotada de um complexo esportivo; a construção da praça Floriano Peixoto (figura 6), em um lugar que era usado como depósito de lixo, também no centro da cidade; e, no bairro Trem, próximo ao centro, revitalizou-se a Praça da Conceição, onde se construiu um campo de futebol. Na mesma época também ocorreu a revitalização de praças na orla da cidade, próximas ao centro, incluindo o aterramento de algumas áreas da orla para construção da Praça Zagury (figura 7), e a construção da Praça Chico Noé, no bairro Laginho.

Figura 6 – Praça Floriano Peixoto em 1982, vista do lago.



Fonte: IBGE (s/d).

Porém, nesse período de grandes obras, a estreita e simbiótica relação com o rio que a população local tinha não foi considerada pelos novos planos federais para o Território, por conta do forte discurso do progresso, e o único espaço público institucionalizado em que se observava resquícios de um lazer ligado aos corpos hídricos era a Praça Floriano Peixoto. Futuramente isso mudaria, com a reestruturação e reforma da orla e de balneários nas franjas da cidade. No período de Território Federal, focou-se na abertura de estradas, pois eram sinônimo de desenvolvimento, enquanto “os rios enquanto via principal de locomoção social passaram a ser vistos como sinônimo de atraso e de estagnação” (Silva, 2017, p. 93). Apesar disso, o próprio governo territorial reconhecia as peculiaridades da região amazônica, onde o comércio e o transporte fluvial eram a base da economia local.

Figura 7 – Praça Zagury em 1982, às margens do rio Amazonas.



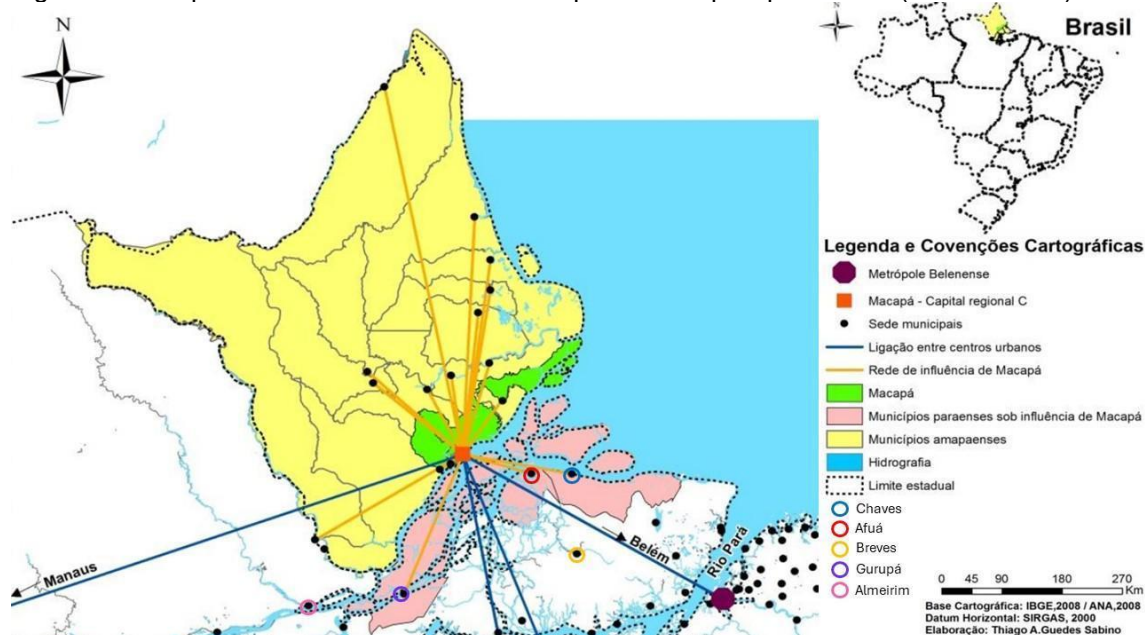
Fonte: IBGE (s/d).

Macapá era considerada também a centralidade das ilhas do Pará (Pará, Afuá e Chaves sendo as mais expressivas) que possuíam dinâmica bem maior com a capital do Território Amapaense do que com a capital do Pará (figura 8), por conta da proximidade e da forte ligação com o rio, por onde eram realizados comércios e trocas de produtos regionais variados. Destaca-se sobre o significado dos rios para a população local:

Os rios, mais do que locais estratégicos de sobrevivência, foram os caminhos naturais desbravados pelos diversos homens e mulheres que se estabeleceram na Amazônia, a expressão de todo um modo de vida que se construiu através da relação sempre presente com os rios, e com os fascínios que os mesmos despertavam (Silva, 2017, p. 92).

Em 1970, Macapá já concentrava 75% da população do então Território, segundo censo do IBGE, demonstrando a atratividade que exercia pelo seu expressivo crescimento econômico, devido às atividades de exploração de minério. Maiores oportunidades de emprego, estudo e centralização de recursos foram os fatores considerados para essa atração de imigrantes. Porém, a criação de empregos não foi proporcional ao aumento populacional e muitos que imigravam não conseguiram participar do mercado de trabalho (Silva, 2017).

Figura 08 – Mapa centralidade urbana de Macapá e municípios paraenses (ilhas do Pará).



Fonte: Santos (2015) adaptado pela autora (2024).

Somado ao crescimento do desemprego, iniciou-se o processo de segregação socioespacial, no qual mulheres e homens negros moradores do centro, desde o início da Vila, foram desapropriados para dar lugar aos novos funcionários públicos, a maioria brancos (Silva, 2017). Segundo Lobato (2013), tornou-se inviável a permanência dos antigos moradores mais pobres no centro urbanizado de Macapá, “por meio de padrões ocupacionais que eles não podiam alcançar” (Lobato, 2013, p. 85).

Essas comunidades desapropriadas foram remanejadas para áreas, na época, muito distantes do centro. Essas regiões eram chamadas de campos do laguinho e da favela (atualmente o bairro Laguinho), e tal momento de expulsão foi cantado nas festas de Marabaixo, dança dramático-religiosa de cortejo afrodescendente que representa a história e a cultura afroamapaense (Videira, 2009). As músicas e danças do Marabaixo fazem ligação entre a história individual e coletiva dos negros amapaenses com a história de ocupação do território do Amapá, tornando-se patrimônio imaterial do Brasil, registrado como forma de expressão.

Foi esse momento de perda de território que deu origem ao refrão de ladrão (parte da música cantada no Marabaixo, que acompanha instrumentos de percussão) mais popular da cultura popular amapaense: ‘Aonde tu vais rapaz? Por estes campos sozinho (bis). Vou fazer minha morada, lá nos campos do laguinho (bis)’.

Apesar de não ter tido nenhum conflito físico direto entre os remanejados e a segurança pública territorial, os moradores se viram compelidos a abandonar seu território, com anos de construção, moradias, plantações, lembranças, relações de parentesco e memória. Em entrevista com uma moradora remanejada, dona Josefa, feita por Maura Silva (2017) em 2013, esse momento foi um dos mais impactantes vividos e, mesmo tendo sido negociada, a decisão foi tomada por quem detinha o poder, e os moradores se sentiram sem escolha “A terra era nossa, mas o poder era dele. [...] Ele não pagou vocês? Para mim ele não deu nada. Acho que para os outros também” (Silva, 2017, p. 124).

Outra consequência negativa gerada pelo grande surto migratório para a capital foi o aumento da criminalidade e o agravamento de problemas infraestruturais, segundo Silva (2017), como a falta de saneamento básico e de segurança pública. Segundo a autora:

O processo de urbanização acelerado e desordenado ocorrido nos últimos anos concentrados na capital, agravaram as condições de vida da população mais carente que, marginalizada do mercado formal, passou a incorporar a grande massa de subempregos e desempregados, que crescia em Macapá, a cada ano (Silva, 2017, p. 292).

Nesse contexto de marginalização e pobreza, a maioria das mulheres pertencentes às classes mais baixas era obrigada a trabalhar desde cedo, por volta dos 12 anos ou até mesmo antes, exercendo tarefas diversas. Na zona rural do Estado do Amapá ou nas Ilhas do Pará, trabalhavam ajudando nos seringais e na agricultura, assim como no trabalho doméstico, e muitas dessas eram enviadas ainda crianças para a cidade de Macapá (quando a família não tinha condições de arcar com a criação dessa), integrando o fluxo migratório, para viver com famílias (algumas chegavam a adotá-las) e “ajudar” com as tarefas domésticas e de cuidado – ou seja, eram empregadas domésticas desde criança e muitas vezes não recebiam por isso. Em Macapá, na época em que era Território Federal, e mesmo antes, isso não era visto como um começo precoce no trabalho, mas algo essencial para a sobrevivência das famílias, “numa vida marcada pela insegurança estrutural” (Lobato, 2013, p. 109).

Não se pode afirmar que a experiência feminina em Macapá, desde a época do Território Federal, era exclusiva do espaço doméstico, pois muitas mulheres eram obrigadas a trabalhar fora de casa desde cedo, principalmente na área de prestação de serviços como lavagem de roupas, serviços domésticos e de atendimento e

limpeza em bares, restaurantes e instituições. Fora das cidades, em áreas rurais, os trabalhos que exerciam eram muito mais variados e envolviam serviços pesados, considerados “masculinos”. Um número expressivo das mulheres empregadas domésticas em Macapá eram jovens migrantes em busca de emprego a fim de enviar ajuda a suas famílias nos interiores, onde não havia presença estatal e muitos eram atingidos pela pobreza e doenças tropicais (Lobato, 2013). Complementa-se, sobre essa prática:

O crescimento do número de funcionários públicos solteiros e de funcionárias públicas (enfermeiras, professoras e outras) que passavam boa parte do dia no trabalho externo ao lar criou uma grande demanda de empregadas domésticas em Macapá [...]. Em geral, elas tinham entre 15 e 18 anos e moravam com seus patrões (Lobato, 2013, p. 114).

Os arranjos familiares eram variados e muitas das mulheres mais pobres se tornavam chefes de família, por adoecimento do cônjuge ou por separação, demonstrando que essas mulheres, por trabalharem, tinham atitude insubmissa diante de seu companheiro em situações de abuso, como relatado por Lobato (2013). Segundo o autor, “o abandono dos amásios era um modo das mulheres afirmarem seu protagonismo numa cidade que, ao mesmo tempo, lhes atribuía um papel dependente e desafiava cotidianamente sua sobrevivência” (Lobato, 2013, p. 117).

Entretanto, contrariando as condições da maioria das famílias macapaenses, a ideia defendida pelo Estado e muito difundida em Macapá, a partir de 1942, era a de que a família ideal era composta por um pai trabalhador, uma mãe responsável pelos serviços domésticos de seu núcleo e filhos que não trabalhavam, apenas estudavam. Aliada a esse discurso estava a Igreja, que delegava quase exclusivamente à mãe a tarefa de educar os filhos, sendo a mulher que trabalhava fora considerada desviante dos desígnios divinos (Lobato, 2013).

Portanto, “para manter-se fiel a sua vocação de mãe e esposa, a mulher deveria abrir mão do espaço público (masculinizante)” (Lobato, 2013, p. 121) e se contentar com sua atuação no espaço doméstico, comportamentos ensinados e estimulados (também) na Escola Doméstica de Macapá, onde as meninas aprendiam a ser “exímias donas de casa”. Tais instituições estavam em consonância com a Nova Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, que, dentre outras diretrizes, recomendava que a educação secundária das meninas acontecesse em ambientes exclusivamente

femininos e com orientação baseada na premissa sexista do trabalho doméstico e sensibilidade como parte da personalidade feminina e sua missão de vida.

Na década de 1950, apesar da mulher ocupar cada vez mais espaço no mercado de trabalho no Amapá e no restante do Brasil, visões patriarcais e retrógradas eram hegemônicas. Em jornais locais, como *A Voz Católica*, em 1960, o estereótipo criado da figura feminina como intrinsecamente sensível, frágil, delicada e destinada ao sacrifício pela família e submissa ao homem ainda era divulgado e recomendado, sendo assim era pregado que “negar a própria fragilidade e, portanto, dependência, seria ir contra sua natureza” (Lobato, 2013, p. 123). A igualdade entre os gêneros era tida, pelo famoso periódico, como um “feminismo exagerado”, que as cidadãs eram recomendadas a evitar.

Segundo pesquisa de Macedo (2020), a partir de análise de fotografias e imagens macapaenses do período entre 1943 e 1955, quando Macapá ainda era Território Federal, observou-se a baixa retratação de mulheres, em especial mulheres não-brancas, nos espaços públicos da cidade. Quem aparecia mais representado nas imagens encontradas eram homens de classe alta, sendo as mulheres chamadas de “divergentes” pela autora, pois apareciam raramente. Essas mulheres divergentes eram, na maioria das vezes, brancas de classe alta, e assim como o restante das imagens de espaços públicos, eram retratadas nele a fim de reforçar o ideal de espaço público como lugar da ordem, de corpos saudáveis e do bom comportamento. A autora conclui:

Portanto, o que percebemos na maioria das imagens, com raras exceções, é a desigualdade social vivida entre pessoas do sexo masculino e feminino na região. Desproporção ainda mais sentida quando se trata de mulheres das classes sociais menos privilegiadas (Macedo, 2020, p. 228).

Pode-se considerar essas narrativas visuais como um reflexo do conservadorismo da época na cidade, tanto do ponto de vista de gênero quanto em relação aos espaços públicos. As fotos históricas de mulheres e meninas analisadas pela autora fazem referência sempre ao que se era esperado delas desde cedo: no geral, em espaço privado, cuidando do lar e da família, aprendendo a costurar, ser bem-comportada e ir à igreja. Nessa época, as mulheres de classe média e alta, quando trabalhavam fora de casa, exerciam em sua maioria profissões assistencialistas ou de cuidado, segundo

Macedo (2020), como professora, enfermeira ou secretária, reforçando os papéis de gênero.

Atualmente, esse conservadorismo se vê presente ainda, mas de forma diferente, já que a presença feminina no mercado de trabalho em Macapá aumentou muito (no ano de 2022 a porcentagem era de 46,8%) mesmo ainda sendo inferior a masculina (53,2%), segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A média salarial das mulheres (de R\$ 4644,25 em 2022) ainda é menor que a dos homens (R\$ 4696,48 no mesmo ano), como acontece no Brasil em geral e em muitos outros países com índices baixos de equidade de gênero.

O conservadorismo também é percebido na cidade em si, já que ela foi planejada por homens e para homens, e essa lógica ainda não mudou. A cidade de Macapá continua negligenciando as experiências femininas nos espaços públicos, já que raros são os estudos conduzidos nesse sentido. Apesar de muito ter sido discutido sobre a perspectiva de gênero no cenário nacional, essa pauta ainda não foi incorporada pelo poder público estadual e municipal como uma questão transversal em suas políticas, como será discutido no próximo tópico.

2.2. O que o planejamento de Macapá (não) nos diz?

a) Sobre o planejamento

Nesse tópico, discutirei como a questão de gênero vem sendo tratada nos últimos anos na cidade de Macapá pelos seus gestores. Será focado no recorte temporal compreendido nas últimas 2 décadas, a partir do Plano de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (PDDUAM), de 2004, quando o poder público tentou iniciar um trabalho participativo.

Historicamente, na cidade de Macapá, o planejamento é feito de cima para baixo, com pouca (senão nula) participação popular, segundo análise mostrada a seguir. Considerando que o viés participativo foi ignorado pelos gestores até o momento, a questão da perspectiva de gênero também é excluída, pois necessita de canais de participação para ser aplicada. Para defender essas hipóteses, neste tópico serão analisados o planejamento e ações da gestão pública, com marco no último plano, o PDDUAM (2004), sob perspectiva de gênero.

Em 1959 foi realizado o primeiro plano para Macapá, em meio ao *boom* do seu crescimento populacional, o Plano Grumbilf. O contexto nacional valorizava o modernismo, que no urbanismo se expressava de forma tecnocrática e sem levar em consideração as peculiaridades sociais, assim como a função social do espaço urbano, afastando-se da realidade local (Maricato, 2001).

O Plano, encomendado pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) à empresa Grumbilf, se enquadra nessa crítica feita, pois grande parte do planejamento se voltou para o centro da cidade, negligenciando as periferias, mesmo as mais próximas do centro, como o Igarapé das Mulheres (Weiser e Tostes, 2019). Não houve preocupação com a situação dos moradores dessa área, muito menos em entender a dinâmica das mulheres em questão e incorporá-las ao planejamento. A mesma exclusão sofreu também a população negra, que desapropriada do centro da cidade e remanejada para as periferias, não foi ouvida nem teve suas necessidades e desejos contemplados com o plano.

A falta de atenção e cuidado com os diversos grupos sociais foi uma grande lacuna encontrada nos planos urbanísticos feitos para Macapá. Ainda que as mulheres já tivessem conquistado alguns direitos³³ até a data em que os planos foram feitos, esses não foram suficientes para que fossem incluídas ao menos no ato de pensar e planejar a cidade. Em 1973, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá pela Fundação João Pinheiro, novamente sem levar em consideração a heterogeneidade da população, muito menos sua participação.

Na mesma década da conquista do direito ao divórcio por lei em 1977, e em que foi realizada a I Conferência Mundial da Mulher na Cidade do México, em 1975, foi entregue o Plano da HJ Cole (1979) para Macapá, no qual não se percebe preocupação com a questão feminina, nem mesmo através de escuta, assim como seu antecessor. No cenário nacional, a discussão sobre a importância da perspectiva da mulher também não era um tema muito comum ou amplamente aceito na

³³ Apenas 3 anos após a entrega do plano Grumbilf, em 1962, foi criado o Estatuto da Mulher Casada através de lei federal (Lei n 4.121 de 27 de agosto de 1962), importante passo dado pelas mulheres em direção à cidadania. Só depois dessa lei as mulheres alcançaram autonomia em certas áreas, dentre elas: poder trabalhar, viajar e abrir conta sem pedir permissão do marido, assim como ter direito sobre os próprios filhos.

academia, mesmo na década de 90 em São Paulo, como lembra Gonzaga (2011), porém foi a época em que se começou a discussão sobre a temática.

Na década de 90, mesmo com o cenário não sendo muito favorável pois a questão de gênero não era algo bem recebido por todos, surgiram algumas tentativas de gestões municipais em São Paulo³⁴ em incorporar a perspectiva de gênero. Porém, enfrentou-se muitos preconceitos, já que segundo Calió (1993) apud Gonzaga (2011), os (as) técnicos (as) achavam cômico “pensar a cidade no feminino”.

Em 1991, em Santo André, foi aprovado o primeiro Plano Diretor que contemplava a questão específica das mulheres, através da inclusão de um plano setorial denominado “Plano Municipal dos Direitos da Mulher³⁵. Em 2002, em São Paulo, aprovou-se o Plano Diretor Estratégico³⁶ da Cidade de São Paulo, que também trouxe uma contribuição notável à difusão da perspectiva de gênero nos assuntos urbanos.

Sobre a participação de mulheres em projetos urbanos, nos estudos de Ana Burgos (2021), a respeito da participação popular em um projeto de interesse social no Recife em 2012, a participação feminina foi um destaque importante, sendo caracterizada como mais expressiva se comparada com a dos homens. Isso é justificado pela participação das mulheres ter se desenvolvido de formas mais variadas e complexas que a dos homens³⁷.

A participação feminina é vista como um passo para a quebra de paradigmas de gênero, legitimando a mulher como agente importante e fortalecendo sua

³⁴ Um dos marcos importantes foi a criação na cidade de São Paulo, em 1990, da Comissão de Mulher e Espaço Urbano, no âmbito da Coordenadoria Especial da Mulher. Porém, ao mesmo tempo que se dava passos em direção a equidade de gênero, a Coordenadoria não foi convidada a participar da discussão do Plano Diretor da cidade

³⁵ Este plano foi composto de diretrizes que estabelecem, em todos os setores da administração, políticas específicas voltadas para as mulheres, e que garantem a representação das mulheres através de associações nos programas sociais assim como a participação das mulheres na elaboração, acompanhamento e gestão dos programas e equipamentos públicos (Gonzaga, 2011).

³⁶ Nele, foi incluído a indicação de que as políticas públicas deveriam ser traçadas com base nas questões de gênero, raça, faixa etária e necessidades de pessoas com deficiência (Gonzaga, 2011).

³⁷ As mulheres participaram em mais espaços que não apenas os de tomada de decisão, como em eventos educativos, reuniões sobre os problemas cotidianos dos moradores e de ordem familiar. Elas também participaram como representantes de moradores em discussões sobre as localidades, acompanhando o projeto, problemas nas obras, entre outros (Burgos, 2021).

representatividade nas suas comunidades (Burgos, 2021). O exemplo de Burgos (2021) corrobora com Santoro (2008) a respeito da presença crucial e expressiva das mulheres nos movimentos sociais.

Nota-se, então, a tendência dos avanços com relação à perspectiva de gênero demorarem para se desenrolar primeiro da esfera global para a esfera nacional, nos eixos centrais brasileiros (sudeste), e depois desses para as regiões periféricas do país (no caso da presente pesquisa, a região norte). Hoje, quase 34 anos após a primeira experiência brasileira de planejamento com perspectiva de gênero, o tema ainda não foi incorporado pela administração pública de Macapá.

Da mesma forma, a participação popular de forma geral no planejamento e na gestão continua sendo um tema muito pouco discutido e praticado em Macapá, mesmo o tema estando presente desde a década de 1980, com a Constituição de 1988, e posteriormente, com o Estatuto da Cidade, os quais preveem a inclusão da participação na elaboração de políticas públicas e na gestão democrática da cidade:

Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – *gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (...)* (BRASIL, 2001).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (PDDUAM) aprovado por lei em 2004, foi o primeiro a apresentar algumas mudanças positivas com relação à participação social. Feito com base no Estatuto da Cidade, lei de 2001 que significou um grande avanço na discussão das políticas urbanas dentro do campo progressista, o PDDUAM incorporou em seu texto a questão da função social da terra urbana assim como a participação popular, ambos preconizados pelo Estatuto da Cidade. A questão participativa deveria então permear desde a elaboração até a implementação e fiscalização dos planos diretores (Brasil, 2001).

Entretanto, a metodologia usada no PDDUAM não foi adequada para se atingir níveis de participação satisfatórios e, portanto, mais democráticos. Araújo (2020) avaliou através de entrevistas e análise do Plano, que a participação no processo se deu

apenas no nível informativo, ou seja, os segmentos participantes não contribuíram de forma ativa nem tiveram seus anseios e conhecimentos discutidos.

Foram realizados, no âmbito da elaboração do documento do plano, reuniões, um seminário, três audiências públicas e a capacitação dos atores sociais como procedimentos participativos. Encontros locais foram promovidos também, para se apresentar as versões preliminares dos anteprojetos de lei do Plano e leis complementares às entidades de base territorial e moradores dos distritos de Macapá que não estavam presentes nas etapas iniciais.

A capacitação dos atores se deu através de sessões plenárias e nos trabalhos em grupo durante os seminários, nas reuniões de base territorial e em encontros com órgãos e entidades governamentais, para, em linhas gerais, “esclarecer” sobre o conteúdo das leis e sobre o papel e responsabilidades de cada ator envolvido (Araújo, 2020). Apenas “esclarecer”, sem construir espaços de debate e participação de fato.

Apesar de, em 2004, o Ministério das Cidades ter lançado o “Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos”, onde enfatiza a necessidade de se estabelecer formas diversas de participação em todas as etapas, para além daquelas expressas no Estatuto da Cidade, em Macapá isso não aconteceu. O guia ainda reforça a importância de se dar atenção especial aos setores territorialmente marginalizados (Brasil, 2008), o que não foi levado em consideração, pois não há menção sobre qualquer contribuição ou adição vinda dos setores sociais, incluindo-se aí os grupos de mulheres. Não há sequer registro da palavra “gênero” no documento do PDDUAM.

Porém, dentre as organizações que participaram das audiências públicas e seminários do Plano Diretor, as mulheres estiveram presentes através de 4 grupos: a Articulação de Mulheres do Amapá – AMA, Associação de Mulheres do Bairro Novo Horizonte, Federação de Mulheres do Estado do Amapá – FEMEA e o Instituto de Mulheres Negras do Amapá – IMENA. A partir da entrevista realizada por Jacqueline Araújo (2020) a Aldenora Gonzalez, diretora da região norte da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), presente durante os momentos de participação do PDDUAM, acredita-se que a participação social foi só a nível informativo e serviu apenas para legitimar a construção do Plano Diretor. Considerando esse nível como

o mais baixo na escala de participação social³⁸ (Souza, 2010), onde não há escuta nem troca de saberes, portanto muito pouco democrático, pode-se concordar com a fala de Aldenora Gonzalez de que

(...) não houve participação no plano diretor de Macapá da população, da sociedade civil (organizada ou desorganizada). Eu considero que não houve participação porque foi muito técnico. (...) a participação que eles falam que houve da sociedade, na verdade, foram etapas de audiências que eles cumpriram, que eles realizaram, porque era obrigatório para constar no plano. Eu até cheguei, um dia, em uma atividade no Sesc se não me engano, em que os técnicos apresentaram lá e, olha, 'vai ser assim', não perguntavam... [...] Porque, para mim, participar não é assinar a folha de presença, participar significa que eu estou colaborando, que eu estou intervindo em algum momento para essa construção (Araújo, 2020, p.71).

Ao todo, foram 47 entidades da sociedade civil organizada participantes dos eventos do PDDUAM, um número expressivo e maior do que todos os demais segmentos sociais e públicos, representantes de bairros, de gênero, culturais, de movimentos populares urbanos e rurais (Araújo, 2020). Vozes diversas com grande potencial de trazer heterogeneidade para o debate urbano e de contribuir para processos coletivos de tomadas de decisão, porém não foram ouvidas.

A partir de Araújo (2020), pode-se inferir que as informações e dados técnicos foram considerados mais importantes para nortear o plano do que as contribuições dos participantes da sociedade civil, indo na contramão de ritos participativos para o planejamento urbano. Ademais, não houve participação também na equipe gestora do plano, como direcionava o guia do Ministério das Cidades, e este “não durou tempo suficiente para contribuir com a implementação, monitoramento e avaliação do documento” (Araújo, 2020, p. 74).

Não há menção no PDDUAM sobre tornar a cidade mais justa para as mulheres em nenhuma seção e o máximo encontrado relacionado a espaços públicos e a questão social foram dois trechos, como no Capítulo V, “Da estratégia para qualificação do

³⁸ A participação se dá em diferentes níveis, e o nível mais baixo, o primeiro passo para iniciar participação, seria o de “informação”. Esse nível, considerado por Souza (2010) como uma “pseudoparticipação”, acontece quando um grupo é informado sobre um assunto de relevância coletiva através de um conjunto de ações para compartilhar informações. O segundo nível, “consulta”, é quando se busca saber a opinião do grupo em questão a respeito de um assunto ou de uma ação, sem comprometimento em atendê-las. O terceiro nível, “cooptação”, é quando o poder público atende à determinada demanda do grupo e para que essa ação seja de qualidade, é necessário que ela tenha sido resultada dos dois níveis anteriores. Há ainda o quarto nível, “parceria”, onde existe mais diálogo entre as partes, o quinto nível “delegação de poder”, exige maior organização da população, e o sexto e último nível, “autogestão”, é quando a sociedade atua de forma direta em todas as áreas de interesse coletivo, envolvendo muita transparência e acesso à informação e debates (Souza, 2010).

espaço urbano”, o artigo 34 aponta a participação popular como uma diretriz a ser seguida nos projetos de intervenção no espaço urbano:

Art. 34 São diretrizes para a qualificação do espaço urbano:
 I- otimização da infra-estrutura urbana existente;
 II- priorização de ações nas áreas e núcleos urbanos mais carentes, com ênfase na implantação e melhoria dos sistemas de infra-estrutura urbana;
 III- ampliação da acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, reportando-se às exigências das normas técnicas brasileiras específicas;
 IV- valorização dos bens históricos e culturais da cidade de Macapá;
 V- ordenação e padronização dos elementos do mobiliário urbano e de comunicação visual;
 VI- envolvimento dos diferentes agentes responsáveis pela construção da cidade, ampliando a capacidade de investimento do Município;
 VII- *participação popular nos projetos de intervenção* (MACAPÁ, 2004, grifo nosso)

A diretriz VII, que preconiza a participação popular nos projetos de intervenção, visivelmente não tem sido seguida, assim como não é percebido ser posto em prática a diretriz II, que prioriza as ações nas áreas e núcleos urbanos mais carentes. Não há registro de práticas de participação popular promovidas pelo poder público nas obras urbanas, nem nas destinadas a praças e parques. Os núcleos urbanos mais carentes só foram receber alguma atenção recentemente, com a construção de praças e algumas vias, porém ainda é percebido neles a falta de infraestrutura de qualidade, como no bairro Brasil Novo.

O segundo trecho do PDDUAM a se destacar por relacionar espaços públicos e o social foi encontrado no Capítulo IV – Dos Instrumentos Complementares, o artigo 158 da seção VI – Do Plano de Qualificação do Espaço Urbano:

Art. 158 O Plano de Qualificação do Espaço Urbano é o instrumento básico do ordenamento da rede de logradouros públicos, com a finalidade de qualificar os espaços públicos na Cidade de Macapá e promover melhorias na acessibilidade urbana, *em parceria com entidades de classe e de moradores*, para adequação dos calçamentos e melhoria na conservação e manutenção das vias públicas (MACAPÁ, 2004, grifo nosso).

Não é especificado como essa “parceria com entidades de classe e de moradores” poderia acontecer, nem colocado como objetivo do “Plano de Qualificação do Espaço Urbano” a democratização dos espaços e as pessoas como foco. A qualificação do espaço aparece muito mais sob o ponto de vista do ordenamento, tratando de dimensionamento de calçadas e regularização de passeios do que tratando de como esse espaço poderia ser melhor para as pessoas de fato. Ademais, nesse plano não é citado nenhuma diretriz de participação popular.

Sobre a questão dos espaços públicos, o PDDUAM apenas reforça a importância desses espaços na área central, sem prever uma distribuição justa e clara “tampouco deixa claro se há parâmetros de qualidade ou estratégias para vislumbrar cenários de maior qualidade para a sociabilidade e qualidade ambiental da cidade” (Pontes, 2021, p. 143). Segundo Louise Pontes, os planos anteriores deixaram estudos geográficos e de dinâmicas urbanas importantes que não foram aproveitados ou atualizados pelo PDDUAM, que apresenta lacunas sobre a apreensão e formulação de possibilidades para os espaços abertos³⁹ de Macapá, conceito que inclui os espaços públicos, como a praça, trabalhada aqui (Pontes, 2021).

É também aferido por Pontes (2021) a má distribuição dos espaços de lazer na cidade e que a maior parte das praças estão localizadas na zona central, como também os espaços culturais, parques de bolsa, trapiches, passeios e espaços institucionais. Nas zonas periféricas, como a zona norte, predominam os espaços do tipo “arena”, caracterizados como tendo desenho pouco diverso, são espaços que se repetem na região e não acolhem múltiplos usos, sendo espaços muito grandes que acabam ficando vazios em alguns períodos, gerando sensação de insegurança nas pessoas. Sobre os espaços de lazer, a autora complementa:

A distribuição dos espaços abertos pensados para o lazer na cidade de Macapá não alcança de forma abrangente toda a cidade. Conectividade, vitalidade, porosidade, incompletude e acesso/acessibilidades são baixos se considerarmos esta escala. Os espaços simbólicos da cidade são capazes de gerar conectividade e engajamento, o que fica evidente nos espaços da orla e no Parque do Forte, mas também não há uma distribuição mais ampla deste tipo de espaço nas demais zonas (Pontes, 2021, p. 163).

O PDDUAM trata o espaço público do ponto de vista turístico, comercial e ambiental, mas a questão social relacionada a ele, ou a de gênero, é ignorada. Porém, defende-se aqui que o planejamento das cidades precisa contribuir para o desenvolvimento local, partindo das especificidades da região em questão e levando em consideração sempre os saberes da população e suas reivindicações, a fim de não contribuir para

³⁹ Espaços abertos são espaços que acolham e incentivem a diversidade, expressão e ação. “O espaço aberto também abrange toda uma série de configurações socioespaciais que não se encaixam na lista de espaços previamente catalogados, incluindo além de parques, praças, ruas ou espaços esportivos, os espaços residuais, ambíguos, sobrantes ou mesmo amorfos. O espaço aberto inclui todos os espaços porosos, acessíveis e passíveis de apropriação” (Pontes, 2021, p. 53).

os “lugares fora das ideias”⁴⁰ (Maricato, 2002; Monte-Mór, 2006) e sim para a construção coletiva.

Para se ter uma participação efetiva e democrática, precisa-se dispor primeiramente de um processo amplo educativo e de divulgação de informações, não somente dos aspectos técnicos envolvidos, mas dos compromissos e direitos de cada agente em todo o processo de planejamento. Dessa forma, certas lacunas presentes no planejamento poderão ser mais bem trabalhadas e resolvidas. É certo que apenas o planejamento bem feito e democrático não solucionará os problemas urbanos, como apontou Maricato (2002):

Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. Não é também, necessariamente, devido à má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão (Maricato, 2002, p. 124)

Porém, um planejamento sensível e que estimule a participação, pode retroalimentar os movimentos sociais, para que esses pressionem os governantes a colocarem em prática os planos. Como reflete Maricato: “A constituição e consolidação dessa esfera de participação política é que poderá auxiliar na implementação de um sistema de planejamento e nas reorientações ao plano” (Maricato, 2002, p. 180). É importante a existência e mobilização desses movimentos, enfraquecidos no Amapá, para se ter avanços sociais na política urbana, pois, como já dito por Harvey (2013), o direito à cidade não será dado à população, ele precisa ser conquistado.

É necessário também criar ambientes e logísticas para todos terem acesso à participação. No caso das mulheres, por exemplo, se não houver sensibilidade com a questão dos horários das atividades bem como com a organização de um espaço para acolher crianças de diferentes idades, é possível que a participação feminina seja prejudicada consideravelmente.

O PDDUAM, depois de aprovado, passou por inúmeras alterações, mas nenhuma foi fruto de reivindicações populares ou em benefício a grupos em vulnerabilidade. Pelo

⁴⁰ Para Maricato (2001), o planejamento e regulação urbanística não possui comprometimento com a realidade concreta, e sim dizem respeito a uma parte da cidade, a “cidade legal” e não as periferias, reforçando assim desigualdades e privilégios. “Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem” (p. 122). Apesar do bairro Brasil Novo já ser regularizado, como ele foi fruto de uma ocupação informal na periferia da cidade o planejamento e infraestrutura de qualidade continua sem chegar nele, podendo ser descrito como um “lugar fora das ideias”.

contrário, as lacunas encontradas a respeito da atenção com a perspectiva de gênero e outras pautas de cunho social, desde sua concepção, perduram. A análise feita aqui é com base nas faltas, naquilo que o planejamento da cidade não diz.

Ao aprovar, entre 2006 e 2017, cinco leis complementares que modificam drasticamente a altura permitida de edifícios e o tipo de verticalização permitida em determinadas áreas da cidade (Silva e Pena, 2020), para benefício dos interesses do mercado imobiliário, fica nítido a quem serve o planejamento da cidade e quem é constantemente excluído. Ademais, as autoras enfatizam os impactos negativos gerados a partir dessas modificações no conforto ambiental da cidade, no entorno do maior patrimônio histórico macapaense tombado, e aumentando a especulação imobiliária. Diretrizes e prazos traçados para se avaliar os impactos dessas alterações no conforto ambiental e aeração da cidade também não foram cumpridos, demonstrando, mais uma vez, a negligência com que os interesses sociais são tratados pela administração pública na cidade.

Eliane Silva (2020), também analisa essa questão e reflete sobre a desatenção dos governantes para com diretrizes centrais do PDDUAM, tais como a promoção do interesse social da propriedade e da cidade, combater tendências à segregação no aproveitamento do espaço urbano e propiciar a todos os benefícios oferecidos pela urbanização. Segundo a autora, os interesses dominantes na cidade são os do capital, “que avança cada vez mais sobre a terra urbana”, transformando-a em mercadoria (Silva, 2020, p. 105). Dessa forma, o conteúdo do plano relacionado ao desenvolvimento urbano menos desigual do ponto de vista socioespacial foi muito pouco incorporado.

b) As Secretarias da Mulher

A atual gestão municipal de Macapá, atuante desde 2020, em 2023 inaugurou a primeira Secretaria Municipal da Mulher (SEMMU), com atribuições de promover as mulheres em atividades econômicas, sociais e de bem-estar, e outras que confirmam destaque e proteção a elas na sociedade, segundo o site da Prefeitura Municipal de Macapá. Dentre suas funções básicas, descritas no Capítulo 2 da Lei Complementar nº 187/2023, que cria a referida Secretaria, destaca-se:

I - formular diretrizes e promover políticas, em todos os níveis da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, visando à eliminação das discriminações que atingem à mulher;

II - criar instrumentos concretos *que assegurem a participação da mulher em todos os níveis e setores da atividade municipal (...)*

III - *estimular, apoiar e desenvolver estudos, projetos e debates relativos à condição da mulher, bem como propor medidas ao governo, objetivando eliminar qualquer forma de discriminação;*

IV - auxiliar e acompanhar os demais órgãos e entidades da Administração, no que se refere ao planejamento e execução de programas e ações referentes à mulher; (...)

VI - *estabelecer e manter canais de relação com os movimentos de mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos; (...)*

XI - prestar assessoria ao Poder Executivo, *acompanhando a elaboração das políticas públicas*, programas e ações dirigidas às mulheres especialmente nas áreas de:

- a) atenção integral à saúde da mulher;
- b) assistência sócio-assistencial
- c) prevenção à violência contra a mulher;
- d) assistência e abrigo às mulheres vítimas de violência;
- e) educação;
- f) trabalho;
- g) habitação;
- h) *planejamento urbano;*
- i) *lazer e cultura* (MACAPÁ, 2022, grifo nosso).

Como demonstra o documento legal de criação da SEMMU, o órgão deveria atuar nos diversos setores de organização do poder público a fim de promover a participação das mulheres, inclusive nas áreas de planejamento urbano, lazer e cultura, referentes ao tema abordado na presente pesquisa. Com base nisso, as diversas praças criadas pela Prefeitura durante sua gestão, inclusa a Praça do Brasil Novo em 2024, deveriam ter tido participação das mulheres em sua concepção e acompanhamento, especialmente daquelas do contexto local onde os espaços públicos seriam construídos. Mas, na prática, isso não ocorreu.

É interessante também notar a inclusão da diretriz de função básica da SEMMU de “estimular, apoiar e desenvolver estudos, projetos e debates relativos à condição da mulher, bem como propor medidas ao governo, objetivando eliminar qualquer forma de discriminação”, pois é algo inovador em termos de legislação sobre gênero em Macapá. Entretanto, ainda não é observado essa diretriz sendo desenvolvida de fato.

O texto da Lei, principalmente o excerto acima apresentado do capítulo 2 sobre as funções básicas da Secretaria, demonstram um grande avanço para as questões de gênero na cidade. Porém, a mudança de fato acontece para além do papel: é necessário desenvolver essas diretrizes na prática através da abertura de canais de participação feminina popular, algo que ainda não acontece em Macapá.

A atuação da SEMMU se concentra majoritariamente no campo relativo à prestação de auxílio à mulher que sofre violência e campanhas contra a violência doméstica e feminicídio, no campo do empreendedorismo feminino e de saúde feminina, como aponta a verificação de sua atividade no site da prefeitura. As ações, de forma geral, da prefeitura e governo do Estado com relação à mulher também se encaixam nos eixos citados.

Já a Secretaria de Políticas para Mulheres (SEPM) do Estado do Amapá foi criada em 2022, através da Lei nº 2.651, e se relaciona com a aplicação do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, com objetivo de difundir a Lei Maria da Penha. Conforme o texto em seu site, a secretaria é um organismo de combate a violência contra a mulher e promoção da equidade de gênero, além de ter como uma de suas finalidades o gerenciamento da Rede de Atendimento à Mulher (RAM).

A partir da secretaria em questão se articulam centros especializados de combate à violência, como o Centro de Referência em Atendimento à Mulher – CRAM, Centro de Atendimento à Mulher e a Família – CAMUF e o Centro de Acolhimento às Mulheres Amapaenses Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo – AMA LGBTI. A AMA LGBTI se destaca por fazer um trabalho específico com um recorte de mulheres vulnerabilizadas, por muito tempo ignoradas nas políticas públicas.

A entidade foi entregue pelo governo do Estado como núcleo em 2021, sendo transformado em centro em 2024, para fortalecê-lo. O principal objetivo desse centro é auxiliar no acesso aos serviços públicos de cidadania e de saúde para as mulheres LGBTI (Lésbicas, Bissexuais e Transexuais) em situação de vulnerabilidade social, mas o centro também promove outras atividades culturais e de socialização para a comunidade, visando estabelecer uma rede de apoio e discussão sobre gênero entre mulheres e familiares.

Em entrevista realizada com funcionárias da SEPM⁴¹ foi aferido que o foco do órgão é em trabalhar com as mulheres que sofrem violências ou estão em vulnerabilidade, desde o acolhimento multidisciplinar necessário até a capacitação dessas mulheres visando a independência financeira como forma de quebrar o “ciclo do abuso”, conforme fala da profissional K. C.: “Então, a violência, ela tem um ciclo, né? E o que

⁴¹ Entrevista realizada pela autora em Macapá, na SEPM, em 7 de fevereiro de 2025, com 3 técnicas do órgão ao mesmo tempo.

foi identificado, muitas vezes, é a dependência financeira. Então, é [preciso] trabalhar o quê? É trabalhar essa libertação da mulher” (K. C., 2025).

As entrevistadas da secretaria, mulheres entre os 20 e 40 anos, demonstraram em suas falas uma sensibilização notável com a questão do empoderamento feminino e do reconhecimento do trabalho reprodutivo como um trabalho estruturante para a qualidade de vida dos membros da família, como percebido na fala de K. C.:

Para uma família estar de pé, toda aquela estrutura que, às vezes, um homem, ele obtém através de um relacionamento para ser um homem de sucesso, é a mulher que proporciona, né? É a comida feita, é a tranquilidade de não levar a preocupação dos filhos, né? Que fica toda a carga da mulher resolver, escola, de doença de filho, criação e tal. Alimento, comida pronta, roupa lavada. Então, assim, o cara, às vezes, muito, muitas vezes, ele tem um sucesso porque a casa dele é um sucesso, né? Tem uma mulher de sucesso. Então, assim, aqui se trabalha muito essa mentalidade do empoderamento, é uma palavra muito recorrente aqui, a gente fala muito (K.C, 2025).

A incorporação de discursos como esse por parte de um órgão público pode ser considerada um passo importante para a mudança de mentalidade da população e dos gestores. Mas para além da SEPM, a ideia da equidade de gênero precisa ser uma lente através da qual a cidade seja pensada e feita.

Na entrevista com as técnicas da SEPM, foram mencionadas como estratégias de independência financeira oferecidas pela secretaria os cursos profissionalizantes e de micro empreendimento, geralmente voltados para gestão de negócios, artesanato, cozinha e estética, com exceção do curso de eletricista, uma inovação apresentada no ano de 2024. Foi citada por K. C. a possibilidade de uma parceria com o Instituto Federal do Amapá para se ter um montante de vagas disponíveis para as acolhidas e demais mulheres em vulnerabilidade, porém ainda sem confirmação oficial.

Ambas as secretarias desempenham um papel de grande relevância para a questão de gênero, e o fato de terem sido criadas, mesmo tardiamente em Macapá, pode ser considerado uma vitória do movimento feminista nacional. Mas é fato que ainda não houve incorporação de outras perspectivas muito importantes para se lutar pela equidade de gênero na cidade de Macapá.

Dentre as pautas não incluídas nas agendas, cita-se como exemplo o estímulo à participação ativa das mulheres nas políticas relacionadas à cidade e seu

planejamento, a fim de integrar suas necessidades e saberes na construção urbana. A falta de discussão do direito à cidade para as mulheres dentro desses espaços foi algo notado a partir da entrevista e de pesquisa acerca da atuação dos órgãos em seus portais virtuais onde divulgam as ações feitas.

Da mesma forma, considerando a educação como primordial para a formação política e cidadã do indivíduo, não se percebe também o incentivo às mulheres em vulnerabilidade aos estudos, possível através da criação de um cursinho popular, como pertinentemente pontuado em entrevista por A. M.⁴², integrante do movimento social Utopia Negra. O empreendedorismo pode ser uma boa estratégia para algumas mulheres, mas considerando que a renda é apenas um aspecto necessário para se ter consciência cidadã, é interessante trabalhar com um leque maior de possibilidades para se quebrar o ciclo de violência.

Percebe-se também que a questão de gênero ainda não é um tema transversal às políticas de forma satisfatória e não abrange as ações das secretarias como um todo, tais como a de educação, de obras e de planejamento, com base no disponível no portal da transparência. Foi citado por K. C. uma parceria com a Secretaria do Trabalho que consiste em um projeto de qualificação para mulheres através de cursos disponibilizados, também para promover o empreendedorismo.

Outras secretarias e órgãos, como a Receita Federal, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Tribunal Judiciário do Amapá (TJAP) têm parcerias com a SEPM, mas apenas através de ações educativas ou informativas, prestando algum tipo de assistência. Não há espaço para engajamento ativo das mulheres, como ações participativas em parceria com os órgãos. Foi aferido também, através da entrevista com as técnicas da SEPM, que não é comum as técnicas ou as mulheres atendidas por elas serem consultadas por outras secretarias, a fim de incluir a questão de gênero em suas políticas.

Essa dinâmica de participação apenas através da comunicação, onde não há poder de decisão ativo das partes convidadas, acontece também com representantes dos movimentos sociais. Na entrevista com A. M., representante do coletivo Utopia Negra,

⁴² Entrevista realizada pela autora, via plataforma de reunião online, dia 17 de março de 2025.

isso fica claro quando a entrevistada pontua que o coletivo não se sente ouvido quando participa de algum evento ou programação do governo ou município:

a gente participa das coisas, vai, mas no final das contas a gente está falando para quem? não tem ninguém anotando (...) a gente está só gastando saliva para falar dos mesmos problemas que a gente já tem há séculos e que não são colocados em pauta, não são nem ouvidos para pensar em alguma estrutura que vai sanar as nossas reclamações (A. M., entrevista realizada em 03/2025).

Para a entrevistada, o governo e a prefeitura lidam com os movimentos sociais apenas como forma de propaganda, “a gente é tido como muleta para depois o governo ou a prefeitura falar que ‘no nosso evento sobre racismo a gente conseguiu juntar 50 movimentos negros’” (A. M., 2025), mas nos espaços para os quais são convidados, os movimentos não são ouvidos de fato. Essa fala muito se assemelha com a fala da representante do Conam citada anteriormente, entrevistada por Jacqueline Araújo (2020), onde se pontua a “participação” dos movimentos sociais sendo usada apenas para legitimar um processo conduzido pelo governo.

O cenário dos movimentos feministas em Macapá está desmobilizado, como corrobora a entrevistada A. M., e as mulheres estão divididas em outras frentes (como o movimento negro e o ambiental), e não organizadas em um único coletivo feminista, o que dificulta o levantamento de pautas para pressionar o poder público. Em pesquisa online em busca de artigos ou quaisquer publicações sobre ou pelo movimento feminista no Amapá, encontrou-se poucos trabalhos. O primeiro, o TCC de Cibelle Bastos em Ciências Sociais de 2016, a respeito da Marcha das Vadias em Macapá⁴³, e dois artigos: o primeiro, de 2017, a respeito da falta de material sobre o tema, de Hillary Rodrigues e Diego Abrantes, cenário não tão diferente da atualidade:

Na busca por referencial sobre o movimento feminista no Amapá, descobriu-se não haver nada nem publicado online, nem impresso. Para se ter certeza do fato, entrou-se em contato com as líderes do movimento no estado e elas confirmaram tal falta (Rodrigues e Abrantes, 2017, p.50).

O TCC de Bastos (2016) retratou também a desmobilização sofrida pela Marcha, muito por conta do tratamento dado pela mídia amapaense aos protestos, segundo a autora. Nos últimos anos os protestos feministas vêm perdendo força em Macapá,

⁴³ Movimento nacional feminista que também ocorreu na capital do Amapá.

assim como a atuação dos coletivos feministas, segundo páginas de redes sociais e pesquisas online.

O segundo trabalho encontrado, um artigo de 2022, relata a experiência do coletivo de capoeira feminino “Mulheres que Gingam no Meio do Mundo”, importante por retratar uma prática que é um “ato político, de resistência e descolonização, de afirmações de identidades na capoeiragem afro-amazônica” (Silva e Pereira, 2022).

Como lembrado por A. M. em entrevista concedida, um exemplo dessa desmobilização foi a falta da marcha do dia das mulheres na capital, jornada de lutas mundial conhecida como 8M, que ocorreu em várias cidades brasileiras, porém em 2025 apenas duas da região norte participaram (Manaus e Belém). A pesquisa conseguiu identificar apenas dois grupos feministas ativos em Macapá: o Levante Feminista AP e o IMENA (Instituto de Mulheres Negras do Amapá).

É importante ressaltar o trabalho junto às mulheres feito pelo Utopia Negra, que realizou pesquisas e ações junto a elas em duas comunidades macapaenses⁴⁴, colocando-as em foco, algo que o poder público ainda não se atentou em fazer. Mesmo não possuindo uma frente feminista, o coletivo trabalha de forma transversal o feminismo nas suas ações e metade do número de membros são mulheres. Segundo a entrevistada, a mulher é “quem está na linha de frente das temáticas⁴⁵ que a gente está discutindo atualmente dentro do Utopia, e aí é bem interessante ver essa maior participação, assim, das mulheres nos nossos trabalhos”.

A falta de estímulos à participação feminina em Macapá pode ser percebida também no cenário político do município e do Estado: as mulheres não contam com representação adequada. Apesar das mulheres serem a maioria da população da capital, e o recorte racial maior ser de pardos, seguido de negros, na última eleição municipal nenhuma mulher negra foi eleita.

Assim como em número populacional, as mulheres eleitoras também são maioria, segundo portal do Tribunal Regional Eleitoral, elas somam 51% em Macapá. Porém, no quesito representatividade política, as mulheres são as menos representadas. Nas

⁴⁴ No bairro Congós e no distrito Bailique.

⁴⁵ Dentre as temáticas citadas por A. M., estão o racismo ambiental e os efeitos sociais das mudanças climáticas.

últimas eleições, em 2020, para o cargo de vereador, apenas 17,39% de mulheres foram eleitas: dos 23 vereadores, eram apenas 4 mulheres. Dentre os 23 deputados estaduais, 8 são mulheres; e dos 6 deputados federais, 3 são mulheres; entre os senadores, nenhuma. Vale lembrar que o Amapá nunca elegeu uma mulher senadora.

Ao se analisar a inclinação política das mulheres eleitas, percebe-se que poucas se alinham a pautas mais progressistas (onde a perspectiva de gênero se enquadra): apenas duas deputadas e uma vereadora. Isso é percebido, dentre outras formas, em como as mulheres em questão votam em pautas pertinentes a mulher⁴⁶.

Esses dados demonstram que somado à baixa representatividade feminina no Estado e na capital, a maioria das representantes não defende de fato uma mudança de paradigma da sociedade patriarcal e machista. Ademais, a capital nunca teve uma mulher à frente da prefeitura e em cargos do executivo houve apenas uma mulher governadora do Estado, em 1998, Dalva Figueiredo. Sobre a representatividade feminina nos cargos de poder e gestão da cidade, ela é de 37% nos cargos técnicos e nos secretariados as mulheres ocupam 23 dos 63 cargos, segundo divulgado pelo portal virtual do Governo do Estado⁴⁷, em 2023. Segundo a mesma matéria, o governador enfatizou que a presença das mulheres em cargos de poder é fundamental para a gestão das políticas públicas no Amapá.

Dentre as ações promovidas pelo poder público com perspectiva de gênero, destacou-se uma apenas: em 2024, foram inauguradas duas salas de acolhimento do programa “Crescendo Juntos”, do governo estadual, que têm como objetivo auxiliar os pais de crianças pequenas que fazem parte da Educação de Jovens e Adultos (EJA), evitando a evasão escolar e dando suporte adequado para as famílias. O programa em questão possui uma mulher como responsável técnica, e é coordenado pela Secretaria de Estado da Educação, de chefia feminina, e têm como público-alvo mulheres mães, pois se entende que na maioria dos casos são as responsáveis principais pelo cuidado das crianças.

⁴⁶ A exemplo da votação acerca da manutenção da prisão de Chiquinho Brazão (suspeito de estar envolvido no assassinato da deputada Marielle Franco, de frente progressista, feminista e antirracista), apenas uma deputada do Amapá votou a favor.

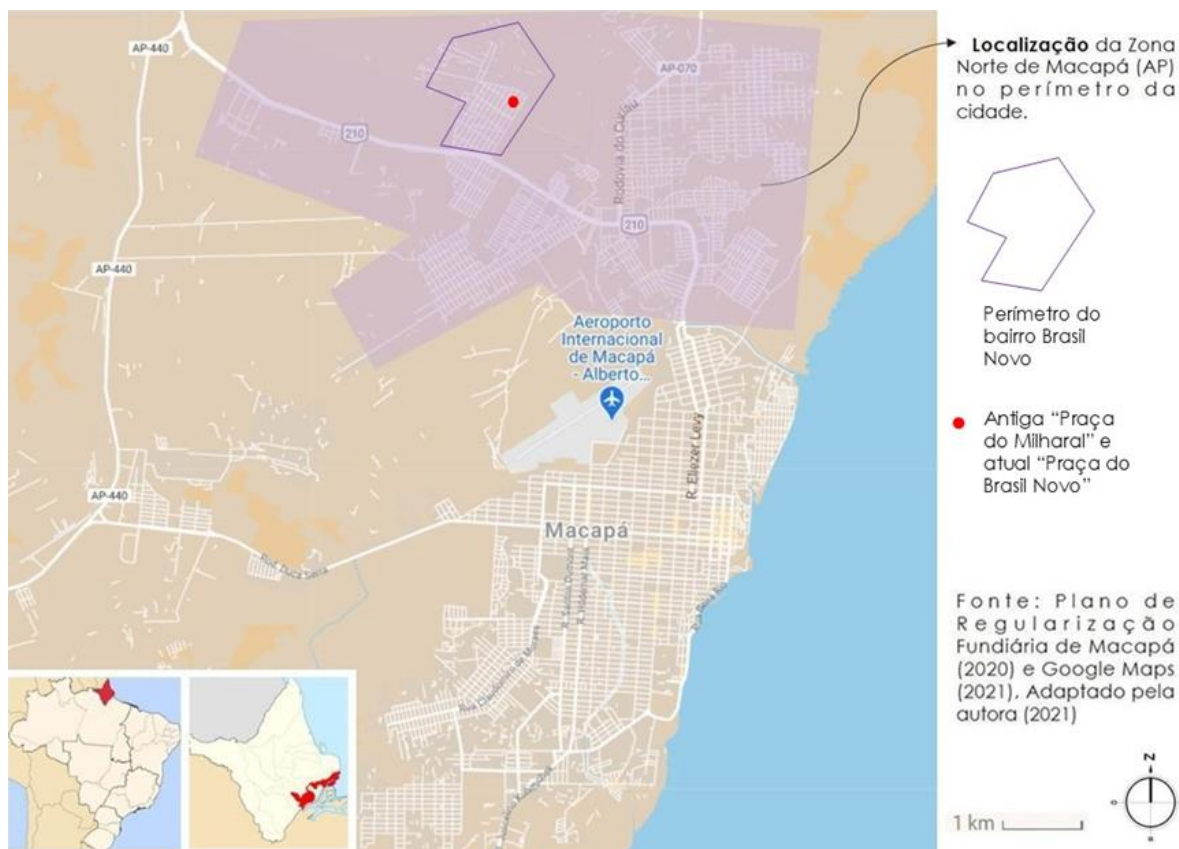
⁴⁷ <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0803/-039-ampliar-a-presenca-feminina-nos-cargos-de-poder-e-fundamental-para-a-gestao-das-politicas-publicas-no-amapa-039-diz-clecio-luis-no-dia-da-mulher>

As demais ações direcionadas para a igualdade de gênero em sua maioria possuem viés educativo (ações de combate à violência contra a mulher e de incentivo ao empreendedorismo feminino), e não pautam a participação ativa das mulheres em decisões sobre a cidade ou buscam conhecer as demandas delas sobre essa questão. Consideram-se importantes as ações educativas, porém se entende que dar voz e abrir espaços de participação com sensibilidade ao gênero são medidas que levam a mudanças cruciais a longo prazo em questões como a violência contra a mulher e equidade de gênero.

2.3. A praça do Brasil Novo

Para o trabalho de campo proposto, o qual objetiva analisar as vivências e apropriações femininas em espaços públicos, foi escolhida uma praça inaugurada há pouco tempo na periferia da cidade, a Praça do Brasil Novo. A escolha dela se deu pela importância que tem em seu contexto, já que antes de ser uma praça formalmente construída, era palco de vivências espontâneas da vizinhança. A figura 9 mostra a localização da praça do Brasil Novo, o perímetro do bairro Brasil Novo e a localização da zona norte na cidade.

Figura 9 – Mapa localizando Macapá, a zona norte e a praça que será estudada.



Fonte: Google My Maps, adaptado pela autora (2021).

A praça do Brasil Novo, entregue à comunidade em janeiro de 2024, representou um marco na história do bairro, que desde sua legalização, no ano 2000, não possuía um espaço público instituído pelo Estado. A criação de uma praça no bairro significa o (tardio) reconhecimento e a humanização do bairro e seus habitantes, levando em conta que o lazer urbano e espaços de encontro e sociabilidade são fatores que humanizam a cidade, segundo Rolnik (2000).

No início de 2024, integrando um projeto municipal que construiu 18 praças na cidade de Macapá, incluindo em espaços que tinham essa demanda, como a zona norte, foi inaugurada a primeira praça do Brasil Novo pela prefeitura. Muitos bairros da periferia norte não possuíam espaço de lazer público, e a maioria dos que tinham praça, essas precisavam de reformas ou revitalizações. Foram entregues 5 praças e 1 parque nessa região, o que pode ser um ponto positivo ao se pensar na carência da zona norte em espaços públicos.

Porém, foram obras públicas nas quais não se identificou participação popular, apesar do atual prefeito ter inaugurado em 2020 a Secretaria de Mobilização e Participação

Popular. Após pesquisa *in loco*⁴⁸ na praça do Brasil Novo, nenhum dos entrevistados soube informar se houve consulta aos moradores acerca do que se desejaria na praça, o que pode prejudicar a apropriação (logo, a qualidade e vitalidade) desses lugares, principalmente ao se considerar a perspectiva de gênero. Ademais, não foram encontradas informações sobre participação ou consulta na concepção da praça nos portais oficiais da prefeitura.

A praça do Brasil Novo, recém-inaugurada, conta com banheiros (algo inexistente na maioria das praças da cidade), paisagismo composto por pequenos arbustos e palmeiras, parque infantil, palco, quiosques e pergolados em madeira. Apesar de ser de extrema importância a praça para a comunidade, percebeu-se que demandas básicas, coletadas em pesquisa de campo de 2019 pela autora (Vieira, 2023), não foram atendidas. A pesquisa em questão envolveu usuários da “praça” lugarizada, no mesmo lote que a nova praça foi construída⁴⁹.

Dentre as demandas percebidas havia: mobiliários para prática esportiva (principalmente skate e vôlei), gramado para crianças brincarem e, o mais urgente, espaço com cobertura que proporcionasse sombra, pois a região sofre com insolação extrema e chuvas frequentes. Os pergolados instalados, além de pequenos, não são suficientes para oferecer sombra adequada, pois não houve plantio de vegetação que o cobrisse, e não foi notado o plantio de uma quantidade satisfatória de árvores de copa ampla e densa, levando à reflexão que durante o dia o lugar continuará sem muito movimento, como no passado, quando não havia presença estatal nem praça de fato.

Sobre o mobiliário, percebeu-se que não há banco com encosto, o que dificulta a permanência de pessoas idosas e mães com crianças pequenas. Não foi levado em conta também a demanda de um lugar para prática de vôlei ou outros esportes, e o antigo grupo que jogava no lugar não vai ter mais essa possibilidade.

⁴⁸ Pesquisa de caráter qualitativa através de entrevistas semi-estruturadas com usuários da praça do Brasil Novo, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2025.

⁴⁹ A pesquisa se deu no âmbito da realização do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Criar e Viver a Praça da Vizinhança: um projeto participativo e tático no Brasil Novo”, onde foi utilizada metodologia de pesquisa qualitativa, envolvendo etnografia, observação participante, imersão em campo e pesquisa-ação a fim de entender a relação do grupo da Batalha do Milharal com a “praça” lugarizada e as necessidades dos demais usuários do lugar, para se pensar em um projeto para o espaço e uma intervenção urbana tática a curto prazo.

A Praça do Brasil Novo (figura 10) fica localizada na esquina da Avenida Mamoeiro com a Rua Coqueiro, na zona norte da cidade de Macapá, fragmento periférico com relação ao centro da cidade que teve em seu processo de expansão pouca presença estatal no que diz respeito à infraestrutura e equipamentos públicos. Dentre as várias negligências que os bairros da zona norte vivenciaram, uma delas é a falta de equipamentos de lazer e desportivos e espaços públicos de convivência de qualidade.

Figura 10 - Praça do Brasil Novo em fevereiro de 2024.



Fonte: página virtual do Diário do Amapá (2024).

Tendo como premissa que é dever do estado prover políticas públicas nesse sentido, ele falhou em diversos bairros da periferia norte, incluindo o Brasil Novo, que só foi ter uma praça de fato em 2024. A periferia norte em 2020 possuía 18 bairros e apenas 8 praças oficiais e a maioria destas não estava em bom estado de conservação, prejudicando a vitalidade desses lugares (Vieira e Guimarães, 2023).

Antes da construção da Praça do Brasil Novo, existia no mesmo lote, de 2015 até 2020, uma “praça” criada espontaneamente, conhecida como “Praça” da UPC (Unidade de Policiamento Comunitário, pois o lote pertencia à antiga unidade policial que havia ali) ou “Praça” do Milharal, nome derivado do coletivo de hip hop Batalha do Milharal, que ocupava o lugar com eventos culturais semanais. O uso das aspas

partia dos próprios moradores do bairro e usuários quando questionados, pois não havia estrutura de praça ou mobiliários, mas foi apropriada por seus usuários como tal. A praça era importante não só para sua vizinhança, mas também por receber público dos bairros próximos, do entorno imediato do Brasil Novo, que também não tinham um espaço público de lazer adequado.

A “praça” do Milharal, durante os meses em que foi observada em 2018 e 2019⁵⁰, e de acordo com diálogo e convivência com os usuários, foi considerada como um espaço “lugarizado” no Brasil Novo. Este espaço foi uma solução provisória adotada pelos moradores da vizinhança (em grande parte de baixa renda) para suprir a necessidade de uma praça no bairro e em bairros vizinhos.

É percebido na cidade de Macapá diversos exemplos de apropriação pela população de espaços de passagem ou abandonados, onde, através das possibilidades de socialização, trocas, e outras atividades temporárias, constrói-se pertencimento entre grupos e espaços, como corrobora Oliveira (2024). Assim, lugares inusuais, ou até mesmo improváveis, acabam se tornando pontos de encontro e ganhando significado para uma comunidade ou grupo de pessoas, que constroem ao redor dele o sentimento de pertencimento e identidade, sendo dessa forma, lugarizados (Tuan, 2012; Massey, 2001). Essa prática aqui é compreendida como algo intrinsecamente ligado com o fazer direcionado pelo direito à cidade e reivindicação de cidadania.

Era “lugarizado” porque apesar de, na época, ser um terreno vazio, foi apropriado pelos moradores como um lugar de encontro, vendas, prática de esportes, brincadeiras e palco da Batalha do Milharal, prática de resistência da juventude de periferia (figura 09). Tais atividades aconteciam principalmente a partir do pôr do sol, quando a temperatura amenizava e era mais aprazível ocupar a “praça”, pois não possuía arborização nem cobertura, e os grupos usavam mobiliários itinerantes, como visto na figura 10.

⁵⁰ Entre 2018 e 2019 foram realizadas diversas pesquisas de campo na “praça” do Milharal, que fizeram parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Tais pesquisas foram compostas de entrevistas, imersão de 6 meses junto ao coletivo da Batalha do Milharal, observação participante e realização de ação de extensão participativa em 3 dias, denominada “Criar e Viver a Praça da Vizinhança” com os grupos que ocupavam o lugar, na qual plantamos mudas de árvores e arbustos no lote ocupado, construímos mobiliários em pallets e organizamos uma oficina de grafitti com artistas locais, crianças e jovens da vizinhança. As mudas das árvores plantadas resistiram até o início de 2024, quando já estavam bem grandes, mas foram retiradas em decorrência das obras para a entrega da praça nova do Brasil Novo.

A “praça”⁵¹ do Milharal ou da UPC (Unidade de Policiamento Comunitário) surgiu pela necessidade de um espaço para vender refeições e lanches, atividade que sustentava a família de dona M.⁵², moradora do bairro e uma das agentes principais da “praça”, na época. Antes dessa ocupação, o lote em questão passou por algumas transformações: em 2010, possuía um parquinho construído em madeira, mas dois anos depois ele já estava deteriorado, como mostra a linha do tempo na figura 11, possivelmente por conta do clima intenso da região.

Figura 11 - Linha do tempo dos acontecimentos no lote ocupado pela “praça do Milharal”.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A partir de 2012, o lote se tornou baldio, como visto na figura 12, e só em 2015 foi brevemente usado por um grupo de teatro que construiu uma arquibancada de

⁵¹ O uso do termo entre aspas veio dos próprios ocupantes do lugar, aferido durante imersão em campo em 2019.

⁵² Entrevista realizada pela autora na “praça” do Milharal em 10 de maio de 2019.

madeira no espaço, para apresentação de uma peça. A arquibancada permaneceu no lugar e incentivou outras pessoas a usarem como ponto de encontro e socialização.

Figura 12 – Lote ao lado da UPC em 2012, com parquinho já deteriorado.



Fonte: Google Maps (2012) adaptado pela autora (2025).

Mas a vitalidade só foi recuperada com a vinda de Dona M. e sua vendinha de comidas, como mostra a figura 13, única atividade presente no lote até meados de 2016, quando o grupo da Batalha do Milharal decidiu pedir permissão ao policial responsável para utilizar o lote. Com a Batalha, a vitalidade urbana foi incrementada mais ainda e a arquibancada ganhou um significado maior, pois passou a ser mais usada e em muitos dias ficava lotada com o público dos eventos promovidos pela Batalha.

Figura 13 – Venda de refeições e lanches itinerantes na antiga “Praça” do Milharal, em 2019.



Fonte: Acervo da autora (2019).

No mesmo ano, os dois fundadores da Batalha, com auxílio da internet, desenharam um projeto de praça para o lote pensando em todos os públicos, mas não conseguiram apoio do poder público para executá-lo, nem mesmo o que chamaram de “projeto sonhando baixo”, uma maloca⁵³ para as pessoas conseguirem ocupar o espaço mesmo com o sol e chuva intensos. O mobiliário disponível para o grupo na época era a antiga arquibancada de madeira, que precisaram reformar para continuar usando, mas logo ficou inutilizável e precisou ser removida. O grupo chegou a usar as redes sociais para divulgar o trabalho de manutenção que faziam no lugar, inclusive marcando a página da Prefeitura de Macapá, reivindicando escuta e uma praça de qualidade.

Anos depois, um grupo de vôlei solicitou o uso do espaço para a prática do esporte e, com esforços próprios, construiu um pequeno campo de areia e instalou os suportes para a rede de vôlei, como visto na figura 14. O negócio de Dona M. se expandiu e, tempos depois, também passou a ter na “praça” aluguel de brinquedos infláveis e pula-pula, atraindo mais famílias para o uso do lugar. Simultaneamente, a Batalha e suas atividades cresciam, chegando até a organizar ações sociais com serviços gratuitos e pequenos shows de artistas independentes.

⁵³ Maloca: Segundo o dicionário Priberam, seria “grande barraca para habitação de indígenas, em especial da América do Sul”, mas aqui ela foi incorporada como parte do dialeto local, fazendo referência a um espaço amplo coberto de uso coletivo.

Figura 14 – Grupo de jovens jogando vôlei na antiga “praça”, em 2019.



Fonte: Acervo da autora (2019).

E foi essa vivência estimulada pela Batalha do Milharal o que mais chamou atenção naquele espaço lugarizado, principalmente porque muitos frequentadores passaram a se referir a ele como “praça do Milharal”. Esse coletivo cultural foi criado em 2016 por jovens do bairro Brasil Novo com intuito de reunir o público afeiçoado à cultura *hip hop* e celebrá-la através das batalhas de rima, visto na figura 15, onde todos podem participar no jogo ou como plateia – grupo que decide o vencedor da disputa.

Figura 15 - Imagens de 2019 da Batalha do Milharal, grupo de vôlei e brinquedos ao fundo na “praça”.



Fonte: Acervo da autora (2019).

Na batalha, temas diversos eram transformados em poesia rimada, tais como piadas entre participantes, cotidianos, sentimentos e política. Vale ressaltar que a maioria dos participantes e da plateia são jovens racializados (pretos, pardos e/ou indígenas) e/ou

de classes mais baixas. Na figura 16, pode-se observar alguns momentos da batalha em 2019.

Figura 16 – Eventos da Batalha do Milharal acontecendo na “praça”.



Fonte: Acervo da autora (2019).

A linha do tempo de acontecimentos no terreno mostra a vontade da população e a ausência evidente do poder público, por anos. Em 2019, como forma de fortalecer a “praça do Milharal” e entender as necessidades da vizinhança, foi realizada a ação de extensão “Criar e Viver a Praça da Vizinhança”, participante do Circuito Urbano de 2019, com 3 dias de oficinas para agregar a comunidade e fazer em conjunto mobiliários de pallet para auxiliar as atividades, plantio de mudas para melhorar a qualidade de conforto ambiental e grafites, para levar cor e identidade aos muros. Somado a essas oficinas, o evento contou também com apresentações culturais, rodas de capoeira e batalha de rap.

O resultado dessa intervenção foi, principalmente, o aumento do uso da “praça” por novos e antigos usuários, como mostra a figura 17, e o plantio de outras mudas por moradores do bairro, até os mobiliários cederem às intempéries e serem retirados. Dentre os novos usuários, percebeu-se variedade de faixa etária e a presença de mulheres com crianças e grupos de jovens.

Figura 17 – Diferentes apropriações nos mobiliários criados na “praça do Milharal”.



Fonte: Acervo da autora (2019).

Com o início da pandemia de covid-19, as atividades foram aos poucos se desarticulando até desaparecerem, pois o período de isolamento levou ao afastamento dos membros do coletivo, que passaram a focar em outros projetos, segundo informou ex-integrante. As demais atividades foram suspensas também em decorrência do isolamento da pandemia. Como consequência, o espaço deixou de ser cuidado pelos frequentes usuários e o campinho de vôlei sumiu por conta da vegetação que cresceu com o tempo e tomou conta do lote (figura 18), restando apenas as estruturas da rede e as diversas mudas plantadas, já bem grandes. A única atividade que sobreviveu a esse período foi a venda de lanches e refeições por dona M. e sua família.

Figura 18 – Lote da “praça” em 2021, um terreno baldio.



Fonte: Acervo da autora (2021).

A praça em questão foi escolhida para ser objeto de estudo das experiências das mulheres, por possuir um histórico de ocupação marcado por iniciativa popular e resistência cultural, sendo um espaço importante desde antes da sua consolidação, com a obra da prefeitura. As mulheres estavam presentes em todas as atividades que aconteciam na antiga “praça” lugarizada, apesar do espaço em questão não favorecer na época a sua utilização pela população em geral, principalmente pelas mulheres, pois a iluminação era precária, não havia mobiliários de descanso ou lazer, nem manutenção pública.

Em 2022, apesar do campinho de vôlei ter desaparecido, as mudas resistiram e cresceram, deixando uma marca de lembrança da iniciativa realizada em 2019 e que ali era um espaço de resistência e de anseio por mudanças. Com exceção do parquinho em madeira, em 2010, todas as atividades desenvolvidas naquele lote foram iniciativas populares e geraram uso e apropriação do espaço pela comunidade. A figura 19 mostra como essa ocupação se dava no espaço vazio da “praça”.

Figura 19 – Mapa de atividades que aconteciam na “praça” do Milharal até 2020.



Fonte: Google My Maps, adaptado pela autora (2021).

Mesmo na época em que não havia estrutura, mulheres ocupavam o lugar para lazer, trabalho, descanso com os filhos e participando das ações promovidas pela própria população e da Batalha do Milharal – apesar do hip hop ainda ser um meio predominantemente masculino, onde o machismo é reproduzido, as mulheres se faziam presentes como forma de resistência e empoderamento. Percebeu-se a presença feminina em posições de destaque, na época que a praça era apenas uma “praça” lugarizada, como organizadoras e participantes de eventos, vendedoras e cuidadoras do espaço, apesar de não serem a maioria em número de pessoas que se apropriavam do lugar.

Na ação de extensão “Criar e Viver a Praça da Vizinhança”, realizada em 2019 por mim, com apoio do Coletivo Emergir e da Universidade Federal do Amapá, a presença feminina foi crucial, pois mais da metade dos colaboradores voluntários eram mulheres (70%). Dentre os participantes do bairro, os homens foram a maioria, pois a maior parte do público presente era da Batalha do Milharal, mas a participação feminina foi expressiva.

3. ESSA PRAÇA É LUGAR DE MULHER?

3.1. Análise do projeto da praça

Neste último capítulo apresento os resultados de minha pesquisa qualitativa na Praça do Brasil Novo, em Macapá. No intuito de responder o questionamento “A praça do Brasil Novo é um lugar de mulher?”, dividi a análise em dois tópicos: A análise do projeto da praça e a análise da ocupação da praça. Para analisar a perspectiva feminina no projeto da praça do Brasil Novo, começo com a entrevista⁵⁴ cedida pela arquiteta responsável pelo projeto, L. F., residente em Macapá e funcionária da prefeitura, a fim de entender como a praça foi concebida. Para conduzir a análise do espaço em questão sob perspectiva de gênero, utilizo o guia elaborado pelo Col.lectiu Punt 6, Diagnóstico Urbano com Perspectiva de Gênero (DUG).

Segundo entrevista realizada com L. F., a demanda inicial enviada a ela sobre o projeto foram quiosques e um palco, solicitado por frequentadores de uma igreja próxima. Quando questionada se a demanda entregue a ela incluía um espaço voltado para recreação e esportes, a arquiteta apenas se justificou com o fato da área ser pequena e, segundo ela, não caberia um espaço desse tipo, além de que o foco da demanda era o palco para apresentações religiosas, e não uma área para recreação.

Apesar de trabalhar em equipe, segundo fala da entrevistada, a concepção projetual foi apenas dela: disse ter se inspirado em uma pintura, a qual não lembrou o nome, para decidir a forma da planta baixa. Em resposta à questão da participação popular, afirmou que não houve participação dos moradores do bairro em nenhum nível da elaboração da praça, nem pesquisa com as mulheres para entender as suas necessidades.

A arquiteta afirmou desconhecer o urbanismo com perspectiva de gênero e sobre as políticas feitas pela prefeitura para aumentar a igualdade entre homens e mulheres no acesso à cidade, L. F. citou um projeto que ela está desenvolvendo junto à Secretaria Municipal da Mulher (SEMMU), a “Casa da Mulher Brasileira”, um centro para acolher cursos profissionalizantes e outros atendimentos. Projetos voltados para o espaço público com sensibilização da ótica feminina ou similares não foram citados. Nesse sentido, a fala da arquiteta foi muito parecida com as das técnicas da SEPM, ao

⁵⁴ Entrevista realizada pela autora no dia 14 de janeiro de 2025, na secretaria em que a arquiteta trabalha.

discorrer sobre cursos de artesanato, costura e empreendedorismo ao responder sobre o acesso das mulheres à cidade. A arquiteta afirma também se sentir reconhecida por seus trabalhos, pois seu nome sempre é lembrado como autora dos projetos, bem como sua equipe.

Sobre a execução do projeto da praça, ela não se deu pela mesma secretaria onde trabalha a arquiteta, e sim pela Secretaria de Obras (SEMOB). A profissional afirmou que apesar de não ter sido executado exatamente como planejado, uma porcentagem expressiva foi, 90%, nas palavras dela. O lembrado por ela acerca das diferenças na execução, foi a espécie de árvore a ser plantada no centro da praça, que deveria ter sido uma samaúma, mas na prática foi uma palmeira. A figura 20 mostra duas perspectivas da praça quando foi inaugurada, onde se vê a pintura e o parquinho ainda intactos.

Figura 20 – Praça do Brasil Novo quando foi inaugurada em janeiro de 2024.



Fonte: GEA (2024).

A praça do Brasil Novo foi construída em um terreno de esquina, que mede 35 x 35 metros, na interseção entre a Rua Mamoeiro e a Av. Coqueiro. Seu programa de necessidades (quadro 2), baseado no projeto feito, é constituído de: 1 palco, 2 quiosques, 6 conjuntos de mesas com 4 bancos cada, 1 parada de ônibus, 1 área de parquinho, 2 bancos centrais espaçosos, 2 pergolados com bancos espaçosos, áreas

gramadas, vegetação arbórea e alguns arbustos e 1 banheiro adaptado para pessoa com deficiência (PCD). A área total da praça construída é de 777,66 m².

Quadro 2 - Programa de Necessidades executado na Praça do Brasil Novo

AMBIENTE/ ITEM	QUANTIDADE
Palco	1
Quiosque	2
Mesa com 4 bancos	6
Parada de ônibus	1
Parquinho	1
Bancos grandes	2
Pergolado com banco	2
Área gramada pequena	10
Árvores	7
Banheiro PCD	1

Fonte: A autora (2025).

Apesar do lote da praça ser pequeno, era possível se projetar para ele um lugar com ambientes multiuso⁵⁵, que poderiam ser usados como palco, mas também com outras finalidades, como jogar capoeira⁵⁶, ensaiar danças populares, realizar batalhas de rap⁵⁷, dentre outras. O palco projetado, retangular e encostado no muro, não permite uma plateia entorno dele todo e não propicia uma ocupação mais dinâmica e diversa pelo seu formato estreito, tornando o ambiente pouco convidativo. Levando em consideração que o ambiente foi pensado para o público evangélico fazer cultos na praça, seu desenho pode ser analisado como tendo ficado restrito aos tipos de palcos usados para palestras ou cultos.

Sobre os espaços de esporte e recreação, estes também poderiam ser organizados no projeto de forma compacta e lúdica, não necessitando ter o tamanho de uma quadra de vôlei oficial ou de uma poliesportiva, por exemplo. O importante, para a vizinhança, para a vitalidade e segurança da praça, era que houvesse a possibilidade

⁵⁵ A exemplo do projeto de praça feito, parte de meu TCC sobre a praça em questão, “Criando e Vivendo a Praça da Vizinhança: Um projeto urbano participativo e tático no Brasil Novo”, defendido em 2022.

⁵⁶ Há um grupo de capoeira no bairro que usou algumas vezes o espaço da antiga praça, quando não havia mobiliário. Atualmente não há espaço que comporte a prática na Praça do Brasil Novo.

⁵⁷ Como a que havia na antiga praça (Batalha do Milharal).

de lazer recreativo e esportivo, pois poderia movimentar mais a praça e porque a demanda existe há anos, como comprovado em observações in loco e entrevistas feitas em 2019⁵⁸ e nas entrevistas feitas em 2025⁵⁹.

Ao dar mais importância para a demanda de um pequeno grupo, ao invés de abranger diversas possibilidades através do desenho dos mobiliários do espaço, criou-se um ponto que muito pouco é usado, segundo as observações em campo. O grupo que iria usá-lo não o faz muito por conta da falta de sombra para a plateia, segundo duas entrevistadas⁶⁰. Muitos entrevistados mostraram descontentamento com o palco, pois o enxergam como um espaço pouco aproveitado.

Os pontos levantados são exemplos de como o projeto da praça se distanciou da população, não trabalhou com anseios reais da comunidade pois não houve participação, e, portanto, pode-se considerar pouco democrático. Este fato é crucial ao se pensar a perspectiva de gênero, pois ela tem em sua base a escuta das pessoas e apreensão de seus conhecimentos. A participação também é vista por outros pesquisadores, fora os que pesquisam gênero, como algo relevante na concepção de espaços públicos pois cria identidade, como abordado por Newman (1996): a participação teria capacidade de estimular o sentimento de territorialidade e pertencimento, fazendo as pessoas cuidarem mais do espaço.

A análise a seguir, terá como base os dados obtidos nas entrevistas, em pesquisa no portal da prefeitura e na observação realizada in loco. O DUG, será utilizado em conjunto, funcionando como ferramenta para descrever e analisar a praça, ao demonstrar de forma ordenada a experiência das pessoas com determinado espaço urbano.

As perguntas do questionário são divididas em 6 eixos: participação, os espaços de relação, os equipamentos e serviços, mobilidade, segurança e moradia. Essa ferramenta pode ser usada de diversas formas, na íntegra ou em partes, a fim de se adaptar às diferentes realidades e pesquisas (Col.lectiu Punt 6, 2014). Como o objetivo da presente pesquisa diz respeito à microparcela da praça, se trabalhará com

⁵⁸ No âmbito da realização de meu TCC.

⁵⁹ No âmbito desta dissertação de mestrado.

⁶⁰ A responsável pelo quiosque, dona C., e a comerciante Co.

o eixo “espaços de relação”, mais especificamente a parte concernente ao espaço público.

O eixo “participação” também se relaciona com a pesquisa, porém diante do estudado nos tópicos anteriores se observou a ausência de participação popular em temas relativos ao espaço público e à cidade de forma geral, então o questionário seria todo respondido com respostas negativas. Porém, convém mencionar a importância dada pelo Col.lectiu Punt 6 para a participação, que seria algo estruturante no urbanismo com perspectiva de gênero.

Com base nessa ótica, toda transformação das ruas, bairros, distrito ou cidade deveria ser feita através de processos participativos. Segundo Punt 6 (2014), a participação popular em decisões urbanas, seja de um projeto de praça ou obras maiores, aumentaria o sentimento de pertencimento das pessoas para com seu lugar (cidade, bairro e rua). Mas essa participação defendida precisaria estar pautada na inclusão e no entendimento que as mulheres acumulam muito conhecimento a respeito dos espaços cotidianos:

A experiência das mulheres na cidade tem sido subestimada como conhecimento dentro da planificação e projeto urbano. O papel social atribuído ao gênero feminino levou, historicamente e ainda hoje em dia, a uma maioria das mulheres, à realização quase exclusiva das tarefas do cuidado e atenção dos lares e pessoas. As tarefas derivadas do trabalho reprodutivo levaram a que as mulheres sejam as máximas usuárias e conhecedoras dos espaços cotidianos. Por isso, é imprescindível sua participação (Col.lectiu Punt 6, 2014, p. 99, traduzido por Roger Pla Biosca).

De acordo com o conteúdo do eixo “participação”, montou-se dois quadros síntese do que seria avaliado caso existisse participação em algum nível, podendo inclusive ser utilizado como parâmetro de como idealmente poderia se estruturar esse processo participativo. O primeiro quadro diz respeito a questão da “representatividade” na Participação e o que levar em conta tanto para analisar um processo já feito quanto para basear processos futuros.

Quadro 3 - Síntese de pontos a considerar para avaliar o quesito “representatividade” na Participação em um projeto urbano, a partir do urbanismo com perspectiva de gênero.

PARTICIPAÇÃO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<p>REPRESENTATIVIDADE</p> <p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colocar no papel todo o conhecimento que acumula uma comunidade sobre seu 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Realização de entrevistas a diferentes pessoas do bairro para conhecer as necessidades ○ Realização de observações para conhecer como se usam os diferentes

<p>próprio território</p> <ul style="list-style-type: none"> - Usar técnicas qualitativas e quantitativas para recolher dados 	<p>espaços do bairro</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Realização de oficinas de participação onde todos os grupos sociais estejam representados, segundo idade, sexo e etnia ○ Realização de questionários que permitam obter informação não disponível nos dados estatísticos para se ter um conhecimento real da população ○ Incluir pessoas de diferentes origens nos processos de opinião e decisão
<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar a participação em diferentes dias e horários - Proporcionar serviços para as pessoas que tenham família sob sua responsabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Realizar consultas prévias para saber a disponibilidade das pessoas para assegurar que possam participar ○ Atividades que incentivem a participação em diferentes dias e horários ○ Oferecer serviço de creche e brinquedoteca para crianças de diferentes idades ○ Garantir o acesso às atividades por todos ○ Informar através de diferentes meios e canais e com tempo suficiente as atividades e serviços
<p>GÊNERO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Realizar oficinas segregadas por sexo para dar voz a experiência das mulheres sobre o uso cotidiano dos entornos ○ Levar em conta as atividades relacionadas com a esfera reprodutiva quando se formulam propostas ○ Trabalhar de forma setorial e conjunta com as diferentes experiências de mulheres e homens para chegar a um consenso

Fonte: Col.lectiu Punt 6 (2014) adaptado pela autora.

Assim, fica evidente que o urbanismo com perspectiva de gênero não se preocupa apenas com a participação da mulher, mas demanda a participação e representatividade de todos os grupos, meninas e meninos, idosos, mulheres e homens, inclusive pessoas de diferentes origens (migrantes no geral). A preocupação com o cuidado com as crianças é imprescindível, sendo necessário a organização de um espaço creche ou brinquedoteca nos eventos, que inclua crianças de diferentes idades; caso contrário, a presença feminina possivelmente será baixa e abrangerá somente um recorte da mulher da região.

O segundo quadro (ver quadro 4) mostra os pontos para avaliar a participação nas diferentes fases do planejamento do processo: desde o diagnóstico da área, passando pela elaboração da proposta até chegar na avaliação e seguimento, fase pós implantação do equipamento urbano. A avaliação de como se deu todo o processo

participativo, bem como a análise de como as pessoas se relacionam com o projeto finalizado é muito importante, pois acusam possíveis fragilidades a serem ajustadas.

Dessa forma, mostra-se que a perspectiva de gênero vai além da representatividade, mas diz respeito a um processo cuidadoso e respeitoso desde o início até a pós-ocupação da obra. No caso da presente pesquisa, se propôs a realizar trabalho de campo que se alinha com a fase de “Avaliação - seguimento”, mais especificamente o tópico “Realizar observações de espaços ou equipamentos urbanos através de técnicas qualitativas para saber como estão sendo utilizados” (grifado no quadro).

Quadro 4 - Síntese de pontos a considerar na avaliação da Participação em um projeto urbano, nas diferentes etapas do planejamento, a partir do urbanismo com perspectiva de gênero.

PARTICIPAÇÃO	
DIFERENTES ETAPAS DO PLANEJAMENTO	DESCRIÇÃO
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> ○ Participação de diferentes agentes (prefeitura, equipe técnica e comunidade) ao mesmo tempo ○ Utilização de metodologia participativa ○ As decisões tomadas levaram em consideração as conclusões e recomendações geradas no processo de participação ○ Dar a mesma prioridade à pessoas idosas, jovens e crianças, sejam homens ou mulheres, independentemente de etnia ou classe
DIAGNÓSTICO As necessidades (por ex.: as necessidades para uma praça ou para outro equipamento) se incluem nos diagnósticos e devem ser resultado do trabalho do corpo técnico junto com a população	<ul style="list-style-type: none"> ○ Oferecer aos participantes informações e ferramentas suficientes para a participação deles;
PROPOSTA As propostas sobre o espaço público, equipamentos, moradia ou mobilidade devem ser feitas através do trabalho do corpo técnico com a população	<ul style="list-style-type: none"> ○ Haver participação que intervenha em toda área do espaço urbano em questão (por ex.: se a intenção é construir uma praça, a participação deve abranger toda a futura área dessa praça).
AVALIAÇÃO - SEGUIMENTO Avaliar o processo e resultados com o conjunto da população e especialmente com quem utiliza os espaços ou os equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> ○ Realizar avaliação do próprio processo de participação; ○ Realizar observações de espaços ou equipamentos urbanos através de técnicas qualitativas para saber

	<p><u>como estão sendo utilizados:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ○ <u>Levar em conta nos questionários e consultas todas as pessoas envolvidas no entorno cotidiano destes espaços ou equipamentos, considerando as que usam e as que não;</u> ○ Depois de realizada a avaliação, elaborar um informe público que permita compreender claramente as relações das pessoas com o entorno; ○ Realizar seguimento das atuações com alguma periodicidade para observar mudanças e reconsiderá-las ○ Debater os resultados com o corpo técnico de diferentes áreas, tanto da administração como equipes externas, estabelecendo pontos a melhorar ou potencializar para as próximas atuações
--	---

Fonte: Col.lectiu Punt 6 (2014) adaptado pela autora.

Para as autoras do DUG, os espaços públicos pensados para equidade de gênero “favorecem a autonomia e a socialização, já que foram pensados priorizando as necessidades dos diferentes tipos de pessoas” (Co.lectiu Punt 6, 2014, p. 102). Em se tratando da avaliação específica do Espaço Público com perspectiva de gênero, o DUG subdivide-o em 4 eixos: Espaços de relação, Mobiliário Urbano e Serviços, Representação Simbólica e Sinalização. Na presente análise não se trabalhará com a Sinalização, pois não há no espaço e entorno imediato o tipo de sinalização mencionada no questionário⁶¹, portanto não se aplica. Cada tópico possui um grupo de questões, como mostra o quadro 5:

Quadro 5 – Perguntas para análise de um espaço público com perspectiva de gênero.

ESPAÇO PÚBLICO (PRAÇA)	PERGUNTAS PARA ANÁLISE
ESPAÇOS DE RELAÇÃO _Geral	Favorecem a autonomia e a socialização das pessoas? <ul style="list-style-type: none"> ○ Os materiais utilizados nos diferentes espaços são adequados para cada uso? ○ Há espaços suficientes onde meninas e meninos de diferentes idades possam brincar com segurança?

⁶¹ As perguntas do tópico Sinalização são: “Encontram-se representadas mulheres e homens nos pictogramas que representam a figura humana? Utiliza-se linguagem não sexista nas indicações de ruas, ou seja, se utilizam termos genéricos (por exemplo: cidadania em lugar de cidadão?) Quando representadas duas figuras mulher-homem na mesma placa, elas têm a mesma dimensão (ou seja, estão em igualdade de condições)? (...)” (Col.lectiu Punt 6, 2014, p. 105)

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Há suficientes espaços onde meninas e meninos de diferentes idades possam mover-se com segurança? Por exemplo, caminhos escolares ou esquinas com faixa de pedestre com visibilidade melhorada? ○ Há espaços de relação intergeracional? ○ Estão próximos às atividades cotidianas das crianças (escola, esporte, etc.)? <p>O espaço cria uma rede de proximidade com outros espaços, equipamentos e serviços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ As praças com parquinho estão distribuídas homoganeamente de maneira que se encontram a uma distância de 500 metros ou 10 minutos a pé das moradias do bairro? ○ No caso que não exista proximidade a pé, há transporte público que cubra os trajetos cotidianos?
_Praça	<ul style="list-style-type: none"> ○ O traçado é flexível a ponto de favorecer diferentes usos e atividades em um mesmo espaço? ○ Os espaços de brincadeiras infantis contemplam as diferentes idades? ○ Há mobiliário que atenda com conforto ambiental adequado (bancos e sombra) as pessoas cuidadoras? ○ Há espaços de encontro para jovens? ○ Há espaços de atividade para jovens? ○ Há espaços tranquilos onde se possa conversar, ler ou descansar? ○ Há espaços de lazer para mulheres e homens de diferentes idades (incluindo rotinas físicas para idosos)?
_Rua	<ul style="list-style-type: none"> ○ Existem calçadas amplas? ○ As ruas dão prioridade às pessoas transeuntes?
_Espaços Intermediários	<ul style="list-style-type: none"> ○ Os espaços intermediários, de relação entre os edifícios e a praça, são bem cuidados? ○ Os espaços intermediários são incentivados a serem usados através do traçado? ○ Os espaços intermediários possuem iluminação e boa visibilidade? ○ Utilizam-se outros espaços como espaço de relação que não a praça? (espaços abandonados, acessos a comércios, etc)
MOBILIÁRIO URBANO E SERVIÇOS	<p>O desenho e a colocação dos elementos no espaço devem facilitar e valorizar igualmente os usos e as atividades</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Os materiais usados nos diferentes elementos do mobiliário são agradáveis e adequados para o uso e manutenção? ○ Existem banheiros públicos para todos? Estão próximos dos espaços de relação? ○ Bancos: há suficientes nos espaços de encontro e descanso que favoreçam a inclusão das pessoas? Eles estão localizados ao sol e à sombra? ○ Lixeiras: o sistema de coleta de lixo funciona? ○ Iluminação: é adequada para o uso de todas as pessoas? Está diferenciada a iluminação da rua e a da calçada? ○ Árvores: existem árvores ou vegetação que proporcionem sombra suficiente em toda a praça? ○ Vegetação: Existem árvores ou vegetação adequada nos espaços para as pessoas desfrutarem da natureza? ○ Os arbustos proporcionam separação funcional sem obstruir a visibilidade? ○ Paradas de ônibus: existem bancos, cobertura para abrigo das intempéries, informação sobre horários e mapa com os serviços? ○ Informações nas ruas: Existem mapas de orientação nas ruas?

REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA	Reconhecimento da memória de uma comunidade e especialmente das tarefas realizadas pelas mulheres <ul style="list-style-type: none"> ○ Está representada a diversidade social (incluindo as mulheres) na nomenclatura das ruas e praças? ○ Existem representações ou lembranças da história do bairro que remetem a toda a comunidade e reconhecem o trabalho realizado pelas mulheres? ○ Existem obras de arte em espaços públicos que transmitam valores de igualdade na sociedade?
--------------------------------	--

Fonte: Col.lectiu Punt 6 (2014) adaptado pela autora.

No tópico “Mobiliário Urbano e Serviços”, o subtópico “Saúde e percepção de segurança”, relacionados a antenas telefônicas e transformadores elétricos, não foi considerado na análise também, por não se aplicar ao contexto, já que a percepção de segurança local não permeia esses dados.

Início a análise espacial da praça do Brasil Novo pelo tópico “Espaços de Relação”, que se subdivide nos itens “geral”, “rua”, “praça” e “espaços intermediários”. Cada item é composto de perguntas a serem feitas sobre espaço, e quanto mais respostas “sim” tiverem, maior é a qualidade do espaço sob perspectiva de gênero. Primeiramente, analiso do meu ponto de vista, respondendo as questões a partir da minha perspectiva como mulher, arquiteta e urbanista e pesquisadora; no tópico seguinte abordarei o resultado obtido através das entrevistas com usuários da praça moradores do bairro.

No item “geral”, segundo avaliação feita por mim, apenas 1 pergunta obteve resposta “sim” do total de 7 questões do tópico, sendo ela: “A praça está próxima às atividades cotidianas das crianças (escola, esporte, etc.)?”. Sobre isso, considera-se um ponto positivo o fato da praça se localizar próximo das escolas do bairro, de uma arena de futebol privada, e de comércios variados. O quadro 6 mostra a avaliação feita, dividida em tópicos.

Quadro 6 - Questionário para os espaços públicos do Diagnóstico com perspectiva de gênero respondido a partir da análise da Praça do Brasil Novo.

PRAÇA DO BRASIL NOVO	PERGUNTAS PARA ANÁLISE	SIM	NÃO
ESPAÇOS DE RELAÇÃO	Favorecem a autonomia e a socialização das pessoas?		
	_ Geral	○ Os materiais utilizados nos diferentes espaços são adequados para cada uso?	

	○ Há espaços suficientes onde meninas e meninos de diferentes idades possam brincar com segurança?		x
	○ Há suficientes espaços onde meninas e meninos de diferentes idades possam se mover com segurança? Por exemplo, caminhos escolares ou esquinas com faixa de pedestre com visibilidade melhorada?		x
	Permite o uso e apropriação por parte de diferentes grupos tendo em conta as tarefas relacionadas com o cuidado do lar e das pessoas?		
	○ Há espaços de relação intergeracional?		x
	○ Estão próximos às atividades cotidianas das crianças (escola, esporte, etc.)?	x	
	Cria uma rede de proximidade com outros espaços?		
	○ As praças com parquinho estão distribuídas homogeneamente de maneira que se encontram a uma distância de 500 metros ou 10 minutos a pé das moradias do bairro?		x
	○ No caso que não exista proximidade a pé, há transporte público que cubra os trajetos cotidianos?		x
Total		1/7	
_ Rua	○ Existem calçadas amplas?		x
	○ As ruas dão prioridade às pessoas transeuntes?		x
	○ É possível sentar-se, reunir-se, conversar ou brincar nas ruas próximas à praça?		x
Total		0/3	
_ Praça	○ O traçado é flexível a ponto de favorecer diferentes usos e atividades em um mesmo espaço?		x
	○ Os espaços de brincadeiras infantis contemplam as diferentes idades?		x
	○ Há mobiliário que atenda com conforto ambiental adequado (bancos e sombra) as pessoas cuidadoras?		x
	○ Há espaços de encontro para jovens?	x	
	○ Há espaços de atividade para jovens?		x
	○ Há espaços tranquilos onde se possa conversar, ler ou descansar?	x	

_ Espaços Intermediários	○ Há espaços de lazer para mulheres e homens de diferentes idades (incluindo rotinas físicas para idosos)?		x
	Total	2/7	
	○ Os espaços intermediários, de relação entre os edifícios e a praça, são bem cuidados?	x	
	○ Utilizam-se outros espaços como espaço de relação que não a praça? (espaços abandonados, acessos a comércios, etc)	x	
	○ Os espaços intermediários possuem iluminação e boa visibilidade?		x
	○ Os espaços intermediários são incentivados a serem usados através do traçado?		x
	Total	2/4	
MOBILIÁRIO URBANO E SERVIÇOS	O desenho e a colocação dos elementos no espaço devem facilitar e valorizar igualmente os usos e as atividades		x
	○ Os materiais usados nos diferentes elementos do mobiliário são agradáveis e adequados para o uso e manutenção?		
	○ Existem banheiros públicos para todos? Estão próximos dos espaços de relação?	x	
	○ Bancos: há suficientes nos espaços de encontro e descanso que favoreçam a inclusão das pessoas? Eles estão localizados ao sol e à sombra?		x
	○ Lixeiras: Existem suficientes e o sistema de coleta de lixo funciona?		x
	○ Iluminação: é adequada para o uso de todas as pessoas? Está diferenciada a iluminação da rua e a da calçada?	x	
	○ Árvores: existem árvores ou vegetação que proporcionem sombra suficiente em toda a praça?		x
	○ Vegetação: Existem árvores ou vegetação adequada nos espaços para as pessoas desfrutarem da natureza?		x
	○ Paradas de ônibus: existem bancos, cobertura para abrigo das intempéries, informação sobre horários e mapa com os serviços?		x
	○ Informações nas ruas: Existem mapas de orientação nas ruas?		x
Total	2/9		

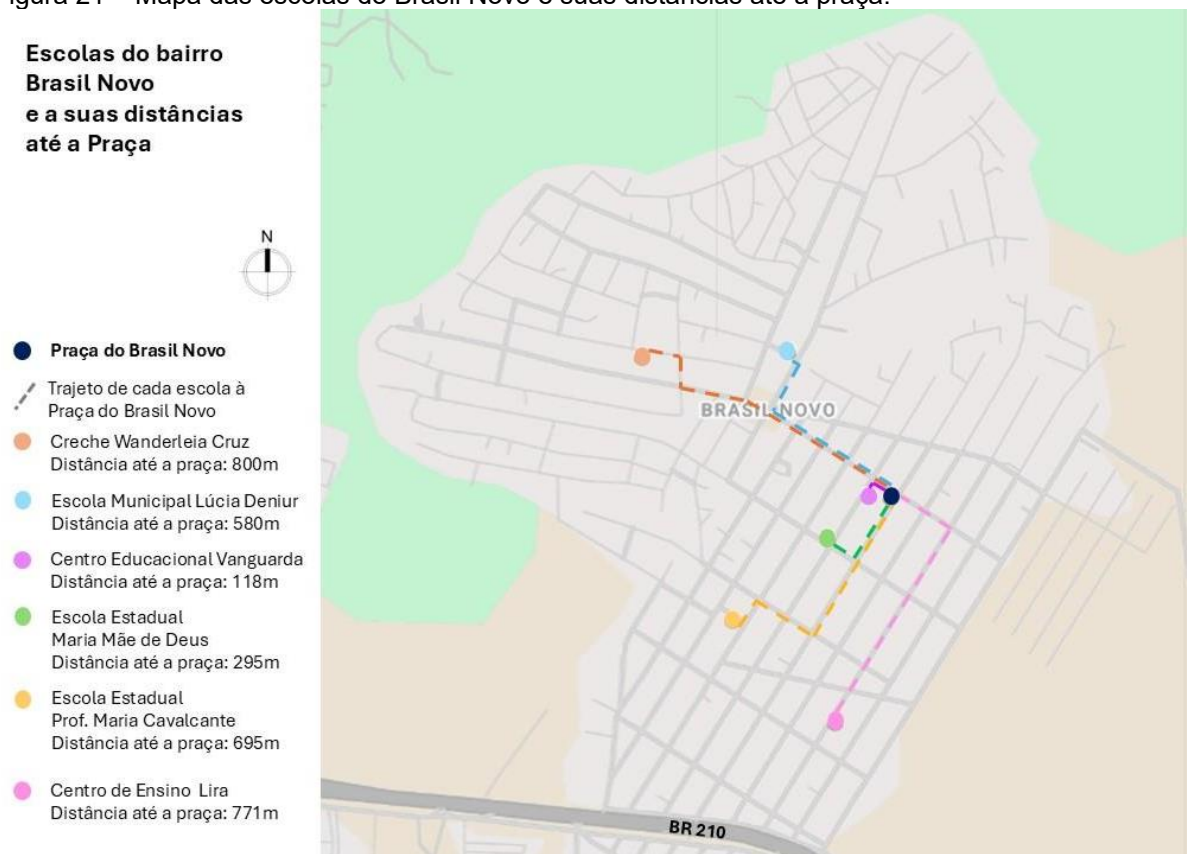
REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA	Reconhecimento da memória de uma comunidade e especialmente das tarefas realizadas pelas mulheres		x
	○ Está representada a diversidade social (incluindo as mulheres) na nomenclatura das ruas e praças?		
	○ Existem representações ou lembranças da história do bairro que remetem a toda a comunidade e também reconhecem o trabalho realizado pelas mulheres?		x
	○ Existem obras de arte em espaços públicos que transmitam valores de igualdade na sociedade?		x
Total			0/3

Fonte: Col.lectiu Punt 6 (2014) adaptado pela autora.

A figura 21 mostra a disposição das escolas do bairro Brasil Novo em relação à praça, onde se pode perceber que a maioria está localizada relativamente perto do espaço público. Segundo Col.lectiu Punt 6 (2014), é importante que o espaço público crie uma rede de proximidade com instituições culturais, de ensino, assistência social e outras relacionadas ao cuidado. Em um raio de 800m da praça, distância caminhável por volta de pouco mais de 10 minutos, foram encontradas apenas as escolas do bairro, a Unidade Básica de Saúde fica a 2km de distância, e os demais exemplos de instituições não existem no bairro.

Porém, as escolas mais distantes, a Creche Wanderleia Cruz, a Escola Estadual Prof. Maria Cavalcante e o Centro de Ensino Lira, podem não se beneficiar tanto assim da proximidade com a praça, pois o trajeto a pé não é incentivado pelo passeio público pouco convidativo, pelo calor intenso e baixa arborização.

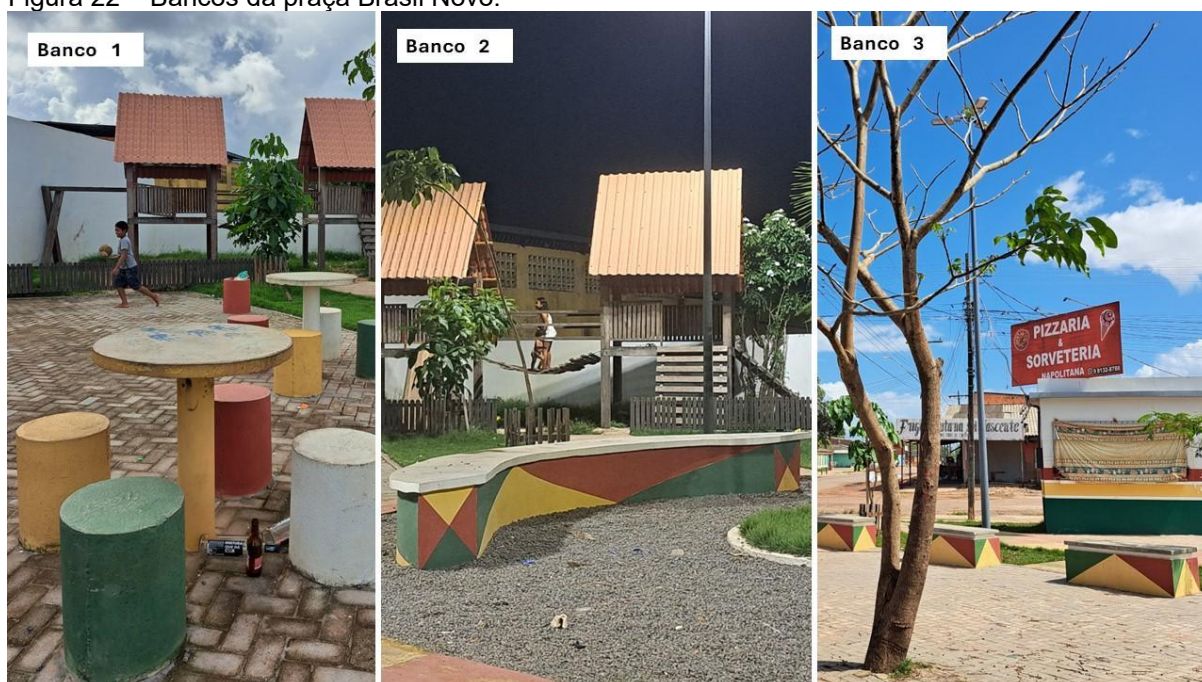
Figura 21 – Mapa das escolas do Brasil Novo e suas distâncias até a praça.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Retomando os resultados exibidos no quadro x, pode-se afirmar, primeiramente, que a praça não favorece a autonomia e a socialização das pessoas, por conta dos materiais escolhidos, dos espaços para brincadeiras serem insuficientes e da falta de sinalização adequada. Dentre os materiais usados, nem todos se mostraram adequados para o uso: os bancos (ver figura 22) poderiam ter assentos em madeira, material mais termicamente agradável, considerando a insolação extrema, e encosto para maior conforto.

Figura 22 – Bancos da praça Brasil Novo.



Fonte: Acervo da autora (2025).

Ainda sobre os materiais, os dos brinquedos do parquinho se mostraram frágeis pois em um ano já estavam quebrados, como observado na figura 23; assim como a pintura do mobiliário, paredes do palco e piso também se desgastaram e foram pichadas.

Figura 23 – Brinquedos do parquinho quebrados.



Fonte: Acervo da autora (2025).

Talvez o material realizado na pintura não tenha sido o mais indicado ou as superfícies não fossem adequadas para receber pintura, e a escolha do uso da cor pudesse ser feita de outra maneira. De todo modo, as escolhas de acabamento das superfícies da praça e a escolha de materiais do parquinho parecem exigir uma manutenção mais assídua, que não é realizada.

A respeito do parquinho, no primeiro dia de observação já se notou os brinquedos danificados. Na figura 24, tirada uma semana depois da primeira visita, mostra que os brinquedos quebrados foram completamente retirados, restando apenas a casinha para o uso das crianças. Ademais, é possível ver o acúmulo de lixo, algo constante nas observações.

Figura 24 – Parquinho da Praça Brasil Novo sem os brinquedos.



Fonte: Acervo da autora (2025).

Sobre os espaços para brincadeiras infantis, não se considerou suficiente o espaço de parquinho, por ser pequeno, conter poucos brinquedos e não abranger todas as faixas etárias. Somado a isso, não há suficientes espaços para as crianças percorrerem em segurança, já que não há placa de sinalização “cuidado, crianças”, nem faixa de pedestre no acesso imediato à praça.

Apesar da praça se localizar relativamente próxima às escolas do bairro, ponto positivo pois facilita os deslocamentos entre as áreas relacionadas ao cuidado de crianças, não há na praça espaços de relação intergeracional. A intergeracionalidade⁶², é posta no DUG pois se relaciona com o trabalho reprodutivo, já que o cuidado com crianças e idosos é feito geralmente por mulheres.

A praça não favorece o uso por pessoas idosas por algumas razões: não há mobiliário de lazer para esse grupo; como academias ao ar livre; não há bancos com encosto, que conferem mais conforto para corpos com mobilidade reduzida ou que se cansam mais rapidamente; e não há sombra suficiente de modo geral na praça, algo prejudicial para a sua ocupação durante o dia⁶³, afastando principalmente grupos mais sensíveis como o de idosos. Por conta disso, a praça não favorece muito o uso e apropriação por parte de diferentes grupos, levando em consideração as tarefas de cuidado do lar e das pessoas.

A praça do Brasil Novo é a única do bairro, e, apesar de não ser um bairro tão grande em extensão, a praça não se localiza de forma equidistante a todas as áreas da comunidade. Considera-se esse um ponto negativo para a questão de gênero, já que dificulta o acesso de mulheres (ou homens) cuidadoras⁶⁴, quem geralmente mais precisa desses espaços, e dos demais indivíduos.

A rede de transporte público pode suprir essa distância para algumas pessoas, mas o acesso a ônibus para a praça não é facilitado em todas as áreas do bairro. Dessa forma, a praça cria uma rede de proximidade com outros espaços, mas essa relação poderia ser melhor e mais democrática, caso as rotas de ônibus fossem mais abrangentes no bairro.

Sobre o entorno próximo da praça, visto na figura 25, ele é majoritariamente residencial e de uso misto (comercial e residencial), principalmente na Rua Mamoeiro, uma das vias onde se concentra a atividade comercial do bairro. Os pontos comerciais desse perímetro são movimentados em sua maioria, pois se direcionam ao consumo básico da população (frigorífico, pequenos mercados, venda de açaí, padaria).

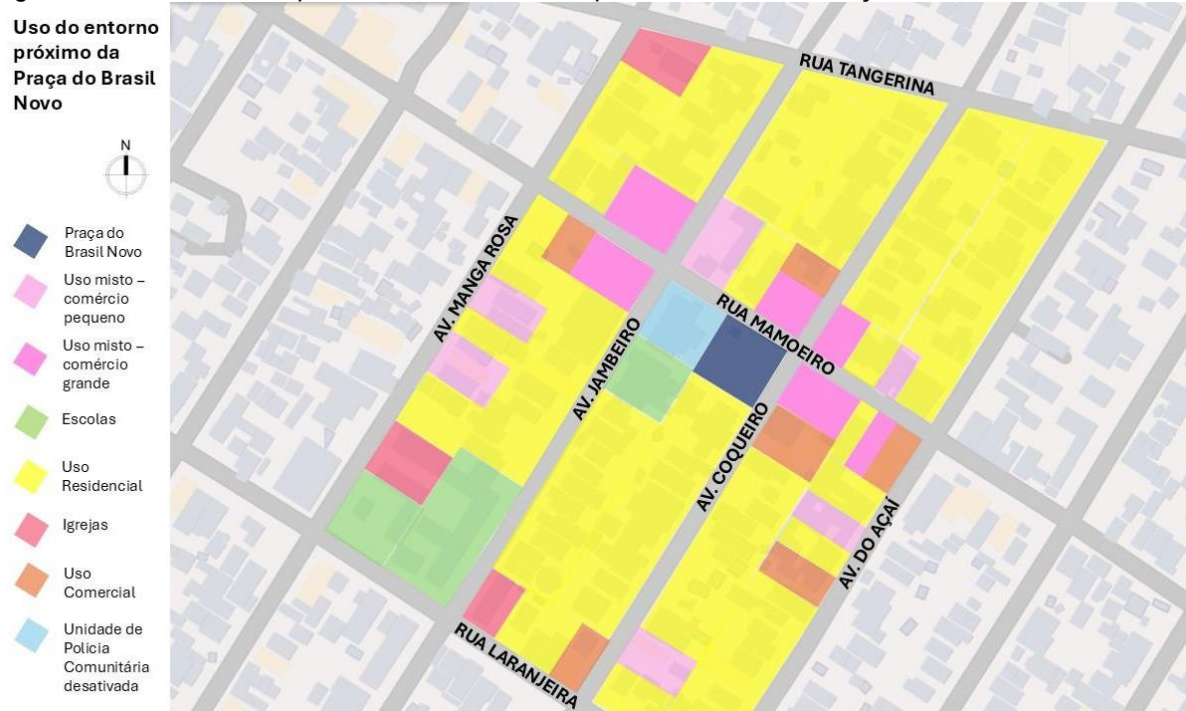
⁶² Intergeracionalidade: relativo às relações entre gerações.

⁶³ Mesmo pela manhã, a intensidade de radiação solar em Macapá é muito intensa, por ser uma cidade equatorial.

⁶⁴ Que cuidam de crianças, idosos e pessoas com deficiência.

O entorno é composto também por duas escolas, duas igrejas, uma academia (no mapa faz parte da legenda “uso comercial”) e pequenos comércios, como brechós e lavagens de carro. Predomina os pontos mistos, de residência e comércio, do que os apenas comerciais, pois estes são de pequenos empreendedores e voltados mais para o público do bairro, que não é tão grande.

Figura 25 – Mapa de entorno próximo da Praça do Brasil Novo.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No item “rua”, de 3 perguntas, nenhuma recebeu resposta “sim”. Isso porque as ruas do entorno imediato da praça não possuem calçadas amplas e o pedestre não é tido como prioridade, como pode ser visto na figura 26, a calçada da Rua Mamoeiro, uma das vias principais do bairro (calçada 2), e da Rua Jambeiro (calçada 1), paralela à Av. Coqueiro (segunda via de acesso à praça). Assim, é feita a reflexão: Se a praça foi construída para as pessoas, como fomentar o uso desse espaço se os trajetos a pé até ele não são de qualidade? Ao se pensar em projetar uma praça, é necessário se pensar também nos melhoramentos dos percursos ao redor dela, pois isso irá interferir diretamente na sua vitalidade.

Figura 26 – Calçadas do entorno da praça do Brasil Novo, nos trechos da Rua Mamoeiro e Av. Jambeiro.



Fonte: Acervo da autora (2025).

Enquanto Avenida Mamoeiro recebeu asfaltamento recente, por ser uma via principal, a Avenida Coqueiro está em péssimas condições, assim como as calçadas, visto na figura 27. Percebe-se nas fotos também a ausência de calçada nesse trecho da Av. Coqueiro em frente à praça, só há passeio no lote da praça em si. Na vista 1 da figura 27, vê-se ao fundo uma grande poça d'água ao lado da calçada, pois há um buraco grande nessa região.

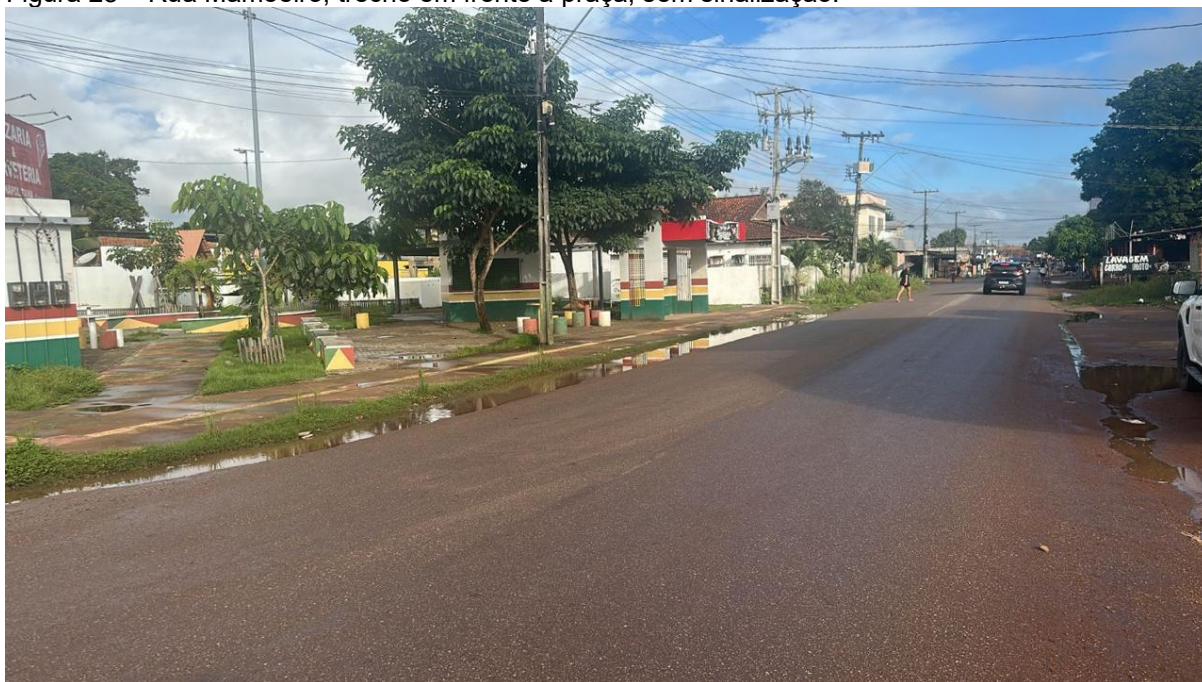
Figura 27 – Trecho da Av. Coqueiro em frente à praça.



Fonte: Acervo da autora (2025)

Ademais, é reflexo da falta de preocupação com o pedestre a sinalização inadequada, o passeio não ser devidamente arborizado, a fim de levar bom conforto térmico para os transeuntes, e as calçadas não serem contínuas (alguns trechos não possuem calçadas) e acessíveis, por conta de rachaduras ou desníveis. Na Rua Mamoeiro, altamente movimentada, não há faixa de pedestre nem placas de trânsito, o mínimo para a segurança de crianças e demais pedestres, como mostra a figura 28.

Figura 28 – Rua Mamoeiro, trecho em frente à praça, sem sinalização.



Fonte: Acervo da autora (2025).

Somado a isso, é visível a falta de continuidade das calçadas da praça em comparação com as do restante do entorno, que não possuem piso tátil, nem são amplas e sem

obstruções. Em alguns trechos se nota até a ausência de passeio público, como visto na figura 29, na Rua Mamoeiro em frente a praça.

Figura 29 – Trecho da Rua Mamoeiro sem calçada e com obstrução da passagem.



Fonte: Acervo da autora (2025).

As ruas próximas à praça também não estimulam as pessoas a se sentar, reunir-se ou brincar, por conta da precariedade, algumas possuem buracos grandes, e não há mobiliário convidativo. Apesar disso, foi notado que algumas poucas pessoas levam suas próprias cadeiras para as calçadas e lá se reúnem.

No item “praça”, de 7 perguntas mostradas no quadro de análise, apenas 2 foram respondidas com “sim”, demonstrando a baixa qualidade da praça do ponto de vista de gênero. Esses dois pontos positivos no item foram: a existência de espaços de encontros para jovens e de espaços tranquilos onde se pode conversar, ler ou descansar. Os negativos incluem a falta de flexibilidade no traçado da praça para permitir diferentes usos e atividades em um mesmo espaço, não há espaço suficiente para se jogar em grupo, como brincadeiras com bola, capoeira, usos que já tinham sido observados antes da praça ser construída. E isso não demandaria o espaço de

uma quadra especificamente, mas em uma área gramada ou calçada com área mínima de 25 m², já poderia ser improvisado algum jogo recreativo.

Ainda sobre os pontos negativos no item “praça”, tem-se o fato do parquinho não contemplar as diferentes idades, a falta de mobiliário que atenda com conforto ambiental adequado (bancos e sombra) as pessoas cuidadoras próximas ao parquinho e em outras áreas. Falta também espaços de recreação para os jovens, algo essencial em uma praça, além de espaços de lazer para mulheres e homens de diferentes idades.

Sobre o item “espaços intermediários”, vale esclarecer que aqui eles são os espaços entre os edifícios e a praça, como calçadas em frente aos comércios que são utilizadas como áreas de convivência, pelas famílias donas dos estabelecimentos ou pelos consumidores desses locais. Estes, no caso da presente pesquisa, são bem cuidados pelas pessoas, mas não pelo poder público, e são ocupados por alguns grupos, que preferem esses à praça, como foi notado em observações *in loco*.

Já no tópico “Mobiliário urbano e serviços”, das 9 questões de análise, apenas 3 foram respondidas com “sim”, ou seja, menos da metade dos requisitos para qualidade dos mobiliários urbanos foram cumpridos. Sobre esses 3 pontos positivos, o que se destaca no mobiliário da praça é seu banheiro acessível, visto ser uma das primeiras praças da cidade a possuir banheiro. O negativo sobre isso é que poucas pessoas sabem da existência do banheiro pois ele não é muito bem sinalizado e a sua chave de acesso fica em posse da responsável por um dos quiosques da praça, que nem sempre está lá. A sua manutenção também não é realizada de forma satisfatória.

O segundo ponto positivo é a quantidade de bancos, além de muitos estarem conjugados com mesas, permitindo uma ocupação diversa. Porém, a maioria dos bancos se localizam em áreas sem sombra, ponto negativo para a sua ocupação durante todo o dia e em períodos chuvosos. A iluminação da praça foi o terceiro “sim” recebido nesse tópico, pois de fato é satisfatória.

Sobre as respostas “não” acerca dos mobiliários da praça, destacam-se duas questões: o lixo e a arborização. As lixeiras da praça não são os modelos convencionais conhecidos, mas sim uma adaptação de uma estrutura cilíndrica de

concreto fixada no piso por sua base, ou seja, não há escoamento de líquidos, dificultando sua limpeza, mostrado na figura 30.

Figura 30 – Lixeiras da praça do Brasil Novo.



Fonte: Acervo da autora (2025).

Em períodos chuvosos as lixeiras acumulam água, tornando-se inviáveis para seu objetivo, coletar lixo, e se tornando um perigo para a saúde pública por ajudar na reprodução de mosquitos transmissores de doenças. Somado a isso, não há serviço de zeladoria urbana que recolha os lixos ou faça alguma manutenção na praça.

Também como ponto negativo, tem-se a escolha da vegetação, pois não houve variedade na escolha das árvores, utilizou-se apenas ipê rosa e outra espécie que pode ser flamboyant ou algum tipo de acácia. O ipê rosa, por não oferecer sombra o ano todo e ter crescimento mais lento, pode não ser uma boa escolha para lugares com insolação intensa, sendo mais recomendado espécies como oiti, que possuem copa mais densa e dão sombra o ano todo, além de crescer mais rápido. O lote da praça já possuía 2 ipês rosas grandes, plantados em 2019 na Ação Criar e Viver a Praça da Vizinhança, portanto seria mais interessante ter se escolhido outras árvores.

No centro da praça foi plantada uma palmeira, no lugar da samaúma prevista no projeto, algo negativo, já que no ponto central da praça o ideal seria uma árvore frondosa, imponente e que desse sombra para os bancos em volta do canteiro. Porém,

talvez a samaúma não fosse a melhor escolha, pois exige solos muito ricos e de várzea para seu pleno desenvolvimento (Souza et al, 2005).

O restante da vegetação se resume a áreas gramadas e duas unidades de plantas de porte pequeno e médio, não sendo o suficiente para criar um paisagismo satisfatório a fim de oferecer espaços de contemplação da natureza. Uma palmeira pré-existente no lote, também plantada em 2019 na ação de extensão, foi retirada para dar espaço para o palco, quando poderia ter sido incorporada ao projeto ou ter sido plantada em outro ponto propício.

Sobre a questão “parada de ônibus”, ela existe, porém não há transporte público que pare de fato no local. Desde antes da pesquisa realizada por mim em 2019, já existia uma parada de ônibus no lote vazio, porém nunca houve ônibus que parasse ali, fato que demonstra uma negligência do poder público com a mobilidade dos moradores do bairro.

É comum no bairro a existência de paradas de ônibus que não são utilizadas, quando no ponto real da rota do ônibus essa estrutura não existe. Além disso, não há informação nas ruas sobre as rotas de ônibus ou outras orientações. A presença dessa parada, na fachada principal da praça, mostrada na figura 31, não funcional ocupa uma área expressiva no terreno do espaço público, que poderia ser utilizada para outros fins, apesar de ser um dos únicos pontos com sombra e banco na praça.

Figura 31 – Vista da praça da Rua Mamoeiro, mostrando a parada de ônibus.



Fonte: Acervo da autora (2025).

Outro ponto negativo são os materiais usados, já comentado anteriormente. Os materiais do mobiliário não são os mais recomendados para o clima da região e não são os melhores do ponto de vista da manutenção. Acrescenta-se que a escolha arquitetônica para os quiosques não considerou o clima da região, pois se optou por uma edificação com platibanda e com beiral muito pequeno, não oferecendo sombra suficiente, tornando o ambiente pouco atrativo.

No tópico “Representação simbólica”, todas os questionamentos do quadro foram respondidos com “não”. Isso significa que não há no espaço urbano da praça, ou do bairro, reconhecimento da memória da comunidade, muito menos das tarefas realizadas pelas mulheres. A nomenclatura das ruas e da praça não representa a diversidade social, incluindo as mulheres e não existem representações ou lembranças da história do bairro que façam referência a toda a comunidade e ao trabalho das mulheres. Não existem também obras de arte nos espaços públicos que transmitam valores de igualdade social.

O quadro abaixo resume os resultados da análise do espaço público feita com base no DUG. Com base nas poucas respostas “sim” dadas, 8 de 33 questões, pode-se afirmar que a praça do Brasil Novo não favorece a sua ocupação por mulheres nem a equidade de gênero em seu bairro.

3.2. Análise da ocupação da praça

Como já mencionado na introdução, para a análise da ocupação do espaço público foi realizado trabalho de campo composto de observação participante na praça do Brasil Novo, durante 28 dias entre os meses de dezembro de 2024 a fevereiro de 2025. Junto a isso, nos meses de janeiro e fevereiro de 2025 foram realizadas 30 entrevistas semiestruturadas com usuários da praça, *in loco*, e nas redondezas, com comerciantes, transeuntes e vizinhos. Os horários das atividades variaram, mas se concentraram no fim de tarde até a noite, devido a maior presença de pessoas, com duração variável entre 1h30 minutos e 2h30 minutos.

Foi observado as atividades realizadas pelas pessoas na praça, com foco nas diferenças de apropriação espacial por homens, mulheres e crianças de diferentes idades. As entrevistas realizadas se basearam no DUG, mais especificamente no

tópico relativo ao espaço público, com acréscimos de perguntas sobre a experiência feminina e voltadas para a ocupação da praça, como pode ser vista no quadro 7.

Quadro 7 - Perguntas feitas nas entrevistas semi-estruturadas.

PERGUNTA	ORIGEM
Qual seu nome? Qual sua idade? É moradora do bairro?	Adicionadas pela autora
Você conhecia esse espaço antes de ter a praça nova?	
O que você acha de como era antes? Você frequentava?	
Você costuma vir à praça nova? quantas vezes por semana?	
O que você costuma fazer na praça?	
Você se sente segura lá?	
Você acha a praça um lugar seguro para as mulheres?	
Você já sofreu algum tipo de violência aqui na praça? Algum tipo de assédio?	
O que é uma praça pra você? Acha importante?	
O que achou da praça nova?	
Quais são os pontos positivos da praça, na sua opinião?	
E os pontos negativos?	
Você mudaria algo na praça?	
Sobre os materiais que foram usados na praça, no parquinho, você acha que foram bons?	
Você acha que tem espaços suficientes para as crianças e adolescentes de todas as idades brincarem?	
Existem espaços de encontro e atividade para jovens?	
Você acha que tem espaço de lazer para homens e mulheres de diferentes idades, inclusive idosos?	
Você acha que tem espaço para pessoas de diferentes idades conviverem juntos?	
Você acha que tem bancos suficientes	
E sombra suficiente?	
Você sabia que tem um banheiro na praça?	
Você acha que tem lixeiros suficientes e bons? e coleta de lixo?	
A iluminação você acha boa?	
E sobre as árvores e outras plantas, você acha que tem suficiente?	

Fonte: Col.lectiu Punt 6 (2014) e a autora (2025).

a) As entrevistas

Iniciando pela análise das entrevistas, a questão de gênero foi um marcador importante ao se perceber duas tendências: o grupo dos homens foi menos aberto do

ponto de vista de expressão pessoal e foi o único grupo no qual alguns integrantes se negaram a serem entrevistados e a ter a entrevista gravada, o que resultou em um número maior de entrevistas com mulheres⁶⁵. A duração média das entrevistas com as mulheres também foi bem maior se comparada com a feita com homens.

A segunda observação foi a tendência do grupo das mulheres a dar mais contribuições valiosas e críticas sobre o histórico da ocupação da praça e sua ocupação atual do que o grupo dos homens, demonstrando um ponto muito comentado pelas autoras do urbanismo com perspectiva de gênero: as mulheres costumam ser mais conhecedoras sobre seu entorno, por serem as maiores responsáveis pelas atividades de cuidado (Col.lectiu Punt 6, 2014; Gonzaga, 2011; Kern, 2021). Outra tendência importante a ser pontuada foi que a maioria dos usuários e entrevistados era de pretos e pardos, de acordo com o observado, e a diversidade de classes sociais era baixa, demonstrando que atualmente a heterogeneidade do espaço também é baixa.

O quadro 8 mostra a o perfil etário dos entrevistados, homens e mulheres, para ilustrar a variedade da amostra.

Quadro 8 – Perfil etário da amostra entrevistada

PERFIL ETÁRIO DOS ENTREVISTADOS	
Mulheres	_18 a 25 anos: 6 mulheres
	_26 a 36 anos: 5 mulheres
	_45 a 49 anos: 3 mulheres
	_52 a 59 anos: 4 mulheres
	Total: 18
Homens	_18 a 25 anos: 3 homens
	_28 a 33 anos: 3 homens
	_40 a 50 anos: 2 homens
	_59 a 60 anos: 3 homens
	Total: 12

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O resultado da análise qualitativa foi dividido em 4 tópicos temáticos para facilitar a compreensão.

i) Como era a “praça” antes?

⁶⁵ No total, foram realizadas 18 entrevistas com mulheres e 12 entrevistas com homens.

As entrevistas confirmaram o que já tinha sido pesquisado em 2019, a “praça” era palco de atividades em grupo e relações sociais diversas. Muitos entrevistados, em sua maioria mulheres, lembram com nostalgia da época em que se podia jogar e assistir partidas de vôlei no espaço, até então sem nenhum mobiliário permanente. Descobri que além do vôlei, os moradores jogavam também queimada, motivo pelo qual o campinho de areia era dividido em dois. A Batalha do Milharal também foi lembrada por um número expressivo de entrevistadas, demonstrando que mesmo para aquelas pessoas não usuárias do espaço antigamente, foi um movimento marcante na paisagem do lugar e marcante para os seus envolvidos, como foi para mim, que estabeleci uma relação próxima com eles na época.

Dos 12 homens entrevistados, 11 não costumavam frequentar a “praça”, como era conhecido por alguns o lugar antes de ser inaugurada a praça de fato. Vale ressaltar que a faixa etária dos entrevistados foi bem abrangente e morava no bairro há mais de 10 anos⁶⁶.

O único homem que tinha uma relação com a praça desde antes de sua construção foi Rj.⁶⁷, de 25 anos, professor de artes marciais. Ele lembrou, assim como apenas outros 2 homens da faixa dos 20 anos, do antigo campinho de vôlei existente ali, muito usado por um grupo de moradores do bairro. Enfatizou gostar muito das relações entre as pessoas no espaço antigo e sentir falta disso na praça nova. Mas a atividade mais marcante para ele foi a Batalha do Milharal, que reunia amigos de outros bairros, movimentava a “praça” e da qual participava muito. Percebi nas suas falas uma forte nostalgia e o quanto ele valorizava a antiga “praça”.

Os demais entrevistados focaram em falar apenas as coisas negativas do espaço, a ausência de mobiliário e o matagal, como observado nas falas dos homens mais velhos:

Não tinha nem como ir porque não tinha nada, né? (J.⁶⁸, 59 anos).
Não era praça não, era só um matagal aí (M., 60⁶⁹ anos).
Era só mato, rato (Jo., 60⁷⁰ anos).

⁶⁶ Prevaleceu a faixa dos 20 anos (4 entrevistados) e dos 60 anos (3 entrevistados). 6 entrevistados moravam no bairro há mais de 10 anos e 2 há mais de 6 anos.

⁶⁷ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 17 de janeiro de 2025.

⁶⁸ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 9 de fevereiro de 2025.

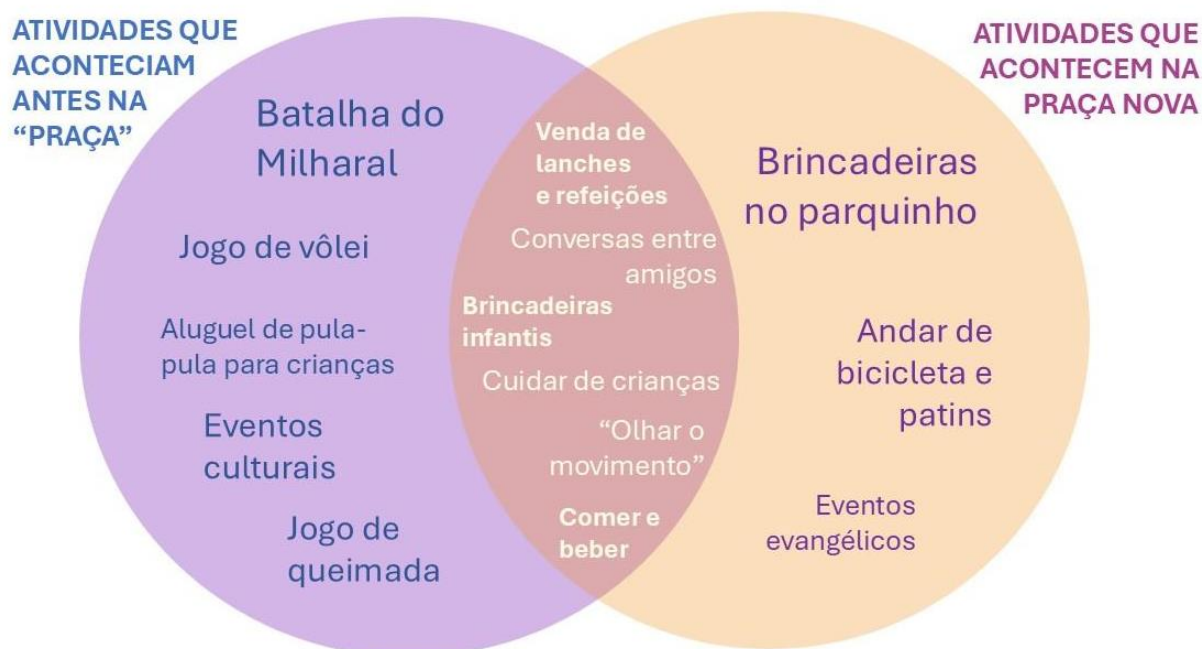
⁶⁹ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 9 de fevereiro de 2025.

⁷⁰ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 9 de fevereiro de 2025.

Achava estranho... muito estranho. Escuro, né? (Rg⁷¹, 28 anos).

Já sobre as mulheres, das 18 entrevistadas, 10 disseram frequentar a “praça” antiga, e das 8 mulheres que não frequentavam, 3 lembraram do movimento e as atividades que aconteciam na praça, os jogos, vendas e a Batalha do Milharal, demonstrando conhecer bem o espaço. As atividades realizadas pelas mulheres que frequentavam o espaço antes eram variadas: uma costumava levar os filhos para brincar nos brinquedos infláveis e pula-pula⁷², 4 mulheres iam para ver os jogos de vôlei e queimada, 2 jogavam esses jogos, 4 viam a Batalha do Milharal, 2 utilizavam o espaço para vender comida, 5 disseram que iam para o lugar conversar e 2 que gostavam de ir comer lá. Essa maior utilização do espaço, mesmo sem estrutura e mobiliário, mostra a importância dos espaços públicos para as atividades reprodutivas e como as mulheres costumam lidar com ele como uma extensão do ambiente doméstico⁷³. A figura 32 mostra o diagrama da relação entre as atividades praticadas na “praça” e as que acontecem atualmente, para ilustrar melhor o que deixou de acontecer e os usos novos.

Figura 32 – Diagrama das atividades que aconteciam e acontecem atualmente na praça do Brasil Novo.



⁷¹ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 15 de janeiro de 2025.

⁷² Segundo pesquisa realizada em 2019, as atividades que prevaleciam durante a semana eram pais que levavam os filhos para brincar e pessoas que iam comer na vendinha improvisada.

⁷³ O conceito de “lar expandido”, cunhado por Calió (1990) apud Gonzaga (2011), pois apesar da mulher estar realizando a tarefa no espaço público, esta tarefa é uma extensão das atividades do lar.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Destaca-se na figura anterior a substituição de “eventos culturais” por “eventos evangélicos”, fato que gerou reflexões sobre a mudança ideológica sofrida pelo espaço, antes palco de eventos de cultura negra e de cunho contestador, agora possui um palco de fato, feito para o público evangélico pregar. Entretanto, não é uma atividade que acontece com frequência, segundo relatos e a observação de campo⁷⁴. Um número significativo de mulheres (5) disse sentir falta das atividades e da movimentação da antiga praça, e que gostariam do retorno delas, como percebido nas seguintes falas:

O pessoal não vem assim... que nem acontecia antes (R.⁷⁵, 31 anos).
Aqui, se talvez tivesse [o que tinha antes], a praça ia ter mais movimento. Se tivesse o que eles faziam antes. Era bacana quando tava aqui cheio (G.⁷⁶, 27 anos).

Era bem mais movimentado do que era agora, muita gente interagiu assim, bem mais (K.⁷⁷, 25 anos).

Acho que antigamente a pessoa tinha mais vontade, né, de vir pra cá. (...) Agora, realmente agora tá mais bonito, mas o pessoal frequentava mais antigamente. Agora tá mais parado (K., 25 anos).

A jovem Me.⁷⁸, de 18 anos, comentou sobre a Batalha: “lembro, não tem como esquecer [a batalha de rap], lembro que tinha bem aqui...ficava bacana se colocasse agora de novo”, lembrando que torcia para um amigo seu, participante das disputas de rima. Já a dona C.⁷⁹, de 56 anos, vendedora de refeições e lanches na praça há 10 anos, afirmou sentir falta dos antigos grupos de jovens e adultos que lugarizavam o espaço, principalmente pela questão da segurança: “Eu sinto (falta da movimentação). Eu sinto porque... Olha, no caso, como eu trabalho aqui, já era uma segurança pra mim ter mais gente aqui. Entendeu? Aí hoje eu venho, a bem dizer, sozinha pra cá.” (C., 56 anos).

Apenas 4 comentaram só sobre os aspectos negativos do espaço:

Era horrível (E.⁸⁰, 36 anos).

Antes era bem ruim né...que não tinha nada lá, tinha só lama e mato (I.⁸¹, 26 anos).

⁷⁴ Não foi observado, no período do trabalho de campo, nenhum evento evangélico acontecendo na praça, mas alguns entrevistados comentaram sobre eles.

⁷⁵ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 8 de janeiro de 2025.

⁷⁶ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 8 de janeiro de 2025.

⁷⁷ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 16 de janeiro de 2025.

⁷⁸ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 4 de fevereiro de 2025.

⁷⁹ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 8 de janeiro de 2025.

⁸⁰ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 15 de janeiro de 2025.

⁸¹ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 29 de janeiro de 2025.

Não existia praça, mana, era um deserto aí... praça era só no nome (Ma.⁸², 30 anos).

Antes não tinha praça, era só um terreno que colocavam pula-pula e o pessoal que jogava vôlei ia (T.⁸³, 52 anos).

Dessas 4, nenhuma frequentava a “praça” antiga, demonstrando que não tinham como ter algum vínculo com o lugar, e apenas uma passou a frequentar a praça nova, para levar os filhos para brincar, das outras 2, uma afirmou não gostar de praças e a outra acredita que a praça nova é muito violenta e por isso nunca vai lá.

A entrevistada K. (25 anos), que mora no bairro desde que nasceu, acompanhou todas as mudanças ocorridas no espaço. Foi uma das 5 pessoas a lembrar da primeira pracinha do lugar, feita possivelmente em 2008, era mais simples, sem calçamento e contendo apenas alguns brinquedos, um pouco de areia e um cercado, sem árvores nem bancos. Segundo K., com o tempo os brinquedos foram quebrando, a praça foi abandonada pelo poder público e depois pelas pessoas, até que os escombros foram removidos e surgiu no lugar um campinho de vôlei e de queimada improvisado, depois uma arquibancada provisória, em 2015.

Ela brincou desde sempre no espaço, primeiro na pracinha, depois no campinho, onde jogou muito queimada e vôlei, até ele deixar de existir, no período da pandemia; atualmente sua filha pode brincar em uma praça mais organizada e melhor, do ponto de vista dos mobiliários e dos materiais. Mas não há mais opção de lazer para K., nem para outros jovens e adultos. Ela sente falta de como era antes, por ter os grupos usando o espaço e movimentando ele, como percebido na fala: “acho que antigamente a pessoa tinha mais vontade, né, de vir pra cá. (...) agora, realmente agora tá mais bonito, mas o pessoal frequentava mais antigamente. (...) Era bem mais movimentado do que era agora, muita gente interagia assim, bem mais” (K., 25 anos).

A jovem Me., 18 anos, também tem uma relação mais antiga com a praça, pois também mora no bairro desde o nascimento. Assim como K., ela lembra da antiga pracinha, e das demais atividades que aconteceram no espaço, pois frequentemente estava lá, porém se destaca na sua fala o quanto sente falta da Batalha, já mencionado anteriormente, e a amizade com uma das vendedoras. Assim como muitas crianças da vizinhança em 2019, Me. costumava brincar sempre na rua e na “praça” com amigos, e, como forma de brincar sem pagar nos brinquedos infláveis que

⁸² Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 9 de fevereiro de 2025.

⁸³ Entrevista realizada pela autora, no bairro Brasil Novo, dia 10 de fevereiro de 2025.

uma das antigas vendedoras levava, ajudava-a a organizar e montar as coisas, estabelecendo com a vendedora uma relação de amizade, onde a mulher mais velha era como se fosse sua cuidadora naquele espaço, como percebido em sua fala:

A coisa que me marcou mais foi que eu ficava com a tiazinha do pula-pula aqui. Eu sempre ajudava ela só pra ficar aqui no pula-pula com ela. Ela deixava, às vezes ela pulava até com a gente mesmo. (...) Mas é, a coisa que me marcou mais foi ela, que a gente vivia aqui. A gente ajudava ela, ela ajudava a gente. A gente brincava bastante. Ela contava histórias e fazia desenhos com a gente. Coisa muito bacana. Muito legal (Me., 18 anos).

Assim como K., Me. também traz seu filho, ainda bebê, para se desestressar e passear na praça nova, e se nota na sua fala que ainda mantém uma amizade com a vendedora: “A gente ficava aqui todo o tempo. Até um tempo atrás ela ficava na pizzaria aqui. Eu vim mostrar o meu filho pra ela. Que foi até um susto” (Me., 18 anos). As duas mulheres citadas fazem parte de um recorte muito visto durante a observação da praça, de mães que precisam da praça para desenvolverem suas tarefas de cuidado e acabam associando isso ao seu lazer próprio.

A pesquisa sobre o histórico da praça avançou para além do que já se tinha apreendido do lugar em 2019, e percebi que as relações do passado deixaram uma marca nos usuários mais antigos da “praça”, em sua maioria mulheres, na presente pesquisa de campo. Conclui que a “praça” antiga era simbolicamente construída de diversas relações próximas, amizades e jogo, algo não captado pela investigação na atual praça, construída apenas de concreto. As atividades em grupo do passado não existem mais, abrindo espaço para a insegurança dos usuários, depois que algumas fatalidades ocorreram - explicadas nos próximos tópicos.

ii) *Como está a frequência na praça nova e o que fazem lá?*

A praça do Brasil Novo foi bem recebida e todos os entrevistados demonstraram valorizar a obra feita, apesar de muitas coisas faltarem para eles (como será comentado posteriormente). Quase todas as mulheres afirmaram ter gostado da praça e que ela trouxe benefícios para a comunidade, com exceção de Ma., 30 anos, que afirma não ir à praça por conta da violência: “algo positivo? amiga, pra mim não tem porque eu não usufruo dela”. Porém, a maioria das falas foram de felicidade pela reforma do lugar, como visto nos exemplos:

Agora tá bem melhor pra gente ter um momento de lazer, né? (Mi.⁸⁴, 23 anos)
 No caso, é como teve a melhoria de tudo, né? porque antes era só um terreno baldio, agora dá pra sentar, ver a rua, conversar (...) (A.⁸⁵, 59 anos)

Mais da metade das mulheres achou bom, principalmente porque o bairro passou a ter um parquinho para levar as crianças (13 de 18 mulheres), como expressado pela fala: “é um belo espaço pras crianças brincarem, é mais pras crianças brincarem” (K., 25 anos). Dentre os homens, 11 de 12 entrevistados, disseram ter gostado da praça, e para alguns (5 de 12), a maioria pais, o parquinho foi o destaque dos benefícios, como observado nas diferentes falas:

Não precisa ir tão longe para levar as crianças para brincar (Rg.⁸⁶, 28 anos)
 A parte mais importante foi ter um lugar pra vir, né? pra ficar, pra passear, pra conversar (A.⁸⁷, 21 anos).

Sobre a frequência atual dessas mulheres na praça nova, das 18 mulheres entrevistadas, 8 costumam ir com frequência à praça, pelo menos uma vez na semana, e dessas 8, a maioria (5 mulheres) só o faz para levar as crianças que cuidam para brincar, demonstrando dessa forma que a praça é, em suma, um lugar para as (os) cuidadoras (es) levarem suas crianças. Uma fala ilustra bem essa dinâmica: “A gente só vem por causa dos filhos, né? Essa é a realidade, que se não tivesse filho, nem vinha” (M.⁸⁸, 23 anos).

Do total de mulheres entrevistadas (18), 13 vão à praça nova com alguma frequência e 5 não vão à praça nova, pelos seguintes motivos: pois não há mais espaço de lazer (3), porque é longe de sua casa e não há atrativos (1) e por conta da falta de segurança (1). A figura 33 demonstra as minúcias das falas femininas sobre se vão ou não à praça, se iam antes na antiga e o que costumam fazer lá.

Figura 33 – Respostas das mulheres sobre se iam na praça antiga, se vão na nova e o que fazem lá.

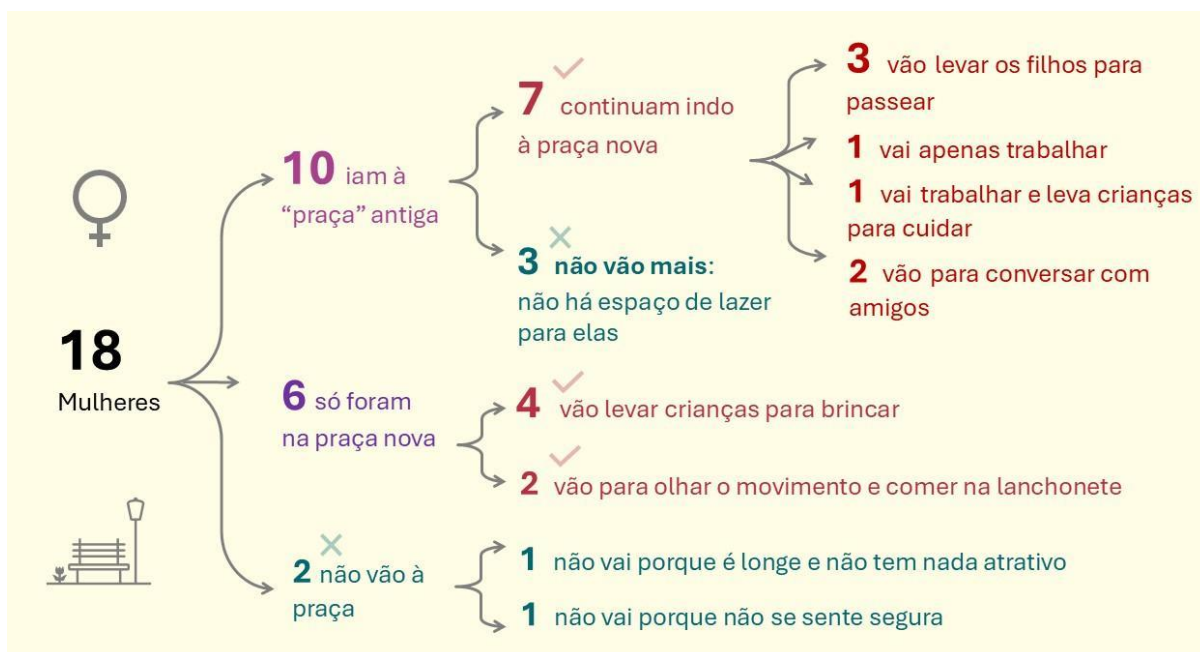
⁸⁴ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 5 de fevereiro de 2025.

⁸⁵ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 9 de fevereiro de 2025.

⁸⁶ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, 15 de janeiro de 2025.

⁸⁷ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 23 de janeiro de 2025.

⁸⁸ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 16 de janeiro de 2025.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A respeito das mulheres que frequentavam a praça antiga, foi aferido que dessas 10 mulheres, 7 continuam indo na praça nova. Dessas sete, 1 vai apenas para trabalhar (vender comida), 1 vai para trabalhar no quiosque também mas leva crianças consigo para cuidar, 3 costumam ir para levar os filhos para brincar e comer, e apenas 2 usam a praça como espaço de lazer. Essas duas jovens, Ma.⁸⁹ e Mc.⁹⁰, de 18 anos e sem filhos, costumam ir à praça para comer junto com os amigos e socializar, e afirmaram sempre ir em grupo, pois se sentem mais seguras.

As entrevistadas G., 27 anos e L.⁹¹, 45 anos, pararam de ir frequentemente na praça depois que o campo de vôlei foi retirado, pois não viam mais motivo para ir e depois que a praça foi construída, continuaram sem ir tanto, já que o lugar, apesar de melhor esteticamente, continuava sem oferecer atividades de lazer para elas. Já Mi., 23 anos, ainda leva os filhos na praça, mas normalmente apenas duas vezes no mês pois têm medo da violência.

Sobre as 4 mulheres que passaram a frequentar a praça depois dela ser construída, duas afirmaram ir para levar crianças para brincar: E., 36 anos, leva seus filhos e Y.⁹²,

⁸⁹ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 10 de janeiro de 2025.

⁹⁰ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 10 de janeiro de 2025.

⁹¹ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 29 de janeiro de 2025.

⁹² Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 5 de fevereiro de 2025.

de 23 anos, leva seus sobrinhos, ambas o fazem toda semana. Já a dona A.⁹³, 59 anos, gosta de ir para ficar sentada observando o movimento, mas não costuma ir muito; e I., 26 anos, vai raramente, para tomar sorvete. Das mulheres mais velhas entrevistadas, as únicas que vão sempre à praça são as senhoras que vendem comida, que também levam crianças para cuidar.

A respeito da frequência masculina na praça nova, entre os 12 entrevistados, 7 vão na praça com uma certa regularidade. Desses 7 homens, apenas 3 costumam ir para levar seus filhos para brincar, número proporcionalmente bem menor se comparado ao do grupo das mulheres. Os demais vão para conversar e comer com amigos, sendo que um deles mencionou ir jogar bola com um grupo de colegas, nos primeiros meses após a inauguração da praça, porém a atividade não durou por motivo de eventos violentos no bairro.

Dentre os homens que não vão muito à praça (menos de 2 vezes no mês), 5 do total de 12, um se destacou por ter dado a entrevista mais longa e preocupada com o lugar. Rj., já mencionado anteriormente, gostava do lugar antigamente por conta das relações mantidas no espaço e ia toda semana à “praça”; porém, depois da inauguração, vai no máximo 2 vezes no mês, por não haver mais atrativos para ele. Afirmou que vai sempre sozinho, e gosta de sentar-se para observar o movimento e refletir. Os outros homens que não costumam ir muito à praça, quando vão, costumam só comprar no quiosque e não se demoram.

O quadro 9 mostra a comparação das atividades realizadas por homens e mulheres entrevistados, onde as atividades em letra maior são as feitas por mais pessoas do grupo.

Quadro 9 – Quadro comparativo das atividades realizadas por homens e mulheres na praça

ATIVIDADES REALIZADAS NA PRAÇA	
Mulheres entrevistadas (18-59 anos) _18 a 25 anos: 6 mulheres _26 a 36 anos: 5 mulheres _45 a 49 anos: 3 mulheres _52 a 59 anos: 4 mulheres	_Levar crianças para brincar/ passear _Convívio social com amigos _Comer no quiosque _Olhar o movimento _Trabalhar

⁹³ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 7 de janeiro de 2025.

Homens entrevistados (18-60 anos) _18 a 25 anos: 3 homens _28 a 33 anos: 3 homens _40 a 50 anos: 2 homens _59 a 60 anos: 3 homens	_Cuidar da praça _Convívio social com amigos _Comer no quiosque _Levar os filhos para brincar/passear _Olhar o movimento e refletir
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

iii) *A violência como “palavra-chave” da praça para as mulheres*

Logo depois da inauguração a praça vivia cheia, pela noite, e tinham muitos vendedores ambulantes, porém, depois que houve assassinatos⁹⁴ em ruas próximas à praça, o movimento cessou, segundo 6 entrevistados homens, do total de 12, fato visto como algo negativo para a maioria deles, como percebido nas seguintes falas:

Quando começou [a praça] era bastante animada...Tinha muita gente que vinha aí, mas houve uns homicídios aqui perto aí eu acho que o povo ficou apavorado (Jc⁹⁵, 59 anos).

No início [a praça] era legal, agora tá ruim (A., 21 anos).

Acho que deveria movimentar mais [a praça]. Tipo, venda, brinquedos, essas coisas. Acho que ficava mais legal (Rg, 28 anos).

Dentre as 18 mulheres entrevistadas, 8 afirmaram o mesmo, a praça de fato era muito movimentada alguns meses após a inauguração, e depois das tragédias, poucas pessoas continuaram indo. Segundo Mc, 18 anos, “Ficou muito perigoso pra todo mundo vir pra cá. Então, antes era muita gente. E hoje nem tem tanta gente que vem pra cá com medo disso acontecer.” O “disso” a que se refere a jovem são os assassinatos ocorridos a partir do mês de abril de 2024 no bairro, os dois primeiros

⁹⁴ Um jovem de 20 anos foi assassinado no bairro Brasil Novo em 07 de abril de 2024. (<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/04/08/jovem-de-20-anos-e-assassinado-a-tiros-na-zona-norte-de-macapá.ghtml>)

“Travesti ativista social é morta a tiros por trio”, no Brasil Novo, em 6 de abril de 2024.

(<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/04/08/travesti-ativista-social-e-morta-a-tiros-por-trio-na-zona-norte-de-macapá.ghtml>)

“Homem é morto a tiros na Zona Norte de Macapá; ninguém foi preso” no Brasil Novo, em 29 de novembro de 2024

(<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/11/29/homem-e-morto-a-tiros-na-zona-norte-de-macapá-ninguem-foi-preso.ghtml>)

“Possível confronto entre facções deixa um morto e três feridos na zona norte de Macapá” no Brasil Novo, em 2 de dezembro de 2024.

(<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/policia/possivel-confronto-entre-faccoes-deixa-um-morto-e-tres-feridos-na-zona-norte-de-macapá/>)

“Suspeito invade casa e mata jovem a tiros na Zona Norte de Macapá. Vítima de 32 anos, tinha passagem por tráfico de drogas” também no Brasil Novo, em 03 de janeiro de 2025.

⁹⁵ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 9 de fevereiro de 2025.

nas ruas que dão acesso à praça. Outras falas demonstram essa situação de esvaziamento da praça se comparado com os meses iniciais, por conta da violência:

Vinha pessoal daí de fora vender as coisas [na praça], tinha barraquinha de frozen, tinha carrinho. Vinha até carrinho de fora do bairro que vinha com brinquedo, com escorrega” (K., 25 anos).

Depois, as pessoas sumiram muito depois das mortes aqui. As pessoas se afastaram muito, dava bem criança. Bem gente mesmo, que depois que mataram gente aí, pronto. Aí afastaram mais” (W.⁹⁶, 59 anos).

Porque, eu não sei se tu ficou sabendo, que houve muita mortandade aqui ao redor da praça. Houve muita chacina aqui ao redor da praça. *Aí, depois que aconteceu tudo isso, aí as pessoas se afugentaram. (...) Diminuiu. A clientela diminuiu muito.* (C., 56 anos, grifo nosso).

A reforma ficou boa, né? mas, infelizmente a população não pode usufruir por conta da violência, por conta da criminalidade, as pessoas de bem não podem, eu mesmo não vou, eu prefiro ficar dentro de casa do que ir lá (Ma., 30 anos).

Havia conflitos, tiros, até morte e hoje em dia a praça está praticamente abandonada, né? Porque as pessoas que trabalhavam na redondeza, que tinha as pessoas que trabalhavam na redondeza, todo mundo se afastou (Co.⁹⁷, 46 anos).

Essa onda de violência afetou muito os pequenos empreendedores das redondezas, que, apesar de serem contemplados com o aumento de clientes pela inauguração da praça, viram a sua “boa sorte” ir embora depois dos assassinatos. Na fala acima de C. (56 anos), pode-se notar a preocupação que ela tem com a movimentação da praça, por isso afetar diretamente os seus lucros, e, com isso, o sustento de sua família. Apesar da comerciante ter sido beneficiada com um local de trabalho novo e melhor, pois foram construídos quiosques na praça, o número de clientes meses depois caiu muito.

A empreendedora Co., também aborda o esvaziamento da praça, com veemência, como visto em sua fala acima e na seguinte, citando inclusive que o prefeito queria incentivar os pequenos empreendimentos com a praça:

E ele [o prefeito] deixou bem claro que a praça era um meio das pessoas empreenderem, das pessoas terem uma renda a mais...E realmente tinha um pessoal que ficava com o brinquedo ali, tinha um outro que vendia batata, tinha um outro que vendia churros, tinha um outro que vendia licor, né? Aquelas bebidas temperadas que fazem, né? Tava um negócio legal, mas depois que aconteceu tudo isso, o povo todo pegou seu beco, né? (Co., 46 anos).

Apesar de não frequentar a praça, seu comércio e residência em frente ao espaço público a permite observar o movimento do lugar durante todo o dia, refletindo assim na sua longa entrevista onde relatou preocupações e observações sobre a praça.

⁹⁶ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 10 de janeiro de 2025.

⁹⁷ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 16 de janeiro de 2025.

Além da questão da violência, Co. considera que pessoas do bairro, mais especificamente “os esquerdistas”, não cuidam da praça e a depredam, citando os brinquedos quebrados e pichações em sua fala, e esquecendo da responsabilidade da prefeitura com a manutenção do local:

Aquela parte lá atrás dos brinquedos já tá tudo arreventado. E mesmo sendo de madeira rústica, o pessoal se sente no direito, né? De ir lá quebrar, bagunçar. Mas a gente entende que sempre vai ter isso. Os esquerdistas sempre vão fazer isso. (...)

Infelizmente, parece que aqui em Macapá o pessoal tem raiva de ver as coisas arrumadas. Quando vê a coisa arrumada, começa a riscar, começa a pichar, começa a quebrar. Parece que as pessoas têm prazer em viver em coisas mal zeladas, (...) viver em imundície

E agora quem faz a manutenção aí é a senhora da comida típica (...)

Mas eu sou testemunha, eu vejo ela, o pessoal dela limpando aí, entendeu? (C., 46 anos).

Apesar da senhora responsável por um dos quiosques de fato cuidar da praça dentro do possível, o fato é que no período analisado a praça estava sempre com seus lixeiros cheios, com lixos espalhados, e claramente sem manutenção nenhuma por parte do poder público. Segundo coletado em entrevistas, o cuidado por parte da prefeitura se deu apenas no período em que a vegetação necessitava de rega, não incluindo a limpeza da praça, e depois do começo do período chuvoso, não se notou nenhuma equipe de zeladoria urbana no local.

A questão da “violência” aparece em várias falas femininas quando se pergunta sobre a praça no geral: das 16 mulheres, 6 falaram sobre violência. A palavra “mortes”⁹⁸ também foi muito dita, sendo observada em 8 das 16 entrevistas com mulheres. Entre os homens, apesar da palavra “violência” não aparecer, a palavra “mortes” foi muito comum, aparecendo em 5 das 12 entrevistas. Acompanhado desses termos, “facção” foi falado por 4 mulheres e 1 homem, pois as mortes ocorridas foram associadas pela polícia como derivadas de conflitos de facções⁹⁹. A palavra “medo” apareceu em 5 entrevistas com mulheres e em apenas 1 entrevista com homem, como mostra o esquema representativo das palavras relacionadas à falta de segurança de homens e mulheres na figura 34:

Figura 34 – Esquema representativo de palavras ditas acerca da falta de segurança.

⁹⁸ Foi considerado na contagem também palavras sinônimas como “assassinatos” e palavras derivadas de ou relacionadas com “morte”, tais como “mataram” ou “atiraram”.

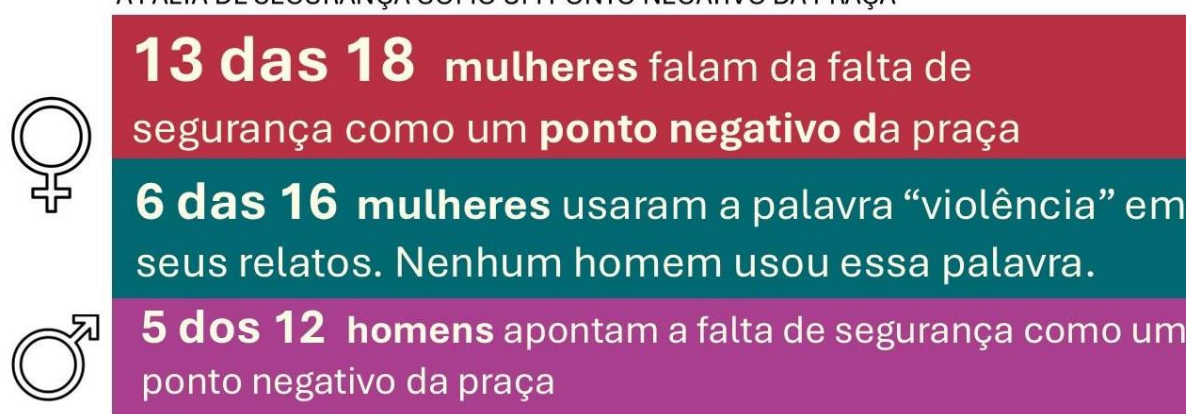
⁹⁹ Dentre os assassinados, 3 foram confirmados como sendo membros desse tipo de associação criminosa. Uma das primeiras vítimas, uma mulher trans ativista moradora do bairro, não foi confirmada como sendo membro de facção, e não se sabe ainda o motivo do crime, apesar de ele estar associado pela opinião pública como sendo fruto de conflitos dessas associações criminosas.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A percepção de segurança dos entrevistados é bem baixa, e é quase unanimidade a falta de segurança entre as mulheres: foi apontado como ponto negativo da praça por 13 de 18 mulheres e por 5 de 12 homens, como visto no esquema da figura 35, mais uma grande disparidade entre os gêneros. Apesar de alguns homens concordarem com a falta de segurança na praça, uma parte considerável do grupo não achou pertinente mencionar isso como um ponto negativo, respondendo que se sente seguro apesar de achar a praça um lugar inseguro para as mulheres (6 entre 12 homens).

Figura 35 – Esquema representativo de dados sobre a sensação de segurança na praça.
A FALTA DE SEGURANÇA COMO UM PONTO NEGATIVO DA PRAÇA



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No grupo masculino, a metade dos entrevistados (6 de 12) consideram a praça um lugar seguro para as mulheres, e desses 6, 4 adicionaram que só é seguro se a mulher estiver acompanhada. A comparação dos dados permite a avaliação de que o problema da falta de segurança na praça preocupa muito mais mulheres que homens, entre os entrevistados.

Um homem, apesar de responder se sentir seguro e achar a praça segura para mulheres, mencionou a falta de segurança como um ponto negativo do lugar; e 2 homens, apesar de não se sentirem seguros, não mencionam a falta de segurança como um ponto negativo. Considerando todas as falas sobre a falta de segurança, incluindo se eles achavam seguro para mulheres, tem-se 7 de 12 homens, proporção ainda inferior se comparado ao grupo das mulheres: 15 de 18 entrevistadas apontam a falta de segurança em algum momento. Essas observações podem confirmar a ideia de que a falta de segurança, mesmo se não direcionada ao gênero, como é o caso do bairro, afeta muito mais a percepção de segurança das mulheres que a dos homens.

Entretanto, o maior medo das pessoas não é relacionado tanto a assalto ou à violência de gênero na praça, e sim de ser “confundido” com um membro faccionado ou acabar sendo envolvido no meio de um conflito armado de facções. Nenhum homem relatou ter sofrido algum tipo de violência na praça quando questionado, e entre as mulheres apenas Mc., de 18 anos, comentou sobre um dia em que um homem “transtornado” ameaçou atirar nela e em seu grupo de amigos, afastando-os dali por um tempo, porém voltaram a frequentar a praça com mais cautela, pois, segundo ela, “adolescente precisa passear”. A jovem comentou sobre achar que o homem em questão era faccionado, levando-me a refletir o quanto a palavra “facção” está presente no imaginário das pessoas do bairro.

Foi percebido que as entrevistadas não associavam “sofrer violência” com “sofrer assédio”, e depois que se passou a incluir a palavra “assédio” na pergunta sobre violência, 6 mulheres mais novas responderam já terem passado por algo assim na praça (três de 18 anos, duas de 23, uma de 25). Dentre as mulheres mais velhas entrevistadas não houve relato desse tipo, corroborando com a pesquisa comentada no capítulo 1, que mostrou que os assédios são mais comuns em mulheres mais novas elas (Bueno et al, 2023), ou que as mais novas estão mais abertas para falar sobre isso e entender determinadas condutas como assédio.

Quando questionadas se sentiam seguras na praça, 15 de 18 mulheres responderam “não”. A figura 36 mostra os dados sobre sensação de segurança na praça entre homens e mulheres, onde é percebido que as mulheres se sentem muito mais inseguras que os homens.

Figura 36 – Esquema representativo dos dados sobre sensação de segurança na praça.

PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA ENTRE OS USUÁRIOS



15 das 18 mulheres NÃO se sentem seguras na praça



6 dos 12 homens se sentem seguros na praça, mas acham o lugar inseguro para mulheres

4 dos 12 homens consideram a praça segura para mulheres apenas se estiverem acompanhadas

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Porém, quando a pergunta foi “você acha a praça um lugar seguro para as mulheres?”, 12 de 18 mulheres responderam que não. Essa pequena diferença se observou porque algumas mulheres, apesar de não se sentirem seguras na praça, não viram isso como um problema de gênero, como visto na fala: “Eu acho que não tem risco, eu acho, não. Pra mulher, não. Eu acho que aqui o perigo é mais pra... É sobre assalto em geral. Assalto e esse negócio de facção, é isso” (Mi., 23 anos).

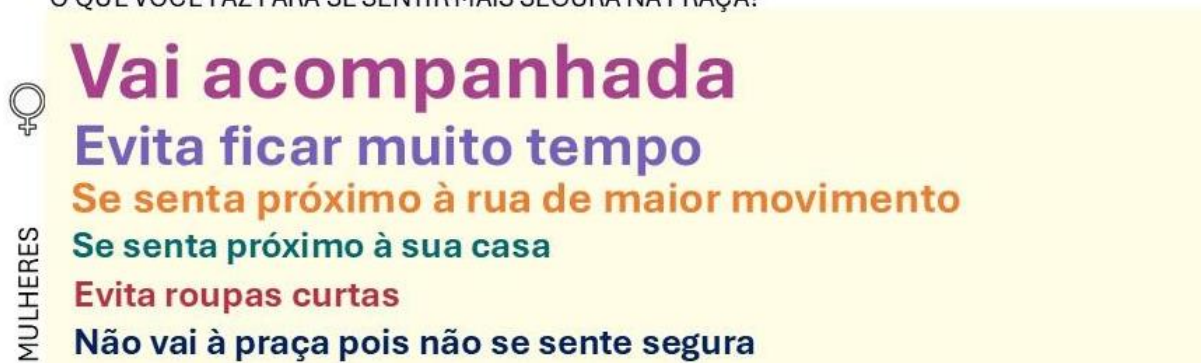
Entre as mulheres, houve 2 respostas consideradas importantes, pois afirmavam que na “praça” antiga se sentiam mais seguras, por conta da movimentação e dos amigos. O único homem que frequentava a “praça” antes também respondeu o mesmo.

No caso do grupo de mulheres entrevistado na praça do Brasil Novo, 3 mulheres acham que apesar de não se sentirem seguras na praça, ela é sim segura para mulheres; e 1 mulher disse se sentir segura, mas porque vai acompanhada do seu marido sempre, pois não acha a praça segura para mulheres irem sozinhas. No caso das demais 3 mulheres que responderam se sentir seguras, I., de 26 anos, que não frequenta a praça, frisou que: “Apesar da violência que tem aqui no bairro, mas é uma coisa assim, com o pessoal faccionado. Que não tem nada a ver mesmo com o pessoal de bem daqui, entendeu? Aí eu não tenho medo disso aí, não”. No caso dessa entrevistada, ela não costuma ir à praça porque não gosta mesmo: “Nunca fui de frequentar praça” (I., 26 anos).

A outra mulher que se sente segura e considerou segura a praça também para as outras mulheres, afirmou: “Eu me sinto [segura]. Não sei porque, mas eu me sinto.(...) Acho que é porque tá mais claro, né? Agora, nesse exato momento, talvez seja [seguro para mulheres]. Porque não tá tão escuro, tá mais iluminado” (Me., 18 anos).

Apesar de se sentir segura, a jovem afirmou que sempre vai à praça com roupas mais largas e não curtas, para evitar assédios. Foi observado esse sentimento de segurança principalmente entre pessoas que moram mais perto da praça e há mais tempo. A figura 37 mostra as respostas dadas ao questionamento “o que você faz pra se sentir mais segura?”, onde as respostas maiores apareceram com mais frequência.

Figura 37 – Esquema representativo das respostas dadas pelas mulheres sobre segurança.
O QUE VOCÊ FAZ PARA SE SENTIR MAIS SEGURA NA PRAÇA?



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Sobre o que fazem para se sentir mais seguras na praça, 7 responderam que vão acompanhadas sempre, 2 disseram se sentar próximo à rua de maior movimento, 2 disseram evitar ficar por muito tempo, 1 disse se sentar próximo à sua casa, 1 disse ir com roupas largas e mais compridas, 1 disse não ir à praça por questões de segurança e as demais não souberam responder.

Não foram dadas opções pré-definidas para não influenciar nas respostas e com isso se percebeu que muitas talvez não tivessem pensado nisso antes ou não quiseram responder. Vale ressaltar que apesar da associação da praça com a violência ter acontecido, ninguém se manifestou contrário à existência da praça ou acreditou que o motivo do aumento da insegurança foi por conta da construção da praça.

Através da observação e das entrevistas, um dos desdobramentos percebidos advindo da falta de segurança que muitos sentem e da onda de mortes no bairro, foi o esvaziamento da praça. No período observado, mesmo aos fins de semana, o movimento era baixo e não se observou nenhum grupo que realizasse alguma atividade cultural ou esportiva, como acontecia na antiga “praça”.

Foi comentado por oito entrevistados sobre um grupo de mulheres que usava o espaço para fazer atividades físicas juntas, mas segundo duas entrevistadas esse grupo também parou de ir por medo da violência. Nove mulheres comentaram

espontaneamente considerar um aspecto ruim do espaço o fato dele ser pouco movimentado; dentre os homens, apenas quatro pontuaram essa questão.

Várias falas femininas foram sugestivas do que poderia aumentar a ocupação da praça, como maior segurança (10 falas), um espaço para praticar esportes (6 falas), melhor gestão do espaço para atrair comerciantes para os espaços vazios (5 falas), uso do terreno da UPC para construção de uma quadra, organização de atividades culturais para usar o palco, mais espaços de lazer para crianças, jovens e adultos (7 falas) e policiamento da praça (1 fala). As falas dos homens não foram tão numerosas quanto as das mulheres, mas englobaram pontos comentados por elas, como: ter mais atividades culturais, segurança pela guarda civil e usar o terreno da UPC para incluir atividades de lazer na praça. A figura 38 mostra a esquematização das falas de homens e mulheres e só de mulheres, onde as em letras maiores foram as que apareceram mais vezes.

Figura 38 – O que poderia recuperar o movimento da praça segundo homens e mulheres
O QUE PODERIA RECUPERAR O MOVIMENTO NA PRAÇA?



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

iv) *Críticas ao espaço físico da praça*

Sobre os aspectos que dizem respeito ao projeto da praça, os entrevistados, homens e mulheres, são unânimes em achar positivo 2 itens: a iluminação, considerada muito boa por todos (exceto 1 homem), e a quantidade de bancos, considerada suficiente.

Já os aspectos negativos, a unanimidade é a falta de lugares com sombra. Porém, apenas no grupo das mulheres houve a associação da iluminação boa com segurança: “Eu me sinto [segura]. Não sei por que, mas eu me sinto... eu me sinto segura, até que tá mais, assim, acho que é por causa que tá mais claro, né?” (Me., 18 anos).

Em se tratando das coisas boas sobre a praça, o mais falado entre os homens, depois da iluminação e da quantidade de bancos, foi a área de lazer infantil: a maioria (9 entre 12 homens) respondeu que acha o parquinho suficiente para as crianças, diferente da maioria de mulheres que acha precisar de um maior. Em segundo lugar, a maioria também considerou os materiais usados na praça bons (7 de 12 entrevistados), e a mesma quantidade de homens considerou a vegetação e as árvores da praça suficientes. O quiosque de venda de comidas também foi citado por uma quantidade expressiva de homens (6) como algo bom na praça.

A figura 39 mostra o esquema gráfico das respostas de mulheres e homens sobre o que seria bom na praça na opinião deles.

Figura 39 – Esquema gráfico das respostas de homens e mulheres sobre o que é bom no espaço físico da praça.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Apenas dois homens responderam que achavam os materiais usados ruins, um deles foi o arquiteto Ab., de 50 anos, o entrevistado de fala mais crítica sobre a praça. Para ele, os materiais escolhidos não foram bons pois “em pouco tempo já estava tudo deteriorado”. O arquiteto foi o único a não considerar a iluminação boa, e, apesar da praça não ser escura de fato, não foi implantada iluminação diferenciada para pedestre, ponto abordado no DUG e importante para a questão de gênero.

No segundo ponto de unanimidade, a quantidade de bancos, Ab. comentou que os considerou mal organizados no espaço. Para ele, o espaço em si foi mal formulado, “os elementos de convívio social foram mal planejados” e faltaria também uma vegetação melhor, limpeza, lixeiros melhores, opções de lazer para todas as idades e segurança. O ponto positivo da praça, para ele, foi somente estimular o empreendedorismo local com os quiosques.

Ainda sobre o que falta na praça, as coisas mais faladas pelos homens foram: espaço para lazer de jovens (7 respostas) e espaço para lazer de homens e mulheres de todas as idades (7), dentre os quais um campinho para jogar vôlei ou outros esportes e um espaço para prática de esportes apareceram mais vezes (4), enquanto um espaço de academia ao ar livre apareceu apenas duas vezes. A respeito do campinho de vôlei, destacam-se as seguintes falas:

[Poderia ter] o campinho de areia que tinha antes, dava vontade de vir para ver as pessoas jogarem (Rj., 25 anos).

Ah, eu acho que [poderia ter que] nem tinha antigamente um campo. Ou de vôlei, ou de areia pequena (Rg., 28 anos).

Ainda a respeito dos espaços de lazer, três homens mencionaram “mais vendedores” como algo que falta na praça, tanto vendedores de lanches quanto de brinquedos para crianças. Um homem, o comerciante Jc (59 anos) sugeriu que a área da UPC (Unidade de Policiamento Comunitária), atualmente abandonada, fosse usada como uma praça de alimentação, a fim de movimentar mais a praça. Duas mulheres também deram essa sugestão com relação à UPC, ressaltando a construção estar sem uso, mas acreditam que seria mais interessante ter no lugar um espaço para esportes e jogos. Apenas um jovem entrevistado mencionou “eventos culturais” como algo que falta na praça, pois há um palco e quase não é utilizado, visto na figura 40.

Figura 40 – Palco da Praça do Brasil Novo.



Fonte: Acervo da autora (2025).

O resultado das entrevistas demonstra a pouca preocupação que a maioria dos homens têm com a manutenção da praça e com os interesses de outros grupos que não o seu, como o caso das crianças. Apenas cinco homens consideraram que a praça precisa de mais brinquedos, mas achou o parquinho suficiente. A mesma quantidade manifestou preocupação com a manutenção da praça e com a questão das lixeiras, e apenas 4 entre 12 entrevistados consideraram que a praça precisa de limpeza.

Dentre as coisas menos faladas, mas que se considerou importantes por mostrarem a visão mais atenta de alguns entrevistados, dois homens mencionaram como algo negativo a falta de vegetação nos pergolados para dar sombra, como visto na figura 41, que mostra uma vista da praça, e quatro gostariam que a vegetação da praça fosse mais diversa, com plantas com flores coloridas e mais palmeiras.

Figura 41 – Vista da praça da Av. Coqueiro.



Fonte: Acervo da autora (2025).

O único ponto comentado por um homem, que não foi abordado pelas mulheres, foi a necessidade de manutenção das ruas ao redor da praça. O quadro 10, no fim desse tópico, apresenta a relação de “o que é bom na praça?” e “o que falta na praça” falados pelos homens e a quantidade de menções, comparado com o de mulheres.

Já o resultado das entrevistas feitas com as mulheres mostra um item a mais na categoria “o que é bom na praça”, pois entre os entrevistados apenas mulheres tinham usado o banheiro do espaço público. Como a entrada do banheiro não fica muito visível, muitos não sabiam da existência dele, e quanto ao uso, como ele fica trancado, as pessoas só podem usá-lo quando a senhora C. está presente em seu quiosque, pois é a única possuidora da chave. É ela também quem faz a limpeza e compra de mantimentos para o banheiro.

As mulheres também falaram mais itens na categoria “o que falta na praça”, 19 no total, em comparação com os 14 comentados pelos homens, pois apesar dos homens estarem em menor número de entrevistados, muitos deles não quiseram falar muito e se mostraram pouco interessados. O fato de que o número de pontos positivos sobre a praça foi quase o mesmo entre os homens e mulheres também corrobora com a interpretação de que eles foram menos críticos. A figura 42 mostra o que foi respondido por mulheres e homens à pergunta “o que falta na praça?”, onde quanto maior a resposta, mais vezes ela apareceu nas entrevistas, de forma proporcional ao número de entrevistados.

Figura 42 – Esquema gráfico das respostas de homens e mulheres sobre o que falta no espaço físico da praça.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nas primeiras respostas se pode notar a diferença de preocupação entre homens e mulheres, pois a maioria das falas femininas foi sobre faltar mais espaço de parquinho, mesmo entre as mulheres sem filhos, sendo que poucos homens falaram sobre faltar mais brinquedos e nenhum achou o parquinho insuficiente. Ademais, nota-se o número de itens “que faltam” ser bem superior ao dos itens “que são bons”.

Já a fala mais curta dos homens na maioria das entrevistas pode ser um reflexo de desconfiança, vergonha, pois a entrevistadora é uma mulher, ou apenas falta de interesse e pouca visão crítica sobre o espaço público. Isso pode ser percebido na figura anterior, onde a única resposta que estava do mesmo tamanho entre homens e mulheres foi “sombra”, uma unanimidade sobre o que falta. Nas demais respostas, o grupo das mulheres obteve mais respostas proporcionalmente, pois a maioria das mulheres foi crítica e se expressou bem. O grupo dos homens foi o único em que um dos participantes, o senhor Jo., 60 anos, disse “tudo estava bom na praça”, e outro,

senhor Ms.¹⁰⁰, 60 anos, disse que, na opinião dele, era melhor ter sido construído uma feira naquele lugar.

As duas falas citadas são interpretadas aqui como uma falta de olhar crítico para o espaço e de sensibilidade com as necessidades dos outros, principalmente das crianças e mulheres, que necessitam de uma praça adequada para ter qualidade de vida. Em um bairro da periferia, sem praça, afirmar “era melhor que uma praça, ter uma feira” pode ser corretamente interpretado como não se importar com o lazer dos jovens, adultos e crianças de menor renda, que nem sempre conseguem se deslocar longas distâncias para outras praças. Ademais, poderiam ocorrer na praça vários tipos de feira, no espaço coberto do palco, por exemplo.

Proporcionalmente, mais mulheres do que homens acreditam ter na praça espaço suficiente para lazer de homens e mulheres de todas as idades, o que pode ser interpretado como as mulheres em sua maioria, inclusive as mais velhas entre as entrevistadas, associarem seu próprio lazer público ao lazer de seus filhos pequenos ou outras crianças cuidadas por elas, como o caso da moça que leva sempre os sobrinhos para brincar na praça. Inclusive foi observado mais mulheres do que homens cuidando de outras crianças que não as suas na praça, principalmente meninas e mulheres mais novas.

As mulheres tendem em sua maioria a criticar mais os materiais usados na praça que os homens, principalmente os materiais usados no parquinho e a tinta usada, que segundo uma entrevistada, “desbotou muito rápido” (Mc., 18 anos). Observações sobre a pintura foram feitas só entre as mulheres. Menos da metade das mulheres entrevistadas considera os materiais bons (7 entre 18 mulheres).

Foi entrevistada também a arquiteta Cr., 49 anos, moradora do bairro e esposa do arquiteto já citado. Ela mencionou especificamente que sentiu falta de academia ao ar livre e que o banheiro poderia ser melhor sinalizado. Concordando com Ab., falou sobre o mal planejamento dos bancos e que a iluminação poderia melhorar, assim como mais opções de lazer para todas as idades. Diferente de seu marido, Cr.

¹⁰⁰ Entrevista realizada pela autora, na Praça do Brasil Novo, dia 9 de fevereiro de 2025.

destacou o quanto era positivo a existência de um parquinho no bairro para se levar as crianças, apesar de não ter filhos pequenos.

Poucas consideraram haver suficiente espaço de lazer para jovens de todas as idades (4) e um número bem baixo delas considerou as árvores e vegetação suficientes (apenas 2). Sobre o espaço de lazer para crianças, menos da metade das mulheres considerou o que tem na praça suficiente. A respeito disso, mais da metade das mulheres (10 entrevistadas) afirmaram faltar um parquinho maior e foi o único grupo a reclamar do parquinho estar destruído, quebrado, fato ressaltado por metade das entrevistadas (9).

Apesar de mais da metade de mulheres (10) acreditar que tem espaço de lazer suficiente para homens e mulheres de todas as idades, poucas acreditam ter lazer o suficiente para os jovens (apenas 4). Quando questionadas sobre o que falta na praça, 11 mulheres responderam que faltam mais espaços de lazer para os jovens, dentre essas 8 especificaram um campinho para jogar vôlei e outros jogos, 8 falaram sobre a falta de academia ao ar livre e 4 falaram que seria bom ter um espaço para prática de esportes.

Entre os pontos da categoria “o que falta?” um dos que mais apareceram nas falas foram “mais e melhores lixeiras” (10), “limpeza” (9) e “árvores e vegetação” (10). A figura 43 mostra o acúmulo de lixo observado constantemente, no parquinho e nas demais áreas da praça. As falas de muitas mulheres falaram da vegetação, que podia ser melhor, com flores e mais árvores, como a sugestão: “Eu acho que se eu fosse colocar uma planta, eu ia colocar igual aquela que tem alguns pontos na beira-rio, que elas sobem, elas dão flores e elas vão por cima...elas são muito bonitas” (Me., 18 anos). Uma entrevistada, G., 27 anos, criticou a escolha da árvore central, uma palmeira, dizendo que deveria ser uma árvore maior, para dar mais sombra.

Figura 43 – Acúmulo de lixo na Praça Brasil Novo.



Fonte: Acervo da autora (2025).

Três falas foram diferentes quando perguntado sobre coisas que faltavam na praça, de L. (45 anos), Co. (46 anos) e dona C. (56 anos). As 3 mencionaram que a parada de ônibus construída na praça não serve para o seu propósito e deveria ser retirada, a fim de liberar espaço para as coisas que faltavam. As falas também revelam preconceito com os jovens que se reúnem na parada, por ser um espaço perto da rua (a exemplo das jovens Mc. e Ma., ambas com 18 anos):

E essa parada aqui que ficou imprópria, que nem ônibus passa aqui, [eu] arrancaria daqui (Co., 46 anos).

Primeiro, tiraria aquela parada ali que não tem serventia pra nada. Não é parada de ônibus. (...) Isso aí, como fica escondidinho ali, fica um monte de molequinho ali. A polícia sempre para ali, né? (L., 45 anos).

Essa parada, inclusive, aí foi feita, mas ela não tá servindo de nada, a não ser pra estar juntando um molecão (C., 56 anos).

Apesar da maioria das mulheres se queixar da falta de segurança, apenas um disse que era necessário ter uma guarita e mais policiamento, e esta não frequenta a praça, é a dona de uma lanchonete das redondezas. Outros pontos que faltam na praça levantados pelas mulheres, mas em menor quantidade, foram: “manutenção” (7 entrevistadas), “mais brinquedos” (5), “mais vendedores” (5), “cuidado da população” (4), “plantas nos pergolados” (4) e “eventos culturais” (1).

Sobre o item “mais vendedores”, as falas de duas mulheres se destacam por atentar para o quiosque fechado (só um está ocupado) e para o trailer abandonado:

Por isso que eu tô dizendo, tá faltando alguma coisa, aí, alguma coisa pra chamar a atenção da população. Olha, aquela sorveteria, colocaram ali aquele trailerzinho ali, já fechou. Aquele outro ponto lá, nunca abriu. Poderia muito bem colocar um lanche, talvez, pra chamar mais gente (L., 45 anos). Tipo, acho que devia ter alguém pra dar mais atenção. Tipo, como a moça da sorveteria dali foi embora. Alguém tinha que procurar saber por qual motivo ela foi embora. Que ela ia ter vários pra explicar. E se ela não tá precisando, que ela repasse pra outra pessoa. (...) E cadê a fiscalização daqui? Tem muita gente que vem procurar. (...) Porque se botar uma pessoa que ia movimentar esse tipo de empreendimento aí. Quem sabe isso não ressuscita uma parte desse movimento, entendeu? (Co., 46 anos).

De fato, os dois espaços comerciais na praça que não estão sendo usados são um ponto crítico no lugar, pois eles poderiam estar sendo melhor aproveitados com mobiliários interessantes para o lazer da vizinhança e por passar a impressão de lugar abandonado, até mesmo perigoso.

A questão dos pergolados foi posta em todas as vezes com o desconhecimento do nome da estrutura, acompanhado de falas do tipo “não serve pra nada”, “não está sendo útil” e outras dizendo que já viram estruturas parecidas na praça do centro mas com vegetação florida cobrindo. Uma se destaca por levantar um questionamento acerca do tratamento melhor dado às áreas nobres da cidade: “Eu fui na Jacy Barata¹⁰¹, eu vi os pontinhos que fizeram igual esse, fizeram a coberta. E por que não fez a coberta aqui? Porque nós estamos na periferia” (Co., 46 anos). É interessante saber que a mesma mulher da fala anterior demonstrou uma certa consciência de classe e ao mesmo tempo proferiu opiniões senso comum e preconceituosas sobre “os esquerdistas”, citado anteriormente.

Todas concordaram com a falta de lugares com sombra na praça para sentar e fazer atividades, porém só a responsável pelo único quiosque ativo, dona C., levantou a falta de um beiral, uma cobertura ampla na área dos quiosques, pois na época chuvosa ela precisa ter trabalho a mais para montar uma cobertura improvisada com lona, que nem sempre funciona muito bem e afasta os clientes. Segundo ela:

Gente, [falta] uma coberta maior. É, uma coberta maior. Porque, olha, eu tenho o quê? São seis mesas que eu tenho. Aí, eu puxo essa lona aqui, ó, quando tá chovendo. Agora, hoje, eu não puxei porque eu não dou conta [sozinha] (C., 56 anos).

Quando questionada se alguém da prefeitura ou responsável pelo projeto da praça a tinha procurado para conhecer as necessidades do quiosque, pois ela trabalha na

¹⁰¹ Praça recém reformada localizada em área nobre e central da cidade.

praça vendendo comida há 10 anos, ou feito alguma pesquisa com a população na vizinhança para entender o que necessitava na praça, ela disse que não houve consulta da comunidade e acrescentou:

Ninguém tomou, assim, uma atitude de dizer, ah, a dona C. com a M. já trabalham há muito tempo aqui, então, vamos chamar elas, como é pra gente fazer o quiosque, como é que elas querem, não. Não teve comunicação de nada. (...) Eu achei legal, achei muito bom o prefeito ter feito isso aqui, né? Ele não fez realmente como nós queríamos, porque a gente queria uma cobertura grandona, assim, pra ficar, né? Pra ter sombra, né? Pra ter sombra e mesmo pra acomodar o povo quando vim dar chuva (C., 56 anos).

Apesar das críticas feitas, a comerciante citou o quiosque como um ponto positivo da praça nova, pois suas condições de trabalho melhoraram. Além disso, metade do grupo de mulheres entrevistado (9) considerou o quiosque como algo positivo na praça. A figura 44 mostra o modelo de quiosque escolhido, com platibanda e beiral pequeno:

Figura 44 – Quiosque da Praça do Brasil Novo



Fonte: Acervo da autora (2025).

No quadro 10 é apresentado a relação dos itens citados sobre “o que é bom na praça?” e “o que falta na praça”, com relação ao seu espaço físico, falados pelas mulheres e homens, bem como a quantidade de menções:

Quadro 10 - O que é bom e o que falta na praça do Brasil Novo, segundo as mulheres e os homens.

O QUE É BOM?	QUANTIDADE DE MULHERES Total: 18	QUANTIDADE DE HOMENS Total: 12
Iluminação	18 (todas)	11 (quase todos)
Quantidade de bancos	18 (todas)	11 (quase todos)
Espaço de lazer suficiente para homens e mulheres de todas as	10 (mais da metade)	6 (metade)

idades		
Quiosque	9 (metade)	5 (menos da metade)
Materiais utilizados	7 (menos da metade)	7 (mais da metade)
Banheiro	7	0
Espaço de lazer suficiente para crianças de todas as idades	7	9
Espaço de lazer suficiente para jovens de todas as idades	4	5
Árvores e vegetação	2	7 (mais da metade)
O QUE FALTA?	QUANTIDADE DE MULHERES Total: 18	QUANTIDADE DE HOMENS Total: 12
Espaço com sombra	18 (todas)	12 (todos)
Espaço para lazer de jovens de todas as idades	12 (mais da metade)	7 (mais da metade)
Lixeiras (mais e melhores)	10 (mais da metade)	5 (menos da metade)
Parquinho maior	12 (mais da metade)	0
Limpeza	9 (metade)	2 (poucos)
Árvores e vegetação	9 (metade)	4 (menos da metade)
Campinho de vôlei/outras jogos	8	4
Academia ao ar livre	8	0
Manutenção	8	5
Espaços de lazer para homens e mulheres de todas as idades	6	6
Mais brinquedos	5	4
Mais vendedores	5	3
Espaço para esportes	6	5
Cuidado da população	4	0
Plantas nos pergolados	4	2
Eventos culturais	2	1
Policiamento	1	0
Guarita	1	0
Quiosque com área coberta	1	0

maior		
Manutenção da Av. Coqueiro	0	1

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

b) A observação da praça

Comecei minhas observações na Praça do Brasil Novo dia 23 de dezembro de 2024, às 13h30, em meio ao “inverno amazônico”¹⁰², temporada climática do norte do país em que se tem chuvas muito intensas e as temperaturas são mais amenas, com tempo nublado predominante. Apesar de estar nublado, nesse dia fazia muito calor: a temperatura era de 34°C, mas com sensação térmica de 38°C, por conta da alta umidade. Normalmente nesse horário não há muito movimento nas praças da cidade de forma geral, mas quis constatar como era a ocupação e se foi pensado em formas de torná-la possível em todos os períodos.

A figura 45 mostra uma vista de cima da praça feita com drone, a fim de mostrar o espaço em sua totalidade. É possível verificar a diferença das calçadas da praça e do restante do entorno, assim como a pintura gasta do piso, os pergolados que não oferecem sombra e o mato cada vez maior na área de areia do parquinho. Percebe-se também a pequena quantidade de área gramada e vegetação.

Depois de uma hora observando o lugar, no primeiro dia, percebi que aquela praça não foi projetada para ser ocupada durante o dia, pelo menos não até as árvores ficarem grandes, daqui há uns seis anos talvez. De todos os bancos e mesas feitos, apenas três possuem sombra, oriunda de duas árvores grandes, e os únicos lugares com cobertura são o palco, a parada de ônibus, e uma parte bem pequena do parquinho. Nem o quiosque foi feito de modo a oferecer sombra para os clientes.

Por conta disso, minhas primeiras impressões da praça não foram muito boas, pois já previ o esvaziamento que aconteceria durante o dia: a vida cotidiana da manhã e da tarde não seria contemplada com uma praça passível de ser usada nesses períodos por crianças, idosos e cuidadores.

¹⁰² O “inverno amazônico” é uma expressão popular do norte, pois o verão na região é caracterizado por um período chuvoso intenso, tempo nublado e temperaturas um pouco menores se comparado às habituais, já que a variação térmica próxima ao equador é pequena. Como esse período é considerado o de temperaturas mais amenas da região (temperaturas chegam a no mínimo 22 graus), foi caracterizado popularmente como “inverno amazônico”, mesmo sendo tecnicamente verão (Santana, 2022).

Ainda sobre os primeiros olhares, percebi que as duas árvores maiores eram grandes demais para terem sido plantadas há pouco mais de um ano, e me surpreendi com a possibilidade dessas árvores serem as mudas que plantamos em 2018, na ação “Criar e Viver”. Depois de olhar algumas imagens de satélite de 2022, e vê-las de tamanho médio, tive certeza da origem delas e fiquei feliz por ter participado de alguma forma positiva naquele espaço. Fiquei feliz também por elas terem sobrevivido e não terem sido retiradas com a construção da praça, e que foram aproveitadas as suas sombras para locação de alguns bancos. Muitas mudas foram plantadas na ação de 2018, mas só os dois ipês rosa sobreviveram.

Sem dúvida, aquelas árvores são o maior refúgio do lugar, principalmente durante o dia, e apesar de não serem suficientes para a praça toda, são um pequeno oásis para quem passa ali. As condições climáticas da cidade ditam como será a ocupação da praça, pois sem área coberta para se sentar ou fazer alguma atividade e sem vegetação suficiente, permanecer no espaço é um desafio.

Figura 45 – Vista de cima da Praça do Brasil Novo.



**Praça do Brasil
Novo vista de
cima**

- 1** Quiosque em funcionamento
- 2** Mesa com 4 bancos
- 3** Banco retangular com 3 lugares
- 4** Pergolado 1
- 5** Banheiro
- 6** Palco coberto
- 7** Banco curvo com 7 lugares
- 8** Canteiro central com palmeira
- 9** Parquinho
- 10** Pergolado 2
- 11** Trailer não utilizado (antiga sorveteria)
- 12** Quiosque não utilizado
- 13** Parada de ônibus não utilizada
- 14** Caixa d'água
- 15** Ipê rosa menor
- 16** Ipê rosa maior
- 17** Calçadas

Fonte: Acervo da autora (2025).

Apesar disso, no primeiro dia de observação, havia um jovem sozinho, sentado em um dos bancos debaixo das árvores, apenas olhando a rua, não parecendo se importar com o calor ou com a ausência de pessoas circulando. Meu primeiro pensamento foi que dificilmente uma mulher estaria naquela situação, confortável em estar sozinha em uma praça deserta. Depois de alguns dias, percebi que ele era vizinho da praça e costumava ir lá, mas não quis dar entrevista nem conversar sobre o espaço.

Quando visitei a praça pela manhã e no início da tarde (até as 16h), as impressões foram as mesmas: fiquei mais de duas horas no lugar e não observei nenhum movimento, a não ser algumas poucas pessoas que cortavam caminho por ali. Além da sensação térmica ruim, ocupar aquele espaço sozinha causava medo, mesmo que por pouco tempo, pois a falta de pessoas ao redor cria um ambiente propício para assaltos e assédios, reduzindo a sensação de segurança, principalmente para mulheres.

Segundo entrevista com um funcionário de um comércio em frente a praça, ele observava alguma movimentação pela manhã de alunos das escolas próximas, que iam brincar ou se reunir ali, mas como o período do trabalho de campo foi o mesmo das férias escolares, não se pode observar isso. No geral, as manhãs observadas na praça foram extremamente quentes (ou chuvosas) e vazias, e até as 16h30 o movimento na praça era raro e pontual. Vale ressaltar que não há nenhum tipo de comércio na praça esse horário, o único quiosque ativo só abre às 18h.

Portanto, concentrou-se as observações entre o fim de tarde e a noite, pois eram sempre os horários com mais pessoas usando a praça, e, logo, os horários em que me sentia mais segura. A duração de cada observação variou entre 1h e 2h, dependendo das condições climáticas e do movimento.

O fato da praça ter maior movimento à noite pode ser interpretado de algumas formas: como é uma praça de periferia, não teria o movimento observado nas do centro durante o dia, onde há maior circulação de pessoas pela quantidade de comércios e instituições, e o fim da tarde e a noite são os horários que as (os) trabalhadoras teriam de tempo livre para frequentar a praça e levar sua família. Isso poderia ser algo positivo, já que o período noturno costuma passar a sensação de menor segurança,

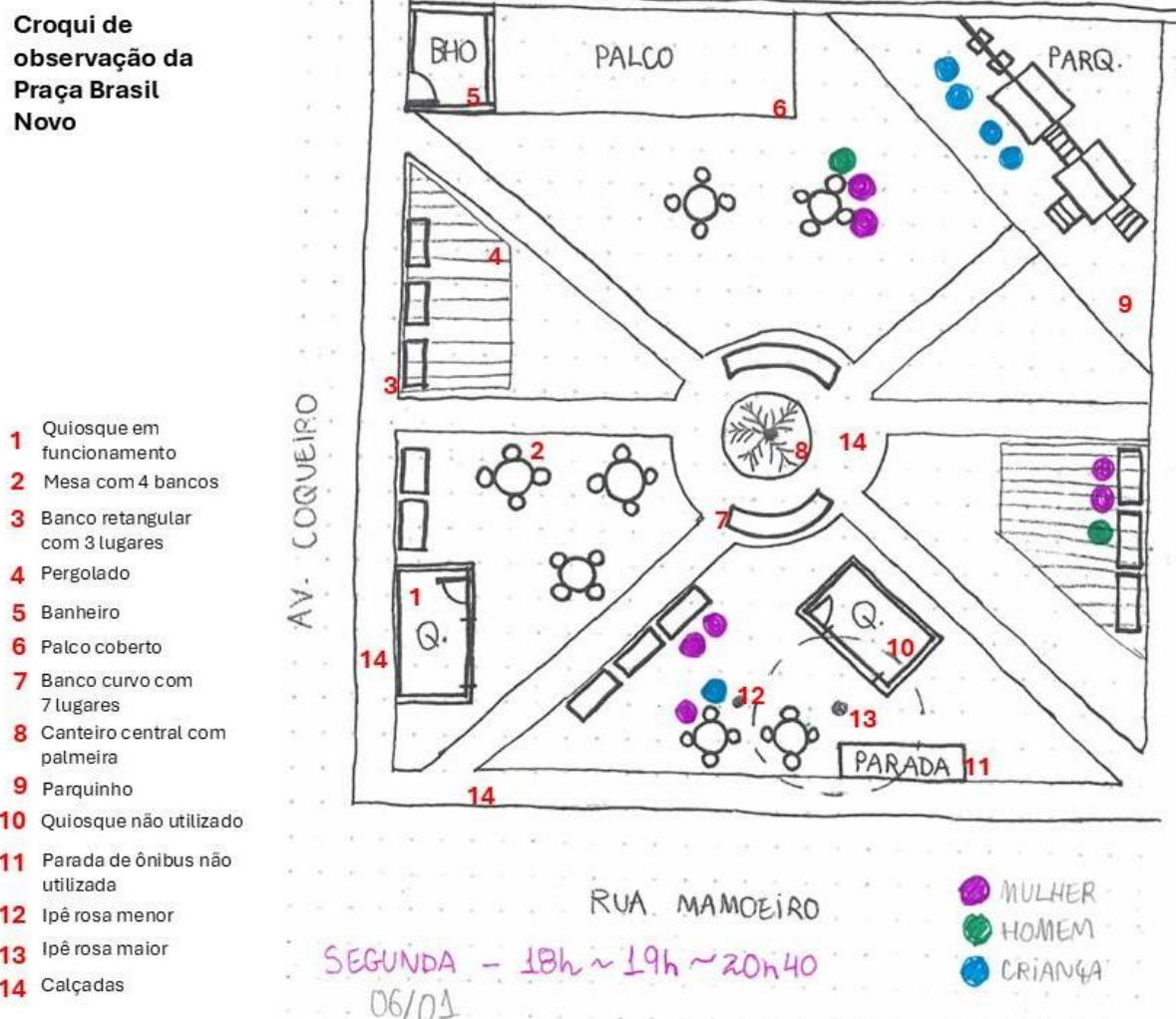
e ter movimento no espaço público nesse horário pode contribuir para as pessoas se sentirem seguras.

Porém, apesar do movimento ser maior à noite, ele ainda é baixo, segundo as observações feitas. Ademais, durante o dia, as condições climáticas e a falta de solução projetual para amenizar o clima na praça não contribuem para ela ser ocupada, resultando em um espaço vazio, e, por isso, contribuindo para a sensação de insegurança, sentida por mim tanto de dia quanto à noite, quando ela estava vazia (principalmente nas noites em que o quiosque não abria). Esse cenário descrito mostra que o direito à cidade dos moradores do bairro é baixo e que a vida pública ali não está sendo estimulada.

Sobre a ocupação observada entre os dias de quarta e domingo, normalmente estavam presentes na praça, a partir das 18h30, a senhora responsável por um dos quiosques, junto com uma criança e uma adolescente, ambas da sua família. A adolescente a ajudava com os serviços de venda de comida e a criança ia para ficar na companhia da família e ser cuidada pela mulher mais velha. Essa mulher mais velha, então, desempenhava várias tarefas de cuidado naquele espaço, pois além de cuidar da limpeza da praça e do banheiro, também cuidava dos seus dois parentes mais novos, que aproveitavam o baixo movimento para jantar e brincar. Dessa forma, o cuidado estava constantemente presente ali.

As segundas e terças observadas foram os dias com menos movimento na praça, por conta de o quiosque de venda de comidas não abrir, acredito. Nesses dias presenciei o espaço vazio a maior parte do tempo, com exceção de poucas mulheres ou homens trazendo crianças para brincar, crianças da vizinhança brincando desacompanhadas; e, em menor quantidade, alguns jovens que não permaneciam muito e homens sozinhos. A figura 46 contém um croqui feito com base nas observações realizadas na segunda-feira, como forma de demonstrar visualmente a ocupação.

Figura 46- Croqui feito a partir da observação em uma segunda-feira.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nos demais dias observei uma movimentação no geral baixa, porém quase o dobro das segundas e terças, em alguns dias aumentando um pouco mais. Algo muito presente nas anotações foi o tipo de ocupação rápida, onde alguns grupos permaneciam pouco tempo no espaço, entre 10 e 20 minutos, e logo iam embora. Com o passar das entrevistas, associei essa baixa permanência com o medo da violência que apareceu em muitas falas, em especial nas de mulheres, e na falta de atratividade da praça, também constatado nas entrevistas.

A falta de atratividade se relaciona com a ausência de espaço para atividades recreativas e esportivas de jovens e adultos, como existia antigamente, e de um paisagismo mais acolhedor e atrativo, como é percebido em praças centrais. É muito

importante que a praça seja atrativa e proporcione diversidade de usos, pois isso aumenta seu uso durante o dia todo e a apropriação desses espaços é um requisito crucial para a sensação de segurança das pessoas, ao gerar vigilância pelos “olhos da rua” (Jacobs, 2013). Em estudos mais recentes brasileiros sobre espaços públicos, também se preconiza a diversidade de usos nesses espaços como um fator de qualidade e segurança, contribuindo para a permanência dos usuários (Ramos et al, 2023).

Relaciona-se aqui também à questão da segurança o defendido por Soares e Saboya (2019), de que lugares depredados e sem manutenção, como a praça do Brasil Novo, causam insegurança e por isso acabam sendo evitados. Assim, alimenta-se o ciclo da violência, pois com o esvaziamento do espaço é facilitado o controle dele pelo criminoso, tornando-o mais vulnerável a crimes (Soares e Saboya, 2019).

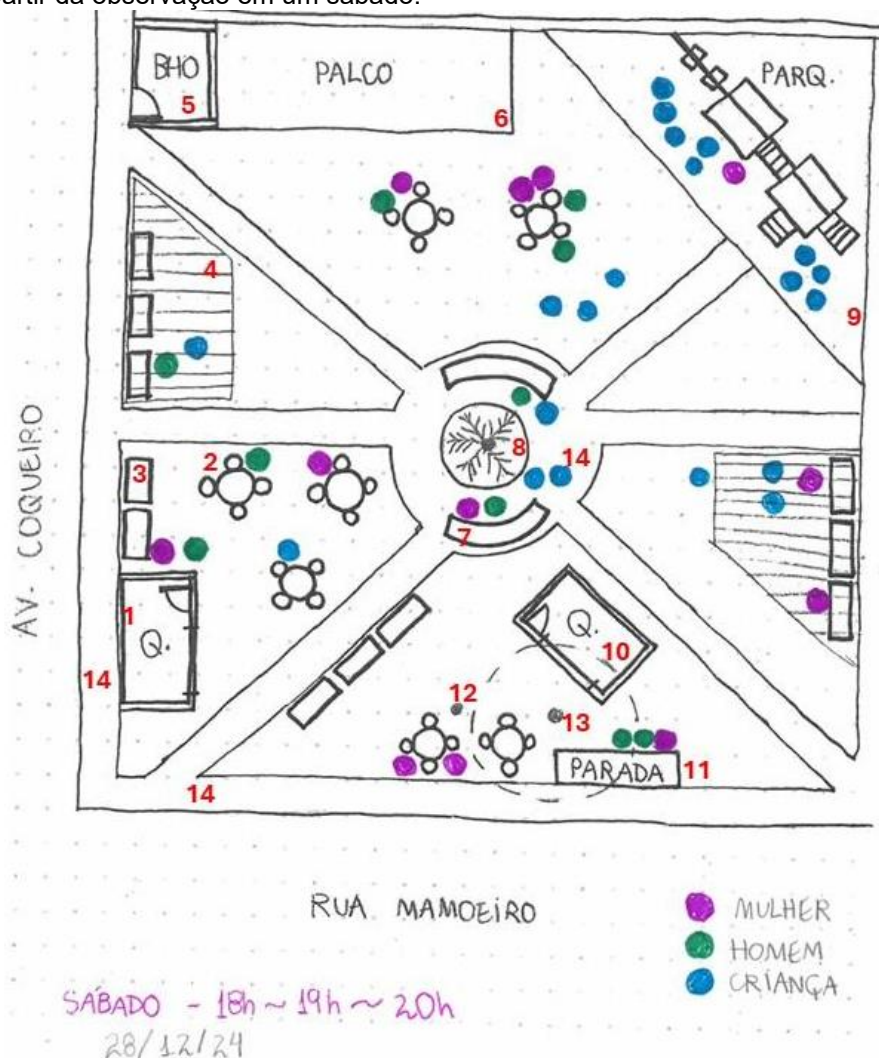
As atividades que tomam espaço na praça são, em sua maioria, de cuidado com as crianças, brincadeiras, socialização entre adolescentes e consumo de comidas e bebidas do quiosque ou trazidas de algum comércio próximo. Algumas crianças iam andar de patins ou bicicleta, havia cuidadoras que levavam lanche, famílias que se reuniam no quiosque enquanto as crianças brincavam no parquinho. A maioria chegava a pé ou de bicicleta, mas havia também os que iam de carro ou moto.

Às sextas e sábados foram os dias em que se notou maior movimentação na praça, por conta da presença expressiva tanto de jovens quanto de adultos com crianças. O grupo de adultos com crianças, segundo o registrado em caderno de campo, foi o que passava mais tempo usufruindo da praça, em média uma hora, às vezes um pouco mais. A figura 47 mostra o croqui feito da ocupação de homens, mulheres e crianças em um sábado, antes dos brinquedos quebrarem, com o maior público de crianças observado durante todo o período do trabalho de campo.

Figura 47 - Croqui feito a partir da observação em um sábado.

Croqui de observação da Praça Brasil Novo

- 1 Quiosque em funcionamento
- 2 Mesa com 4 bancos
- 3 Banco retangular com 3 lugares
- 4 Pergolado
- 5 Banheiro
- 6 Palco coberto
- 7 Banco curvo com 7 lugares
- 8 Canteiro central com palmeira
- 9 Parquinho
- 10 Quiosque não utilizado
- 11 Parada de ônibus não utilizada
- 12 Ipê rosa menor
- 13 Ipê rosa maior
- 14 Calçadas



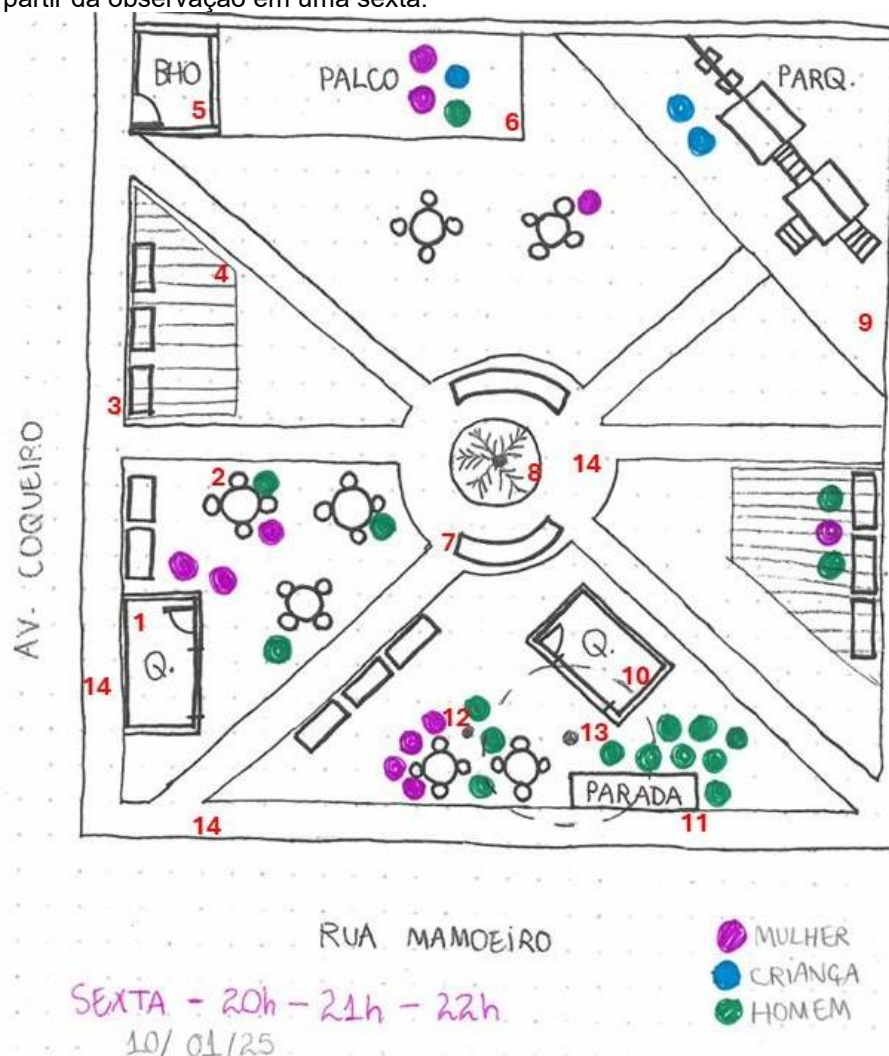
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Na figura 48, tem-se o croqui da ocupação da praça em uma sexta, durante o período de 2h. Vale ressaltar que as pessoas ocupavam a praça com uma duração de 30 minutos e uma hora, por isso, o registro do croqui não significa que todas as pessoas estavam ocupando a praça ao mesmo tempo.

Figura 48 - Croqui feito a partir da observação em uma sexta.

Croqui de observação da Praça Brasil Novo

- 1 Quiosque em funcionamento
- 2 Mesa com 4 bancos
- 3 Banco retangular com 3 lugares
- 4 Pergolado
- 5 Banheiro
- 6 Palco coberto
- 7 Banco curvo com 7 lugares
- 8 Canteiro central com palmeira
- 9 Parquinho
- 10 Quiosque não utilizado
- 11 Parada de ônibus não utilizada
- 12 Ipê rosa menor
- 13 Ipê rosa maior
- 14 Calçadas



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Porém, a maior parte desse movimento era momentâneo, composto por grupos que ficavam pouco tempo. Entre eles havia um grupo de homens jovens que andavam de bicicleta juntos e paravam muitas vezes na praça, sempre por alguns minutos apenas, para conversas rápidas. Sobre esse grupo, depois soube por uma entrevistada que ele passou a frequentar menos a praça depois que houve as mortes na vizinhança. Na maior parte dos dias analisados, esse grupo ocupava a praça dessa forma, sempre rápido.

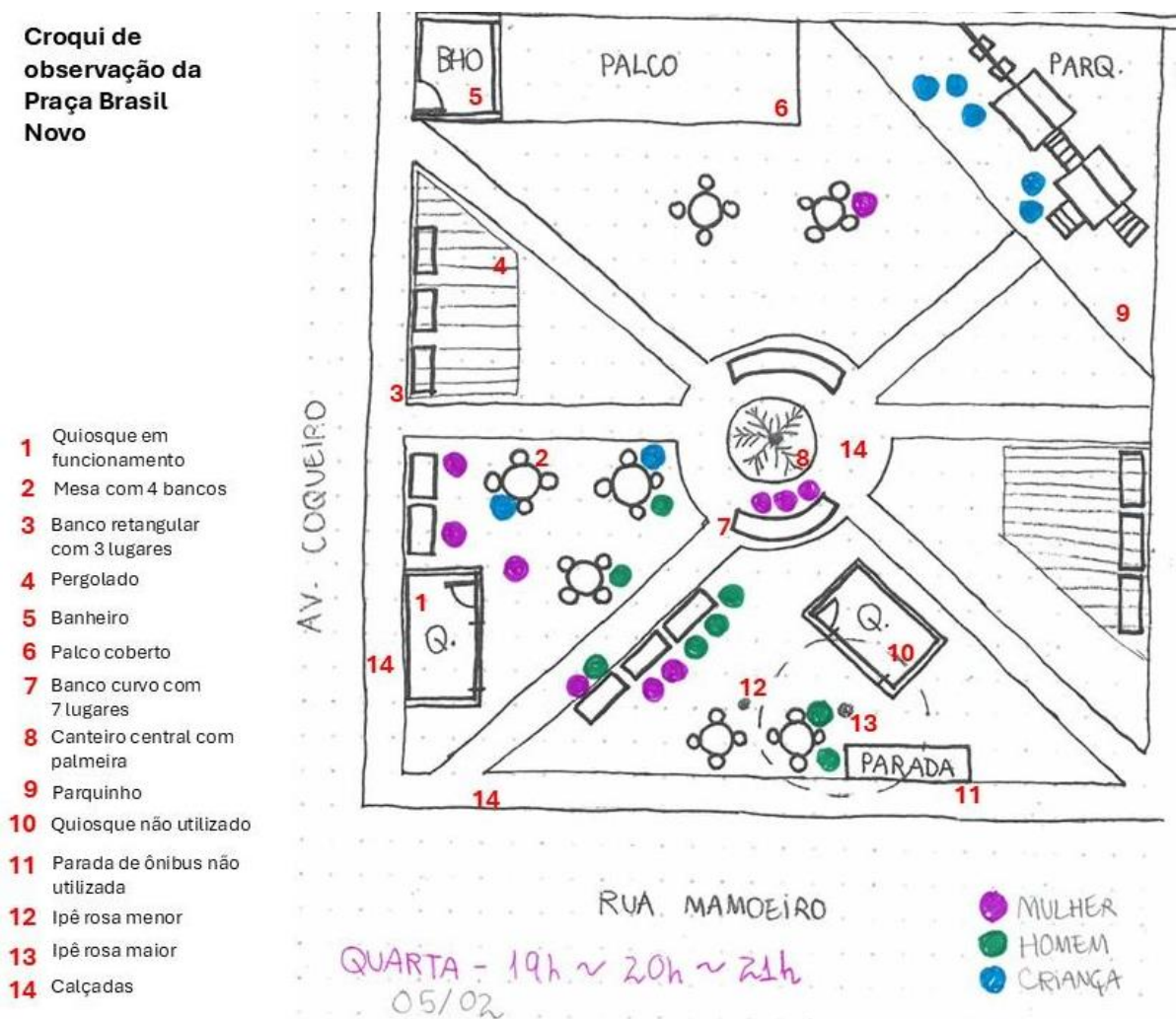
Vale ressaltar que entre as mulheres não foi observado esse tipo de grupo grande realizando alguma atividade de lazer em conjunto. Os grupos de mulheres eram

sempre pequenos ou elas estavam em conjuntos mistos (de homens e mulheres), e dentre as pessoas entrevistadas nenhuma conhecia algum coletivo de mulheres (ou misto) atuantes no bairro, o que pode significar uma baixa mobilização social. Não foi percebido também grupos de pessoas LGBTQIAP+ frequentando a praça e os casais vistos pareciam ser de maioria heterossexual, apesar de que em alguns dias foi notada a circulação de pessoas visivelmente fora dos padrões heteronormativos¹⁰³ nas ruas de acesso.

Às quartas, como visto na figura 49, e quintas, também apresentaram movimentação expressiva e semelhante entre si, porém reduzida se comparado às sextas e sábados. O movimento era maior quando os jovens estavam mais presentes, inúmeras vezes ultrapassando o número de crianças, depois que os brinquedos do parquinho quebraram. Os domingos analisados nem sempre tinham bom movimento, e dos quatro analisados, dois foram bem vazios, e a figura 50 mostra o croqui de um dos domingos com maior uso da praça. Os domingos com baixa movimentação foram os dias que senti mais insegurança, pois os comércios das redondezas estavam fechados e as ruas com pouca circulação de pessoas e automóveis.

¹⁰³ Heteronormatividade: Segundo o dicionário Priberam (2025), é o que estabelece como norma a heterossexualidade e a instituição de categorias distintas e rígidas de masculino e feminino, a serem seguidas por homens e mulheres.

Figura 49 - Croqui feito a partir da observação em uma quarta.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A praça em si, desde o primeiro dia, estava com lixo espalhado e com o passar dos dias a quantidade de lixo aumentava, sendo observado sinais de que grupos tinham passado por ali e bebido cerveja, provavelmente mais tarde do que eu costumava ficar. Os lixeiros aos poucos foram ficando cheios demais e acumulavam água, tornando a tarefa de limpá-los mais difícil, e durante os meses de janeiro e fevereiro não foi notada nenhuma limpeza deles. As paredes do palco estavam pichadas e as pinturas do piso e das mesas e cadeiras estavam bem gastas, como visto na figura 51, indicando que não há manutenção nem cuidado por parte da prefeitura.

Figura 50 - Croqui feito a partir da observação em um domingo.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os brinquedos do parquinho já estavam um pouco danificados no primeiro dia de observação e com o passar dos dias, percebia-os cada vez mais quebrados. No quinto dia de visita, os balanços tinham sido removidos pois se quebraram completamente, assim como o escorrega. Presenciei o escorrega passando por algumas tentativas de conserto por parte dos cuidadores das crianças, mas sem sucesso. Além disso, a área com areia do parquinho sempre estava com muito lixo acumulado e se notou muitas vezes os brinquedos sendo usados por pessoas mais velhas, o que pode comprometer a durabilidade deles. Como não há espaço de recreação para os jovens,

acredito que muitos usam o parquinho como ponto de encontro por ser um espaço diferente, mais atrativo e lúdico.

Figura 51 – Superfícies com pintura gasta na Praça do Brasil Novo.



Fonte: Acervo da autora (2025).

A partir do quinto dia de observação as crianças já não tinham mais brinquedos disponíveis no parquinho, apenas a estrutura das casinhas, e, com isso, foi constatado uma queda significativa de crianças utilizando a praça. Enquanto nos primeiros dias analisados, às sextas e sábados, foi percebido em média 14 crianças em um período de duas horas, no fim de tarde; depois que os brinquedos foram quebrados esse público diminuiu para três a sete crianças no mesmo período.

Apenas em um dia o número de crianças chegou próximo da antiga quantidade: em uma quarta foi observado 11 crianças brincando na praça. Acredito que esse número tenha aumentado bastante em um dia que comerciantes levaram brinquedos infláveis para a praça, segundo a dona C., o movimento foi bem maior se comparado aos dias

sem brinquedos, mas eu não estava presente. Porém, como a época é chuvosa, não podem arriscar a levar os brinquedos todos os dias.

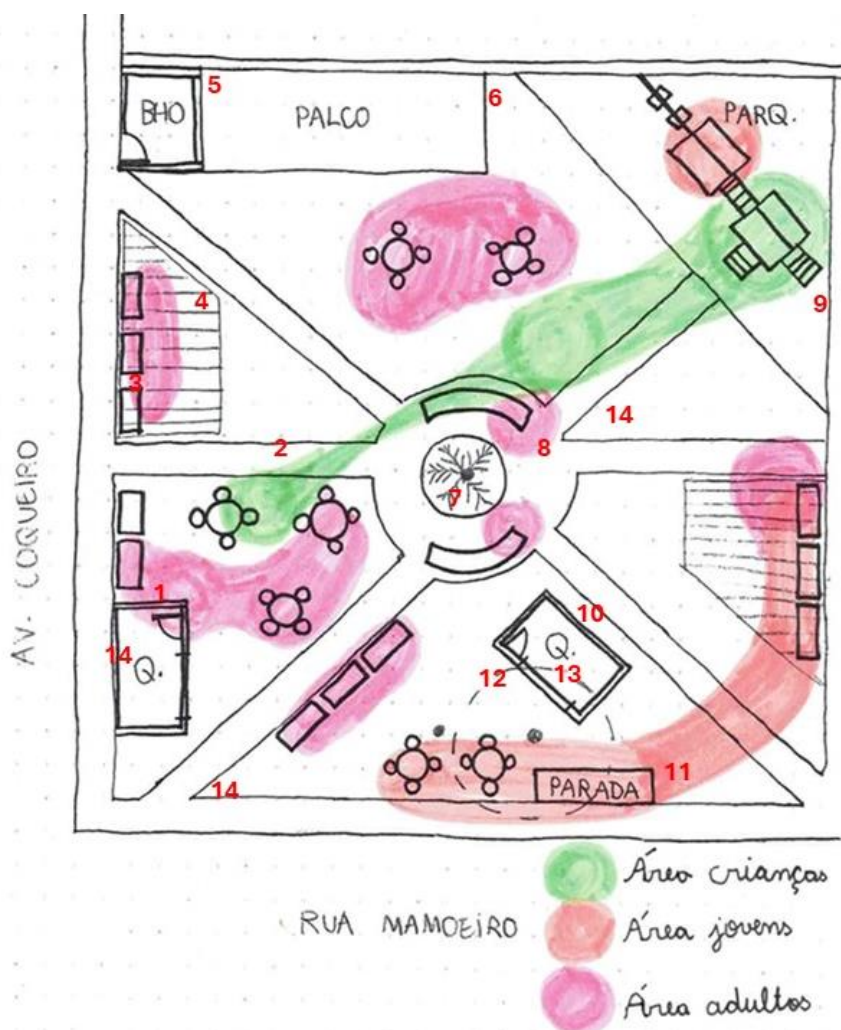
Com a diminuição de crianças, foi observado também uma queda no número de pessoas que permaneciam na praça por mais tempo e a sensação de espaço vazio se intensificou, pois mesmo se percebendo um público médio de 10 pessoas em 1h30, não eram 10 pessoas ao mesmo tempo na praça e sim 10 pessoas que passavam por volta de 15 a 30 minutos e iam embora. Contando com a família responsável pelo quiosque, uma mulher e duas crianças na maioria das vezes, as pessoas que permaneciam mais tempo eram adultos com crianças e clientes do quiosque, resultando em uma paisagem com poucos indivíduos, normalmente por volta de sete pessoas.

Alguns grupos de jovens se demoravam mais no espaço, principalmente os com maior número de homens, se concentrando geralmente na parada de ônibus, e nos bancos próximos a ela, onde bebiam, comiam e conversavam, como mostra a figura 52, um croqui de como os grupos de jovens, adultos e crianças ocupavam a praça predominantemente.

Figura 52 – Croqui de ocupação da praça por grupos.

**Croqui de
observação da
Praça Brasil
Novo**

- 1 Quiosque em funcionamento
- 2 Mesa com 4 bancos
- 3 Banco retangular com 3 lugares
- 4 Pergolado
- 5 Banheiro
- 6 Palco coberto
- 7 Banco curvo com 7 lugares
- 8 Canteiro central com palmeira
- 9 Parquinho
- 10 Quiosque não utilizado
- 11 Parada de ônibus não utilizada
- 12 Ipê rosa menor
- 13 Ipê rosa maior
- 14 Calçadas



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Percebe-se a partir da imagem anterior um padrão de uso da praça pelos diferentes grupos etários, onde os jovens ocupam no geral a borda da praça na Av. Mamoeiro, costume relatado em entrevista como sendo por motivos de segurança; os adultos mais próximos ao parquinho, área que predomina a ocupação feminina, e próximo ao quiosque; as crianças ocupam mais o parquinho e as áreas próximas a ele, e em menor quantidade, próximas ao quiosque. A figura também mostra a área menos ocupada da praça: o palco, que foi alvo de muitas críticas por não ter uso.

Outras vezes os grupos de homens se reuniam na casinha do parquinho, e esse costume deles ficarem em espaços cobertos, mesmo de noite, criou um preconceito entre algumas pessoas mais velhas entrevistadas de que eles seriam mal-intencionados, apesar de nunca ter ocorrido assalto na praça, muitos associam esses grupos com depredações do espaço e outras atividades mal-vistas pela comunidade, como uso de drogas, incluindo álcool e cigarro.

Até mesmo outros jovens, homens, disseram em entrevista que não gostavam de lugares como a parada de ônibus e as casinhas do parquinho, porque são lugares de reunião dos grupos citados. Possivelmente o jeito de se vestir desses grupos pode influenciar também no preconceito sofrido, pois foi muito observado o costume desses e de outros grupos de adolescentes e adultos de se vestirem de maneira específica e muito parecida entre si, como forma de criar uma identificação.

Nesse sentido, as falas dos homens contra as coberturas na área do parquinho demonstram falta de compreensão sobre as necessidades de um espaço para brincar infantil, diferente das falas das mulheres: nenhuma se manifestou contra as casinhas, e muitas eram a favor do aumento do parquinho. Demonstra também a ideia equivocada de que se retirasse os lugares específicos os grupos deixariam de ir para a praça. Essa capacidade de pensar o lugar para todos e não só para si, foi muito mais observada entre as mulheres.

Com relação à diferença de ocupação da praça por homens e mulheres, começo pela observação de alguns indivíduos que iam à praça sozinhos. O número de pessoas que faziam isso no período analisado, entre o fim da tarde e à noite entre um intervalo de 1h30, era bem baixo, normalmente por dia era no máximo 3, e em 5 dias do total de 20, não havia ninguém sozinho na praça. Porém, os homens foram os mais observados ocupando a praça sozinhos, muitas vezes ficavam apenas sentados, em outras compravam algo no quiosque, e demoravam muito mais no espaço. As mulheres, quando iam sozinhas à praça, ficavam pouco tempo e geralmente eram clientes do quiosque. No total, ao longo de 20 dias, percebeu-se 8 mulheres sozinhas na praça, em comparação com 17 homens nessa situação.

Com relação às tarefas de cuidado no espaço, notou-se as mulheres praticando-as bem mais, como já era esperado, com base no estudado no capítulo 1. Em quase todos os dias observados havia mulheres sozinhas com crianças, em 16 dos 20 dias, e no total, durante todo o período foram 28 mulheres cuidando de crianças na praça sozinhas ou com amigas, sem contar com a presença da senhora do quiosque cuidando da criança de sua família. Já o total das acompanhadas de um homem e uma criança foram 13, número bem menor se comparado à categoria anterior. Fui surpreendida que houve homens cuidando de crianças na praça sozinhos, indicando uma certa mudança nos papéis de gênero, mas em menor número, apenas 7 no total.

A maioria dos homens que frequentaram a praça durante as observações eram homens jovens, e suas atividades no lugar se resumiam em comer no quiosque, se reunir com seus grupos e conversar. Já no caso das mulheres, a maioria delas iam à praça para levar crianças para brincar, não apenas mães, mas tias e avós também, segundo conversas com algumas delas. Mas somado à atividade de cuidado, elas também lanchavam e conversavam em grupo. As mulheres foram a maioria das pessoas utilizando a praça em 7 dias, e os homens foram maioria em 6. Considerando o número de pessoas vistas, pode-se dizer que as mulheres eram a maioria, mas no geral a quantidade de usuários homens e mulheres é bem próxima.

Com base nisso, refleti que apesar das condições do espaço não serem as mais adequadas para a sua apropriação pelas mulheres, a praça do Brasil Novo é sim um lugar de mulher, principalmente por ser um lugar importante para as diversas mães e cuidadoras do bairro que não possuem condições de levar sempre suas crianças em um parque no centro da cidade. Os usos femininos nessa praça corroboram com a questão do “lar do expandido”, conceito no qual a mulher usa o espaço público como extensão da sua casa ao realizar nele na maioria das vezes tarefas de cuidado (Calió, 1990 apud Gonzaga, 2011).

Constatou-se a ocupação feminina na praça muito frequente, geralmente em grupos pequenos ou só com criança (s) (seu filho ou parente), apesar do medo da violência que paira no bairro e com a falta de espaço para atividades de lazer para elas. Foi percebido a necessidade de se ter uma praça que propicie uma vivência para além das tarefas reprodutivas para as mulheres, principalmente, que é quem mais aparece como cuidadora no espaço e o grupo que mais teve críticas e reclamações sobre ele.

Os resultados das análises apresentadas sobre a praça dão subsídios para alguns apontamentos de sugestões para melhorias necessárias no espaço, a serem tomadas pela prefeitura, que foi a responsável pela obra. São elas:

- i) Possibilidade de uso do lote da UPC para expandir a praça e criar equipamentos de lazer, como campinhos de esporte e áreas multiuso de recreação, áreas de paisagismo e mais arborização;
- ii) Criação de coberturas amplas na praça, a fim de gerar ambientes confortáveis durante o dia;
- iii) Criação de um espaço de academia ao ar livre;

- iv) Realizar projeto de iluminação, com inclusão de iluminação em temperatura adequada específica para o pedestre;
- v) Reforma dos bancos, com inclusão de encosto neles;
- vi) Reforma do parquinho;
- vii) Utilização de pintura adequada nas superfícies (muros, calçadas e mobiliário) e parceria com artistas locais para um trabalho artístico lúdico nos muros, através de grafitti ou outras artes;
- viii) Instalação de lixeiras adequadas, com tampa e que permita o escoamento de líquidos;
- ix) Aumento da cobertura dos quiosques, com a possibilidade de se fazer um telhado esteticamente mais próximo do regional, sem platibanda;
- x) Plantio de vegetação adequada próxima dos pergolados para cobri-los (plantas “trepadeiras” ou escandentes), gerando ambientes aconchegantes, confortáveis e atrativos;
- xi) Criação de áreas de jardins;
- xii) Realizar as atividades de reforma citadas em conjunto com a população, através de encontros que mobilizem a comunidade para discutir os temas e organizar grupos de apoio com trabalhadoras (es) da região para esquematizar o cuidado e gestão do espaço (organização de atividades, cuidado com as plantas, limpeza), gerando renda extra para eles;
- xiii) Nesses encontros, incentivar a participação feminina através de espaços que ofereçam entretenimento e cuidado com as crianças; divisão das atividades de participação popular por gênero, para deixar a mulher mais a vontade para falar e ser ouvida, além de se conectar com outras mulheres;
- xiv) Incentivar a organização de grupos ou cooperativas femininas e dar incentivos a elas para o uso da praça;
- xv) A partir desses encontros, realizar pesquisas junto à comunidade para aferir se há iniciativas de vendedores que se interessem em trabalhar na praça, no quiosque fixo ou ambulantes, e incentivar essas atividades;
- xvi) Incentivar as atividades dos quiosques através de isenção de aluguel para comerciantes de baixa renda;
- xvii) Realizar pesquisa junto à comunidade a fim de identificar artistas que se interessem em usar o palco e a praça, e incentivar movimentações culturais no espaço;

- xviii) Mobilizar as possíveis lideranças do bairro (grupo de moradores, associações de bairro) e incentivar uma articulação com os grupos de apoio da praça e de artistas do bairro, a fim de gerar um canal de diálogo sobre o uso da praça entre os moradores;
- xix) Realizar serviços de zeladoria urbana e manutenção de forma constante no espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar as vivências e apropriações femininas na praça do Brasil Novo, em Macapá (AP), através de metodologia qualitativa, recomendada a partir das experiências do urbanismo com perspectiva de gênero. O capítulo 1 discutiu e relacionou os três temas norteadores da análise, o direito à cidade, o urbanismo com perspectiva de gênero e espaço público, demonstrando que são temas complementares e intimamente ligados.

Considerando o direito à cidade como o direito de transformar e usufruir da cidade, torná-la democrática e acessível recuperando seu valor de uso, ele não pode ser dissociado da perspectiva de gênero. Para se democratizar o direito à cidade é necessário cidades feitas a partir da perspectiva de gênero, dando atenção especial às várias mulheres, pois se entende o sexismo histórico que construiu as cidades sem levá-las em consideração, afastando-as dos espaços públicos.

O espaço público, como *locus* da reivindicação e construção do direito à cidade e vida urbana, além de ser essencial para a qualidade da vida cotidiana, precisa ser pensado e planejado de forma a acolher as mulheres e outros grupos vulneráveis. Esse espaço precisa ofertar para a comunidade um lugar onde possam desenvolver as atividades reprodutivas plenamente, ter lazer diverso e que possa ser ocupado durante todo o dia. Foi explicitado também o contexto das cidades no qual está inserido o espaço público estudado, onde a razão neoliberal conduz os processos urbanos e estimula a segregação.

No capítulo 2, apresento a cidade de Macapá, que possui poucos estudos a partir da perspectiva de gênero no geral, e dentre os estudos urbanos da cidade essa perspectiva é mais rara ainda. Os resultados da investigação sobre as ações com perspectiva de gênero no planejamento da cidade mostram um quadro de desinteresse por parte das gestões da capital em conduzir estudos e práticas que melhorem a relação das mulheres macapaenses com a cidade e seu espaço público.

Apesar da existência de duas secretarias da mulher, uma do Estado e outra municipal, constatou-se que esses órgãos não expandiram suas atividades para a participação em decisões urbanas ou outros trabalhos que estimulassem o protagonismo feminino e a participação ativa das mulheres, principalmente as em vulnerabilidade, nas

intervenções urbanas que as afetariam. Não há iniciativas por parte do Estado em promover pesquisas que tracem o perfil das mulheres macapaenses, de acordo com bairro, sexualidade, raça e classe; ou sobre a questão da insegurança sofrida pelas mulheres nos espaços públicos. A ausência desses dados dificulta a formulação de políticas urbanas eficientes para a melhoria dos espaços públicos para elas, pois torna invisível as dificuldades e necessidades das mulheres neles. Dificulta também o delineamento de políticas de inclusão das mulheres no planejamento urbano e nas intervenções urbanas feitas na cidade.

Pode ser inferido que possivelmente os gestores ainda não considerem o urbanismo com perspectiva de gênero como importante para a prevenção e enfrentamento do sexismo na cidade, inclusive como uma forma de empoderamento de mulheres vítimas de violência ou em outro tipo de vulnerabilidade. A desmobilização que o movimento feminista sofreu nos últimos anos na cidade também contribui para a ausência de pressão social em torno dessa pauta.

No capítulo 3, apresento o relatório do estudo de caso, a análise da praça do Brasil Novo com perspectiva de gênero, a fim de contribuir com o avanço do urbanismo feminista na cidade. A praça foi escolhida pelas inúmeras transformações e apropriações que passou nos últimos anos, em uma vizinhança de periferia, pouco assistida pelo Estado. No passado, palco de práticas permeadas pela ideia de direito à cidade e que traziam vitalidade para o espaço vazio; atualmente, com mobiliários e oficializada como praça pela prefeitura, não conta mais com a mesma apropriação. A praça se tornou um lugar com poucas opções de lazer: pode-se sentar e conversar com amigos, reparar crianças enquanto elas brincam no parquinho quebrado ou comer algo no quiosque. Não há muito o que se observar, pois a movimentação é baixa a maior parte do tempo.

O questionamento que guiou o trabalho de campo foi: “Como a praça nova afetou a presença e apropriação feminina?”. A resposta possui várias nuances, pois envolve vários recortes femininos, em sua maioria mulheres pretas ou pardas: a mulher idosa que depende das suas vendas na praça para complementar a renda da família e leva seus netos para lhe ajudarem e para serem cuidados; a mulher empreendedora, de uma classe mais alta, que não frequenta a praça mas se importa com o movimento e a conservação dela pois afeta seus negócios; as mulheres vizinhas que desde

pequenas usam o espaço antes de ser praça oficialmente e perderam parte importante do seu lazer pois o campo de vôlei existente anos antes não foi incorporado no projeto final, dentre outras.

A conclusão da análise direcionou para um problema inesperado apreendido em campo: o que afastava as pessoas da praça e causava mais insegurança feminina não era especificamente a violência de gênero, mas uma onda de mortes que acontece no bairro, apontada por muitas pessoas e jornais como sendo conflitos de facções. O medo de estar no meio desses conflitos atingiu homens e mulheres, afetando drasticamente o movimento da praça, que era alto até as mortes começarem. Porém, apesar desse medo ter atingido homens também, as falas das mulheres demonstraram que elas sentem mais insegurança.

Concluí também que o espaço não possui mobiliários suficientes para o conforto ambiental e lazer de jovens e adultos, e até o parquinho existente não atende mais as crianças, pois os brinquedos foram quebrados e não houve manutenção. O tratamento inferior dado a esse espaço público periférico ficou claro ao fim desse estudo de caso. Dessa forma, apesar da presença feminina ser constante na praça, ela se dá, na maioria das vezes, com o objetivo de realizar tarefas (trabalhar, levar crianças para passear) e não usufruir do lugar para lazer.

O bairro Brasil Novo, portanto, apesar de ter ganhado uma praça, não possui espaço adequado para lazer da comunidade. A construção da praça trouxe benefícios, como uma melhor estrutura para o lugar, antes apenas um terreno vazio: bancos, calçamento, iluminação, quiosques e um parquinho. Porém, o projeto da praça não foi sensível o suficiente para agregar os antigos usos que aconteciam ali, não houve processo participativo para entender as necessidades dos moradores, nem se pensou em dotar o espaço com um paisagismo atrativo, como feito nas praças de áreas nobres. Assim, o que era bom na “praça” antiga não perdurou na praça nova, como o lugar para jogar vôlei e outros esportes, e a vitalidade urbana foi comprometida, colaborando para o esvaziamento da praça nova.

Como o foco da pesquisa era entender a apropriação feminina na praça, a maioria das entrevistadas eram usuárias do local, portanto um dos pontos que podem ser investigados futuramente é o perfil geral de mulheres do bairro, a fim de se criar uma base de dados para otimizar intervenções e pesquisas urbanas com perspectiva de

gênero futuras. A falta de dados, por exemplo, sobre renda, raça e sexo das pessoas do bairro, foi uma lacuna que influenciou a análise, pois além de fornecer um contexto detalhado, o cruzamento de dados é importante.

A falta de mobilização social no bairro, ou de qualquer tipo de grupo de ou com mulheres que realizasse atividades culturais ou esportivas na praça, também influenciou os rumos da pesquisa, pois se esperava encontrar alguma rede de mulheres para trabalhar junto, baseado nas antigas atividades que aconteciam na “praça”. Essa ausência me fez refletir sobre a importância de se ter esses grupos no espaço público, e como a falta de mobilização popular também influencia em baixos níveis de direito à cidade, pois ele só é conquistado com luta.

Acredito que esta dissertação contribui, sobretudo, para a construção de narrativas urbanas a partir de um ângulo historicamente ignorado, principalmente em se tratando de Macapá, um caminho para a valorização das mulheres como agentes válidas do espaço público, não meras coadjuvantes. Considero essa pesquisa uma aproximação, um experimento inicial na cidade das possibilidades de se enxergar a cidade no feminino.

Dentre as oportunidades para pesquisas futuras a partir dela, inclui-se o estudo de outras metodologias qualitativas e do urbanismo feminista, tais como a pesquisa-ação, a fim de incluir mais participação feminina; realização de mapeamentos coletivos do bairro a fim de identificar áreas potencialmente perigosas para as mulheres; avançar na compreensão de outros espaços urbanos de Macapá sob a perspectiva feminina, de diferentes contextos socioeconômicos, assim como trazer à tona narrativas históricas das mulheres macapaenses na cidade.

Por último, os resultados da pesquisa mostram que a metodologia qualitativa aplicada a estudos urbanos pode revelar importantes aspectos sociais do espaço, algo imprescindível para se avaliar e construir bons espaços públicos e com perspectiva de gênero. Através da metodologia foi possível identificar a subjetividade da percepção feminina sobre os espaços públicos: elas tendem a se sentir mais inseguras na praça, a serem mais críticas com o espaço e mais sensíveis às necessidades de outros grupos nele. Isso aponta para um potencial transformador que poderia vir da participação e escuta igualitária dos vários recortes femininos no processo de construção das cidades, a fim de torná-las mais justas e democráticas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, B.C.; LINO, L.R.; KANASHIRO, M. Violência contra mulher em espaços públicos: uma análise objetiva na cidade de Londrina – PR. *In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO*, 19., 2022, Canela. **Anais**. Porto Alegre: ANTAC, 2022. p. 1-16.
- AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- AMARAL, Márcio. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental –Marabá (PA) e Macapá (AP)**. 2010. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) –Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- AMORIM, João Paulo; SANTANA, Eliane. Reflexões sobre a centralidade urbana de Macapá-AP-Brasil. *Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 5, n. 1, p. 01-16, maio-ago., 2019.
- AMORIM, João Paulo; SANTOS, Romário. A centralidade urbana sub-regional do aglomerado urbano Macapá-Santana na Amazônia Setentrional Amapaense. **Caderno de Geografia**, v.27, n.49, p. 210-226, 2017.
- ARAÚJO, Renata. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: Editorial FAUP, 1998.
- ARAÚJO, Jacqueline. A visão dos agentes no viés democrático da participação social do plano diretor de Macapá (2004). *In: Os distintos olhares do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá*, TOSTES, Jose Alberto (org.). Macapá: UNIFAP, 2020.
- BARKER, A.; HOLMES, G.; ALAM, R.; CAPE-DAVENHILL, L.; OSEI-APPIAH, S.; WARRINGTON BROWN, S. **What Makes a Park Feel Safe or Unsafe? The views of women, girls and professionals in West Yorkshire**. University of Leeds: Leeds, 2022.
- BASTOS, Ananda; FERREIRA, José; FREITAS, Josimar. Desafios da redução da desigualdade social urbana de cidade Amazônica. **Periódico “Fórum Ambiental da Alta Paulista”**, v.20, n.1, p. 199-213, 2024.
- BRANDÃO, Ana Carolina. **Gênero, Governança e Direito à Cidade: O lugar das mulheres na agenda urbana internacional**. Tese de doutorado. Université de Nanterre - Paris X; Pontifícia universidade católica (Rio de Janeiro, Brasil), 2019.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2008, 3. ed, 160 p.
- BLAY, Eva Alterman. “Mulheres e movimentos sociais”. *In: São Paulo em Perspectiva*, 8(3), 1994, p.45-47.

- BUENO, S. et. al. **Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil**. 4. ed. [s.l.], 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- CASTELLS, Manuel. **Lutas urbanas e poder político**. Coleção: cidade em questão – 5 Afrontamentos. Porto, Firmeza, 1976.
- CASIMIRO, Lígia. As mulheres e o direito à cidade: Um grande desafio no século XXI. In: KOETZ, Vanessa et al. (org.). **Direito à cidade: Uma visão por gênero**. São Paulo: IBDU, 2017. p. 9-11.
- CARDOSO, V. L.; RENNÓ, S. A. Iluminação e segurança pública: uma investigação sobre a relação entre design e criminalidade urbana pela perspectiva feminina. **Revista Estudos em design**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 130-146, 2019.
- CERQUEIRA, Jéssica. Mulheres que atravessam a cidade. In: KOETZ, Vanessa et al. (org.). **Direito à cidade: Uma visão por gênero**. São Paulo: IBDU, 2017.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2023. Brasília: Ipea; FBSP, 2023.
- CIOCOLETTO, Adriana e Col·lectiu Punt 6. Espacios para la vida cotidiana. **Auditoria de calidad urbana com perspectiva de género**. Barcelona: Comanegra, 2014.
- COL·LECTIU PUNT 6. **Mujeres trabajando**. Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género. Ed. Comanegra: Barcelona, 2014.
- COSTA, Dayane. **Espaços públicos para mulheres em contexto de vulnerabilidade social**. 2019. 65 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará.
- COTA, Daniela. **Mulheres e o direito à cidade**: um estudo de políticas públicas em São João Del Rei. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989, p. 139-167.
- CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: Escolhendo entre Cinco Abordagens. Penso Editora, 2014.
- DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARKE, Jane. The man-shaped city. in: **Changing places: Women's lives in the city**, ed: Chris Booth, Jane Darke e Sue Yeandla. Londres: Sage, 1996.
- DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889 – 1930). **Diálogos Latinoamericanos**, n. 10, Universidad de Aarhus, 2005.

DUARTE, Marcela; SIMIONI, Rafael. A biopolítica em Michel Foucault e a seletividade dos direitos fundamentais. *In: Revista da AGU*, v. 18, n. 02, p. 275-294, Brasília, abr./jun. 2019.

ELKIN, Lauren. **Flâneuse: Women Walk the city**. Nova York: Farrar, Strauss and Giroux, 2016.

FALU, Ana. La omisión de género en el pensamiento de las ciudades. *In: Ciudades resistentes, ciudades posibles*. BORJA, Jordi; CARRIÓN, Fernando; CORTI, Marcelo.. Barcelona: Editorial UOC. p.159-169. 2017.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERRARO, Alceu. A trajetória das taxas de alfabetização no Brasil nas décadas de 1990 e 2000. **Educ. Soc.**, Campinas, v.32, n.117, p. 989-1013, out.-dez. 2011.

FONSECA, Maria de Lourdes. Padrões sociais e uso do espaço público. **Caderno CRH**, v.18, n.45, p. 377-394, Salvador, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GEA – Governo do Estado do Amapá. **Aniversário da Fortaleza de São José de Macapá terá apresentações artísticas e culturais**. Portal do Governo do Estado do Amapá, Amapá, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1403/aniversario-da-fortaleza-de-sao-jose-de-macapa-tera-apresentacoes-artisticas-e-culturais>. Acesso em 21 mai. 2025.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GEHL, Jan; B SVARRE. **How to Study Public Life**. Washington: Island Press, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GOMES, Marcos Antônio. De largo a jardim: praças públicas no Brasil – algumas aproximações. **Estudos Geográficos**, n. 5, Rio Claro, p.101-120, 2007.

GOMES, Paulo Cesar. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 20, n. 44, p. 115-119, set./dez. 2018.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero**. São Paulo: Annablume, 2011.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org.: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERRA, Avaetê; STROPARO, Telma; COSTA, Michel; CASTRO, Francisco; LACERDA, Orivaldo; BRASIL, Melca; CAMBA, Mariangela. Pesquisa qualitativa e

seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado – GeSec**, V. 15, N. 7, P. 01-15, São José dos Pinhais, Paraná, 2024.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012

HARVEY, David. A liberdade da cidade. *In*: MARICATO, Erminia (org). **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 27-34.

HAYDEN, Dolores. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. **Signs**, Vol. 5, No. 3. Universidade de Chicago, 1981. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3173814>. Acesso em: 20 junho 2024.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca IBGE, s/d. **Praça Floriano Peixoto: Macapá, AP**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=440388>. Acesso em 21 mai. 2025.

JACOBI, Pedro. “A cidade e os cidadãos”. **Lua Nova**, São Paulo, v. 2, n. 4, 1986.

KERN, Leslie. **Cidade Feminista: A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KLINTOWITZ, Danielle. O lugar das mulheres nas ruas e praças suspensas nas favelas brasileiras. *In*: KOETZ, Vanessa et al. (org.). **Direito à cidade: Uma visão por gênero**. São Paulo: IBDU, 2017. p. 58-61, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Centauro: São Paulo, 2011.

LOBATO, Sidney. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá**. São Paulo: 2013. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 2013.

MACAPÁ. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá**. Macapá: P.M.M. – SEMPLA, IBAM. 2004. 81p.

MACAPÁ. **Lei Complementar n 187/2023**, de 21 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal da Mulher - SEMMU e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Macapá, Macapá, 2023.

MACEDO, Luciana. **Janarismo em foco: a representação fotográfica da cidade de Macapá durante a formação do Território do Amapá (1944-1956)**- Tese (Doutorado em Urbanismo) -PROURB/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MARQUES, Sabrina. Cidade, serás feminista!. In: KOETZ, Vanessa et al. (org.). **Direito à cidade: Uma visão por gênero**. São Paulo: IBDU, 2017, p. 79-86, 2017.

MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução, a arquitetura possível**. In: _____ (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. Os mutirões de São Paulo e reforma urbana — Entrevista. **Revista Proposta FASE**, ano XII, n. 35, 1987

MARICATO, Ermínia. Direito à terra ou direito à cidade?. **Revista de Cultura Vozes**, v. 89, n. 6, 1985

MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender**. Cambridge: Polity Press, 2001.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma Nova Política Da Espacialidade**. Maciel, Hilda P.; Haesbaert, Rogério (Trad.). 3. Ed. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MELLO, Luísa; RIBEIRO, Ana Paula. Circulação e vivência nas cidades: ser mulher, ser flâneuse. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 16, 2021.

MENDONÇA, Eneida. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007.

MITCHELL, Don. **The Right to the City**. Minneapolis: Minnesota University Press, 2003.

MUXI, Zida, CASANOVAS; Roser, CIOCOLETTO, Adriana; FONSECA, Marta; VALDIVIA, Blanca. ¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo? **Feminismo/s.**, 17, 105-129. Barcelona, 2011.

MINAYO, Maria Cecília. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: Consensos e Controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: **Economia regional e urbana**. DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

NEVES, Eduardo. O Rio Amazonas: Fonte de Diversidade. *Revista del Museo de La Plata* 4(2), v.4, n. 2, pp. 385-400, 2019.

NEWMAN, O. **Creating defensible space**. Instituto for community design analysis, 1996. Disponível em: <https://www.humanics-es.com/defensible--space.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

NUNES, Thiane. Em busca da flâneuse: mulheres que perambulam a cidade. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 13., 2018, Porto Alegre. **Anais...**Porto Alegre: 2018.

OLIVEIRA, Francisco. **O que é a formação para a cidadania?** 1999. Entrevista disponível em: www.polis.org.br/artigos/entrevchico.html. Acesso em: 10 jun 2025.

OLIVEIRA, Chrys. Percursos Femininos No Espaço Urbano: Da teoria à prática das trajetórias cotidianas da mulher em Macapá – AP. In: ENANPUR, 17, 2019, Natal. **Anais...**Belo Horizonte: ANPUR, 2019.

OLIVEIRA, Thaís De Araújo. A criação de espaços públicos a partir da expansão urbana de macapá, amapá. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA DA PAISAGEM, 7, 2024. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2024.

PAULILO, M. A S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v.2, n. 2, p. 135-148, jul/dez.1999.

PARK, Robert. **On Social Control and Collective Behavior**. Chicago: Chicago University Press, 1967.

PONTES, Louise. **Espaço (em) aberto: brechas à reinvenção do projeto e da paisagem, um estudo sobre a cidade de Macapá**. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RAMOS, Larissa, DE JESUS, Luciana, CONDE, Karla, SANTOS, Myllena. As praças e sua relação com a cidades no contexto da segurança pública. In: **Praças Urbanas: reflexões e recomendações para planejamento e projeto**. ALBERTO, Klaus e BARBOSA, Sabrina (org.). Editora UFJF/ PROAC publicações: Juiz de Fora, 2023.

RODRIGUES, Hillary; ABRANTES, Diego. A concepção de mulheres acerca do feminismo: fatores que influenciam na não participação desse movimento. **Revista Tempo Amazônico**, v.4, n.2, jan-jun de 2017, p. 45-58.

ROLNIK, Raquel. **Trabalho igual e salários mais baixos: desigualdade entre homens e mulheres vai além da questão econômica**. Blog da Raquel Rolnik, 2011. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2011/11/01/trabalho-igual-e-salarios-mais-baixos-desigualdade-entre-homens-e-mulheres-vai-alem-da-questao-economica/>. Acesso em: 05 maio 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: **Uma questão de gênero**. COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013

SANTANA, Andréia. Afinal, o que é o inverno amazônico? **Site da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)**, 2022. Acesso em 22 de abril de 2025,

disponível em: UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia - Afinal, o que é o inverno amazônico?

SANTORO, Paula. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2008.

SANTOS, Romário. O Aglomerado Urbano Macapá-Santana: A Cidade Média Da Amazônia Setentrional Amapaense. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 14, 2015, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2015.

SANTOS, Romário e AMARAL, Márcio. A metropolização do espaço no Amapá: Por uma abordagem socioespacial da região metropolitana de Macapá. **Novos cadernos NAEA**, v. 26, n. 2, maio-ago, 2023.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico V. **Mulheres negras no Brasil**. São Paulo: Senac, 2007

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**: tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Maura. **“O Território Imaginado”**: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988). 2017. 380 p. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Marcelle e PENA, Bárbara. Análise do Plano Diretor Urbano de Macapá (2004) com ênfase na verticalização e no conforto ambiental. *In*: **Os distintos olhares do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá**, TOSTES, Jose Alberto (org.). Macapá: UNIFAP, 2020.

SILVA, Eliane. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (2004) e a questão da fragmentação do espaço urbano: Condomínios e loteamentos murados. *In*: **Os distintos olhares do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá**, TOSTES, Jose Alberto (org.). Macapá: UNIFAP, 2020.

SILVA, Maria Zeneide e PEREIRA, Jeniffer. “Mulheres que Gingam no Meio do Mundo”: capoeiragem feminista em Macapá. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 21, jan. jun. de 2022.

SOARES, M.; SABOYA, R. T. Fatores espaciais da ocorrência criminal: modelo estruturador para a análise de evidências empíricas. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.

SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. *In*: **História das mulheres no Brasil**. DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). São Paulo: Contexto, 1997

SOLNIT, Rebecca. **A História do Caminhar**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SOUZA, Cintia; LIMA, Roberval; AZEVEDO, Celso; ROSSI, Luiza. Documentos 41 - Sumaúma (Ceiba pentandra (L.) Gaerth). Manaus: **Embrapa Amazônia Ocidental**, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2010.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos estud. CEBRAP**, vol.35, n.1, pp.93-109, 2016.

TUAN, Yi-fi. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

VIEIRA, Cláudia e COSTA, Alice. Fronteiras de gênero no urbanismo moderno. **Revista Feminismos**, UFBA, v.2, n.1, jan-abr., 2014.

VIEIRA, Luana; GUIMARÃES, Daniele. Alinhavos urbanos: Criando e Vivendo a Praça da Vizinhança com a “Batalha do Milharal”. *In*: ENANPUR, 10, 2023, Belém. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR, 2023.

VIDEIRA, Piedade. **Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

VILAR, Marcelle; ALMEIDA, Paulo. A influência das praças no traçado urbano e nos planos urbanísticos da cidade de Macapá: Praça Veiga Cabral e Praça Barão do Rio Branco. *In*: ENANPUR, 10, 2023, Belém. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR 2023.

WEISER, Alice; TOSTES, José Alberto. Planos Urbanos de Macapá (AP): Grumbilf do Brasil. *In*: **Amazônia urbana em questão: Macapá 75 anos de capital – Livro 2**. GUIMARÃES, Danielle; SILVA, Marcelle; LUCAS, Cristina (org.). Maringá: Uniedusul, 2020.

WHYTE, William. **The social life of small urban spaces**. Project for public spaces. New York, 1980.